

PARINTINS

Sociedade, Territórios & Linguagens

Estevan Bartoli
Charlene Muniz
Renan Albuquerque
(Organizadores)



PARINTINS

Sociedade, Territórios & Linguagens

Estevan Bartoli
Charlene Muniz
Renan Albuquerque
(Organizadores)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS (CESP)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA (ICSEZ)



COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Antônio Marmoz (Université de Versailles)

Antônio Cattani (UFRGS)

Alfredo Bosi (USP)

Arminda Raquel Botelho Mourão (Ufam)

Spártaco Astolfi Filho (Ufam)

Boaventura Souza Santos (Universidade de Coimbra)

Bernard Emery (Université Stendhal-Grenoble 3)

César Barreira (UFC)

Renato Ortiz (Unicamp)

Conceição Almeida (UFRN)

Edgar Assis de Carvalho (PUC/SP)

Gabriel Cohn (USP)

Gerusa Ferreira (PUC/SP)

José Vicente Tavares (UFRGS)

José Paulo Netto (UFRJ)

Paulo Emílio (FGV/RJ)

Élide Rugai Bastos (Unicamp)

Rosa Ester Rossini (USP)

COMITÊ EDITORIAL DE AUTORES ASSOCIADOS DA EDIÇÃO

Carlos Hiroo Saito (PPGDS/UnB)

José Aldemir de Oliveira (PPGG/PPGSCA/Ufam)

Tatiana Schor (PPGG/PPGCASA/Ufam)

Renan Albuquerque Rodrigues (PPGSCA/Ufam)

Therezinha de Jesus P. Fraxe (PPGCASA/Ufam)

Alem Sílvia Marinho dos Santos (Cesp/UEA)

Estevan Bartoli (Cesp/UEA)

Gerson André Albuquerque Ferreira (Icsez/Ufam)

Sandra Helena da Silva (Icsez/Ufam)

Othon Henry Leonardos (ABC/UnB)

Ellen Woortmann (UnB/Univ. of Oslo)

Sandra Noda (PPGCASA/Ufam)

Valteir Martins (PPGLA/UEA)

Jesuéte Brandão Pachêco (PPGG/Ufam)

Charlene Muniz (Cesp/UEA)

João D'Anuzio M. A. Filho (Cesp/UEA)

Hellen C. Picanço Simas (Icsez/UFAM)

Herculaine Alves (Seduc/AM)

REITORA DA UFAM

Márcia Perales Mendes Silva

REITOR DA UEA

Cleinaldo de Almeida Costa

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (EDUA)

Suely Oliveira Moraes Marques

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO, REVISÃO E PLANEJAMENTO GRÁFICO

Renan Albuquerque (PPGSCA/Ufam) - revisão, layout e editoria geral

Estevan Bartoli (PPGG/Unesp) - revisão e editoria de seção

Charlene Muniz (UEA) - revisão e editoria de seção

Hellen Cristina Picanço Simas (Ufam) - revisão e editoria de seção

VINCULAÇÃO NO CNPq

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam/Ufam)

FOTOS DE CAPA E PREFÁCIO

Jousefe Oliveira

APOIO

Cordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). EDITAL N° 01/2015 – PROTEC/UFAM. Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti). Processo SA - 08. Acesso gratuito à edição por Licença Creative Commons Attribution 3.0 – Plataforma Open Journal System. Public Knowledge Project.

INDEXAÇÃO E CATALOGAÇÃO

O livro "Parintins: Sociedade, Território e Linguagens" possui 229 páginas e foi publicado nos formatos impresso e digital pela Editora da Universidade Federal do Amazonas (Edua). Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Minicampos da Universidade Federal do Amazonas. Contatos: (92) 3305-4290/3305-4291. Colaborou com a composição o Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (Leda). Estrada do Macurany, bairro Jacareacanga, município de Parintins, Amazonas, Brasil. Campus do Baixo Amazonas da Ufam. CEP 69152240. Contatos: (92) 3533-2251.



Laboratório de Editoração Digital do Amazonas ©
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
Universidade Federal do Amazonas (Ufam)

Fomento
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam)

Este livro foi concebido a partir de incentivo técnico-institucional do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura

P231

**Parintins: sociedade, territórios & linguagens/ Estevan Bartoli,
Charlene Muniz e Renan Albuquerque (Organizadores). Manaus:
EDUA, 2016.**

229 p. : il. color. ; 21 cm
Inclui Bibliografias

ISBN 978-85-7401- 835-5

1. Sociologia Urbana – Brasil, Norte 2. Brasil, Norte - Condições
socioambientais I. Bartoli, Estevan II. Muniz, Charlene III.
Albuquerque, Renan.

CDU 316.334.55/56(811)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecaria/Documentalista **Daniele Canto Hagra**
CRB11/726



SUMÁRIO

Prefácio.....	09
---------------	----

EIXO 1

“Cidade, Território & Turismo”

1. Cidades na Amazônia e o <i>milieu</i> urbano: reflexões a partir de sistemas locais territoriais em Parintins <i>Estevan Bartoli</i>	16
2. Parintins: a geografia da saúde na formação da cidade média de responsabilidade territorial no Amazonas <i>Tatiana Schor e José Aldemir de Oliveira</i>	34
3. Turismo em Parintins: festival, ecoturismo e contradições <i>João D’Anuzio Menezes de Azevedo Filho</i>	59

EIXO 2

“Meio ambiente, Ruralidades & Soberania Alimentar”

1. Tempo, Espaço e Lugar nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, em Juruti/PA <i>Sandra Helena da Silva e Sandra do Nascimento Noda</i>	75
2. Trabalho, cultura e modos de vida em áreas rurais amazônicas: um olhar crítico sobre a agricultura e a pesca no Zé Açú, município de Parintins/AM <i>Charlene Maria Muniz da Silva e Therezinha Pinto Fraxe</i>	93
3. O ambiente fluvial das microbacias hidrográficas do PA Vila Amazônia, Parintins-Amazonas-Brasil <i>Jesuéte Brandão Pachêco e Carlos Hiroo Saito</i>	116
4. Repensando a Geografia da fome na Amazônia <i>Alem dos Santos, Othon Leonardos e Ellen Woortmann</i>	135

EIXO 3

“Educação Indígena & Territorialidades Espirituais”

1. A língua Sateré-Mawé em contexto urbano
Hellen Cristina Picanço Simas, Tayana Fernandes e Adrielly Pereira..... 163
 2. Os parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa: o deslocamento existente entre a teoria e a prática
Hercilaine Virgínia Oliveira Alves e Valteir Martins..... 182
 3. “O lugar onde as pedras falam e os animais são gente”:
marcas de territorialidades míticas Sateré-Mawé/AM
Renan Albuquerque Rodrigues e Gerson André Albuquerque Ferreira..... 196
- Sobre os(as) autores(as)..... 221



PREFÁCIO

Com o intuito de apresentar estudos que abarcam temáticas socioculturais, territoriais e ambientais, oriundos de pesquisas em nível de mestrado e doutorado – entre outros patamares de investigação avançados – esta coletânea visa, também, auxiliar a pesquisadores em futuros trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação, assim como divulgar resultados de atividades científicas visando acesso e democratização de análises que versem sobre o município de Parintins e o Baixo Amazonas. Outro aspecto da obra é se propor a ser fonte de informação àqueles que queiram conhecer mais sobre esse recorte socioespacial heterogêneo e diversificado.

Nossa preocupação em lançar as versões impressa e digital do livro (esta em plataforma *open journal system*) vai ao encontro de anseios de pesquisadores que vivem no arquipélago parintinense, os quais buscam fortalecimento de vínculos de pesquisa em rede, ainda incipientes na região. Como uma carta lançada em uma garrafa, talvez seja essa publicação uma iniciativa que provoque (mesmo que não seja esse seu intuito!) reflexões sobre a fragmentação das pesquisas em determinadas áreas no Baixo Amazonas e a escassez de iniciativas de complementaridade, de trocas mais intensas e significativas entre instituições.

Seríamos reflexo da desarticulação existente entre as cidades? Quais indícios de temáticas e construções paradigmáticas “flutuam” entre as produções acadêmicas atualmente, ávidas de serem reunidas numa leitura coerente e necessária para o desenvolvimento da ciência na Amazônia? São coletâneas como esta (mesmo que não seja esse seu intuito!) exemplos potencialmente capazes de alvoroçar tempestades de ideias para projetos futuros de fortalecimento de saberes científicos que não dependam da mediação de grandes centros de pesquisa.

Parintins destaca-se hoje entre as cidades do interior do Amazonas pela trajetória de consolidação nas últimas décadas como polo universitário, sinalizando preenchimento de uma das maiores lacunas para o desenvolvimento da região de fronteira Amazonas-Pará. O capital intelectual operante atualmente na Ilha Tupinambarana utiliza seus recursos produtivos não só como dado físico-natural (ou socionatural), mas enquanto capacidade de interpretação de ambientes onde populações sobrevivem e constroem estratégias, vivências, sociabilidades e territorialidades.

Partindo dessa construção referencial, cabe destacar que o livro foi dividido em três conjuntos de temas interconectados. O eixo 1 abarca a importância da cidade enquanto lócus privilegiado de relações sociais, mediando o ordenamento territorial e se destacando na rede urbana enquanto cidade média de responsabilidade territorial, seja através do processamento de matéria prima regional ou no fornecimento de serviços de saúde, possuindo visibilidade simbólico-cultural com as atividades ligadas ao turismo relacionado ao festival folclórico.

Apresentando temas engendrados à questão ambiental, trabalho, modos de vida e segurança alimentar em ambientes amazônicos rurais e urbanos, os artigos do eixo 2 ajudam em reflexões sobre a relação ambiente e sociedade na contemporaneidade, na qual os reflexos dessa interação afetam diretamente a vida dos sujeitos sociais que aqui constroem suas espacialidades em conjunto com paisagens naturais e socialmente construídas.

O eixo 3 almejou apresentar propostas de leitura da realidade a partir da análise de linguagens nativas utilizadas no cotidiano da região. São linguagens que sempre estiveram em processo de reconstrução e reorganização na Amazônia a partir de ponderações míticas, referenciais, e mais precisamente no Baixo Amazonas como consequência da vida em áreas fronteiriças. Na contemporaneidade, estão presentes no fazer diário, dando conta

de uma vida entremeada por complexidades.

Acreditamos fortemente que estudos contidos no livro, além de terem obviamente estreita ligação com vivências científicas, foram compilados também em função de vivências artísticas de pesquisadores e pesquisadoras que ajudaram a compor a edição. Fazemos referência à ideia de ciência e arte não como dualidade, maniqueísmo – dentro de um paralelo em que tal coisa exclui outra –, mas sim como complementação necessária, eficiente e formativa, assumindo que a construção do pensamento social na Amazônia tende a integrar conjunturas complexas, sejam lógicas ou supostas.

São estruturações, por exemplo, a partir das quais se pode almejar a identificação de categorias nativas de análise – tal como se pondera nas Ciências Humanas, enquanto dado de campo –, incluindo classes semânticas e lexicais de entendimento da outra pessoa, do outro meio, do outro povo ou da outra etnia.

Mas não somente do outro se ressaltou neste livro-coletânea. Também acerca do mesmo procurou-se enfocar e projetar como possibilidade de compreensão mediante os artigos que seguem. O outro como aquele que tenta interpretar e descrever simbolismos e territorialidades, que se insere a partir de vivências em ambientes múltiplos.

As pessoas, os territórios e as narrativas de Parintins e do entorno retratados foram abordados a partir de uma realidade em mutação, híbrida, de formação ameríndia, porém com traços de colonização portuguesa e, em reduzido aspecto, de imigração japonesa. Uma formação rural e urbana, que se mescla à histórica proposta de mercado orientada para ser implementada e funcionar no bioma tal qual uma máquina exploradora de recursos naturais, atrativa a indústrias multinacionais e nociva a povos da região.

São essas modificações dinâmicas notadas na sociedade amazônica, a partir da aceleração de interesses de mercado sobre territórios ocupados e recursos naturais, que evidenciam polêmicas e desavenças psicofísicas. É esse gradiente de problemáticas que incide como central nas constelações de desmandos relacionados à biopirataria, grilagem, corte de madeira, queimada e uso abusivo de potenciais hídricos e minerais.



Na própria foto em tela nota-se, em recorte temático, a simbiose do cotidiano diverso amazônico. Um *case* da realidade. Trabalhadores e viajantes, um animal doméstico, uma beira de rio, um pontão de combustível, um velho porto, barcos e uma motosserra. Notas de um mesmo acorde em preto e branco. No

cenário, o outro e o mesmo, ambos com igual intensidade e volume de ações.

A beira de rio em uma cidade com porte de ilha, como é Parintins, enquanto lugar de vivências e práticas urbano-ribeirinhas no espaço, atinge seu elemento de centralidade a partir de cenários de partidas e chegadas, unindo o próximo ao distante, unindo olhares esperançosos como os que lançamos nessa empreitada. Que venham as próximas...

Boa leitura.

Estevan Bartoli
Charlene Muniz
Renan Albuquerque

Parintins/AM, Janeiro de 2016

Canção do dia de sempre

[...] E a rosa louca dos ventos
Presa à copa do chapéu.
Nunca dê um nome a um rio:
Sempre é outro rio a passar.
Nada jamais continua,
Tudo vai recomeçar!
E sem nenhuma lembrança
Das outras vezes perdidas,
Atiro a rosa do sonho
Nas tuas mãos distraídas

Mario Quintana
Do livro "A Cor do Invisível"

A água

Abaixo de mim, sempre abaixo de mim se encontra a água.
É com os olhos baixos que sempre a vejo.
Como o território, como uma parte do território,
Como uma modificação do território.
Territórios desabam sem cessar,
Renunciam a toda forma a cada instante
Estão de bruços no chão, quase cadáveres
Como os monges de certas ordens.
Sempre abaixo: tal parece ser seu lema
Um lema contrário de excelsior.

Francis Ponge (com semântica reformada)
Do livro "O Viés das Coisas"



CIDADE, TERRITÓRIO & TURISMO

É notório entre pesquisas recentes evidenciadas pela crescente manifestação do fenômeno urbano, concretizado e materializado nas cidades enquanto formas em meio a diversas frentes de expansão de ocupação na Amazônia, que elas próprias, as cidades, ganham centralidade nas propostas de desenvolvimento regional.

A vastidão territorial, os meios de acesso diferenciais (que em grande parte da porção ocidental amazônica ocorrem somente via fluvial), o “isolamento” de relações mais intensas com redes urbanas externas e a baixa densidade demográfica multiplicam a importância do fenômeno urbano, fazendo das cidades nós privilegiados para ações estatais a partir de políticas públicas ou por redes de sujeitos de interesses diversos. Nesse contexto, Parintins destaca-se como meio de interação específico enquanto aglomeração, privilegiando relações institucionais, coesão de grupos, prestação de serviços, entre outras características. A partir dessa mediação urbana, ações e redes de sujeitos modelam territorialidades construindo e ordenando territórios circunvizinhos da hinterlândia sobre influência da cidade. Interpretada como cidade média de responsabilidade territorial, destaca-se o papel que esta exerce na microrregião, na gestão do território, cujos padrões de funcionamento e de dinâmica urbana e econômica vão além da escala do local.

A atividade turística vem ganhando importância a partir da visibilidade do festival folclórico, cujo desenvolvimento vem carregado de contradições, incitando debates sobre seu papel para a melhor inserção de oportunidades a populações ainda empobrecidas. Produção local e sistemas territoriais a partir da cidade, fornecimento de serviços (exemplo da saúde) e atividade turística são temas abordados nos capítulos do presente eixo.

Cidades na Amazônia e o *milieu* urbano: reflexões a partir de sistemas locais territoriais em Parintins

ESTEVAN BARTOLI

Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutorando em Geografia Humana pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam)

Introdução

Os rompimentos de vínculos territoriais causados pelo êxodo rural na Amazônia impactaram tanto cidades que não tiveram novos ciclos de atividades locais, quanto as que se submeteram a novas atividades como a mineração ou agropecuária, apresentando alterações na lógica de ocupação de territórios. Nas cidades que apresentam recursos naturais ainda disponíveis e abundantes no entorno não desmatados, regularidades de relações econômicas da cidade com o território circundante são ainda centrais, com incursões a fontes de recursos (rios, florestas, subsolo, várzeas, etc.), tanto pelas elites mercantis como por populações diversas, pescadores, indígenas, ribeirinhos, entre outros, configurando sistemas territoriais.

Em voga está a capacidade de diversos agentes de influenciar o ordenamento territorial a partir da cidade. O presente texto levanta questões sobre espaços de fluxos (de naturezas diversas) e redes (mais zonais e topográficas ou topológicas), atrelados a espaços de lugares, necessitando assim de complementaridades no que tange análise da capacidade da cidade de alterar ou construir divisões territoriais do trabalho e novos vínculos territoriais, este último entendido no presente estudo como produzidos a partir de territorialidades e práticas espaciais de coletivos organizados na cidade, compondo subsistemas urbano-ribeirinhos.

No primeiro subitem do texto problematizamos a concentração da

população do Amazonas na capital Manaus, desdobrando desigual distribuição populacional e rarefação do fenômeno urbano em extensas áreas do território estadual. Isso implica em perda de vínculos territoriais e alteração da capacidade de diversas cidades em ordenar suas áreas de entorno e influência direta, com baixo grau de processamento e interpretação de recursos regionais. Nesse contexto, destacamos as mediações entre cidade e áreas rurais, realizadas pelos coletivos organizados (cooperativas, associações, colônias de pescadores, etc.).

No segundo subitem analisamos aspectos do quadro econômico e populacional de Parintins (AM), problematizando efeitos de sua inserção reflexa em ciclos econômicos que alteraram configurações rurais e urbanas, gerando des-re-territorializações. Novas possibilidades de ações por diversos sujeitos e coletivos organizados são propiciadas na cidade, pela aglomeração, proximidade e sinergia existentes, ao mesmo tempo acentuando submissão de atividades econômicas rurais à esfera de circulação e domínio do capital mercantil urbano.

O terceiro subitem aborda existência de Sistemas Territoriais a partir das relações com o *milieu* urbano, compostos por dotações socioculturais arraigadas localmente e em processo de coevolução a partir das modalidades de utilização de recursos locais/regionais com interação entre redes de sujeitos e socioambiente. Elencamos critérios para valoração e análise de sistemas territoriais descrevendo a qualidade das relações territoriais a partir da análise de quatro coletivos organizados de Parintins, apresentando quadro avaliativo das características dos grupos.

Vínculos territoriais e a presença das cidades na Amazônia

O projeto Zona Franca de Manaus, criado em 1957, reformulado e ampliado no período militar, contou com maciça propaganda de estímulo à migração para a capital, força centrípeta de mão de obra de diversas regiões, que acabou gerando macrocefalia urbana abarcando hoje 51% da população do Amazonas concentrada em Manaus. Além das diversas críticas ao modelo ZFM (hoje polo industrial), frações enormes do território antes povoado por populações tradicionais variadas, indígenas, ou moradores de pequenas cidades interioranas, tornaram-se áreas de evasão, emigração, causando desconexões com usos do território e suas horizontalidades (SANTOS, 2004), formadas por

práticas espaciais e redes de interação com o socioambiente.

A disparidade distributiva da população no estado do Amazonas resultante do modelo de desenvolvimento encampado desde a criação da ZFM, verdadeira “estrutura primaz” que recebe a maioria dos investimentos e infraestrutura, deixa à mercê amplas áreas do estado com baixa “presença de cidades” (figura 1), não somente pelo baixo número delas (62 municípios no Amazonas, maior estado brasileiro) ou pela densidade demográfica entre as mais baixas do país¹ –, mas pela ausência do fenômeno urbano, pois o potencial inovador, de aglomeração e criação que a cidade desempenha é de suma importância para a redução das disparidades regionais e para a formulação de projetos de desenvolvimento. Nesse prisma, os estudos de Bitoun e Miranda (2009), visando identificar tipologias de cidades brasileiras, dialogando com políticas territoriais a partir do Ministério das Cidades, evidencia que políticas públicas devem, de um lado, enfrentar a concentração nas metrópoles, e de outro, enfrentar o isolamento de algumas sedes municipais.

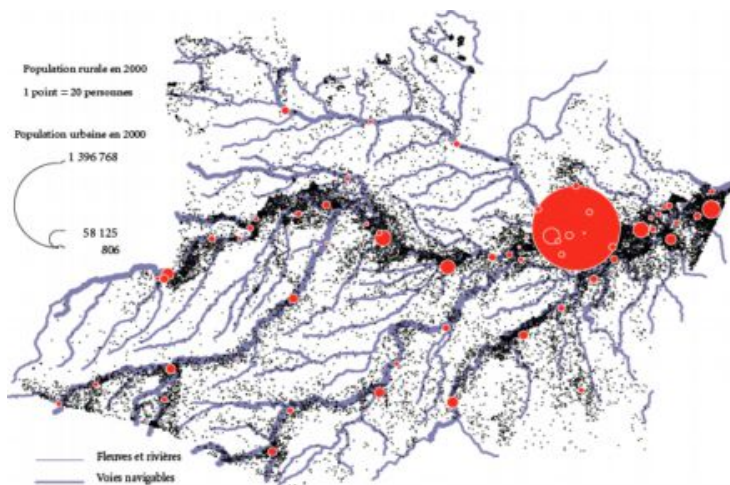


Figura 1: População urbana e rural na Amazônia - Fonte - Théry, H. (2008).

1. Por exemplo, das microrregiões: Solimões – 0,07 habitantes/km²; Purus – 0,40 habitantes/km²; Rio Negro 0,33 habitantes/km² (IBGE, 2013).

Como lugar de interações, proximidade, acesso a serviços e infraestrutura mínima, centralidade e difusão de ideias, técnicas ou como mercado local, a cidade passa a ser compreendida, entre tantas outras funções, como concentração geográfica de excedente social e produto de articulação entre comércio e mercado regional, todos beneficiados e propiciados pela economia de escala e aglomeração (FERNANDES, 2009; CAMAGNI, 2005). Não seriam somente sedes de municípios, mas fornecedores de bases para a reprodução da vida social, que alavancam atividades produtivas e usos variados do território. São também lócus privilegiados que facilitam a formação de novos mediadores (coletivos organizados formando redes sociterritoriais) produtores de territórios e territorialidades articulando e influenciando áreas rurais com intenso manejo e processamento de recursos regionais, como no caso das colônias de pescadores, associações de moveleiros, consórcios, cooperativas, ONGs entre tantos outros mediadores, focos de nossa pesquisa em andamento².

Essa “escassez de cidades” e principalmente do fenômeno urbano deve ser balizada pela possibilidade de realizar cartografias de densidades territoriais, como nas recentes cartografias sociais³ que demonstram uso intenso de frações do território a partir de territorialidades de populações indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, que dão visibilidade a lutas de existências e experiências (materiais, culturais, simbólicas) através de práticas de reconhecimento e construção de representações que denotem usos do território.

O urbano em meio à maior floresta tropical do planeta apresenta particularidades atinentes à maneira com que as sub-regiões estiveram ligadas aos ciclos de exploração de recursos naturais, e à paulatina integração e polarização às demais regiões brasileiras. Nessa constante inserção reflexa na economia mundial, os destinos das populações estiveram atrelados às flutuações e fases de reprodução do capitalismo nacional e internacional (BECKER, 2004), desaguando na formação de uma população dispersa e de

2. Tese de doutorado em desenvolvimento pela UNESP de Presidente Prudente, com orientação do professor Dr. Eliseu Savério Sposito.

3. A exemplo do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelo professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, da Universidade Federal do Amazonas.

vínculo específico ao conjunto de recursos territoriais.

Essas populações possuem cada vez mais as cidades como ambientes de interação - nós específicos para ações, construção de projetos - cuja condição histórico-geográfica é fundamental na análise de cidades com dinâmicas ribeirinhas intensas (pequenas ou médias), que foram sendo produzidas com padrões exógenos de funções, mas, ao mesmo tempo, sendo reapropriadas por relações sociais tendo em sua constituição forte presença de populações tradicionais⁴ conservando práticas espaciais.

Cidades menos atingidas por investimentos dos sucessivos ciclos, pouco alteradas pelas verticalidades (SANTOS, 2004), espaços e fragmentos com uso tipicamente ribeirinhos são presença marcante na caracterização da paisagem, cuja formação é associada a traços culturais herdados (indígena e caboclo-ribeirinho) e à materialidade contextual e recursiva em que sempre estiveram inseridos, pois apoiados por recursos agroflorestais e extrativistas fornecidos pelo entorno composto por complexos ecossistemas.

Recorrer ao entorno imediato parece ainda ser estratégia de populações de cidades com áreas circundantes passíveis de serem exploradas, como no caso das cidades pouco afetadas por frentes de desmatamento advindas de estradas ou projetos diversos de colonização como as do Arco do desmatamento⁵ ou povoamento adensado (BECKER, 2004).

O ponto crítico da urbanização amazônica (centralidade do papel das cidades para melhorar a qualidade das relações territoriais e ambientais) dialoga com a concepção de fronteira amazônica, que além de já nascer urbanizada (BECKER, 2004), acaba causando alterações da longa relação evolutiva com que as diversas populações e suas práticas espaciais vieram construindo ao

4. “Populações classificadas como “tradicionais”, isto é, das que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. [...] não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente” (ARRUDA, 2000).

5. O termo Arco do Desmatamento foi usado para descrever a área que atravessa os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, sudeste do Pará e parte do Maranhão. Bertha Becker (2004) sobre a falácia do “Arco de Fogo”, aponta que já ocorre a reconversão dessa ampla faixa em áreas produtivas já consolidadas, rebatizando a mesma de Arco do povoamento adensado.

longo da antiga ocupação do vale amazônico. Ao inchaço urbano, alia-se a incapacidade econômica de Parintins de sustentar a população urbana, exercendo pressão crescente de atividades mercantis na exploração de recursos naturais, saída para geração de “riqueza” desigualmente distribuída.

Ponto nodal para absorção e processamento de recursos, questionamos a capacidade de Parintins em mediar, interpretar e construir maior qualidade nas relações territoriais no processamento da madeira e do pescado, por exemplo, evitando impactos e sobrecarga de exploração aos estoques existentes. O ponto crítico urbano torna-se mais evidente e a cidade (nó processual e relacional), aos poucos, vem descartando possibilidades de “manejar” seu território do entorno com maior qualidade de relações ambientais, sociais e culturais, com persistência da pobreza urbana e rural⁶.

O *milieu* urbano requer interpretação tanto da evolução dos ambientes urbanos amazônicos, quanto de suas áreas de influência como resultantes de processos coevolutivos, cujas alterações no interior do sistema são resultantes da intensidade de trocas e interações com o ambiente externo. Esses sistemas complexos são abertos e propícios a transformações pela contínua realização das trocas, fluxos diversos e práticas espaciais que se hibridizam as formas tradicionais.

Podem populações diversas agora atuantes a partir das cidades, aparentemente desconectadas da longa trajetória coevolutiva com o meio ambiente, terem a cidade e a virtualidade do urbano como recursos de um possível retorno ao território? Ressaltamos a necessidade de interpretar mudanças de uso do território como possibilidade de novos atos geradores de territorialidades e territorializações, que possam converter o território (zonal, topológico, reticular ou imaterial) a favor dessas populações. O inchaço urbano e sua polarização implicam pensar novos usos e, portanto, averiguar como a cidade se comporta no papel de reordenamento territorial sub-regional, para propostas futuras de pactos entre cidade e campo.

Dois aspectos surgem para refletir sobre a dialética do território, pois as cidades, pelas condições geradoras de pobreza, podem ser vistas como

6. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 a população de Parintins possui 102.033 habitantes, estando 23.655 em situação de extrema pobreza correspondendo 23,2% da população municipal. Desse total de extremamente pobres, 16.310 (69%) viviam no meio rural e 7.345 (31,0%) no meio urbano.

“prisões inibidoras”, restringindo possibilidades depopulações criarem experiências mais intensas com o entorno florestal para práticas de extrativismo ou formação de pequenos roçados. De um lado, populações empobrecidas e desterritorializadas, tornam-se menos capacitadas para criar mecanismos para reprodução de bens socialmente relevantes (alimentação, extrativismo e utensílios de trabalho) passando a reproduzir suas condições materiais através da materialidade instrumental (envolta numa razão instrumental e funcionalista) que condiciona o ser/estar no espaço, alterando vivências e experimentações dos sujeitos nos lugares de vida e trabalho, e a formação da psicosfera urbana (SANTOS, 2004). Não só a falta de moradia, saneamento e bens sociais básicos (saúde, educação, lazer), mas a inexistência de relações formais de reprodução social para formação de vínculos espaciais (que se apropriados e ressignificados, tornam-se territórios), com limitações de participação na esfera política urbana participativa, na integração social anulada por territorialidades passivas. De outro, essa materialidade e racionalidade impostas pela modernidade dominante que a cidade vem se estruturando, é permeada por permanências, espaços de tempo lento, territorialidades resistentes, lugares de encontro e sociabilidade, hibridizados em beiras de rios e lagos aparentemente “caóticos” ou “desordenados”, com aglomerados de embarcações, palafitas e rica cultura, movidos pela escassez que os coloca em constante movimento no território, criando redes, tecendo estratégias e conexões variadas através dos rios.

Em resumo, essas re-existências sinalizam que os sujeitos se “agarram” ao território zonal, impulsionados pela escassez urbana como falta opção e meios de subsistir, dialeticamente retornando ao “abrigo territorial” através de redes hídricas, conectando o rural e o urbano. Nessa urbanização incompleta, a escassez condiciona permanências de práticas espaciais muito antigas de relação com a siconatureza circundante, como a construção de embarcações em madeira, a pesca e o extrativismo, todos condicionados à mediação da cidade e do urbano.

Parintins: urbanização incompleta e a dialética do território

A cidade enquanto sistema aberto é sujeita a trocas com o exterior como totalidade, sendo submetida a perturbações (flutuações) e comportamentos desordenados que “se agitam aleatoriamente em todas as

direções, motivando o sistema (urbano) a se reajustar pela ordem espontânea e auto-organizativa (MACHADO, 2005)”. Estímulos externos (informação, técnicas e instabilidades variadas) interagem com a formação socioespacial local, permitindo, de acordo com a capacidade de resistência, politização e autonomia dos sujeitos, adaptarem ou não as possibilidades de interpretar essas “novidades” como recurso. A inserção de Universidades é um exemplo marcante de possibilidade de evolução “positiva” do sistema urbano de Parintins (SCHOR e MARINHO, 2013).

Tecendo relação entre espaço e dominação, Milton Santos (2007, p.144) coloca a urbanização como nervo essencial de intermediação, onde produtos mais caros recebem primazia no transporte quando há choque com outras safras, gerando desvalorização de certas atividades a favor de outras. A especialização geográfica da produção passa a ser responsável por uma massificação do capital, gerando alienação regional e alienação do homem-produtor (Ibid). Ressalta ainda que a especialização regional é simultânea a uma especialização urbana, onde a massificação do capital causa colapso em cidades locais. Uma das especializações produtivas de Parintins ocorre no setor agropecuário (tabela 1), que veio passando por estagnação, com queda do município de primeiro para terceiro maior produtor do estado. Área tradicional da pecuária de várzea e terra-firme, a localização privilegiada na calha do rio Amazonas - entre as duas metrópoles Belém (PA) e Manaus (AM) constitui vantagem, mas a atividade é geradora de impactos ambientais severos e com baixa capacidade de geração de empregos no campo e cidade.

As sucessivas crises produtivas ligadas às conexões externas que as sub-regiões amazônicas foram submetidas formaram quadro de migração de populações que abandonaram áreas rurais. É provável que o problema do emprego só possa ser seriamente abordado quando a produção social no seu conjunto for levada em conta, principalmente os setores terciários, agrícolas e artesanais (MACHADO, 2005b), com necessidade de formação de agenda específica de C&T. Somamos a esse posicionamento a abordagem crítica de Ana Clara Torres Ribeiro (2013) em sua proposta sobre a necessidade de se pensar mercados socialmente necessários, que em nossa análise são interpretados como sistemas territoriais, com presença de sub-sistemas locais urbano-ribeirinhos (BARTOLI, 2014) formados em longa trajetória de interação entre sociedades e recursos naturais.

Tabela 1. Participação do PIB no município de Parintins por setor.

PARTICIPAÇÃO DO PIB NO MUNICÍPIO (1)								
Setores/ Anos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agropecuária	22,58	16,27	14,98	14,91	13,88	9,94	14,46	14,14
Indústria	8,6	9,07	12	8,66	8,92	10,42	10,17	9,85
Serviços	64,82	70,76	69,69	72,8	72,88	75,39	71,95	72,48
Impostos	4	3,9	3,32	3,63	4,32	4,25	3,42	3,53
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, 2011.

A cidade, nó específico para articular funcionalmente sua hinterlândia na formação da divisão social e territorial do trabalho, lentamente vem se possibilitando novas articulações sociais e institucionais⁷, com rebatimentos espaciais (internos e com o meio rural), produção de conhecimento e reorganização da base produtiva, principalmente novas associações e coligações entre sujeitos em diversas modalidades de organização social, corroborando com a abordagem sistêmica auto-organizativa de Machado (2005).

Os sistemas urbano-ribeirinhos que estamos tratando, além de sinalizarem potencialidades de atividades tradicionais e importantes para manutenção da vida das populações amazônicas, tem a perspectiva de indicar como tais atividades são submetidas a relações de dependência e fragilidade ao serem absorvidas ao sistema urbano.

Para Fraxe (2006, p. 276), o que acentua a especificação da situação de dependência econômica dos caboclos ribeirinhos se expressa na esfera da circulação dos produtos de origem agroflorestral, onde corre uma apropriação dos excedentes produzidos por um conjunto de agentes de comercialização na circulação dos bens materiais, ocorrendo subordinação do caboclo à vontade

7. A exemplo do Programa Federal Territórios da Cidadania, onde dos seis existentes no Estado do Amazonas, apenas dois deles têm acompanhamento de Células de Acompanhamento e Informação: os Territórios Manaus e entorno e o Território do Baixo Amazonas, coordenadas pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). O marco inicial das atividades da Célula de Acompanhamento e Informação do Território do Baixo Amazonas – CAI/Baixo Amazonas teve início no “I Encontro de Redes de Colegiado Territorial do Estado do Amazonas”, de 04 a 06 de agosto de 2010 em Manaus, com participação de todos os membros dos Colegiados dos Territórios do Estado do Amazonas. Durante a realização desta atividade foi possível estabelecer contato com os representantes do colegiado e apresentar a equipe da Célula de Acompanhamento e Informação do Baixo Amazonas.

do capital comercial. Quando o escoamento para feiras municipais é difícil, surgem “facilitadores” – atravessadores conhecidos como marreteiros – proprietários de embarcações –, marreteiros-da-feira ou regatões –, percorrendo com barcos por rotas de comunidades, negociando por troca ou venda e definindo preços no fim da realização do circuito urbano-ribeirinho. A dependência histórica em relação aos agentes de comercialização reforçam a necessidade de criação de outras escalas de relações comerciais e criação de redes alternativas como já vem fazendo os produtores indígenas Sateré-Mawé (BARTOLI, 2015).

Com a intensificação do processo de urbanização, essas relações de dependência são reconfiguradas na esfera de circulação urbana. Seja pelas populações que passam a residir em cidades, outros tipos de relações de subordinação à reprodução do capital são encontrados, nem todos necessariamente relacionados à esfera produtiva direta, mas na ocorrência de diversos serviços informais de baixa qualificação, como pequenas oficinas de manutenção, serviços e consertos (muito vistos em bairros populares), construção civil, configurando o que Santos (2004) denominou de Circuito inferior, com grande emprego de mão de obra de baixa rentabilidade, dificuldade de atualizar frequentemente as técnicas e tecnologias, e grande capacidade de produzir originalidade e saberes pelas estratégias cotidianas.

Nesse contexto, embasada na necessidade de criação de *trabalho novo*⁸, Becker (2013) aponta que o mesmo possibilitaria o rompimento de vias hierárquicas advindos do domínio, monopólio econômico e poder político das grandes cidades da economia mundo, criando relações mutuas entre as cidades, sendo a substituição de importação uma forma de autonomia econômica.

Até meado do século XX, essa demanda e os grandes agentes do trabalho novo foram todos externos. [...] essa falha, presente até hoje na ausência de agregação de valor aos produtos exportados, é uma das principais razões da insuficiência de dinamismo urbano. As pequenas manufaturas geradas logo sucumbiram com o declínio do surto (BECKER, 2013).

8. Aprofundaremos a discussão sobre o papel das cidades na produção de trabalho novo e realização da substituição de importações no item subsequente.

A incapacidade de concorrência com outras regiões, o baixo acúmulo de capitais durante ciclos pretéritos, insuficiente para ultrapassar sucessivas crises e necessários para criar outros desdobramentos técnicos e produtivos, afetaram a dinâmica da rápida urbanização da Amazônia, que difere em pontos importantes do processo ocorrido no sudeste do Brasil. Com exceção de alguns enclaves, a indústria é quase inexistente, onde a urbanização está inextricavelmente interconectada com a exploração dos recursos naturais e com as migrações para os assentamentos de fronteira (BROWDER e GODFREY, 2006).

Tratamos, portanto, de uma relação dialética do território, onde a escassez urbana, de economia incapaz de gerar sustento aos cidadãos, é geradora de impulso ao retorno de vínculos no território, ou manutenção de atividades primárias de extrativismo, pesca, entre outras. Essas retomadas do território em novos atos territorializantes (MAGNAGHI, 2010), incitam novas formas de relação, conhecimento e interpretação a partir da cidade (que é recurso e nó privilegiado para construção de ações e projetos de diversas redes de sujeitos), meio de possibilidades, com necessária abordagem que interprete o território como ser vivente de alta complexidade.

Sistemas locais territoriais e o *milieu* urbano

No que tange às estratégias de reprodução de grupos que possuem vínculos territoriais e recursivos fortes com o entorno imediato, marcados por novas territorialidades (ou até micro-territorialidades), as mediações do trabalho e da informação (RAFFESTIN, 2009) são elementos-chave na interpretação dos territórios. Ressalta-se a valorização da qualidade do local na busca do desenvolvimento autossustentável, através da criação de mecanismos de empoderamento e construção de uma democracia efetivamente participativa, onde sem a salvaguarda da sociodiversidade não se pode dar a biodiversidade (Ibid). Esse posicionamento é inspirador em nossa análise, pois a diversidade na cidade implica uso de recursos que são interpretados pelos sujeitos a partir da relação: recursos↔cidade↔rede de sujeitos.

Assim como os diversificados ecossistemas amazônicos sofreram intervenção e influência da longa trajetória humana na região, há possibilidade de ser a cidade, meio que permite ativações também intangíveis (formação do

capital social, bens relacionais e densidade de relações institucionais, formando novas conjecturas associadas a intencionalidades e projetos), como nó de função de proximidade e origem de aglomeração, sinergia e complementaridade (CAMAGNI, 2005), ligando nódulos complementares pela divisão social e territorial do trabalho como as comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas.

Diversos artífices de territórios como produtores artesanais, pescadores tradicionais, artistas locais⁹, entre outros, estariam imbricados a relações do território como “abrigo”, muito mais concretos e de caráter zonal, conectados a redes físicas e de escassas conexões escalares, devido aos poucos recursos infraestruturais e de comunicação, fazendo com que ainda dependam diretamente de alguns aportes físicos do meio circundante, mas que “não deixam de ter possibilidades de acessar ou conectar diversos territórios, o que se pode dar tanto através de uma mobilidade concreta [...] quanto virtual” (HAESBAERT, 2012), como é o caso do Consórcio de produtores Sateré-Mawé (BARTOLI, 2015). Eis uma das questões de grande importância em nosso trajeto analítico, pois a capacidade de evolução dos subsistemas territoriais identificados deve ser interpretada considerando a complementaridade e sinergia da rede; a polifonia cultural interna e a abertura do sistema ao externo (DEMATTEIS, 2005, p. 111).

Muito difundida na literatura que valoriza os lugares-rede, a noção de *milieu* é basilar entre autores propositores de modelos para análise de sistemas territoriais. Para Giuseppe Dematteis, *milieu* significa

Conjunto permanente (dotações) de características socioculturais sedimentadas em certa área geográfica através da evolução histórica de relações intersubjetivas a sua volta com as relações e modalidades de utilização dos ecossistemas naturais locais (DEMATTEIS, 1995, p. 101).

Posteriormente, Dematteis (2008, p. 36) complementa sua concepção adicionando o contexto territorial na qual operam certa rede local de sujeitos,

9. A rica e numerosa presença de artistas em Parintins não está ligada somente à produção das festividades ligadas ao Boi-bumbá, mas à formação de uma escola influenciadas por mestres advindos da igreja católica italiana, como o irmão Miguel de Pascale (meados do século XX), que deixou legado de aprendizado a grande quantidade de jovens.

salientando o conjunto de condições territoriais favoráveis ao desenvolvimento e a forma como os sujeitos percebem essas condições, e a interação entre recursos materiais e imateriais sedimentados localmente como processo longo de coevolução.

Nesse sentido, as cidades são por excelência, portadoras de características que estabelecem controle e organização territorial. Camagni (2005) elenca a partir do viés econômico cinco princípios gerais da cidade: da aglomeração ou sinergia; da acessibilidade ou competência espacial (formas em que ocorrem as atividades); da interação espacial ou da demanda e mobilidade de contatos (relações que se estabelecem entre as partes distintas da cidade); da hierarquia ou ordem das cidades (busca da lógica que preside a dimensão e localização relativa dos distintos centros); da competitividade, que demonstra a modalidade de desenvolvimento das cidades. A partir das atividades exercidas por coletivos organizados, objetos de nossa reflexão, os princípios acima são de suma importância, pois tais grupos constroem territorialidades funcionais e simbólicas que influem na maneira com que vem se desenhando o ordenamento territorial das áreas de entorno de Parintins.

Portanto, a cidade enquanto assentamento humano, funciona como estabilizador-desestabilizador de intercâmbio variados (pela normatização, instituições ou redes de sujeitos), regulando os fluxos de matéria, energia e informação, formando a base relacional entre sociedade e natureza. As especializações que surgem pela concentração populacional podem indicar maior ou menor grau de evolução das relações da cidade com o território, dependendo da qualidade dessas relações em processamento dos recursos em benefício próprio, que também advém da produção do conhecimento gerado nas universidades locais e na valorização das pequenas produções socialmente importantes localmente.

Para debate sobre propostas de desenvolvimento regional como feitas em Becker (2009) e Costa (2009), é necessário pensar o equilíbrio entre recursos locais e o ordenamento territorial, onde o sedimento regional histórico possui enorme relevância. Assim, noções de “densidade” ou “espessura” são úteis para descrever diferenças na incidência espacial de variáveis que estimam o grau e tipo de desenvolvimento regional (MACHADO, 2005b), onde a espessura do território é, também, a densidade do diverso (RIBEIRO, 2013). Como frisamos, o que determina maior ou

menor evolução do sistema local é a capacidade de abertura seletiva, incorporando inovações, informações e energia, onde “o processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território (RAFFESTIN - 2010)”.

Qual a virtualidade e potencialidade dos coletivos organizados em sua capacidade de articulação territorial e ativação do território? Novas formas de cultura e organização que ultrapassam formas tradicionais como sindicatos e partidos surgem a partir de instituições locais (tipos de associativismos, cooperativas, redes de mobilização e comércio solidário), que combinam diferentes formas de territorialidades, seja na organização, institucionalização, escalas de atuação/relação, que necessitam de valorações e diagnósticos, principalmente no que se refere ao valor adicional territorial (DEMATTEIS, 2005 e 2008) que será mais elevado se a atividade conserva a memória histórica, como propõem Dematteis e Governa (2005) no modelo SLoT (Sistema locais Territoriais), e requer verificação empírica, averiguando a possibilidade de coligar descrição de lugar com um novo regionalismo.

Quatro grupos foram analisados visando subsidiar a noção de sistemas locais territoriais urbano-ribeirinhos e o papel da cidade no processo de desenvolvimento para proposição de circuitos potenciais, tendo como critérios de valoração e análise empíricas: a) a relação histórico-cultural (“código genético”) e relações com o sítio e situação da cidade; b) relação com os recursos locais, capacidade de processamento e sustentabilidade; c) relações com o *milieu*; d) abrangência da área de atuação e influência econômica; e) capacidade de ativação do capital territorial, formação de “trabalho novo”; f) autonomia relativa frente às redes locais de poder e capacidade de criar relações em escalas variadas; g) coesão do grupo e recorrência/intensidade das ações, estabilidade da agregação e relações institucionais. h) grau de abertura do sistema frente à potencialidade de coevolução (formas de organização, trabalho, trocas de informação).

Visando caracterização morfotipológica dos coletivos organizados estudados, a partir de realização de entrevistas e aplicação de questionários, resumimos no quadro 1 abaixo as principais características dos sistemas territoriais a partir dos critérios supracitados:

Coletivos organizados:	Qualidade das relações territoriais	
	Aspectos favoráveis:	Aspectos vulneráveis:
Consórcio de Produtores Sateré-Mawé	b / c / d / e / f / h	a / g
Associação de Moveleiros de Parintins	a / c / f	b / d / e / g / h
Associação de Carpinteiros Navais de Parintins	a / c	b / d / e / f / g / h
Colônia de Pescadores (Z-17)	a / c / d	b / d / e / f / g /

Quadro 1. Critérios de valoração e análise de sistemas locais territoriais. (Org. pelo autor).

Considerações finais

As alterações de territorialidades e vínculos de populações com o território, correlacionadas ao fenômeno urbano, implicam repensar o papel das cidades junto à materialidade contextual e recursiva que se inserem. As áreas de entorno florestal e diversas configurações ecossistêmicas passam a ter maior influência de usos, interpretação e transformações a partir de ações produzidas no *milieu* urbano.

Como sistemas complexos e abertos, as cidades são recurso, meio de interações internas e mediadoras de estímulos externos, não somente receptoras de perturbações cíclicas a que estiveram submetidas ao longo da história. A interação com a formação socioespacial local, redes de sujeitos e instituições, possibilita novas articulações que produzem rebatimentos de uso no espaço, tornando-se territórios a partir do momento que coletivos organizados constroem projetos de intencionalidade, com densificação de relações formadoras de oportunidades através de redes (técnicas, informação e reorganização da base produtiva), sendo interpretados como sistemas locais territoriais.

Os estudos em andamento objetivam ressaltar a valorização da qualidade das relações territoriais locais para subsidiar a busca de desenvolvimento autossustentável, no entendimento da capacidade de organização, territorialização e evolução dos subsistemas estudados, para repensar o equilíbrio ente recursos locais, redes de sujeitos, cidade e o ordenamento territorial. A abordagem territorial requer apreensão da realidade dos grupos a partir dos critérios elencados (com ênfase na multidimensionalidade de suas relações), para valorar a qualidade das relações

no território. São circuitos existentes passíveis de serem potencializados que se embasam na conexão dialética entre cidade e campo, no que chamamos de ponto crítico da urbanização amazônica: preocupante quadro de pressão exercido pelas cidades ainda não devidamente capazes de ordenamentos territoriais menos agressivos quanto ao patrimônio socioambiental a ser processado para sustento-sustentabilidade das populações empobrecidas. Os aspectos de fragilidade nas relações territoriais dos coletivos organizados estudados explicitam a urgência de políticas públicas específicas para essas novas formas de mediação de produção das relações de ordenamento territorial.

O uso não predatório da diversidade territorial requer análise das densidades de diversidades urbanas, na urgência de conectar o complexo verde ao complexo urbano, a partir de pactos entre cidade e campo, formando redes socialmente necessárias à reprodução da vida das populações.

Referências

BARTOLI, E. Patrimônio territorial e desenvolvimento local: sistemas locais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM). In: ANAIS do CIETA, VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014. v. VI. p. 842 - 860.

BARTOLI, E. Ações indígenas Sateré-Mawé na cidade de Parintins (AM) e a formação de Sistemas locais Territoriais urbano-ribeirinhos. In: ANAIS do XIV SIMPURB – Simpósio Nacional de geografia urbana. Fortaleza: UECE, 2015

BECKER, B. K. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, B. K. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições - Brasília, DF: 2009.

BECKER, B. K. A urbe amazônida. Rio de Janeiro: Garamond – 2013.

BITOUN, J. MIRANDA, L. Desenvolvimento e Cidades: Contribuições para o Debate sobre as Políticas de Desenvolvimento Territorial. Rio de Janeiro: FASE, Observatório das Metrôpoles, 2009.

BROWDER J.O. & GODFREY, B.J. Cidades na floresta. Manaus: EDUA, 2006.

CAMAGNI, R. Economía urbana. Barcelona: Antoni Bosch, 2005.

COSTA, W. M. Estruturas, dinâmicas e perspectivas. In: CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições - Brasília, DF: 2009.

DEMATTEIS, G. Progetto implícito. Il contributo della geografia umana alle science del território. Milão: Franco Angeli, 1995.

DEMATTEIS, G. Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali. In: BONORA, P. (a cura di), Slot Quaderno 1, Bologna; Baskerville, 2001.

DEMATTEIS, G. Il sistemi territoriali in un'ottica evolucionista. In: DEMATTEIS G. e FGOVERNA, (Org.), Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot, Milano, Angeli, 2005, p.89-116.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CORRIJO, B. e CANDIOTTO, L. (orgs.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DEMATTEIS G., e F. GOVERNA, Il território nello sviluppo locale. Il contributo del modelo Slot, In: DEMATTEIS G. e FGOVERNA, (Org.), Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot, Milano, Angeli, 2005, p.15-38.

FERNANDES, Ana Cristina. Conhecimento, desenvolvimento regional e as cidades brasileiras. In: Desenvolvimento e Cidades no Brasil. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais / Jan Bitoun [et al.]; organizadores Jan Bitoun; Livia Miranda. Recife: FASE: Observatório das Metrópoles, 2009.

FRAXE, T. Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade. / Therezinha de Jesus Pinto Fraxe — São Paulo: Annablume, 2004.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 Machado (2005).

MACHADO, L. O. Sistemas e redes urbanas como sistemas complexos evolutivos. In: CARLOS, A. F. A. e LEMOS, A. G. Dilemas urbanos. São Paulo: Contexto, 2005a.

MACHADO, L. O. CGE. Ciência, tecnologia e Desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil. In: CGEE – Centro de gestão e Estudos Estratégicos. Conferência Nacional - Seminário Preparatório – 3ª CNCT: 2005b.

MAGNAGHI, Alberto. Il progetto locale. Torino: Bollati Boringhieri, 2010.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas espaciais e sua representação. In: SAQUET, M. e SPOSITO. Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: Silvia Regina Pereira, Benhur Pinós da Costa, Edson Belo Clemente de Souza (orgs.) - São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital – vol.2 , 2013.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP – 2004.

SANTOS, M. O espaço dividido. São Paulo: Edusp – 2004b.

SANTOS, M. Economia Espacial. São Paulo: Edusp, 2007.

SCHOR, T. e MARINHO, T. P. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n.56,p. 229-258, jun. 2013.

Parintins: a geografia da saúde na formação da cidade média de responsabilidade territorial no Amazonas

TATIANA SCHOR

Profa. Dra. em Ciência Ambiental (USP) com pós-doutorado no Center for Place, Culture and Politics, Graduate Center (CUNY/USA). É pesquisadora dos programas de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia, e Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, do Centro de Ciências do Ambiente, ambos da Ufam

JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA

Dr. em Geografia Humana (USP). É professor titular da Ufam. Lidera o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (Nepecab). Integra os Programas de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia e em Geografia, ambos na Ufam

Introdução

Como compreender o processo de urbanização e modernização do território na Amazônia Ocidental, ou como diria Bertha Becker, no “coração da floresta”? Já é conhecido o padrão de urbanização e de modernização da Amazônia localizada no “arco de fogo” ou “arco de desmatamento” ou “arco do crescimento econômico” ao longa faixa que se estende de Belém - Marabá - Sinop - Porto Velho - Rio Branco ou mesmo o padrão “espinha de peixe” ao longo das rodovias federais em especial na Cuiabá-Santarém, a BR163 e a Transamazônica. Neste “arco” o processo de urbanização e de modernização do território está fortemente vinculado desde a década de 1970 aos processos de ocupação rodoviária do território brasileiro por meio da cadeia produtiva da madeira-pecuária-agricultura-monocultura. É a força dos grandes projetos públicos e privados dos anos de 1964 até final dos anos de 1980 e do agronegócio a partir dos anos de 1990 que penetram a floresta destruindo sua sociobiodiversidade e substituindo por uma cultura expropriada de

originalidade na qual tanto a paisagem se padroniza (extensos campos de pecuária com baixa produtividade com áreas de desmatamento para exploração de madeira e o cultivo de soja e milho posterior) quanto o aspecto musical “sertanejo” que se interioriza do triângulo mineiro-interior paulista para o bioma amazônico. Este processo é amplamente conhecido e debatido. Mas como podemos compreender o processo de urbanização em curso na Amazônia Ocidental quando a constituição de cidades não é tão explícito como em outras áreas do bioma.

Numa região tão extensa e diversificada como a Amazônia existem diversas possibilidades de se capturar o urbano. Uma delas é por meio da geografia da saúde, em especial a geografia da saúde urbana. Para se entender a dinâmica da saúde na Amazônia, em especial na Amazônia Ocidental, é fundamental se compreender a saúde urbana, pois são as cidades que refletem a geografia da saúde em meio as florestas e os rios.

Parte-se da concepção de espaço como conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações (SANTOS, 1997), e a saúde como a combinação desigual e combinada de componentes e processos no lugar e o entendimento de saúde urbana como uma perspectiva metodológica de pesquisa conforme aponta Guimarães (2001) na qual a autonomia do indivíduo tanto no acesso quanto na demanda é chave para se discutir a saúde e o urbano. Entendemos o tema da saúde como ponto fundamental para pensarmos desenvolvimento. No que concerne à saúde na Amazônia, existe uma vasta literatura sobre o tema (CONFALONIERI, 2005; PEITER, 2005; ASSIS et al., 2007; BENZAKEN, 2007; IMBIRIBA 2008 e 2009). Outros tratam da questão, alguns de modo geral tentando estabelecer a caracterização epidemiológica da Amazônia e outros tratando de modo específico, ou de agravos de saúde ligados a determinados grupos étnicos ou a atividades, como, por exemplo, extrativistas e garimpeiros. De qualquer modo o que parece em comum nos estudos relacionados as doenças ao meio ambiente é a tentativa de relacioná-la à natureza quase sempre inóspita. Existem pouquíssimos estudos sobre saúde urbana na Amazônia e menos ainda relacionando este tema com estudos relativos a rede urbana.

Este texto tem o intuito de analisar questões referentes a rede urbana do baixo rio Amazonas tendo como variável de análise a geografia da saúde para a cidade de Parintins. Para tal tece considerações acerca da classificação e

tipologia de Parintins, o papel que esta cidade exerce na microrregião em questão e traz resultados de pesquisas referentes ao sistema de saúde na cidade. Com esta análise pretende-se ampliar o debate tanto na área de geografia urbana quanto na de geografia da saúde.

Escalas de análise, dimensões e aspectos de uma cidade média no Amazonas

Desde 2000, com a reclassificação das cidades realizada pelo IBGE, Parintins deixa de ser oficialmente “cidade média” junto com mais 4 cidades do Amazonas e passa a ser classificada como “pequena”. Desaparecem as cidades médias no Estado e ficam todas iguais, como pequenas, exceto Manaus que aparece como metrópole. Parintins, Anori, Tefé, Amaturá e Codajás, todas para a agência oficial do Estado Brasileiro, passam a ser iguais, classificadas como pequenas. Mas só para a classificação oficial do Estado essa é a realidade, pois para qualquer amazonense elas são diferentes e Parintins é sem dúvida uma cidade conhecida e exerce diversas funções de cidade média.

O impacto da classificação oficial não se dá no cotidiano mas sim na formulação das políticas públicas em escala nacional. Por mais questionado que o parâmetro demográfico tenha sido feito pela academia e outras instâncias da sociedade é ainda ele que pauta diversas decisões político-administrativas, tais como necessidade de Plano Diretor ou de Plano de Resíduos Sólidos. É neste contexto que insistimos na inserção da classificação de cidades médias para diversas cidades no Amazonas (SCHOR et al., 2014).

A publicação *Regiões de Influência das Cidades-2007* é uma reformulação dos primeiros estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que classificavam os centros urbanos e posteriormente delimitavam suas áreas de atuação. Contudo, o estudo privilegia a função de gestão do território, que de acordo com Roberto Lobato Corrêa é “aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 2005, apud IBGE, 2008, p. 9). Pelo estudo no Estado do Amazonas a capital Manaus é classificada como metrópole (1C), as cidades de Parintins e Tefé centros sub-regionais (B), Itacoatiara e Tabatinga centros de zona (A), e as demais cidades centros locais. A cidade de Manaus

“controla” a rede urbana do Estado e mantêm interação com Boa Vista (RR) caracterizada como capital regional (B).

Segundo Schor et al. (2009; 2014), as classificações do IBGE para a rede urbana no Amazonas são insuficientes para caracterizar sua dinâmica e de suas cidades. Se faz necessário outras definições que levem em conta as variáveis históricas, econômicas, sociais e funcionais que definam a forma e a função das cidades. Assim, o programa de pesquisa Rede Urbana na Calha do rio Solimões-Amazonas/AM coordenado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira - NEPECAB propôs uma tipologia própria para a compreensão dinâmica espacial das 25 cidades que compõem a calha ou região dos rios Solimões e Amazonas no Estado do Amazonas.

Segundo Schor et al. (2009; 2014), uma das maneiras de se entender a dinâmica urbana é via classificação ou tipificação das cidades que pode tomar rumo à construção de tipos ideais de estilo Max Weber (1987) ou pode simplesmente reconhecer padrões de funcionamento e de dinâmica urbana e categorizá-los em tipos. É desta segunda alternativa, a classificação que relaciona semelhanças e diferenças e a tipologia que reconhece padrões, que se entende o estudo da tipologia urbana para as cidades do Amazonas (SCHOR & al., 2009). Entendemos a construção tipológica como hipóteses de pesquisa que orientam o olhar para problematizar o entendimento sobre a realidade.

Para se construir a tipologia proposta à rede urbana do Estado do Amazonas delimitaram-se alguns arranjos institucionais que poderiam, se analisados em conjunto, estabelecer a hierarquia urbana para essas cidades. Considerou-se como arranjos institucionais elementos fundamentais para a consolidação da rede urbana, variando de instituições de educação e saúde aos fluxos de mercadorias. Criou-se um conjunto de elementos que poderiam caracterizar a dinâmica intraurbana e seus aspectos espaciais. Os arranjos institucionais permitiram a construção da tipologia própria para a rede urbana analisada buscando compreender as dinâmicas internas e externas de cada cidade. Com isso, foi possível elaborar tipos de cidades que são classificadas pelo seu papel na dinâmica da rede urbana (OLIVEIRA & SCHOR, 2010; SCHOR et al., 2008).

A classificação realizada pelos estudos iniciais do NEPECAB, em especial para a cidade de Parintins, revela-se, a partir de análises posteriores e mais verticalizadas, insuficientes. Considerar Parintins como uma cidade de

dinâmica econômica externa é não perceber a importância que esta cidade tem na conformação da rede urbana no baixo Amazonas, na fronteira entre os Estados do Amazonas e do Pará. A periodização da rede urbana de Parintins revela dinâmicas econômicas que vão além da escala do local, apresentando fortes vínculos com os municípios ao seu redor abrangendo o Estado do Pará, como exemplificado pela rede de educação superior (SCHOR & MARINHO, 2013; MARINHO, 2015). Os resultados das pesquisas realizadas para a área de educação superior mostram que Parintins tem importância significativa na configuração da rede urbana, e por isso a classificação como “cidade de dinâmica econômica externa” é insuficiente, estando a mesma mais próxima de uma cidade média de responsabilidade territorial pois percebeu-se a forte dinâmica da rede urbana na região (SCHOR & MARINHO, 2013; SCHOR et al. 2014B; MARINHO, 2015). Consideramos Parintins não mais como cidade de dinâmica econômica externa, mas sim como de cidade média de responsabilidade territorial¹.

Para se compreender melhor esta mudança é necessário tecer alguns comentários mais específicos com relação às cidades de responsabilidade territorial. As cidades de responsabilidade territorial exercem diversas funções urbanas e contém arranjos institucionais que são importantes não só para o município da qual são sede, mas para as cidades e municípios ao seu redor, e principalmente para o que no Amazonas configura-se como interior do próprio município. A importância da cidade tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constituiu a região e rede urbana. O desenvolvimento econômico dessas cidades tende a agregar e/ou desagregar valor na região dependendo de que conteúdo o desenvolvimento assume (SCHOR, 2013).

As cidades de responsabilidade territorial exercem estrategicamente funções na rede e região que vão além das suas características em si, pois tornam-se locus de visibilidade dos atos invisíveis, locais de disputa, conflitos, não só no plano das lutas pela terra, pelo uso dos recursos, mas também e principalmente locais da disputa no plano do simbólico. São nestas cidades de responsabilidade territorial que se dá a sobreposição de vários territórios, tanto os constituídos quanto os no processo de destruição, reconstrução ou de

1. A noção de cidade de responsabilidade territorial foi apresentada por Jan Bitoun em palestra no Seminário Internacional Cidades na Floresta, em 1 de dezembro de 2006 em Belém-PA, e a partir de então tem sido discutida e desenvolvida por pesquisadores do Nepecab.

constituição e reconstituição. As cidades de responsabilidade territorial são escolhidas como lugares das mais diversas manifestações destes conflitos, desde o assassinato de trabalhadores rurais até o suicídio de jovens (índigenas ou não). Por esta importância no plano simbólico que estas cidades não são simplesmente “cidades polos” como a literatura tradicionalmente as trata, pois sua importância vai além da sua dinâmica econômica, elas de fato exercem responsabilidade política, econômica, cultural e simbólica (SCHOR, 2013).

É no campo do simbólico que cidades amazônicas e do Amazonas em particular exercem plenamente a função de responsabilidade territorial, pois a produção local de artistas e arte e a difusão do conhecimento na gestão de eventos imprime nas festas características únicas, a disputa entre dois iguais porém diferentes (bois; peixes-bois; botos; peixes ornamentais etc.) que é impresso pela rede urbana pautada nos saberes e no saber fazer a festa. Neste sentido, Parintins imprime no Amazonas o seu papel de cidade média de responsabilidade territorial expressa na festa do boi-bumbá (NOGUEIRA, 2008; COSTA JR & SCHOR, 2010; COSTA JR, 2015).

A análise dos dados comparativos entre as cidades permite algumas reflexões preliminares que são essenciais para a compreensão do urbano contemporâneo na Amazônia, em especial no Amazonas. Um primeiro e importante resultado é o fato de que em termos de rede urbana existe diferença entre o rio Solimões e o rio Amazonas no Estado do Amazonas. A rede urbana do rio Solimões tem características distintas da do rio Amazonas, com uma dinâmica local e infraestrutura urbana precária permanece distante da inserção na dinâmica de desenvolvimento regional e nacional. Já a rede urbana no rio Amazonas, dentro do Estado do Amazonas, é mais homogênea em termos de disponibilidade de infraestrutura e de fluxos entre elas. Isso se dá principalmente pela localização da cidade de Manaus que é altamente privilegiada, conforme apontaram vários viajantes do século XIX e reafirmado no século XX em estudos realizados por Aziz Ab'Saber (1953), Mário Lacerda de Melo & Moura (1990) e Ribeiro Filho (2004).

A localização de Manaus, equidistante da fronteira oriental marítima e da fronteira ocidental da vasta rede hidrográfica, possibilita conexões com diferentes localidades da Amazônia e permite que a cidade seja um importante centro de circulação de mercadorias e de pessoas para o *binterland* e da região para o restante do país e outras partes do mundo. A excepcional posição

geográfica faz com que a cidade desempenhe importante função portuária, concentrando o fluxo principalmente para a Amazônia Ocidental (OLIVEIRA e SCHOR, 2008), o que faz com que os fluxos vindos de Belém e Santarém, no Estado do Pará, deixem seu rastro no caminho. Entenda-se rastro como a passagem e parada dos barcos nas cidades que beiram o rio Amazonas ligando-as aos fluxos de pessoas e mercadorias entre Belém e Manaus, que no Estado do Amazonas consolidam dois polos intermediários importantes: a cidade de Parintins com seu festival folclórico que se realiza no mês de junho e a cidade de Itacoatiara, na desembocadura do rio Madeira, que foi importante polo de exportação de madeira e a partir de 1990 passa a ser porto de exportação de soja vinda do Mato Grosso pela hidrovia do Madeira na parte sul do Estado, agregando na região os fluxos vindos de Rondônia e do restante do país (SCHOR et al., 2009; MORAES e SCHOR, 2011). As cidades dessa área, que corresponde à calha do rio Amazonas, ou como classificada pelo IBGE do Baixo Amazonas, são influenciadas pela maior dinâmica de circulação e apresentam maior concentração de serviços urbanos, embora seus índices no geral sejam bastante precários. Apresentam também maior densidade de cidades se compararmos à calha do rio Solimões.

Além disso, apesar dos estudos iniciais realizados apontarem as cidades de Itacoatiara e Parintins como pertencentes à mesma rede, o aprofundamento e detalhamento da rede urbana ao longo do rio Amazonas no Estado do Amazonas mostra outra realidade. A análise dos ciclos econômicos e da dinâmica atual das cidades revela que estas não pertencem à mesma rede urbana. Pelo contrário, estabelecem redes urbanas distintas. Mesmo possuindo infraestrutura melhor do que as da calha do rio Solimões e coincidirem nos ciclos econômicos, as duas cidades possuem dinâmicas distintas, conformando micro-redes urbanas na qual cada uma delas faz papel de cidade média independente da outra (SCHOR et al. 2014B; TAVARES-PINTO & SCHOR, 2013; CIDADE, 2015; LEITE et al. 2015; MARINHO, 2015).

A rede antes de ser urbana ela é social, é a circulação de pessoas, coisas e objetos, como propunha Milton Santos (1997). Nesse sentido, pensar as cidades na Amazônia é pensar a dinâmica dos rios, os segredos das florestas, as dimensões da cultura. Assim sendo, qualquer tipologia de rede urbana é sempre relativa.

No contexto do Amazonas, a estrutura da rede urbana e a

infraestrutura das cidades “médias” é completamente diferente da Amazônia do “arco de fogo”, da “fronteira agrícola” e da “fronteira consolidada”, da urbanização com padrão “espinha de peixe”. No Amazonas, onde muitas vezes o único meio de transporte é fluvial, o tempo-espaço da dinâmica urbana difere das outras áreas. Na Amazônia dos grandes rios, o tipo de acesso feito exclusivamente por barco ou avião e a ausência das rodovias e consequente falta da ligação via cabo/fibra ótica muda o modo de acesso, a acessibilidade e entendimento de como essas cidades funcionam e porque permanecem. Como estudar o urbano contemporâneo nestas cidades? Como entender a dinâmica e a rede urbana dessa região? Qual o papel das cidades nesse contexto? Qual a escala adequada para a análise? Quais as funções da cidade e como estas devem ser entendidas em face aos debates ambientalistas, aos eventos climáticos extremos e populações tradicionais? São essas questões que orientam o estudo das cidades no Amazonas e a análise de Parintins, dentro do contexto de estudo de cidade de responsabilidade territorial.

Parintins conformando a rede urbana do baixo rio Amazonas

O papel de Parintins na rede urbana regional insere-se no debate dos ciclos econômicos e as desigualdades espaciais inerente a eles. As desigualdades regionais no Brasil, oriundas da herança colonial e sua perpetuação na forma de desenvolvimento das atividades econômicas, é tema recorrente das análises de economistas, sociólogos, geógrafos e demais teóricos que tratam do tema do desenvolvimento geográfico desigual. A maneira pela qual as desigualdades regionais são abordadas depende das diversas leituras de dinâmica econômica. Já no texto clássico de David Ricardo, *On Principles of Political Economy and Taxation*, de 1817 (2001), a forma de se tentar resolver as desigualdades encontra uma solução: a ideia de que os países deveriam fazer uso de suas vantagens comparativas para melhorar seu desempenho no comércio internacional. Essa perspectiva ainda se perpetua na teoria econômica e na elaboração de políticas públicas com respeito ao desenvolvimento regional, que por sua vez também deveriam fazer uso de suas vantagens comparativas (BECKER, 1974).

No Brasil, as discussões acerca das diversas formas de se superar as desigualdades regionais fazem parte do discurso da política e da academia desde seus primórdios. Os clássicos textos de Celso Furtado, em especial o

Formação Econômica do Brasil, no qual os ciclos econômicos são analisados de forma a mostrar como no seu auge desenvolvem regiões e no seu declínio deixam as mesmas regiões no esquecimento, é ainda tema do debate teórico e empírico nas ciências sociais. Foi esse o caso analisado pelo autor na zona da mata pernambucana na produção do açúcar, das minas gerais e da Amazônia após o ciclo da borracha.

Para a Amazônia nos estudos geográficos os textos clássicos de Bertha Becker (1974; 1978 entre outros) marcam este debate nos quais, fundamentada fortemente nas teorias econômicas de Friedman, considera a análise da dimensão espacial do desenvolvimento tanto nos seus aspectos políticos quanto econômicos. Neste caso o problema é o forte desequilíbrio espacial com desigualdades regionais que precisam ser superadas e a Amazônia, como “região problema” para o governo brasileiro, torna-se palco de diversas políticas de desenvolvimento sem muita efetividade em termos de diminuição dos desequilíbrios regionais.

O auge da borracha, que estabeleceu as bases contemporâneas da cidade de Manaus e de algumas cidades do interior do Estado do Amazonas, não significou o desenvolvimento dessas cidades, tampouco a crise significou o *débâcle* completo das mesmas, visto que em um período e no outro o crescimento econômico e a crise não foram para todos. Indubitavelmente, o auge da borracha significou as bases da estrutura urbana da Amazônia com a consolidação das cidades já existentes, o surgimento de novas cidades e a articulação embora tênue entre elas. A crise implicou em alguns casos como o de Parintins a entrada de outros produtos extrativistas, da agricultura de várzea e uma pecuária que começa a se estruturar a partir do início do século XX. Diminui a pressão sobre os recursos naturais e aumenta a diversidade de extração dos recursos, o que implica maior distribuição de renda e menor concentração de riqueza. Isto posto, a análise que se faz da rede urbana no Amazonas se dá a partir da construção de um objeto, o modo pelo qual as cidade se produzem, sua substância e conteúdo a partir de relações sociais fortemente ligadas à dimensão da natureza que se transformam em relações socioespaciais e que se espriam em núcleos de poder que tem a cidade como base. Nestes momentos de crise tem-se uma diminuição nos processos de concentração espacial e dos desequilíbrios regionais, o que vai se inverter com a instalação da Zona Franca de Manaus. Em 1967, a Zona Franca foi

modificada e instituída a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), com o objetivo de transformar a Zona Franca em um centro industrial (BECKER, 1974; MACHADO et al., 2006). Essa transformação gerou em Manaus e seu entorno mudanças espaciais significativas que se perpetuam até hoje.

Manaus é o centro dinâmico da Amazônia, com o maior contingente populacional e com o PIB municipal ultrapassando o das principais capitais do Brasil, permanecendo entre os 10 maiores PIB-M do Brasil (IBGE, 2011). A Suframa vem atuando no desenvolvimento econômico da região desde 1967 e tem mostrado uma importante capacidade de se adaptar às mudanças no contexto econômico mundial. Essa capacidade reflete-se, em especial, a partir do final dos anos 1990, intensificando-se a partir de 2000 nos projetos do Polo Industrial de Manaus (PIM) e no projeto de Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia (Amoc). Esses projetos estão amparados pelo desenvolvimento das atividades vinculadas à bioindústria, organizados inicialmente no Centro de Biotecnologias da Amazônia (CBA), que a bem da verdade não consegue se consolidar, e no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus (CT-PIM). A consolidação do PIM significa, entre outras atividades, a criação e consolidação do Polo de Bioindústrias, lastreado em tecnologia de ponta e agregação de valor na cadeia produtiva de produtos extrativistas, viabilizando a inserção de diversas localidades e cidades no crescimento econômico levado a cabo pelo PIM. Nesse contexto, o Programa de Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia, o AMOC, tem como objetivo “apoiar a interiorização do desenvolvimento econômico e social da Amazônia Ocidental (...)” (Relatório de Gestão Suframa, 2007), tendo como fonte de financiamento os recursos gerados pelo PIM.

Na década de 90, com a abertura política de mercado, o modelo de desenvolvimento baseado na Zona Franca de Manaus ganhou nova dinâmica que o caracteriza como Polo Industrial de Manaus. Essa dinâmica se consolidou a partir de 2003, com a prorrogação dos incentivos fiscais até o ano de 2050. Nesse contexto, a Suframa estabeleceu novas linhas estratégicas que visam impactar o desenvolvimento da região da Amazônia Ocidental, diferenciando o período da Zona Franca do atual Polo Industrial. Esse fato pode ser objetivamente considerado a partir do objetivo XIV do Planejamento

Estratégico da Suframa: “Aprimorar o processo de interiorização dos efeitos do modelo Zona Franca de Manaus” (RELATÓRIO DE GESTÃO SUFRAMA, 2007, p. 13). Para tal, pretende “fomentar a produção no interior da região, com agregação de valores através de indústrias vinculadas que aumente a produção, a atividade econômica e renda regional.”

Por meio da análise realizada, utilizando-se os eixos propostos pela metodologia da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (SPOSITO et al. 2007), pode-se concluir que a interiorização do desenvolvimento (industrial) não é uma realidade no município e na cidade de Parintins (SCHOR & MARINHO, 2013). Existe na cidade de Parintins uma área de “Distrito Industrial”, no qual em 2011 algumas movelarias funcionavam pelo programa Zona Franca Verde, produzindo de modo artesanal carteiras escolares para suprir a demanda do governo municipal e estadual. Uma das movelarias, além das carteiras, produz mesas de sinuca. A industrialização no local se restringe a empreendimentos com uso de pouca tecnologia.

Além dos estabelecimentos localizados no chamado Distrito Industrial, a cidade tem uma olaria que produz tijolos e telhas, estaleiros e carreiras para o fabrico e conserto de barcos de madeira e alumínio e, a partir de 2010, uma fábrica de polpa de frutas. Existem outras atividades produtivas ligadas ao uso de recursos agrícolas que não perpassam os incentivos da Suframa, como é o caso para o consócio do Waraná, organizada pelos indígenas da etnia Sateré-Mawé, que planta, processa e exporta produtos originados do guaraná para países europeus. Não se observa na paisagem da cidade algo que tenha a ver com a interiorização do desenvolvimento promovido pela Polo Industrial de Manaus.

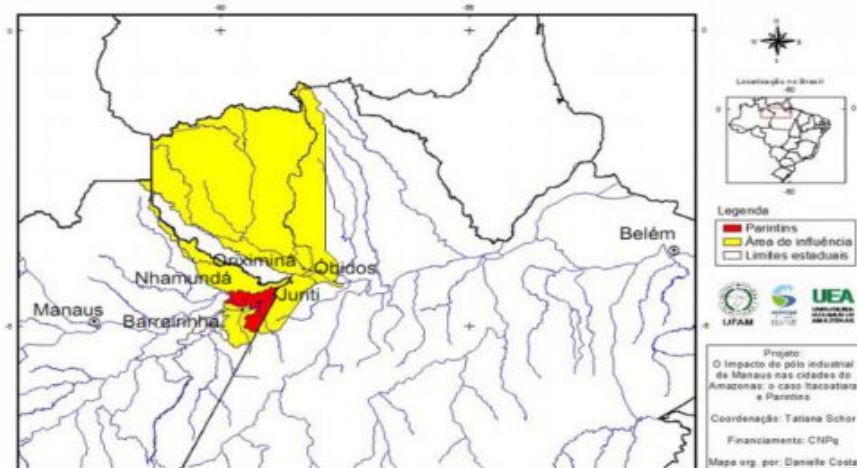
A cidade depende economicamente cada vez mais da sua festa espetacularizada e o município de seu pequeno rebanho bovino produzido com baixa tecnologia e pouca competitividade se comparado com o agronegócio da pecuária em escala nacional. Considerando-se apenas os dados estatísticos, a estagnação econômica continua sendo o ciclo permanente na história de Parintins, mas a dinâmica populacional, as relações urbanas, o cotidiano e o desenvolvimento social não estagnaram. Pelo contrário, além da festa do Boi e do rebanho, Parintins incorporou na sua estrutura urbana três instituições de ensino superior, a Universidade Federal do Amazonas, a Universidade do Estado do Amazonas e o Instituto Federal do Amazonas, que

modificaram a forma e o conteúdo da cidade e do urbano (MARINHO, 2015).

Parintins é o segundo maior município em termos populacionais do Amazonas, ficando atrás somente da capital do Estado, Manaus. Com população de 102.044 habitantes sendo que deste total 66.236 urbana (Censo 2010), Parintins é classificada pelo IBGE como cidade pequena, porém deve-se atentar que possui estrutura que a caracterizaria como uma cidade de responsabilidade territorial, segundo proposto pelo NEPECAB.

Além de destacar sua importância para as cidades do “Baixo Amazonas”, é também relevante o seu papel para muitas cidades do oeste do Estado do Pará, dentre elas as cidades de Juriti, Juriti Velho, Óbidos e Oriximiná. Sua importância se estende até em cidades maiores que ela, como é o caso de Santarém-PA, visto que muitos habitantes desta cidade fazem uso dos serviços públicos e privados da cidade de Parintins. A importância de Parintins para algumas cidades paraenses pode ser vista também na quantidade de imigrantes que a cidade recebe, e, sobretudo, a origem deles, já que boa parte dos imigrantes de Parintins é oriunda das cidades do interior do Pará (72% segundo o IBGE), seguido por Roraima 5,16%; Rondônia 4,58%; Rio de Janeiro 4,29%; Exterior 2,4% e outros Estados 11,57% (IBGE).

Figura 1: Região de influência de Parintins/AM



Deve-se destacar que a presença de migrantes paraenses tem como algumas possíveis explicações: a posição geográfica da cidade, já que está localizada muito perto do Estado do Pará, e a disponibilidade de serviços públicos e privados, sobretudo os que são oferecidos pelo setor público, como escolas e hospitais, que acabam sendo um dos principais fatores de atração de imigrantes para Parintins. Quanto à posição geográfica, é válido acrescentar que a cidade está localizada entre as cidades de Belém e Manaus, portanto muitas vezes é um local de passagem até se chegar à Manaus que é o “destino principal” de muitos imigrantes paraenses, porém muitos deles decidem ficar na cidade.

Em relação aos fatores de atração de migrantes, percebeu-se na análise histórica que estes sempre estiveram entrelaçados com os ciclos econômicos, e em Parintins não poderia ser diferente. O ciclo da juta impulsionou a economia do município no período de 1937-1984 (SCHOR & MARINHO, 2013). Neste período, em que Parintins se tornou o principal polo juticultor da região, muitos migrantes vieram de outros municípios para as áreas juticultoras, aumentando a população do município. Percebem-se dois saltos populacionais: um na década de 70, passando de 34.165 em 1970 para 51.391 habitantes no censo de 1980. Outro salto importante em termos populacionais foi na de 1990, saindo de 58.783 no censo de 1991 para 90.150 em 2000, chegando a uma população total de 102.033 no censo de 2010 (IBGE).

Tabela 1: Evolução da População de Parintins 1970-2010

População Total	1970	1980	1991	2000	2010
Parintins	34.165	51.391	58.783	90.150	102.033

Existem diversos fatores que explicam o crescimento populacional de Parintins. Dentre os quais destaca-se o acesso a educação, trabalho e saúde. A centralidade exercida por Parintins em termos de acesso a serviços de saúde públicos, privados e especializados configura uma complexa microrrede urbana que transforma o Baixo Amazonas e o Oeste do Pará em uma região interessante para análise. Abordaremos os aspectos relacionados à geografia da

saúde em Parintins para compreender tanto a rede urbana quanto a tipologia proposta.

A geografia da saúde em Parintins

A saúde é percebida como componente relevante do bem estar não apenas do indivíduo, mas da sociedade, como condição essencial para o usufruto da vida, tornando-se direito inalienável das pessoas independentemente dos lugares onde vivem. Não basta ter atenção com as doenças, é preciso cuidar da saúde para prolongar a vida e para que os anos que se ganham sejam vividos com a melhor qualidade possível, o que justifica a premissa de que é preciso “dar mais vida aos anos”.

O trabalho médico sempre foi complexo, mas na Amazônia essa complexidade torna-se superlativa por sua distância em relação aos grandes centros produtores de ciência e tecnologia e pela necessidade de, sem perder a dimensão da universalidade da ciência, ser capaz de adaptar práticas e procedimentos que sejam compatíveis a essa realidade.

O estudo da dinâmica urbana na Amazônia é essencial para se compreender a complexidade saúde-doença neste vasto território. As escalas do nacional e/ou regional não dão conta das múltiplas escalas necessárias para se compreender os fluxos cidade-interior pautados em uma dinâmica socioecológica própria que permite a existência mutua de doenças tropicais, clássicas no estudo da saúde na Amazônia, quanto de doenças ditas modernas como a hipertensão e a obesidade. De qualquer modo, como já se aludiu anteriormente, existem pouquíssimos estudos sobre saúde urbana na Amazônia e menos ainda relacionando este tema com estudos relativos a rede urbana.

Em primeiro lugar é necessário qualificar de que Amazônia se está falando, no caso específico a chamada Amazônia Legal com população absoluta estimada em 20 milhões de pessoas, que assim consideradas apresenta densidade populacional em torno de 4 hab/km², a menor do país. Porém, ao verticalizarmos esse número, temos que 13,7 milhões, ou 69% moram nas cidades sendo as maiores concentrações na região metropolitana de Belém com 1,8 milhão e em Manaus 1,7 milhão (IBGE, 2010).

Há que se considerar que ocupação humana também comporta diferenças significativas, não podendo ser considerada como homogênea.

Neste sentido, é necessário relativizar a baixa densidade demográfica. Quando os europeus iniciaram o processo de colonização da Amazônia, a região não era um vazio demográfico, portanto, não estava desocupada. A “ocupação” nos primeiros séculos significou “uma forma peculiar de colonização que longe de acrescentar novos contingentes humanos à área, sangrava-o ininterruptamente em suas populações indígenas” (MOREIRA NETO, s/data). Em períodos mais recentes, o vazio demográfico serviu como justificativa para a migração de “homens sem terras do Nordeste e Sul para as terras sem homens da Amazônia”.

Portanto, há outra ocupação, há outro modo de se pensar a Amazônia para além dos frios números das dinâmicas demográficas que não dão conta das especificidades como região diversa e complexa que não pode ser compreendida ao primeiro olhar. Há que se considerar as populações indígenas, estimadas em 210 mil habitantes, distribuídos em 405 áreas que representam 20,5% do território amazônico e 98,5% de todas as terras indígenas do Brasil. Há que se considerar mais de 6,5 milhões de pessoas que vivem em áreas rurais na Amazônia, espalhadas em 30.000 comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Diante de todos esses números, e buscando o tema para a questão saúde, alguns aspectos chamam atenção. Embora tenhamos que considerar os relatos esparsos e de não especialistas em saúde, chama atenção não aparecer relato de doenças nos escritos dos primeiros cronistas que passaram na Amazônia, como Gaspar de Carvajal no período de 1541 a 1542, Cristóbal Acunã em 1641 e Samuel Fritz em 1691 (PORRO, 1995). Isso ocorre porque não havia um quadro grave de doenças no que é hoje conhecida como Amazônia, que chamasse a atenção dos cronistas. Porém, esse quadro muda a partir da segunda metade do século XVIII quando da criação do Estado do Grão-Pará Rio Negro, momento em que foram criadas 46 vilas e inúmeros povoados.

Mesmo assim, os escritos de Spix e Martius (1938) já no século XIX, de 1817 a 1820, mostram que na Amazônia algumas doenças não eram comuns e que a cidade do Pará não era tão insalubre. “A febre amarela, que já algumas vezes apareceu na vizinha Caiena, por exemplo em 1778 [...] aqui nunca se declarou [...] sobre terreno muito baixo, junto de grandes superfície de água, deveria o seu clima, pela regra geral, ser insalubre; deve-se entretanto,

considerar o Pará, entre as cidades costeiras do Brasil, como uma das mais saudáveis. E ali, sem dúvida, ainda muito menos doenças ocorreriam, se o povo não se dispusesse para elas com o seu mau sistema de alimentação” (SPIX & MARTIUS, op. cit., p. 16-17).

Em seguida, apresentam um quadro das doenças na cidade:

Tuberculoses, pleurísias (inflamação da pleura produzida quando um agente, geralmente um vírus ou uma bactéria irrita a pleura, causando uma inflamação) e asma são menos frequentes aqui do que nas províncias do sul do império. As doenças mais comuns são as congestões do fígado, verminoses, tendo destaque ainda as bexigas, o sarampo e a escarlatina. A bexiga durante meio ano arrebatou mais de 3.000 indivíduos de todas as raças e condições (Ibid., p. 18).

A questão da saúde se agrava a partir da metade do século XIX. Já em 1850, quando da elevação do Amazonas à categoria de província. o seu primeiro presidente comunica uma epidemia de sarampo com centenas de vítimas, especialmente os índios Mura, nas cercanias de Manaus.

No mesmo período há relatos da epidemia de cólera no Amazonas em 1855, que chega à cidade de Manaus e a outras cidades às margens do Rio Amazonas como Itacoatiara, Silves e Parintins. A doença se espalha pela calha do Rio Amazonas tendo como foco a cidade de Belém, alastrando para o interior da Amazônia nos porões dos navios.

No último quarto do século XIX, acontecimentos vão determinar a ocupação dos vales dos rios do oeste da Amazônia, em decorrência da introdução da navegação a vapor, em 1853, abertura do rio Amazonas à navegação estrangeira em 1866. Esses eventos juntamente com a procura crescente no mercado externo pela borracha possibilitam a exploração extensiva dos seringais, que culmina com o *boom* econômico e o avanço do território para a exploração do látex, diminuindo o território das populações indígenas. A partir desse momento temos a ampliação dos relatos dos agravos de saúde, especialmente nos rios da margem direita do Amazonas-Solimões (Madeira, Purus, Juruá e Javari), os maiores produtores de borracha.

A questão que interessa à Geografia é identificar a relação entre os agravos de saúde e o ambiente, inclusive o urbano. Neste sentido, é importante relacionar algumas características ambientais “relevantes para a determinação

dos quadros epidemiológicos e, também, com implicações para a assistência à saúde”, conforme já apontou Ulisses Confalonieri (2005).

É importante assinalar que as transformações decorrentes das relações sociais de produção que predominaram até início dos anos 1990 ocorreram a partir do projeto hegemônico de desenvolvimento econômico assentado na absorção do capital natural em grandes extensões territoriais. Neste contexto se insere a construção da estrutura de saúde em Parintins, voltada para atender um medicina curativa pautada na construção de hospitais e postos de saúde.

Quanto à rede de serviços de saúde, existem no município dois hospitais, Jofre Cohen e Padre Colombo, que fazem atendimentos de emergência e ambulatorial. Os serviços de clínicas médicas especializadas, em sua maioria, também se concentram no bairro Centro e foi verificada a oferta de serviços ginecológicos, de obstetrícia, fisioterapia, estética, radiografia, tomografia computadorizada, ultrassonografia, punção e biopsia, exames de próstata, mama e tireoide. Os estabelecimentos atendem tanto a pacientes do SUS quanto a beneficiários de planos de saúde, com destaque para os associados da Unimed. Em relação ao tempo de instalação, notou-se que a maioria desses serviços passou a ser oferecida na cidade após 2005 e que a demanda ainda não é suprida pelos mesmos, fazendo com que a população, principalmente em casos mais graves, tenha que se dirigir às cidades de Manaus ou Belém em busca de atendimento.

Existem dois laboratórios que oferecem serviços diversificados de análise clínicas, como também exames de DNA para identificação de paternidade. Neste último, o serviço a coleta é feito e o material enviado para laboratórios de Manaus, visto que o custo elevado do kit e equipamentos necessários e a baixa demanda não justificam a realização na cidade.

Além desses serviços existem também os seguintes locais que, no contexto de Parintins, podem ser classificados como serviços de saúde “especializados”: Centro de Atenção Psicossocial (Caps) Adolfo Lourido; Centro de Especialidades Odontológicas (CEO); Banco de Sangue Amílcar Monte Rey; Centro de Testagem e Acompanhamento (CTA), uma unidade da Farmácia Popular e um Centro de Acupuntura. Nas Tabelas 2, 3 e 4 verifica-se uma lista completa dos estabelecimentos de saúde presentes na cidade:

Tabela 2: Estabelecimentos de Saúde: HOSPITAIS

NOME	ANO FUNDAÇÃO	MANTENEDOR A	MÉDICOS 2010	MÉDICOS 2014
HOSPITAL PADRE COLOMBO	1976	IGREJA CATÓLICA	7	10
HOSP JOFRE COHEN	NI	GOV ESTADO	NI	13

Fonte: pesquisa de campo, 2014.

Tabela 3: Estabelecimentos de Saúde: POLICLÍNICA E CENTROS ESPECIALIZADOS

NOME	ANO FUNDAÇÃO	PROPRIEDADE
POLICLINICA PADRE VICTORIO GIURIN	1978	IGREJA CATÓLICA
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL ADOLFO LOURIDO	2005	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICAS RAIMUNDO G. NINA FILNO	2006	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
CENTRAL DE BANCO DE SANGUE AMILCAR MONTE REY	NI	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PRÓMATER	2002	PARTICULAR
CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM CDI - PARINTINS	2006	PARTICULAR

Fonte: pesquisa de campo, 2014.

Tabela 4: Estabelecimentos de Saúde: LABORATÓRIOS

NOME	ANO DE FUNDAÇÃO	PROPRIETÁRIO
Lavousier*	1975	Particular
BioExames	2002	Particular
Centro Citológico de Parintins	2007	Particular
Centro de Testagem e Aconselhamento	2007	Prefeitura de Parintins

Fonte: pesquisa de campo, 2014. * Laboratório fechado em 2014

Em 2010, das Unidades Básicas de Saúde instaladas na cidade, destacava-se a UBS Irmão Francisco Galliane, que possuía o Centro de

Telemedicina Craig Barrett (2005), numa parceria da Prefeitura Municipal e a empresa Intel Corporation, realizando consultas de dermatologia, cirurgia de úlcera e cardíaca com médicos de Manaus (Hospital Universitário Francisca Mendes da Universidade Federal do Amazonas) e São Paulo (Hospital Universitário da USP), com realização de diagnóstico de eletrocardiograma, além de orientações, educação médica continuada a distância e videoconferência via satélite. Em 2012 a Prefeitura deixou de realizar o convênio com a Intel Corporation, a mesma doou os equipamentos, ficando a Prefeitura responsável por arcar com os custos da internet. Em 2014 o centro possui convênios com a Universidade do Estado do Amazonas por meio da Escola Superior de Saúde para o programa de Telessaúde, com a Universidade Federal do Amazonas por meio do Hospital Francisca Mendes para exames de eletrocardiograma e com a Fundação Alfredo da Matta para o programa de tele dermatologia.

Esta infraestrutura de saúde em Parintins se destaca das demais cidades na Amazônia e foi consolidada a partir do Programa Mais Médicos do governo federal. Em 2015, a Secretaria Municipal de Saúde tinha em seus quadros 46 médicos. Destes 14 eram do Programa Mais Médicos, dos quais 9 atuando na cidade. Destes 1 é brasileiro formado em Cuba, 3 brasileiros formados no Brasil, 1 colombiano e 9 cubanos (Dados da pesquisa de campo, 2014).

Parintins apresenta dinâmica própria com serviços de saúde de média complexidade, que atende os municípios ao redor. Esta estrutura pública ensejou o surgimento de alguns equipamentos particulares de atendimento médico e odontológico, como a Clínica Médica de Parintins (Clinepin); a Clínica Médica de Olhos; a Clínica de Diagnóstico por Imagem e consultórios médicos que atendem por agendamento. Todas localizadas na Av. Amazonas e tendo à frente um posto de gasolina, neste sentido podemos dizer que as lojas de conveniência são de saúde (Anotações de campo, 2015).

Há que se destacar também o uso da medicina popular especialmente das benzedeiras,

A credibilidade dada às benzedeiras de Parintins está associada a vários fatores e não se sustenta somente em face da precariedade no atendimento médico oficial existente. Ela se

sustenta na rede simbólica de cura, pois as doenças têm origem natural e sobrenatural. Há uma dupla justificativa que garante o espaço das benzedeiras: 1) a falta ou precariedade do atendimento médico; 2) a aceitação involuntária da instituição religiosa. A igreja não persegue as benzedeiras em Parintins, inclusive, todas elas são católicas e fazem uso de orações e invocam nomes de santos em seus procedimentos e vão à igreja com regularidade (TRINDADE, 2014, s/página).

É importante levar em consideração que, além das práticas das benzedeiras, ainda existem as práticas de cuidados à saúde das parteiras – os chás, as ervas medicinais que são recorrentes na cidade. Neste sentido podemos dizer que a geografia da saúde em Parintins expressa o urbano na Amazônia, onde as infraestruturas públicas se mesclam com médicos cubanos, clínicas particulares que são quase lojas de conveniência e as práticas usuais. É no tecido urbano que se revelam estes aspectos tal qual ainda convivem as doenças tropicais com as da modernidade.

Considerações finais

Iniciamos o encerramento do texto com uma indagação: os dados sobre a saúde possibilitamos tipificar Parintins cidade média de responsabilidade territorial? Obviamente que apenas uma variável não possibilita tal conclusão, porém é possível avançar, retomando a classificação do IBGE de Parintins como cidade pequena. Se considerarmos as variáveis propostas pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) Parintins, no contexto nacional, é inexpressiva. Porém, para a ReCiMe e discutida no âmbito do Nepecab, a definição de cidade média não se limita ao aspecto demográfico, nem ao seu posicionamento na rede urbana, isto é, uma cidade média não é uma cidade intermediária entre as cidades pequenas e a cidade grande ou metrópole (CORRÊA, 2007). Pelo contrário, a definição de cidade média está vinculada ao seu papel intra-municipal e na(s) rede(s) urbana(s) da qual participa.

A periodização da rede urbana de Parintins revela dinâmicas econômicas que vão além da escala do local, apresentando fortes vínculos com os municípios ao seu redor, abrangendo o Estado do Pará, como o exemplificado pela rede de educação superior (SCHOR & MARINHO, 2013;

MARINHO, 2015) e de saúde. Os resultados mostram que Parintins tem uma importância significativa na configuração da rede urbana como cidade média de responsabilidade territorial.

O estudo dos diversos aspectos que compõe a geografia da saúde na cidade de Parintins permite criar novas hipóteses e questionamentos de pesquisa, afinal como compreender a complexidade da saúde-doença em um ambiente urbano da Amazônia? Como o estudo das redes urbanas e a construção tipológica tornam visíveis elementos invisíveis que permeiam a modernidade e a tropicalidade em uma cidade que cria simbolismos que ecoam pela rede urbana da região? Possíveis temas de pesquisa para aqueles que querem pensar em um modo diferente o mundo no qual habitamos.

Agradecimentos

Realizar pesquisa de campo no Amazonas exige tempo e recursos. As longas distâncias e o custo do transporte tornam a pesquisa custosa. Sem o financiamento seria inviável, por isso devemos agradecer as seguintes fontes financiadoras: PRONEX/FAPEAM-Nepecab - “Cidades Amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional” e Edital MCT/CNPq/CT-Amazônia Nº 055/2008, “O impacto da consolidação do Polo Industrial de Manaus nas cidades do Amazonas: o caso de Itacoatiara e Parintins” processo número 575780/2008-8. Agradecemos as equipes de campo: fevereiro de 2009, coordenada pela Profª Dra. Danielle Pereira da Costa; junho de 2010, coordenada pela bolsista de D’TI, Msc. Messiane Brito; abril de 2011, coordenada pela Profª. Tatiana Schor; e novembro de 2014, coordenada pelo Msc. Thiago Marinho. Uma parte importante da discussão dos resultados apresentados neste capítulo foi feita no âmbito da Rede de Pesquisadores Cidades Médias (ReCiMe), uma rede de pesquisadores brasileiros e estrangeiros de extrema generosidade e capacidade de trabalho que permitiu construirmos estas e outras reflexões.

Referências

AB’SABER, Aziz Nacib. A cidade de Manaus. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB, 15: 18-45, out. De 1953.

ASSIS, M. C, Gurgel, H.C, Angelis, C.F. A relação entre a dinâmica da malária e

problemas sócio-ambientais na bacia do rio Purus. III Simpósio Nacional de Geografia da Saúde - I Fórum Internacional de Geografia da Saúde, Curitiba, 08 a 11 de outubro de 2007.

AZEVEDO, Luiza Elayne Corrêa. Uma viagem ao Boi-bumbá de Parintins: do turismo ao marketing cultural.

BECKER, B. K. A Amazonia na Estrutura Espacial do Brasil. REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, v. 36, n.2, p. 3-33, 1974.

BECKER, B. K. Uma Hipótese sobre a Origem do Fenômeno Urbano numa Fronteira de Recursos no Brasil. REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p. 160-184, 1978.

BENZAKEN, Adele Schwartz et al. Intervenção de base comunitária para a prevenção das DST/Aids na região amazônica, Brasil. Rev. Saúde Pública, vol.41, (2), 118-126, dez 2007.

CIDADE, Fernanda C. A comercialização dos materiais recicláveis na rede urbana do Amazonas: o caso de Itacoatiara e Parintins. SCHOR, Tatiana; SANTANA, Paola V. de. Dinâmica urbana na Amazônia Brasileira. Vol. 2. Manaus: Valer, 2015

CONFALONIERI, Ulisses E. C. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, vol.19 no.53. São Paulo, jan./abr.2005. 221-236. (DOSSIÊ AMAZÔNIA BRASILEIRA I).

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação. Cidades médias espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 23-34.

COSTA JÚNIOR, Waldemir Rodrigues. Das “fábricas de espetáculos” dos bumbás às redes de cidades: os papéis de Parintins e a estruturação multiescalar da rede urbana brasileira. SCHOR, Tatiana; SANTANA, Paola V. de. Dinâmica urbana na Amazônia Brasileira. Vol. 2. Manaus: Valer, 2015.

COSTA JÚNIOR, Waldemir Rodrigues; SCHOR, Tatiana - Espaço, cultura e o urbana: para além dos limites metodológicos nos estudos sobre a rede urbana na Amazônia dos grandes rios. Anais IV PLURIS – Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano Regional Integrado e Sustentável (Faro, Portugal, 06 a 08 de outubro de 2010).

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde urbana: velho tema, novas questões. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB-Nacional, n. 17, 2001. 155-170.

IMBIRIBA, Elsia Nascimento Belo et al. Perfil epidemiológico da hanseníase em menores de quinze anos de idade, Manaus (AM), 1998-2005. Rev. Saúde Pública, vol.42, (6), 1021-1026, 2008.

IMBIRIBA, Elsia Nascimento Belo et al. Desigualdade social, crescimento urbano e hanseníase em Manaus: abordagem espacial. Rev. Saúde Pública, vol.43, (4), 656-665, 2009.

IBGE - Regiões de Influência das Cidades – 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LEITE, Aline Damasceno; CAMILO, Ellen A.; SCHOR, Tatiana. Barco, moto e bicicleta: deslocamentos intraurbanos nas cidades de Itacoatiara e Parintins. SCHOR, Tatiana; SANTANA, Paola V. de. Dinâmica urbana na Amazônia Brasileira. Vol. 2. Manaus: Valer, 2015.

MACHADO, José Alberto da Costa et. al. Metamorfoses do modelo Zona Franca de Manaus: desafios à pesquisa e ao planejamento do desenvolvimento regional. In: SCHERER, Elenise & OLIVEIRA, José Aldemir. Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 30-60.

MARINHO, Thiago P. Microrredes urbanas e a estruturação do baixo Amazonas: o caso das cidades de Itacoatiara e Parintins. SCHOR, Tatiana; SANTANA, Paola V. de. Dinâmica urbana na Amazônia Brasileira. Vol. 2. Manaus: Valer, 2015.

MARINHO, Thiago P.; SCHOR, Tatiana. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins. GEOGRAFARES, n. 7, 77-92, 2009.

MELO, Mário Lacerda de & MOURA, Hélio A de. Migrações para Manaus. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1990.

MORAES, André O.; SCHOR, Tatiana. As redes urbanas na amazônia: a cidade como o começo e o fim. Revista Geográfica de América Central, v. 2, p. edição especial, 2011.

MOREIRA NETO, Carlos Araujo. Introdução. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica ao rio Negro. Belém: Museu Goeldi, [s/data]. 13-42.

NOGUEIRA, Wilson - Festas amazônicas: Boi-bumbá, Ciranda e Sairé. Manaus: Editora Valer, 2008.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Urbanização na Amazônia: o local e o global. GEEA-Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos – Caderno Debates, vol. III, Manaus: Editora do INPA, 2010. 147-189.

OLIVEIRA, J. A. ; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JR, Saint-Clair C.; TAVARES, Maria Goretti da Costa.. (Org.). Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.. Belém: EDUFPA, 2008. 15-26

PEITER, Paulo Cesar. Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio. Rio de Janeiro. UFRJ/IGEO/ PPGG, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. 314 p. (Tese de Doutorado em Geografia)

PORRO, Antonio. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis-RJ: 1995.

RIBEIRO FILHO, Vitor. A configuração da área central de Manaus e sua configuração recente. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RICARDO, David. On Principles of Political Economy and Taxation. (1. ed.1817). Ontario -Canadá, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHOR, Tatiana. As cidades invisíveis na Amazônia Brasileira. Mercator, v. 12, n. 28, p.67-84, mai/ago. 2013.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Rogério; COSTA, Danielle Pereira da; OLIVEIRA, José Aldemir de. Cities, Rivers and Urban network in the Brazilian Amazon. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, v. 5, n. 1, p. 258-276, jan./jun. 2014.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago; TAVARES-PINTO, Moisés. A. - O impacto da consolidação do Polo Industrial de Manaus nas cidades do Amazonas: o caso de Itacoatiara e Parintins. Ciência & Ambiente, v. 1, p. 179-206, 2014B.

SCHOR, T.; MARINHO, Thiago - Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas -Brasil as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010 . São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 56, p. 229-258, jun. 2013 .

SCHOR, Tatiana ; COSTA, Danielle, P; OLIVEIRA, J. A. . Cidades, rede urbana e desenvolvimento na Amazônia dos Grandes Rios. In: TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro; CARVALHO, Guilherme; MOURA, Aldebaran; GOMES NETO, João. (Org). Pequenas e médias cidades na Amazônia. Manaus: FASE/UFPA, 2009, v. , p. 35-58.

SILVA, Lúcio Flávio Ferreira da - A geo-história e o perfil do migrante de periferia, nas cidades de Parintins e Itacoatiara. Relatório Final de PIBIC/CNPQ, 2010.

SPIX e MARTIUS. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1938.

SUFRAMA. Relatório de Gestão 2007. Manaus: 2007. Disponível: www.suframa.gov.br.

TAVARES-PINTO, M. A. ; SCHOR, Tatiana . Precarização sobre duas rodas: uma análise do serviço de mototáxi nas cidades de Itacoatiara e Parintins, Amazonas - Brasil. Caderno Prudentino de Geografia, v. 2, p. 5-27, 2013.

TRINDADE, Deilson do Carmo. O sagrado e o simbólico na cura pela palavras: as benzedoras de Parintins. Manaus: Anais do V Congresso Internacional de Geografia da Saúde - Geografia da saúde: ambientes e sujeitos sociais no mundo globalizado, 2014.

WEBER, Max. Economia y sociedad. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

Turismo em Parintins: festival, ecoturismo e contradições

JOÃO D'ANUZIO MENEZES DE AZEVEDO FILHO
*Professor adjunto do Centro de Estudos Superiores de Parintins,
Universidade do Estado do Amazonas (CESP/UEA)*

Introdução

O turismo tem chamado a atenção de governos e sociedades pela sua capacidade de atrair recursos para os lugares onde ele acontece. É uma atividade que envolve ao mesmo tempo uma prática econômica e uma relação entre pessoas e lugares. Como atividade econômica, sem dúvida, é possível pensar em melhorias das condições de renda e trabalho, ainda que os resultados positivos dessa atividade nem sempre são apropriados pela maioria da população onde ela acontece. Por outro lado, a atividade turística pode aproximar pessoas e culturas diferentes e onde há um planejamento adequado no lugar de recepção, tanto a população local como aquele que visita pode se aproveitar desse curto momento dessa nova experiência.

É assim que se chega a interpretação do turismo como um instante da vida de pessoas que aproveitam seu momento de não-trabalho para conhecer outros lugares, outras pessoas, outras culturas. Um curto período em busca de lazer e de convívios. O turista não é um explorador ou um consumidor compulsivo. Não se trata de discutir apenas qual a capacidade de consumo de cada turista como faz a maioria dos estudos de demanda turística. Trata-se de perceber o turismo não apenas na sua complexidade e nas várias perspectivas motivacionais do turista, mas também nos laços afetivos deste com o meio (espaço) e suas atitudes em relação aos lugares.

Portanto, o turismo não pode ser interpretado de uma única maneira, por uma única perspectiva epistemológica de ciência e seu método, uma vez que se trata de uma atividade extremamente dinâmica e que envolve pessoas diferentes, com desejos e motivações diferentes. Nunca é o mesmo turista que visita um lugar e, mesmo que fosse, não são os mesmos desejos e gostos de

antes. É preciso pensar nisso. Urry (1996) coloca exatamente que não existe apenas um olhar de uma pessoa enquanto turista. O olhar varia no tempo e no espaço, em cada momento da nossa história. Esses múltiplos olhares, em todas as épocas, significam que não existe apenas uma experiência universal verdadeira para todos os que se dizem turistas. O autor quer dizer que esse olhar do turista tem a ver com suas experiências enquanto não-turista, na sua vivência diária de experiências e consciência social.

Por outro lado, há a população do local de recepção. O que se tem de estudo sobre as populações visitadas e seus anseios quanto ao turista visitante? Knafo (2001) é quem afirma que, na perspectiva do visitado, o turista incomoda, pois é um estranho, móvel e escorregadio. Mesmo num tempo de muita mobilidade, as pessoas nem sempre aceitam bem o que se move, o que é difícil de controlar e, também, fugidio. O autor coloca esse momento como uma “forma moderna de conflito de territorialidade”, considerando que, de um lado têm-se os turistas (nômades) e do outro, os moradores (sedentários), ambos com perspectivas diferentes sobre o território. Mas, lembra que nessa relação, em outro momento, um deles será nômade (turista) e o outro sedentário (morador visitado).

O turismo na Amazônia apresenta especificidades que o diferencia das demais regiões, mas que pode ser compreendido a partir dos estudos e experiências, como o estudo do turismo em Parintins, no estado do Amazonas tratado na tese de doutorado de Azevedo Filho (2013) de onde foi tirado a maior parte das discussões aqui apresentadas.

Turismo, turistas e seu estudo

O turismo proporciona essa liberdade que muitas vezes incomoda, como diz Knafo (2001). E é nesse ir e vir que se confrontam interesses divergentes. Um, na sua condição sedentária de morador, com seus hábitos, costumes e modo de viver e o outro na condição de visitante, diferente, distante, mas também com desejos de conhecer e se apropriar, mesmo que momentaneamente, dos lugares e espaços que frequenta. Isso pode resultar em diversos conflitos, mas é essa mobilidade de pessoas e grupos entre diferentes lugares que possibilita a construção de novos espaços, bem como mudanças em outros já consolidados. E isso a Geografia, como ciência, tem a obrigação de entender e de intermediar. A Geografia do Turismo se tornou a área da

Geografia dedicada a compreensão do fenômeno turístico, pois é no espaço que ele acontece, apropriando-se e modificando-o.

Buscar, pois, entender o turismo, isolando-o de sua inter-relação com o espaço e sua complexidade pode levar ao fracasso, afirma Cruz (2007). O turismo tem que ser estudado dentro do amplo contexto que envolve a compreensão de sua interação com os vários agentes que se encontram em todas as partes do planeta. Em um mundo globalizado, o turismo parece viabilizar a integração entre os diversos espaços e afirmar a ideologia de um mundo sem fronteiras, tão defendida pelos neoliberais. É nesse sentido que devemos entender o turismo em suas múltiplas relações. É nesse sentido, também, que se faz necessário um planejamento consistente da atividade turística, politicamente correto e socialmente justo, que leve em consideração não só os interesses dos agentes de mercado do turismo, mas também os do visitante e do visitado.

Atualmente, o estudo do fenômeno turístico tem aumentado bastante, principalmente entre os economistas, antropólogos, sociólogos, turismólogos e geógrafos. A Geografia dirige seu foco para diversos momentos desse processo, seja no lugar de origem, no deslocamento e, principalmente, no lugar de destino. Pode-se afirmar que existe uma relação estreita entre geografia e turismo, pois, este só pode ser explicado a partir do estudo do espaço geográfico, considerando que o turista “viaja” para conhecer “lugares”.

Os estudos em Geografia do Turismo dizem respeito à análise dos espaços geográficos transformados em espaços para o turismo, tentando compreendê-lo no tempo e no espaço. É bom lembrar Cruz (2007), quando coloca que o principal objeto de consumo do turismo é o espaço, que é transformado em mercadoria e inserido no circuito de troca. Essa mercadoria é uma mercadoria especial, pois aquele que a “compra” tem apenas um momento de apropriação desse espaço enquanto visitante em um lugar diferente do seu cotidiano.

Se o turismo se faz pelo consumo do espaço pelo turista e é uma atividade produtiva que transforma os espaços para a sua realização, devemos lembrar Milton Santos (2008), para quem a interpretação do espaço deve levar em consideração que este é formado por um sistema de objetos e ações que não podem ser considerados isoladamente, senão dentro do contexto histórico

em que acontecem, sendo indissociáveis e também contraditórios.

Amazônia no contexto do turismo

A construção da Amazônia como porção do espaço brasileiro e de patrimônio da humanidade reflete bem as contradições existentes na sua longa história de ocupação e domínio. Os interesses capitalistas se fizeram sentir desde o início da colonização e se intensificam ainda hoje. Os conflitos criados no sentido de preservar a região, tida como um dos últimos recantos da natureza primitiva, entretanto, não inviabilizou a exploração de suas riquezas, seja de modo legal ou ilegal, e também de sua gente.

O modelo de ocupação da Amazônia, em tempo recente, foi centrado na perspectiva da urbanização da região, seja em polos de desenvolvimento industrial ou agrícola, fato bem analisado por Bertha Becker (1998). É desse período, também, a proposta do governo militar de um malsucedido programa de turistificação da Amazônia que ao invés de espelhar as belezas naturais acabou por expor a degradação ambiental provocada pelo avanço capitalista na região. O turismo seria uma forma de exploração racional dos recursos naturais e culturais sem destruir a Amazônia? Essa é uma questão que carece de mais estudos. Os casos existentes apontam para uma preocupação dirigida às capitais da região. Os *resorts* são um exemplo de inserção da atividade turística totalmente descolada da realidade amazônica. O nome “selva” ou *jungle* não transformam os hotéis e seus atrativos em atividade ecologicamente correta (CRUZ, 2003).

Parintins é, por sua vez, uma referência de turismo no centro da Amazônia (Parintins é considerado um dos 68 destinos turísticos pelo Ministério do Turismo). O Festival Folclórico tornou-se um ícone da cultura amazonense dentro do imaginário popular de cultura amazônica e brasileira.

O estudo do turismo requer múltiplos olhares e é nesse sentido que este trabalho caminhará. A Geografia, como ciência que tem se dedicado também ao estudo da relação da sociedade com o meio onde vive, tem condições de abordar o turismo de forma ampla, compreendendo os processos de produção e transformação de novos espaços. Métodos de análise empregados pela Geografia possibilitam essa abordagem, seja através da observação criteriosa e crítica, seja pela análise da relação material e simbólica que a sociedade mantém com o lugar, sem esquecer a análise como essa

produção do espaço se dá, dentro de um contexto capitalista globalizado.

Turismo para a Amazônia: turismo de natureza e ecoturismo

Cabe fazer algumas considerações sobre as políticas direcionadas à Amazônia, visto ser essa a maior região do país e ser uma região de grande expressão internacional, principalmente ligada à sua biodiversidade e sua extensa bacia hidrográfica, cortada pelo grande rio Amazonas. Teoricamente um expressivo destino turístico, mas que devido a incipiente infraestrutura e elevados custos de transporte ainda não é o principal destino de turistas internacionais no Brasil.

Desde o início do século passado a Amazônia desponta, na mente dos brasileiros de lá, como um “lugar das possibilidades”, de exploração, da riqueza e do lucro. O Plano de Desenvolvimento da Amazônia tinha como orientação a integração desse espaço à economia nacional via a instalação na região de polos de desenvolvimento que irradiariam o desenvolvimento para toda a região. Baseada em incentivos fiscais e financeiros para as empresas, pouco deu valor aos impactos ambientais que poderiam advir com a abertura e pavimentação de estradas e infraestruturas dentro da floresta.

Ao mesmo tempo os militares lançaram o I Plano de Turismo da Amazônia, no mesmo sentido, priorizando a implantação de uma infraestrutura pela iniciativa privada para o turismo. Andrade e Tavares (2011) ao criticarem esse modelo afirmam que a imagem da região ficará mais marcada pela degradação ambiental provocada pela abertura de estradas na floresta que por seus atrativos turísticos. São categóricas em afirmar que a política de integração amazônica da década de 1970 pode ser pensada como um “vetor de estímulo ao turismo na região, mas também como o vetor de uma imagem Amazônica vitrine da degradação ambiental”. As autoras caracterizam dois tipos de públicos desse processo: um primeiro atraído pelos negócios da Zona Franca de Manaus de forma majoritária e o segundo, motivada pela descoberta do exotismo da Amazônia. Por conta disso, o modelo de turismo implementado até então, caracteriza-se por uma turistificação totalmente dissociada da presença das populações locais. Da mesma forma, ainda hoje, percebe-se que os lugares turísticos da região ainda funcionam de maneira “mal integrada e principalmente que eles dinamizam pouco um espaço bastante limitado da maior floresta brasileira” (ANDRADE;

TAVARES, 2011).

Já na década de 1980, a implantação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) na Amazônia, não correspondeu ao desejado pelo governo federal, visto as dificuldades dos municípios para sua implementação.

Um projeto específico para a região só poderia estar ligado ao seu potencial ecológico e a força que tem o apelo à natureza e a sua conservação. Desde o começo do século XX já vem se discutindo os impactos que a ação do homem vem provocando aos recursos naturais e os reflexos dessa ação na qualidade de vida da sociedade. Nos anos 1960, movimentos ecológicos preservacionistas apontam a necessidade de se coibir a avanço da sociedade industrial sobre o meio ambiente através de reservas ambientais. Essas reservas estariam longe da ação humana e abertas a contemplação daqueles que quisessem sentir a natureza na sua totalidade. Apesar de aceito por alguns estados, a criação de reservas criou um conflito em uma sociedade que depende, e cada vez mais, dos recursos naturais para a produção e o consumo. Em torno dessa discussão chega-se, em 1972, à I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente da ONU, realizada em Estocolmo, onde o documento de referência, produzido pelo Grupo de Roma, denominado Limites do Crescimento, apresentava severamente a necessidade de se encontrar o ponto ótimo para a exploração dos recursos finitos da natureza, sem o qual os danos oriundos dessa ação poderiam comprometer a vida no planeta. Estavam colocadas as bases para a crescente discussão sobre os rumos da humanidade sobre esse planeta, na sua relação com os grandes ecossistemas e os fragmentos ainda existentes dos recursos naturais. A água saudável já estava atingindo seu limite de oferta e já existem problemas de abastecimento e sede em várias partes do mundo. Fala-se inclusive em mudança de paradigma por conta dessa calorosa discussão.

Outros eventos se sucederam como a Rio-92, a II Conferência Mundial sobre meio ambiente e Desenvolvimento, que abre a discussão sobre um “desenvolvimento sustentável”, conceito esse carregado de ideologia para o lado que o defende sem, contudo, atingir os efeitos desejados nos países e comunidades locais que mais sofrem com os problemas de pobreza e degradação ambiental.

Envolvido nessa atmosfera, o governo brasileiro cria nos anos 1980 a

Política Nacional do Meio Ambiente, cria ainda, com a ajuda da sociedade brasileira, um parágrafo todo dedicado ao meio ambiente na Constituição Federal de 1988.

No tocante ao turismo, o destaque estava em torno de um turismo ecológico, um turismo sustentável ou um ecoturismo. Tanto é que em 1994 foi estabelecido as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, coordenado pela Embratur, empresa pública encarregado do turismo no Brasil. No documento o ecoturismo é tratado como um seguimento da atividade turística, capaz de atuar de modo sustentável sobre o patrimônio natural e cultural, inclusive incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, levando em consideração o bem-estar das populações envolvidas. O governo acreditava que o momento era propício para a implementação do ecoturismo como alternativa sustentável de desenvolvimento, tendo em vista o aproveitamento racional do potencial ambiental dos seus recursos. Os grandes ecossistemas citados no documento são a Amazônia, o Pantanal, o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica entre outros.

Dentro do PNMT foi criado um programa destinado exclusivamente a atender o turismo na Amazônia, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia (Proecotur) com o objetivo de desenvolver o ecoturismo de forma sistemática na região. A criação de polos ecoturísticos é um dos mecanismos para viabilizar esse programa, associado a outras ações do PNMT já citadas.

Diferentemente da costa litorânea, onde se explora o turismo “sol e praia”, na Amazônia o Proecotur viabilizou o ecoturismo praticado nos hotéis de selva. A crítica a esse modelo de turismo está no confinamento dos turistas ao território controlado pelo empreendimento, totalmente distinto da essência do conceito de ecoturismo.

Segundo Cruz (2003), o turismo planejado para a Amazônia, via Proecotur, considerando os aspectos peculiares da região, como a extensa rede hidrográfica que lhe serve como vias de transporte e a falta de infraestrutura para atender um turismo mais adensado para viabilizar um turismo de massa, faz-se necessário “envolver cidades como nós de uma rede de distribuição dos fluxos turísticos” (p.97).

Cruz (2003) percebe que o ecoturismo na Amazônia tem muito a ver

com a valorização do setor turístico dada pelas políticas públicas, com o crescimento do seguimento turístico de natureza, com a permanente necessidade de expansão territorial e diversidade do mercado de destinos turísticos, tendo, portanto, muito pouco de natural. Sem falar que o turismo se efetivará na zona rural, o que preocupa a autora pelo do contato, muitas vezes “pernicioso” dessas comunidades com uma cultura trazida pelo turista.

Importante considerar as afirmações de Cruz quando assevera que essa estratégia de desenvolvimento regional criada pelo Proecotur.

(...) promove a concentração espacial de estruturas e de fluxos de visitantes, aparece não apenas como uma opção do planejamento físico-territorial do turismo; ela é a opção política, orientadora de um planejamento espacial segregador de turistas e residentes (2003, p. 97).

Apesar de passado vários anos depois do lançamento do PNMT e outras ações com vista à melhoria do turismo na região, ainda hoje a atividade carece de uma maior atenção e de um aprofundamento da discussão sobre o turismo enquanto uma prática social, isso quer dizer um envolvimento da sociedade local nos destinos e gestão do turismo, pois afeta ou afetará a todos onde o turismo se dá. Assim, o planejamento do turismo tem que levar em conta a participação de todos os segmentos envolvidos, poder público, agentes do turismo, empresário, entidades civis organizadas, ONGs e, principalmente, a comunidade interessada.

Peculiaridades do turismo no Amazonas

O Estado do Amazonas, o maior estado da federação, apesar de se reconhecer seu imenso potencial ecoturístico, com boa parte de sua floresta conservada e rica biodiversidade, tendo, inclusive, recebido do Governo Federal o título de “Estado Referência para o Ecoturismo”, não tem o ecoturismo como sua principal atividade econômica (COSTA NOVO, 2004; FARIA, 2001).

Contudo, o turismo no Amazonas vem crescendo anualmente. Não é de hoje que vem crescendo no imaginário das pessoas uma visão de Amazônia, atraindo turistas que querem conhecer o “último reduto de floresta”; “o maior rio de água doce do mundo”; “a maior biodiversidade do planeta”; e outros

novos e antigos mitos que cercam o imaginário da população como o “pulmão do mundo”; “a terra das amazonas”, “El dorado” e outros.

Como diz Martinelli (2001), o simbolismo da imagem, que emerge do inconsciente, oferece um mundo de possibilidades para o imaginário e em busca dessa paisagem, viaja-se.

Essa imagem ainda é vendida pelos responsáveis de divulgar o país mundo afora. São mensagens carregadas de ufanismos e de forte apelo do verde, do ecológico, de proteção do planeta. As terras onde habitam os últimos povos que ainda vivem como selvagens, sem contatos com a sociedade dita moderna, ou mesmo, os nativos, indígenas que mantêm uma intensa ligação com a floresta. É isso que atrai, em boa medida, os turistas para a região. O anúncio realizado para a venda de passagens em transatlânticos que fazem roteiro pelo rio Amazonas e que param na “Boca da Valéria” (no município de Parintins), dão a dimensão desse imaginário.

Boca da Valeria (Amazon River), Brazil: Boca da Valeria is a remote village at the confluence of the Rio da Valeria and the Amazon. Approximately 75 people live in this minute village, surrounded by the great rain forest of the Amazon Basin. Life here is a startling contrast to life in Brazil's modern Amazonian cities of Santarem and Manaus. In this tiny fishing village, see firsthand how the people of the Amazon live. Experience their culture as you visit their village. (Site da Princess Cruises: http://www.princess.com/learn/ports/south_america/ports/BV1.html, em março de 2010).

Nessa mensagem é possível perceber a visão estereotipada de um lugar na Amazônia. Com certeza, o turista espera encontrar um lugar primitivo, com uma população no limite da pré-história. É bem verdade que o lugar fascina devido sua beleza natural e é claro a vida simples do caboclo-ribeirinho da Amazônia. Longe de ser um “índio”, a vida nas comunidades amazônicas pode surpreender quem a vê pela primeira vez. Todavia, a Boca da Valéria está longe de ser uma síntese das populações amazônicas como quer o anúncio da empresa.

Ecoturismo, turismo no Amazonas

Na Amazônia, e em especial no Amazonas, a prática do ecoturismo

tem sido caracterizada pela criação de novas territorialidades (hotéis de selva), como já foi citado anteriormente. Segundo Cruz, na Amazônia o que predomina é a ação-atuação da iniciativa privada, agentes de mercado e planejadores territoriais, nesse caso, o próprio Estado, na turistificação dos lugares. Ela não obedece a nenhum planejamento, sendo resultado de “ações espontâneas, isoladas e interesseiras de agentes de mercado” (2003, p. 106)

Para a autora, esse “isolamento territorial de turistas tem como uma de suas principais consequências a supressão da possibilidade de interação entre turistas e população residente” (CRUZ, 2003, p. 113).

Como já foi dito, o ecoturismo é um dos segmentos que mais atrai turistas para a região, porém ele não pode ser praticado de qualquer forma. O turismo praticado pelos diversos empreendimentos na região é denominado como ecoturístico, sendo que, no entanto, trata-se apenas de um turismo “na selva”, sem a devida valorização da cultura e diversidade de vida e do meio ambiente.

Mesmo com a municipalização, e que os municípios tenham uma estrutura administrativa ligada ao turismo, é preciso instituir normas para o uso do território e fiscalizar o seu cumprimento. Ainda, é preciso que populações tradicionais e a população envolvida sejam os maiores sujeitos nesse contexto, pois devem direcionar o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, além de ajudar a fiscalizar os possíveis impactos ao meio ambiente e não permitir a exploração da mão de obra ou subjugar a cultura local.

Turismo em Parintins, seus atrativos e suas características

A prática do turismo em Parintins ocorre há muito tempo. Desde tempos coloniais o lugar já era ponto de parada obrigatória dos que viajavam pelo rio Amazonas. Não podemos esquecer que a cidade de Parintins é um dos pontos modais na viagem entre Belém e Manaus. Quem viaja neste sentido, para o interior da Amazônia, via rio Amazonas tem a possibilidade de passar em cidades como Breves, Gurupá, Almerin, Monte Alegre, Santarém, Óbidos, Juruti, Parintins e Itacoatiara. Pedro Teixeira e depois outros colonizadores investidos de poder ou santidade e cientistas que vieram estudar a Amazônia, todos passaram por Parintins.

Por ser apenas lugar de parada para abastecimento, descanso (repouso) e coleta de lenha para as embarcações não representa

necessariamente uma atividade (atrativo) turística, mas o lugar deixa a impressão de desbravamento, de mais um espaço conhecido, que vai ser lembrado, relatado, desenhado ou fotografado, dependendo da época, um lugar que deixa marca na memória.

Com certeza a Parintins de hoje continua a deixar marcas naqueles que apenas passam, como naqueles que ficam, nem que seja por algumas horas, como é o caso dos turistas dos transatlânticos, sejam passageiros ou tripulantes, e que levam um pouco desse lugar turístico nas lembranças (souvenires), na fotografia ou somente na memória.

Vários autores já se dedicaram ao estudo do Festival Folclórico de Parintins ou da festa que envolve a rivalidade entre os dois Bois-bumbás, Caprichoso e Garantido (BRAGA, 2001; VALENTIN, 2005).

Braga (2001) em “Os Bois-Bumbás de Parintins”, que é resultado da sua tese de doutorado, faz uma profunda descrição e análise antropológica e social da festa dos Bois-bumbás de Parintins. Antes faz uma contextualização histórica da evolução da cidade e do próprio festival, para depois interpretar as diversas manifestações dos traços (etnográficos) do Boi, o auto do boi, a trama, o rito, o mito, os signos, as manifestações religiosas e culturais para, enfim, chegar a “ideologia do folclore”. Essa ideologia estaria inscrita no corpo dos brincantes, no batuque, no canto e na dança. Mas o autor acrescenta que ela veicula uma outra, a “ideologia de mestiçagem”, ou seja, uma forma simbólica de ignorar os conflitos sociais, de classe e étnicos encenados na festa dos bois que chama todos para brincar, confundindo-os com a ideia de mestiçagem. Em Parintins, diferentemente, de outros lugares onde se dança o boi, uma nova versão é concebida, quando se apropria da imagem do índio e da Amazônia para criar uma identidade regional “cabocla”.

Valentin (2005) descreve o festival dos Bois com um olhar mais artístico e voltado para uma análise sistemática para a disputa entre os “contrários”, o Garantido e o Caprichoso. Para o autor é na rivalidade dos Bois que se faz a festa, é a “força propulsora” que instiga as duas agremiações à renovação e à superação. É essa rivalidade que dá a identidade do parintinense e de todos que brincam a festa, pois ela se fixa no imaginário das pessoas e da geografia local. É ao transformar esse possível conflito em festa que a rivalidade entre os dois bois passa a ser um objeto de estudo. Segundo o autor, ao longo dos anos, o festival foi aperfeiçoado, incorporou regras, fazendo com

que os “contrários”, os Bois de Parintins, passassem de uma simples festa de rua para se transformar num evento monumental, não só amazonense, mas mundial.

O Festival dos bois se notabilizou a partir de 1994 com a divulgação em canal aberto do evento. Neste ano grandes patrocinadores foram incorporados ao evento, principalmente uma emissora de televisão, a coca-cola, uma cervejaria e um grande banco. Tudo isso deu uma dimensão midiática ainda não experimentada pelas referidas agremiações. Ao mesmo tempo o luxo e a riqueza de detalhes foram sendo incorporadas. Artistas do festival de Parintins ganharam notoriedade e foram, inclusive, contratados por grupos carnavalescos do Rio de Janeiro e depois de São Paulo. Hoje o festival de Parintins é o maior evento folclórico do estado do Amazonas e Parintins um dos 65 municípios indutores do Brasil.

A cidade se prepara para o festival durante o ano todo. As agremiações folclóricas de Bois antecipam a definição do tema e o “enredo”. Desta forma os diretores de arte podem fazer suas pesquisas e definir o “desenho do boi”. Até mesmo os compositores de toadas definem suas composições que colocadas à disposição da comissão folclórico e diretores dos Bois, geralmente em concursos de toadas, podem vê-las sendo tocadas durante o evento.

O Festival Folclórico de Parintins é um evento composto por uma competição entre quadrilhas geralmente, na semana anterior ao evento principal que hoje se realiza no último fim de semana do mês de junho. Antes eram nos dias 26, 27 e 28 de junho, este último, Dia de São João.

Todavia, a preparação das duas agremiações ganha caráter de festival e de rivalidade já a partir do mês de abril quando são lançados os CDs e DVDs dos dois Bois para o festival. Em anos anteriores esse lançamento era único e se fazia numa grande festa, tanto no curral do boi Garantido como do boi Caprichoso. Nos últimos 3 anos com a inserção do DVD nos dois grupos, a gravação do DVD e CD é motivo de uma grande festa e rivalidade. Essa rivalidade que estamos falando se refere a uma guerra midiática e de público. Ambas as agremiações divulgam seus eventos e conclamam o público parintinense e manauara a prestigiar. São milhares de pessoas, fãs das agremiações, que são atraídas tanto da cidade e seus arredores, aí incluindo os municípios vizinhos, como de Manaus e região metropolitana, também. Difícil

definir qual atrai mais público, mas ambas se definem como a melhor e a que levou mais público para o seu evento, e assim acontece com todos os demais eventos realizados na preparação para os três grandes dias do Festival de Parintins.

Conclusões

O turismo em Parintins depende hoje basicamente do que acontece no seu Festival Folclórico. São recursos federais, estaduais e privados que movimentam a economia da cidade e da capital, haja vista que boa parte dos insumos utilizados nos galpões dos Bois são comprados em Manaus e em São Paulo. A cidade se refaz a cada festival e, por isso, essa dinâmica impõe aos que querem compreender o turismo uma constante reflexão e redefinição dos conceitos e métodos utilizados para sua análise.

Mas, também, como uma atividade humana, como diz Knafou (2001), está sujeita aos conflitos resultantes dos interesses antagônicos de uma sociedade de classe em um mundo globalizado. Assim, o que se projeta para Parintins e seu Festival nem sempre tem suas raízes neste terreno, quiçá, nem mesmo no Brasil. No entanto, é possível se pensar para além do Festival e caminhar para um turismo com maior envolvimento das comunidades urbanas ou rurais, de modo que após o Festival não fique somente o grande acumulado de lixo orgânico e não orgânico, além de resíduos das grandes estruturas de isopor, madeira e metal com que são produzidas as alegorias como um passivo a ser absorvidos por todos. Já foi dito que a cultura do boi-bumbá tem a participação da população, não só nos três dias da grande festa, mas se dá ao longo do ano e no período de ensaios e festas de rua. Agora cabe pensar o turismo como uma atividade econômica que pode ajudar a melhorar as condições de vida e de renda da maioria da população.

Desta feita, é preciso (re) pensar o turismo para a região e em particular para o estado do Amazonas e para Parintins. O turismo tem que deixar de ser aquela atividade de momento, independente e desarticulada do todo. O todo é o cotidiano do lugar, o cotidiano da sociedade, o seu dia a dia, suas relações com o meio ambiente, suas manifestações simbólicas, culturais, religiosas, artísticas, políticas e econômicas. O turismo tem que perpassar o sentido de ser da população local caso queira permanecer como uma atividade importante para o município (e para o Estado). É preciso repensá-lo e planejá-

lo adequadamente, implicando envolver toda sociedade nisso. Esse envolvimento não pode ser como mero coadjuvante, mas que os frutos do turismo possam ser colhidos por todos, inclusive pelos que são afetados diretamente pela presença dos turistas.

Referências

AZEVEDO FILHO, João D'Anuzio Menezes de. A Produção e a Percepção do Turismo em Parintins, Amazonas. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientador Dr. Marcello Martinelli. São Paulo, 2013.

ANDRADE, Terence K.; TAVARES, Maria Goretti. O projeto de integração amazônica visto pela turistificação dos lugares. *Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de Geografia*, N^o. 14, 2012.

BECKER, Bertha K. Amazônia. 3^a ed., São Paulo: Ática, 1994 (série Princípios).

BRAGA, Sergio Ivan Gil. Os Bois-Bumbás de Parintins. Rio de Janeiro: Funarte: EDUA, 2002 (Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP; orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Aparecida Montes). Publicado em Livro.

COSTA NOVO, Cristiane Barroncas M. O território do turismo de base comunitária na Amazônia: a experiência da pousada Aldeia dos Lagos em Silves – AM. Anais do XI Encontro Nacional de Turismo de Base Local: Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios. Niterói – RJ, 12 a 14 de abril de 2010. p. 1154-1172.

CRUZ, Rita de Cássia A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In.: BARTHOLLO JR, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1^a. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 92-107. Disponível em <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>, acesso em 10.02.2011.

CRUZ, Rita de Cássia A. A geografia do turismo: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Rocca, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia A. Introdução à geografia do turismo. 2^a ed. São Paulo: Rocca, 2003.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Ayr A.B. Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3^a ed. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 62-74.

MARTNELI, Marcello. Cartografia do turismo e imaginário. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). Turismo rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001, p. 151-170 (Col. Turismo Contexto).

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado, 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008 (Col. Milton Santos).

URRY, John. O olhar do turista, lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 2ª ed. São Paulo: SESC/Studio Nobel, 1996 (tradução de Carlos Eugenio M. de Moura).

VALENTIN, Andreas. Contrários: a celebração da rivalidade dos Bois-Bumbás de Parintins. Manaus: Valer, 2005.



MEIO AMBIENTE, RURALIDADES & SOBERANIA ALIMENTAR

É importante desenvolver pesquisas que busquem compreender melhor territorialidades rurais e elementos funcionais da economia, cultura e alimentação, bem como elementos da natureza. E acima de tudo que procurem compreender as implicações que as mudanças engendram na vida dos amazônidas, oriundas principalmente da racionalidade do mundo “moderno”.

Compreender aspectos sociais, ambientais e culturais, sob o ponto de vista do território, e entender territorialidades de sujeitos sociais que nele vivem por meio da análise de seus *modos* de vida, agricultura, alimentação e dos aspectos físico-químicos das microbacias hidrográficas, foi o principal desafio dos trabalhos apresentados, pois a perspectiva do território, assim como do lugar, abre um campo abrangente que permite interligar sociedade, ambiente e cultura. Essas dimensões são interdependentes e estão intimamente interconectadas, se relacionam e se transformam mutuamente. Alterações em uma causam transformações na outra.

Portanto, é necessário buscar o equilíbrio entre a sociedade e o ambiente, sendo essa condição *sine qua non* para se alcançar a sustentabilidade em suas vertentes social, ambiental, econômica e cultural.

As discussões presentes nos artigos podem auxiliar o poder público municipal a promover ações e projetos voltados aos territórios rurais, tendo em vista assegurar melhor qualidade de vida às pessoas que ali vivem.

Tempo, Espaço e Lugar nas Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, em Juruti/PA

SANDRA HELENA DA SILVA

Profa. Dra. do Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (Icsez/Ufam)

SANDRA DO NASCIMENTO NODA

Profa. Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGCASA/Ufam)

As Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves são sistemas ambientais de várzea localizados a jusante do Rio Amazonas, em território Paraense. São duas Ilhas banhadas em todas suas fronteiras por esse rio, o qual condiciona o ser e fazer dos agricultores familiares moradores desse local. O objetivo desse estudo foi analisar cartografias sociais das Ilhas, enquanto lugar, a partir da realidade construída pela percepção de mulheres cultivadoras dos agroecossistemas locais.

O paradigma dialético da complexidade sistêmica (MORIN, 2008) foi o aporte teórico metodológico para o caminhar desse estudo, visto esse oportunizar um olhar específico para as interações entre o todo e as partes compostas no sistema ambiental das Ilhas, além da dinâmica de circularidade e recursividade presentes nessas interações. Tempo, espaço e lugar são os conceitos centrais desse estudo, as quais promoveram uma maior compreensão sobre as interações endógenas e exógenas constituidoras do ser e fazer das cultivadoras. Foram participantes dezessete mulheres, cultivadoras de uma diversidade de espécies alimentares e não alimentares, sendo oito da Ilha do Valha-me-Deus e nove do Chaves. Essas mulheres foram selecionadas a partir da sua interação praxica com os sistemas produtivos agrícolas nas Ilhas, visto essa interação promover uma maior percepção sobre o espaço vivido. O delineamento dessa pesquisa seguiu os princípios do estudo de caso múltiplos, apontados por Yin (2015).

Tempo, Espaço e Lugar – conceitos centrais

Lugar e espaço conceitualmente apresentam sentidos diferentes, mas se materializam de forma totalmente associadas num movimento de recursividade, o qual cada um dá forma e significado para o viver humano. Lugar refere-se a sentimentos de segurança, afeto e bem estar; representa o lar, o abrigo; oportuniza recordações dos tempos vividos na infância, das histórias dos antepassados, os quais lhe dão significados existenciais, um sentimento de pertença (TUAN, 1983).

Para Milton Santos (2006), tempo, espaço e lugar estão associados com as técnicas e objetos produzidos em cada momento histórico, sendo esses os indicativos das transformações sociais e histórias dos modos de produção.

O lugar atribui às técnicas o princípio de realidade histórica, informa o seu uso, integra-as ao conjunto da vida, retirando-as de sua abstração empírica, e dando-lhes um sentimento de afetividade histórica. O lugar revela uma referencia pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas o lugar é, também, o teatro das paixões humanas, das manifestações da espontaneidade e da criatividade. Em tempos hodiernos o lugar é ao mesmo tempo, um objeto de uma razão global e de uma razão local, as quais convivem dialeticamente (Ibid. 2006).

O espaço é a liberdade, a aventura, é a capacidade de mover-se, gerador de insegurança; é o recurso criador de riqueza e de poder, quando explorado adequadamente. Quando o espaço passa a ser inteiramente familiar torna-se lugar (HARVEY, 2004; TUAN, 1983).

O espaço, também, pode ser concebido como aquele onde se cria e recreia por meio de condições ofertadas para a produção, para a circulação, para a moradia, para as interações humanas, para o exercício da política, das religiões, para as atividades de lazer e como condição para o bem estar social e econômico (SANTOS, 2006). O espaço é dinâmico e está sempre em transformação, mudando sua fisionomia, sua estrutura, suas aparências e relações.

O tempo é representado pelas lembranças imóveis, pelos fluxos de pensamentos, informações e conhecimentos, os quais se referem a lugares e espaços vividos indicando a intrínseca associação entre as categorias tempo, espaço e lugar. O tempo, para Tuan (1983), está contido em “todos os lugares nas ideias de movimento, esforço, liberdade, objetivo e acessibilidade”.

Santos (2006) indica o tempo, espaço e o mundo como realidades históricas, as quais estão associadas recursivamente e numa perspectiva totalizadora. O ponto de partida para a compreensão dessas realidades é a sociedade humana e sua organização. Por meio do processo de produção, o espaço torna o tempo concreto; o tempo do processo de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação.

Estas categorias são básicas para a existência humana e se objetivam nas práticas materiais e imateriais da reprodução social. São as formas temporais e as estruturas espaciais que definem a representação do mundo de um determinado grupo e esse se organiza de acordo com esta representação.

“Há um tempo e lugar para tudo”, esta máxima, noção do senso comum, representa como o grupo organiza seu cotidiano, assim como os papéis sociais e o conjunto de prescrições, para manutenção da ordem social, dando sentidos sociais aos espaços e tempos (HARVEY, 2004).

Partindo destas premissas, têm-se as cartografias sociais como ferramentas que materializam a representação das cultivadoras quanto ao seu sistema ambiental, num tempo e espaço definidos. As cartografias sociais foram elaboradas a partir do mapa mental criados pelas próprias cultivadoras no ano de 2014.

Cartografia social – Ilha do Valha-me-Deus

Na Ilha do Valha-me-Deus (Figura 01) tem destaque as áreas dos lagos, furos e o Rio Amazonas. O elemento água influencia o modo de vida dos moradores das Ilhas pesquisadas.

O Rio Amazonas circunda toda Ilha, é fonte de alimento e de renda monetária; fornece a água para o consumo familiar e para os animais; é espaço de navegação e fronteira entre outros tantos espaços regionais; é onde circulam transatlânticos e navios cargueiros transportando inúmeros turistas, materiais advindos de países europeus, americanos e asiáticos.

Figura 01 – Representação gráfica de cartografia social da Ilha do Valha-me-Deus, Município de Juruti, PA. 2014.



Fonte: Cartografia social Mapa mental elaborado pelas cultivadoras, em fevereiro de 2014.
Organizado em programa computacional *corel draw* por Sandra Silva (2015).

No espaço das águas do rio, dos furos e lagos, os moradores pescam, tomam banho, lavam as roupas, fazem os batizados. As águas, nestes lugares, alimentam o corpo e o espírito dos povos varzeanos. As terras, espaço dos cultivos e atividades criatórias, surgiram há pouco mais de cinco décadas. Relatam que, antigamente, era uma grande área de praia, tudo areia, com o tempo veio à vegetação. As mulheres retratam os cultivos da malva (*Urena lobata* L.) e da melancia (*Citrullus lanatus* Thunb.), bem como das árvores frutíferas como a mangueira (*Mangifera*); e as cercas para separar os terrenos. Há o campo de futebol de uso exclusivo dos não frequentadores da Igreja. Neste espaço, encontram-se diversas espécies arbóreas típicas da área de várzea, como umbaúba (*Cecropia spp.*) e a castanha do macaco (*Couroupita Guianensis*). Recentemente, duas novas famílias (família Bruce) ocuparam esta área, construindo suas casas e como criadores de bubalinos.

Entre as áreas do roça e criação de animais há um furo, com tamanho e profundidade suficiente para navegar as embarcações dos moradores da Ilha, além daquelas destinadas a fazer viagens, levando passageiros, conhecidas

como barco de “recreio”¹, para as cidades próximas, como Parintins/AM e Juruti/PA. No período das cheias, parte da ponte, que separa a área da roça e a restinga da Ilha, é retirada para a passagem dos barcos.

Os moradores da Ilha construíram suas casas, desde o início do século XX, na área de restinga, considerada por eles a parte mais alta da Ilha. Os estudos de Noda et al. (2013), em áreas de várzea, evidenciam as restingas como espaços favoráveis à ocupação humana.

As casas na Ilha são semelhantes, assim como na cartografia; algumas possuem um colorido diferente, visto alguns moradores as pintarem, para dar um destaque às mesmas. São de madeira, em sua maioria, sendo de alvenaria apenas a Escola, o Posto de Saúde, a Igreja e a Casa Pastoral.

As terras e as águas, em geral, são de uso comum. Contudo, as primeiras, para o uso da agricultura precisam ser cercadas para impedir a entrada dos búfalos. Em tempos recentes esses animais têm sido criados, sem técnicas de manejo, por toda Ilha do Valha-me-Deus. Cada morador da Ilha tem sua área destinada para o plantio de espécies alimentares e não alimentares, sendo as cercas imaginárias, não definidas concretamente, por meio de documentos; as cercas somente são instaladas por parte de alguns dos agricultores para proteger seus cultivos, nos períodos da vazante e seca.

Recentemente, as cultivadoras afirmaram a predominância do uso das terras, pelos descendentes da família Bruce, para a criação dos bubalinos, esses afirmando serem os proprietários das terras, visto seus ancestrais terem sido os primeiros a ocuparem a área. Nesse sentido, observa-se uma hierarquia social interna, gerando conflitos entre agricultores e criadores de gado e uma presente desigualdade no uso dos recursos ambientais.

A Igreja Assembleia de Deus tem um grande destaque na Ilha e serve de ponto de referência para a mesma. A ponte foi construída com propósito de conduzir os moradores e visitantes ao centro da Ilha, em frente à Igreja. Sua localização no espaço da Ilha, assim como sua imponência, simboliza o valor da religião para os moradores dessa localidade.

A Ilha se divide em duas partes tendo como referência a Igreja: há os moradores da parte de baixo, os situados à direita da mesma e da parte alta, na parte esquerda. Os pontos de encontro, reuniões acontecem em frente à Igreja

1. Barco de recreio – denominação regional para transporte fluvial de pessoas e mercadorias.

ou no salão da mesma.

A Igreja Protestante é uma referência para a organização espacial e temporal da vida dos moradores. A Instituição religiosa define os papéis e espaços, para os moradores, até mesmo, para aqueles não frequentadores – os desviados. Relatam seguir a doutrina do Antigo Testamento. Nesse prevalece uma ética racional da ascese protestante, de autocontrole do corpo e do espírito, na busca do aperfeiçoamento moral (WEBER, 2005).

Todas as suas ações, seus trabalhos são para adorar e glorificar a Deus. As cultivadoras relatam o quanto oram para que os cultivos e animais de criação se desenvolvam e garantam melhores condições de bem-estar social e econômico. Ao plantar ou criar animais, tem consciência de que parte da colheita ou da renda será destinada à Igreja. Pode ser um alimento a ser oferecido para o pastor e sua família e/ou o dinheiro, resultante da comercialização dos produtos agrícolas, o qual é destinado ao dízimo mensal.

A instituição religiosa mantém uma vigilância contínua (BAUMAN, 2003) sobre todos os seus fiéis, as casas são próximas uma da outra, podendo cada morador ser observado por seu vizinho. Além do pastor, há na comunidade os representantes da Igreja, com autoridade, tal qual a do pastor, denominados de presbíteros, os quais colaboram na vigilância e manutenção da ordem da comunidade.

Esta espacialização das casas dá um sentido de segurança, pois estão sendo cuidados por seus pares, mas também de controle e privação de liberdade. Tudo que acontece no ambiente privado de um morador será conhecido por todos. Ao mesmo tempo se observam os cuidados e atenção para com os vizinhos, no sentido de vigilância, há também, uma falta de apoio econômico, financeiro. Podem-se encontrar casas com pouco alimento para toda família e nenhum vizinho para acolher ou ajudar. Quando se trata de questões econômicas, as relações sociais seguem uma lógica diferenciada da religiosa, da comunal.

As relações sociais na modernidade passam a seguir uma lógica mais utilitarista, prevalecendo características da individualização (MOCELLI, 2011), o senso de comunidade se mantém apenas artificialmente num tempo e espaço específicos para atender os interesses comuns, no caso da Ilha do Valha-me-Deus, tudo aquilo relacionado com as atividades da Igreja.

O maior exemplo da racionalidade econômica prevalecer sobre os

princípios religiosos de ajuda ao próximo, são as criações de bubalinos que têm degradado espaços nas margens de lagos, furos e rios, além de destruir áreas de cultivos, se alimentando das plantas. Os criadores são irmãos, dizimistas da igreja e afirmam viver uma vida fundada no ascetismo religioso, contudo, suas ações têm manifestado um caminho contrário, de destruição e desigualdade.

Mas, como afirmava Weber (2005), sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, a associação entre os princípios protestantes com o capitalismo, só fez com que este último se desenvolvesse a partir não só de uma racionalidade científica, mas também religiosa, colocando o trabalho e a produção da riqueza, independente de sua natureza, como vocação a serviço de Deus.

A manutenção das casas próximas umas das outras, além do controle social, instituído pela religião, pode ser identificada como um movimento de resistência à mobilização do capital (PINTO, 2010), para a manutenção dos moradores na Ilha, apesar de todas as limitações e desafios no cotidiano. Manterem-se próximos, com senso de coletivo, unidos pelos laços consanguíneos, além da posse da terra e dos meios de trabalho, ainda dão condições de serem reconhecidos como agricultores familiares de áreas de várzea, trabalhadores das terras e das águas amazônicas.

As águas, bens comuns e espaço de trabalho, são fonte de renda monetária e alimento para as famílias, devido a diversidade de espécies de peixes. Competindo por este espaço há a presença dos bubalinos, como destacado na cartografia social acima exposta. A presença desses animais no espaço onde outrora havia cultivos, especialmente da juta (*Corchorus capsularis* L.) e espaços para reprodução de peixe, começa a surgir a partir do início dos anos de 1990, de modo mais extensivo, em virtude da queda na produção da fibra vegetal. Criar búfalos foi à estratégia, de quem detinha o capital monetário, para manter auferir sua renda monetária, na área de várzea.

Na figura 01, há a comunidade de Santa Maria, com apenas duas famílias, sendo estes criadores de bubalinos, os quais param pela Ilha somente no período onde é possível manter o gado pastando. O tempo dos criadores e vaqueiros na Ilha varia de acordo com o espaço suficiente para a engorda dos bubalinos e este espaço é determinado pelo pulso de inundação das águas. Quanto maiores estas, menores os espaços para criação de gado.

Ao observar a área no período da seca e início das cheias, identifica-se

inúmeros búfalos nas beiradas dos lagos, furos, se alimentando das plantas aquáticas. As cultivadoras relataram ter consciência da degradação ambiental ocasionada pelos animais, entretanto, não veem possibilidade de mudança, pela ausência de abertura de diálogo junto aos criadores. Estes últimos consideram as terras como sendo da união, podendo, neste sentido, ser utilizada por quem tem condições para tanto. Aqui, destaca-se o quanto o espaço significa poder (HARVEY, 2004), quanto maior condição de ocupá-lo, maior a riqueza e o controle sobre este.

O espaço e o tempo são resultantes de construções sociais, históricas, concebidas pelos seres humanos na forma como percebem, conceitualizam e experimentam o sistema ambiental. É por meio da relação dialética entre o corpo e a organização do espaço e do tempo que os processos produtivos e representações comuns vão sendo reconstruídas (HARVEY, 2004).

Nas Ilhas definem-se espaços e tempos para cultivar, pescar, criar animais, residir, para celebrações religiosas, para o descanso, festas, entre tantas outras atividades, assim como os papéis sociais a serem ocupados pelos sujeitos, de maneira a ocorrer o máximo de integração social.

O espaço, para Tuan (1983) abre a perspectiva de amplitude, de liberdade, mas também, de riscos, de competitividade dos seres vivos pela sobrevivência. Uma casa pode ser um espaço, quando comparada a um cômodo da mesma. Mas uma casa pode ser um lugar acolhedor, humanizado, quando comparada com o todo da Ilha.

O lugar pode ser percebido como morada, segurança, relações coletivas e solidárias (TUAN, 1983). A Ilha do Valha-me-Deus é considerada o lugar para as cultivadoras. No período das cheias, famílias normalmente, saem das Ilhas para visitar filhos moradores em outras localidades, fazer tratamentos e consultas médicas, cultivar na terra firme. Relatam que o tempo no qual passam afastadas das Ilhas traz saudades da calmaria, da vizinhança, do ambiente da casa, das águas dos rios e lagos. As que ficam enfrentando as águas se agarram em suas orações pedindo a Deus para amenizar as chuvas, diminuir as cheias e dar segurança aos familiares.

Observa-se nos dias de saída do barco de “recreio” para a cidade de Juruti/PA, em geral, nas segundas e sextas-feiras, há toda uma movimentação na madrugada para se dirigir à cidade. Os barcos, normalmente, saem lotados, com uma média de 20 a 25 pessoas. Com suas próprias embarcações alguns

moradores também se destinam a cidade.

A cidade e o trajeto são os espaços de aventuras, de incertezas, de estabelecer interações com parentes próximos, reencontrar conhecidos e contatar pessoas desconhecidas. A mobilidade, hoje, tornou-se uma regra. O movimento sobrepõe ao repouso e a circulação entre diversos ambientes é mais criadora que a própria produção. Ir para a cidade é romper, mesmo que temporariamente, com a cultura herdada para se encontrar com outra, diversa e desconhecida (SANTOS, 2006).

A cidade é o espaço de resolver assuntos gerais, principalmente financeiros, de fazer negociações, de se arriscar comedidamente, de adquirir bens duráveis e de necessidades básicas. De comprar um alimento industrializado, diferente dos encontrados no comércio local da Ilha, de comer uma fruta vinda da região sul do país e rara no norte.

Viajar para a cidade de Parintins/AM, Juruti/PA ou para as capitais, é romper fronteiras de si mesmo e do espaço das Ilhas, deixar momentaneamente a segurança do lar, o afeto dos familiares e circular por ambientes cambiantes, por onde parece haver um senso maior de liberdade. Um espaço que ora instiga, ora amedronta, pois as transformações são rápidas e o mundo na cidade parece efêmero por demais e desapeçado.

Defrontar-se com um espaço cuja criação o ser humano não foi partícipe, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, é adentrar-se no ambiente da cidade. Esse espaço, agora lugar, passa a ser sede de uma vigorosa alienação, tudo lhe é estranho. O sujeito social está presente no lugar, diferenciado, cidadão, mas a parte de todo movimento circunscrito nesse ambiente (SANTOS, 2006).

Antes de chegar à cidade, no próprio barco, no alvorecer do dia, as mulheres iniciam o processo de se arrumar para a chegada à cidade. Inicia-se a higienização com um banho, a troca de roupa, para uma mais apropriada à cidade, retira-se o chinelo e coloca-se a sandália, o cabelo é penteado e o perfume dá o toque final. Pronto, hora de ir para a cidade, transformar-se para parecer igual, mesmo sabendo das intrínsecas diferenças. Pretende-se manter a unidade diante da diversidade. No ambiente da cidade, da cultura de massa há a presença da uniformização e da indiferença, há um padrão na linguagem, na vestimenta, no modo de ser e fazer (Ibid.).

Uma hora antes da saída do barco, em geral, às 12h, fuso horário do

Amazonas, ainda no Estado do Pará, os passageiros, moradores da Ilha, já estão no barco, com suas “quentinhas”² para o almoço e os “bagulhos”³ adquiridos no comércio. A animação em voltar para a Ilha, após algumas poucas horas na cidade, é latente, observa-se a inquietude e a ânsia por ouvir o funcionamento do motor do barco. As pessoas pedem a Deus para o rio, assim como o vento, estarem calmos para poderem fazer uma boa travessia, a qual sempre traz uma sensação de insegurança. Por isso, sempre afirmam o quanto são corajosas. Esta realidade acomete homens e mulheres das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves, ainda que seja mais comum os moradores do Chaves se dirigirem às cidades em suas próprias embarcações.

Voltar para as Ilhas é como voltar para os braços da mãe, do lar, mesmo sendo frágil e precário, é acolhedor e dá um sentimento de pertencimento. O aventurar-se por espaços mesmo conhecidos, mas externos as Ilhas, é mostrar-se vivo, capaz de estabelecer relações distintas daquelas vivenciadas no interior das Ilhas e adquirir novos conhecimentos e informações, possibilitando novas discussões e a ampliação da flexibilidade adaptativa. Quanto maiores às interações e mais diversas elas forem, maiores as capacidades de resiliência, a complexidade humana se amplia, dando aos seres humanos maiores condições de sobrevivência (MORIN, 1975).

Das cultivadoras entrevistadas nas Ilhas do Valha-me-Deus apenas uma sai da Ilha esporadicamente, as demais, semanalmente, atravessam as fronteiras da Ilha, dirigindo-se para outros espaços. Na Ilha do Chaves é comum as cultivadoras irem às cidades, senão semanalmente, pelo menos quinzenalmente.

A Ilha do Valha-me-Deus, também, é um lugar de recordações de uma vida tranquila, do afeto dos familiares, da fruta retirada do pé, do queijo, do puro leite, do peixe retirado diretamente do rio pelas próprias mãos ou de algum familiar, para aqueles moradores de lugares distantes, como nas capitais e até mesmo em outros países.

Um ponto observado neste aspecto é a festa da Igreja, no final do mês de janeiro. Esta ocasião é oportuna para encontros familiares, principalmente para os descendentes da Sra. Leopoldina Bruce. Estes

2. Quentinha refere-se à prato feito, comida comprada, pronta para o consumo.

3. Bagulhos: o mesmo que mercadorias, em geral, adquiridas no comércio local.

retornam à Ilha para “glorificar a Deus”, como afirmam, e rever parentes, relembrar antigas brincadeiras da infância, das amizades, dificuldades, alegrias e comparar com a vida experienciada na cidade.

As festas têm um valor central na vida dos seres humanos como uma estratégia para “suportar” a realidade imposta pelas regras socioculturais e darem significado às suas vidas. Para Morin (2012) os seres humanos são submetidos, ininterruptamente, a um confronto entre o desejo e o princípio da realidade, entre a necessidade de respeitar a realidade e sua tendência em negá-la. Nesse sentido, as festas, assim como os mitos e as ilusões, vão não negar a realidade, mas torná-la numa certa medida suportável.

As festas continua o autor (IB., 2012), podem ser lugares e momentos comunitários, de plenitude individual, de poesia vivida, de possíveis transgressões das interdições impostas pela cultura, mas ao mesmo tempo é a oportunidade para estreitar laços e de exaltar o valor do viver em “comunidade”.

Este processo contribui para reforçar o sistema de pertença do sujeito a um grupo, a um coletivo, o qual está no cotidiano comprimido por relações factuais, fragmentadas. Na vida moderna, o tempo e o espaço foram pulverizados, em virtude de um sistema constituído de forças homogeneizantes do dinheiro e da troca de mercadoria, alimentado por uma mídia volátil e massificadora (HARVEY, 2004).

Na Ilha, o tempo e o espaço parecem menores, mais humanizados, resgata-se o sentimento de lugar, a topofilia (TUAN, 2012). Na Ilha o celular pouco funciona, movimentar-se é apenas a pé, o acesso da mídia ocorre somente no período noturno, dando uma sensação de um maior tempo disponível, ocioso, é um espaço onde a sensação de controle é bem maior.

Neste sentido, há mais tempo para as conversas, para a contemplação das belezas naturais, saborear uma boa comida, dormir despreocupado, em qualquer espaço da Ilha. Neste lugar, é possível se sentir parte de um coletivo, onde o importante não é o que eu tenho, mas quem eu sou. A sociedade do descarte foi deixada na cidade, no espaço sem fronteiras de tempo e espaço. Na Ilha, cercada pelas águas do Rio Amazonas, os relacionamentos são mais estáveis, há um maior apego às coisas, às pessoas, ao modo de agir e ser.

Por isso, quando as cultivadoras saem da Ilha para a cidade, logo há a necessidade de retorno para o lugar, para o abrigo de um tempo e espaço mais

controlável e com a percepção de ser mais equilibrado, harmonioso e coletivo.

O sujeito, ao estar no lugar, está submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetivos, outros sujeitos conhecidos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, cuja construção histórica foi partícipe, há uma familiaridade entre o sujeito e a história do lugar. No lugar o sujeito é mais ativo e tem maior domínio dos acontecimentos (SANTOS, 2006).

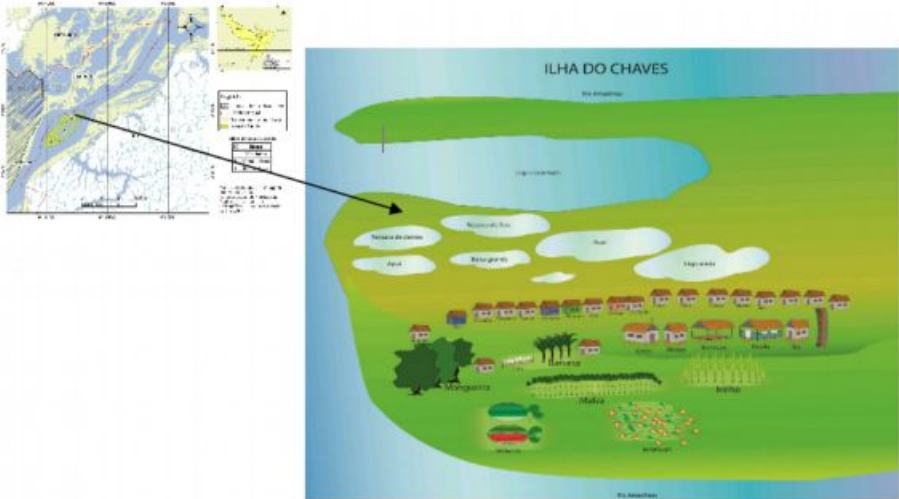
Cartografia social – Ilha do Chaves

Na Ilha do Chaves vive-se processos semelhantes quando se analisa a perspectiva de tempo, espaço e lugar. As cultivadoras apresentam um forte sentimento topofílico em relação à Ilha, os tempos de ausências para resolver assuntos familiares, financeiros, adquirir bens duráveis e de necessidades básicas, tendem a ser curtos, dependendo da distância percorrida e o assunto a ser resolvido.

O destaque na cartografia social da Ilha do Chaves, figura 02, está na disposição da área da comunidade, assim como os cultivos. Estes estão retratados logo à frente da cartografia elaborada, dando a eles um valor significativo para as pesquisadas.

A área da “comunidade” é o lugar de encontro, das reuniões, do ensino, das celebrações religiosas e das festas, uma área bem conservada e cuidada pelos grupos responsáveis por tal função. Anualmente é feito pela Associação dos moradores o planejamento das atividades a serem realizadas. Para o alcance das mesmas, os comunitários são divididos em grupos, tendo, cada um, tarefas específicas, assim a “comunidade” está sempre organizada, proporcionando melhorias contínuas.

Figura 02 – Representação gráfica de cartografia social da Ilha do Chaves. Município de Juruti, PA. 2015.



Fonte: Cartografia social - Mapa mental elaborado pelas cultivadoras, em fevereiro de 2014. Organizado em programa computacional *corel draw* por Sandra Silva (2015)

Na área da comunidade, como pode ser observado na cartografia social, encontra-se a Igreja, o abrigo, o barracão, escola e um bar. O abrigo é para agasalhar as crianças, atar redes, especialmente no período das festas. O bar é da própria “comunidade”, utilizado para comercializar guloseimas, refrigerantes, nos dias de festas e torneios de futebol, arrecadando dinheiro para a comunidade. Neste espaço não é comercializado bebida alcoólica.

Os cultivos são destaque nesta Ilha, reforçando o reconhecimento desta como a área com maior diversidade de cultivos alimentares e não alimentares, quando comparadas as duas Ilhas. A juta (*Corchorus capsularis* L.) e malva (*Urena lobata* L.), desde seu surgimento, sempre foram destaque na Ilha, mesmo em tempo de escassez das sementes, os produtores, ainda, continuam se destacando.

Em sequência há a melancia e o jerimum (*Cucurbita* spp.), muito cultivado e negociado no mercado regional. No ano de 2014, devido a grande

produção da melancia, como alternativa para substituir a produção da malva (*Urena lobata* L.), houve muita oferta do fruto, ocasionando uma maior competitividade e queda no preço. O milho (*Zea mays* L.) plantado é utilizado para o consumo da família e alimentação dos animais, a pequena produção não compensa o trabalho para a comercialização.

Há ainda árvores frutíferas, como a mangueira (*Mangifera*), encontrada em abundância pela Ilha, apesar das cheias do rio ter devastado grande parte das espécies frutíferas; as bananeiras estão presentes em praticamente todos os quintais, resistindo as águas.

As casas estão expostas lado a lado, por uma questão de organização espacial na elaboração do mapa. No espaço da Ilha, elas estão dispostas umas distantes das outras, tendo cada família terrenos próprios, divididos por cercas, especialmente quando há criação de bovinos.

Nesta ilha não se identifica um controle social institucionalizado pela Igreja, como ocorre na Ilha do Valha-me-Deus. Mas isto não significa que a vigilância e o controle não existam. O que se percebe é que este é mais moderado, disfarçado. Todos sabem e acompanham, mesmo a distância, os movimentos de cada família na Ilha. Observa-se este controle como um movimento de cuidados, segurança para com os familiares, visto serem, em sua maioria, da linhagem dos Souza. Das cultivadoras na Ilha do Chaves, 67% são da família Souza, possuem uma relação de parentesco. São primas, irmãs, mães, tias.

As suas práticas materiais e imateriais como agricultores familiares, contribuem para formação de uma identidade do grupo e individual, servindo de estratégias para a manutenção dos espaços das Ilhas sobre a posse de grupos com vínculos consanguíneos. Este aspecto reforça o sentido de pertencimento à Ilha, reforçando o sentido existencial de cada ser.

Retomando a descrição da cartografia social (Figura 02) não se identifica nenhuma ilustração de animais de criação, visto serem pouco significativos na Ilha. Ao fundo, estão os lagos, lugar de conservação dos peixes e quelônios. Os moradores/pescadores têm um cuidado especial para com este, não deixando o gado pastar nas margens, proibindo a pesca predatória e fiscalizando a desova dos quelônios e conservando-os em chocadeiras. Na área do lago encantado, onde se forma uma grande praia no verão, é o espaço de desova dos quelônios, o qual é fiscalizado continuamente

pelos moradores, além de servir de área para educação ambiental, promovida pela professora da escola e pelo presidente da comunidade.

O espaço da Ilha do Chaves possui uma área de floresta, com vegetação típica de várzea. Para transitar de uma casa para outra é preciso passar por estas áreas, onde são abertos caminhos. São comuns as histórias de cobras e “visagens”⁴. Para as pesquisadas do Valha-me-Deus, a Ilha do Chaves é uma área de visagem, visto ter muita mata e nela se esconderem estes seres. São os mistérios da mata, o desconhecido que muito aterrorizou os colonizadores, e, para terem maior domínio sobre o ambiente, degradaram, derrubando árvores, criando áreas abertas, desnudas de vegetação nativa. Ocuparam o espaço para poder dominá-lo.

Na Ilha do Chaves, as histórias de visagem são comuns e há unanimidade quanto ao respeito e cuidado para com elas, ao andar pela mata, reforçando a visão das cultivadoras do Valha-me-Deus.

As cultivadoras da Ilha do Chaves apresentam um forte sentimento topofílico (TUAN, 2012) em relação à Ilha, tanto pelos cuidados com suas casas, quanto com a própria comunidade, contribuindo em ações para a conservação ambiental.

Diferentemente da Ilha do Valha-me-Deus, não há no Chaves, um reencontro de familiares, parentes distantes, os quais se unem em uma festa para resgatar suas raízes históricas. No Chaves, esporadicamente filhos e parentes nascidos na Ilha, hoje residentes em outras localidades, principalmente na capital do Amazonas - Manaus, retornam a mesma para visitar familiares, contudo, são casos pontuais.

As dificuldades para retornar são maiores, ainda que a saudades dos familiares seja um sentimento presente. O contato com os filhos e parentes distantes foi facilitado com a introdução do telefone celular. Nesta Ilha o sinal é mais acessível. As tecnologias de comunicação reduziram o tempo e o espaço no cenário contemporâneo, oportunizando as pessoas, mesmo em lugares remotos, distantes, no meio do Rio Amazonas, terem condições de instantaneamente contatar seus familiares, amigos, receber notícias e informações.

Atravessar as fronteiras da Ilha para se dirigir as cidades é uma prática

4. Visagens: semelhante a espíritos que vivem na floresta, fazem parte da lenda amazônica, como o boto e o curupira.

comum, sendo mais frequente para Juruti/PA e a comunidade de Juruti Velho, localizado há um pouco mais de uma hora de viagem, em canoas com motor de rabeta. Em Juruti Velho, as cultivadoras possuem terrenos com áreas de roça, parentes e amigos. As Sras. M.A.S. (35 anos, 2014); A.M.P.F. (49 anos, 2014); T.S.N. (29 anos, 2014); E.A.S. (19 anos, 2014), cultivadoras da Ilha do Chaves, juntamente com suas famílias se destinam as áreas de terra firme para cultivar a mandioca e espécies frutíferas não cultivadas na Ilha, devido ao pulso de inundação.

Na Ilha do Chaves não há barcos de “recreio” para levar passageiros para as cidades, quando necessário, os moradores utilizam do barco da Ilha do Valha-me-Deus, ou as próprias embarcações. Os moradores da Ilha do Chaves parecem ter mais autonomia para se locomoverem entre os diferentes espaços regionais, visto possuírem uma maior quantidade de meios de transportes.

Quando perguntadas sobre o futuro destas Ilhas, o qual nos remete ao paraíso perdido, as mulheres por unanimidade não identificam um futuro muito longínquo, principalmente quando se pensa na faina diária, nos cultivos alimentares e na fibra vegetal malva (*Urena lobata* L.).

Os discursos proferidos pelas cultivadoras indicaram limitações quanto ao futuro das famílias no sistema ambiental pesquisado, as quais podem ser expressas: na agricultura tida como pesada; o trabalho desgastante do cabo de enxada e no roçado; incentivo e investimento para o filho estudar e trabalhar na cidade; as enchentes cada vez maiores dificultando a conservação de bens e recursos bem como a utilização dos serviços ambientais; a limitação causada pelos conflitos com os criadores de bubalinos; e a preocupação com a segurança alimentar.

Estes pontos limitantes indicam a fragilidade das políticas públicas voltadas para uma produção agrícola eficiente, com recursos financeiros, planejamentos e ações para o atendimento das demandas de toda cadeia produtiva. O reconhecimento do valor da agricultura familiar para a economia e promoção de uma efetiva redistribuição de riquezas para o sistema ambiental rural; uma educação do campo, preparando a futura geração para desenvolver ações em prol de uma produção sustentável, de incentivos e tecnologias para uma agricultura de base ecológica.

Harvey (2004) destaca a necessidade de todo projeto de transformação da sociedade apreender a complexa estrutura das práticas

espaciais e temporais. Entende-se que parte desta complexa estrutura foi retratada acima, nos apontamentos e análises sobre organização espacial e temporal das Ilhas.

Conclusão

A interação humana com o sistema ambiental é fundamental para se estabelecer estratégias para a conservação da vida em todas as suas dimensões. As cultivadoras entrevistadas indicaram um sentimento de pertença e de identidade para com o sistema ambiental das Ilhas. Cultivar a terra, perceber o movimento do pulso das inundações das águas do rio Amazonas, manter relações baseadas em princípios comunais, contribuem para a percepção do espaço vivido como Lugar.

Esta percepção é fundamental quando se está inserido numa sociedade onde o tempo e o espaço tomaram a condição de poder e controle daqueles que dominam essas esferas. Perceber o ambiente como lugar, possibilita criar ações promotoras de sustentabilidade, visto o lugar remeter o ser humano para suas origens, para o estado de segurança e bem estar, dando um significado e identidade para sua vida. Nesse sentido, esse mesmo ser humano tende a criar ações em prol da conservação do sistema ambiental vivido.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 5 ed. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

MOCELLIM, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica a sociologia contemporânea. In: Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.17, n.2, p.105, 125, 2011.

MORIN, Edgar. O enigma do homem: para uma nova antropologia. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

MORIN, Edgar. O método 1: a natureza da natureza. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

MORIN, Edgar. O método 5: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Editora

Sulina, 2012.

NODA, Sandra do Nascimento; NODA, Hiroshi; SILVA, Antonia Ivanilce Castro. Socioeconomia das unidades de agricultura familiar no Alto Solimões: formas de produção e governança ambiental. In: NODA, Hiroshi et al. Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar na Amazônia. Manaus: Wega, 2013.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. A constituição histórica da produção mercantil simples no estado do Amazonas e a cultura da juta. In: WITKOSKI, Antonio Carlos. et al. A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental? São Paulo: Editora Annablume, 2010.

SANTOS, MILTON. A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Edição. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

TUAN, Yi-fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Editora Difel, 1983.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2015.

Trabalho, cultura e modos de vida em áreas rurais amazônicas: um olhar crítico sobre a agricultura e a pesca no Zé Açú, município de Parintins/AM

CHARLENE MARIA M. DA SILVA

Profa. Dra. do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas (CESP/UEA)

THEREZINHA DE JESUS PINTO FRAXE

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGCASA)

Introdução

Há grande diversificação no modos de vida e trabalho em comunidades rurais amazônicas, dentre as atividades mais desenvolvidas pelas populações rurais compondo seu habitus, podemos destacar a agricultura, principalmente a de base familiar, a pesca nos lagos, rios e igarapés, o extrativismo com a coleta de produtos florestais, a caça de animais silvestres e a pecuária, que está cada vez mais presente na região.

Para fazer reflexão mais detalhada, escolhemos duas atividades tradicionais mais desenvolvidas pelos ribeirinhos do Zé Açú¹: a pesca e a agricultura. Não significa que não existam outras atividades como a pecuária, artesanato e o extrativismo presentes nas comunidades, porém, os mesmos são praticados em pequena escala pelos moradores.

O Zé Açú é um território já bastante alterado em sua composição florestal pelo desmatamento para criação de pastos para a pecuária, porém, essas fazendas pertencem a pecuaristas da cidade de Parintins e não dos

1. Território rural no município de Parintins, localizado a 369 km da cidade de Manaus, esse território rural está a 14 km da sede municipal e possui 07 comunidades em sua área de abrangência.

próprios moradores que, muitas vezes, apenas trabalham como empregados nessas fazendas, cuidando e tomando conta do gado para os “patrões” que moram na cidade.

No entendimento da complexidade amazônica das comunidades ribeirinhas, devemos considerar a dinâmica terra, floresta e água, em que os ribeirinhos em seu trabalho e modos de vida mantêm relações diretas com a várzea e terra firme, possuindo domínio particular do ambiente natural nas atividades desenvolvidas no roçado e lago onde exercem sua territorialidade.

Para compreender e analisar as transformações ocorridas no modos de vida e economia do Zé Açú, especificamente como essas mudanças afetam seu cotidiano, é importante apresentarmos as características do trabalho na agricultura nas áreas rurais, suas dificuldades na plantação, colheita, transporte e comercialização de seus produtos. Assim, apresentamos uma caracterização de duas atividades econômicas tradicionais mais importantes observadas no Zé Açú, que é a agricultura e a pesca.

Discorremos como essas atividades são desenvolvidas e quais os principais problemas que os ribeirinhos do Zé Açú enfrentam, principalmente pela falta de investimento do poder público no setor primário. Destacamos como a prática destas atividades, mesmo diminuindo a cada ano, funciona como elemento de afirmação da identidade cultural e pertencimento ao território, e também como reprodução do modos de vida desses ribeirinhos.

Levantamos as principais atividades econômicas dos moradores das comunidades de Bom Socorro, Paraíso e Boa Esperança, comunidades focais selecionadas como representantes do território do Zé Açú.

Essa pesquisa utilizou-se de técnicas de coleta de dados como: aplicação de formulários, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Selecionamos alguns sujeitos que forneceram informações dentre os ribeirinhos que ainda retiram a renda da pesca e/ou da agricultura, pois, existe uma forte tendência de muitas famílias deixarem de ter a agricultura e a pesca como fonte de renda principal e passarem a ter outras fontes que não aquelas ligadas diretamente ao trabalho no campo, deixando a agricultura e pesca somente como atividades de complementação alimentar e, por vez ou outra, na renda da família.

Buscamos entender a importância dessas atividades na vida dessas pessoas e, principalmente, a relação das mesmas com a manutenção do modos

de vida e pertencimento ao lugar por meio das atividades tradicionais desses grupos sociais, o que ajuda na reafirmação cultural e identidade territorial.

A pesca e a agricultura como elementos de afirmação e manutenção cultural no Zé Açú

No Amazonas temos mudanças e permanências nas comunidades ribeirinhas, que possuem modos de vida particular. Fauna e flora estão diretamente ligadas à vida dos ribeirinhos, que vivem à margem de rios, lagos e igarapés, onde criam sua identidade individual e coletiva. Nesses lugares, a relação homem-natureza está presente de forma mais intensa, pois os mesmos mantêm atividades cotidianas com água, terra e floresta.

Witkoski, em seu livro *Terras, florestas e águas de trabalho* (2007), investiga as formas de trabalho dos ribeirinhos nos diversos ambientes naturais amazônicos, destacando em seu trabalho principalmente o ecossistema de várzea, e como os mesmos fazem essa articulação do trabalho com o conhecimento e domínio dos ambientes naturais. Witkoski (2007) analisa como é a relação dos camponeses amazônicos com o seu habitat natural, tendo o objetivo de explicar as formas de uso de seus recursos naturais compostos pela terra, floresta e água, onde o homem aprende com seus familiares os saberes tradicionais que são socialmente construídos e reproduzem sua materialidade e imaterialidade, seu habitus, que os orientam em sua (re) produção sociocultural.

Nos baseamos em obras de autores como Mark Harris (2006), Therezinha Fraxe (2007, 2011), Castro (2006), Torres et al. (2012), Cruz (2007), Noda et al. (2007), entre outros que, de alguma forma, trabalharam aspectos relacionados aos modos de vida e trabalho na Amazônia, concernentes aos grupos sociais que habitam os territórios rurais. Esses autores contribuem sobremaneira na compreensão conceitual, teórica e empírica dessa temática.

Nos roçados e no lago reproduzem-se os conhecimentos repassados por gerações. Nas comunidades, tanto agricultores como pescadores realizam as duas atividades de onde tiram seu sustento, como relata o agricultor D.R.S., 40 anos.

Aqui na comunidade a gente, né, tem que se acostumar com as duas atividades, né, com agricultura e pesca, para nós sobreviver na comunidade e ter renda no final do mês ou

semana, né. Eu, como agricultor, vejo o centro como o local de plantação das espécies no terreno, que fica localizado na estrada, né, onde serve para nós escoar nossa produção. Devido eu praticar a agricultura como atividade de renda familiar, mas a gente também pesca para comer diariamente, devido não ter muita das vezes condições de comprar todo dia, né, então eu pratico também a pesca como forma de consumo da família, e na comunidade, né. As pessoas têm que se acostumar com uma vida corrida devido os lotes serem longe da casa, né, e temos que levar nossa alimentação para o roçado. Então não podendo comprar no comércio o frango, né, fazemos a atividade pesqueira como auxílio para a produção agrícola, mas a renda de nós aqui na comunidade vem da agricultura, devido ter comércio em épocas boas de venda da farinha, banana, macaxeira, pupunha, etc. É por isso que falo que a pescaria tem ainda, mas são poucas pessoas que vivem dessa atividade aqui no Bom Socorro do Zé Açú. (Pesquisa de campo, 2013).

Como relata o agricultor D.R.S, as atividades de pesca e agricultura são complementares, em que os produtos oriundos dos cultivos agrícolas estão mais voltados para a geração de renda pela comercialização e a pesca voltada para o consumo da família. Ele ressalta a importância da pesca na alimentação diária, pois relata não ter condição financeira de comprar a alimentação no comércio da comunidade todos os dias da semana, ou seja, sua atividade principal de sustento da família vem da agricultura para a compra de produtos alimentícios, vestuário, remédios, etc., mas recorre à pesca para complementar a alimentação.

Essa situação é muito comum nas unidades familiares ribeirinhas na Amazônia, onde os mesmos são polivalentes, desenvolvendo várias atividades para seu sustento como a agricultura, pesca, coleta de produtos florestais, criação de gado bovino e bubalino e pequenos animais como galinhas, patos, porcos e a caça nas florestas próximas às suas casas.

Essa característica foi identificada por pesquisadores como Castro (2006), que desenvolveu pesquisa em 172 comunidades de quatro municípios do Médio Amazonas. Na ocasião ele identificou que essas populações combinam quatro atividades principais: pesca, agricultura, criação de gado e trabalho assalariado/aposentadoria, e cada um tem a sua função na estratégia econômica familiar.

A agricultura é realizada de forma tradicional, utilizando técnicas rudimentares e sem emprego de maquinário agrícola, onde a maior parte da mão de obra é familiar. Witkoski (2010) enfatiza os conhecimentos repassados de pai para filho, a responsabilidade de ensinar cada técnica para poder dominar a atividade que sustenta a família. Nessa visão, a terra e água são o palco da reprodução da vida das famílias ribeirinhas do Zé Açu.

Com a pesca também se pode evidenciar a criação e apropriação de territórios, como demonstrado por Cruz (2007) em sua tese de doutorado, na qual pesquisou sobre a territorialização da várzea camponesa na Amazônia, apresentando as estratégias que os camponeses ribeirinhos utilizam para territorializar o ambiente aquático e desenvolver a atividade da pesca, seja em grupo ou familiar. Mostrou que, dependendo do local de pesca, é possível formar territórios de uso comum (o lago) e de uso comum e acesso livre (no caso o rio Solimões). O trabalho de Cruz (2007) analisa as territorialidades na várzea amazônica, que ele definiu em agropastoris, aquáticas e florestais.

Na prática da pesca e da agricultura, os ribeirinhos do Zé Açu demonstram grande conhecimento sobre as dinâmicas dos ecossistemas. Na agricultura, é necessário conhecimento sobre as variações do tempo, associando as estações do ano com a época do plantio. É necessário ter conhecimento sobre os tipos de solo mais propícios para o desenvolvimento das mudas de determinadas espécies.

Na pesca, o ribeirinho conhece bem o ciclo da vazante e enchente do rio, os locais de pesca e o período de reprodução dos peixes. Todo esse arcabouço de conhecimentos sobre as variáveis naturais contribui para o sentimento de pertencimento ao território, criando assim a territorialidade no Zé Açu, sendo estabelecida uma relação de reciprocidade do homem com o ambiente natural.

Claval faz uma reflexão sobre essa relação do homem com o ambiente natural que reforça o sentimento de apropriação e pertencimento ao território:

Entre os símbolos que ajuda a estruturar as identidades coletivas, o território desempenha um papel central: ele constitui a base material da existência comum e fornece ao menos uma parte dos recursos indispensáveis à existência de cada um. É um contexto compartilhado, formado de lugares

carregados de significações (CLAVAL, 2007, p. 158).

A reflexão de Claval é aproximada da concepção de Diegues (2001), em que para o autor, o território vem a ser um elemento importante na relação entre as populações tradicionais e a natureza, pois é ele que fornece ao homem os meios de subsistência; os meios de trabalho e produção, assim como, os meios de produzir os aspectos materiais e imateriais das relações sociais e que vão compor a estrutura dessa determinada sociedade.

Essa relação fica bem definida com o relato do ribeirinho G.B.S., 42 anos:

A comunidade para mim é onde eu sustento minha família diariamente, e a terra me auxilia para mim fazer meu roçado minhas plantações ao longo das épocas que aprendi com meu pai e avós vivendo no meio deles, e a palavra centro é o local da estrada onde fica meu lote, e faço meu roçado posso dizer que minha estrutura para plantar e colher os frutos após o processo de plantação. No meu caso vivo só da agricultura, mas, às vezes, quando dá tempo de pescar também, faço essa atividade, mas não vendo, vendo somente os produtos agrícolas, farinha, banana, macaxeira, e vejo muito muito a perca dessa plantações. Muitos hoje não querem viver dessas atividades, né, porque os pais querem que seus filhos estudem para não acabar como os pais na roça, ou na proa do casco pescando sem futuro, assim dito na cidade, mas para mim se não fosse nós, os pequenos agricultores e pescadores, não teria a produção para o consumo deles. A atividade da agricultura a gente faz muito forte para vender porque tem mercado fácil na feira, quase todos produzem a farinha na comunidade, tem um porém porque nem todos fazem o processo todo, uns plantam e vendem só a mandioca, outros só fazem a farinha aqui. (Pesquisa de campo, 2013).

Notou-se que os moradores praticam as atividades com sentimento em relação ao local de trabalho, no caso os seus lotes, que ficam ao longo da estrada que liga as várias comunidades do P.A. de Vila Amazônia, chamado por eles de “centro” de produção, onde seus plantios estão localizados.

No caso da comunidade do Bom Socorro do Zé Açu, como já mencionado, esse modos de vida estão sendo transformados de geração em geração, a cada momento a comunidade evolui no contato com o espaço urbano, seja nas ações para seu crescimento, seja na saúde, educação e

infraestrutura. Porém, observamos que são nas atividades agrícolas e na pesca que as pessoas que moram nesta comunidade se mantêm ligadas às práticas culturais tradicionais das áreas rurais. São manifestações de sua cultura que os mantêm vinculados ao passado, porém, sem perder de vista o futuro à frente.

A agricultura no Zé Açu

O trabalho na agricultura, principalmente aquele com base de mão de obra familiar, é uma das principais características encontradas nas comunidades tradicionais amazônicas, onde esta atividade tem papel fundamental.

A origem da agricultura na Amazônia está ligada aos povos indígenas, os primeiros habitantes dessa região e detentores de um rico conhecimento da fito e zoocologia local, dos quais seus descendentes (tanto caboclos resultantes do cruzamento do branco com o índio como os nordestinos que para cá migraram) receberam essa herança sociocultural e etnobotânica.

Caracteriza-se como importante forma de organização da produção, unindo família, produção e trabalho (CASTRO et al., 2011). Essas atividades são realizadas em ambientes agrícola, florestal, terrestre e aquático, combinando agricultura e extrativismo animal e vegetal. As plantações ainda seguem o processo tradicional, que “[...] corresponde a uma unidade agrícola de exploração onde a propriedade e o trabalho são familiares” (MARTINS; NODA; NASCIMENTO NODA, 2006, p. 163). Com a preparação do terreno pela limpeza e depois a queimada, a plantação é feita pelo processo da ajuda mútua, o puxirum, que ainda foi encontrado em algumas comunidades do Zé Açu, processo esse que em muitas comunidades do município de Parintins já está desaparecendo.

A atividade agrícola praticada pelos moradores entrevistados é para o consumo próprio e venda do excedente. A relação dos agricultores com seus lotes de produção estimula a prática dessa atividade no qual observamos vários conhecimentos aprendidos no trabalho diário com seus pais, desde os meses de plantio até a colheita.

No processo de reprodução dos modos de vida dos ribeirinhos do Zé Açu, os agricultores têm sua produção e construção material e imaterial da vida por meio dessa atividade no seu cotidiano, da qual tiram seu sustento nas unidades produtivas por intermédio das roças ou outros tipos de cultivos.

Os agricultores, em suas unidades produtivas, selecionam as espécies

na medida em que o local apresenta condições de fertilidade para a plantação, sendo que a diversidade de roçados está baseada no ciclo de reposição de nutrientes do solo. O solo, depois de um tempo, perde sua fertilidade, sendo necessário o rodízio, deixando essa área que já foi plantada “descansar” por um período, sendo esta prática denominada de pousio.

A prática da agricultura no Zé Açú ocorre de forma similar a outras localidades da região Amazônica que ainda as desenvolve de forma tradicional, no que corresponde à sua organização e técnicas de cultivo.

Esse tipo de agricultura é uma herança que os ribeirinhos adquiriram dos antepassados indígenas, os quais tinham profundo conhecimento dos ecossistemas de várzea e terra firme e dos recursos naturais da região, sendo este adquirido e renovado pelos ribeirinhos ao longo do tempo e repassados a seus filhos e netos.

A prática agrícola se faz presente nas atividades desenvolvidas nos roçados, onde os agricultores fazem, em épocas específicas, a derrubada da floresta ou vegetação baixa, que são locais já utilizados pelos agricultores, deixando sempre bem demarcadas as divisões nos terrenos para a rotatividade do solo.

Dentre as espécies mais comuns cultivadas para venda, nas roças dos ribeirinhos do Zé Açú estão a banana, mandioca e macaxeira, estas sendo utilizadas para a produção da farinha, beiju, tapioca e tucupi.

As espécies são selecionadas pelos agricultores antes do período de plantação. Existe uma troca das mudas dessas espécies entre os agricultores do Zé Açú, ou seja, há socialização entre as famílias de agricultores em relação às espécies plantadas.

O “roçado”, para os agricultores do Zé Açú, tem um valor sentimental e social devido ser o local que reúne os saberes construídos ao longo dos anos no convívio com seus familiares, compartilhando seus conhecimentos sobre o manuseio do solo e das plantas.

Os meses do ano denominados quentes (setembro/outubro) são fundamentais para a derrubada do roçado, pois os agricultores na derrubada precisam da incidência de sol para a dissecação total e rebaixamento dos “tocos” das vegetações. Esses tocos, quando não são bem retirados juntamente com a precipitação constante na região, faz com que os mesmos renasçam de forma rápida, dificultando a queimada da vegetação que é feita depois. Se essa

queimada não for eficaz poderá dificultar o plantio, pois é essa queimada, denominada de “coivara” que será responsável pela adubação do solo.

Os agricultores familiares viabilizam outras soluções rápidas nesses casos, que é roçar novamente as vegetações baixas e frágeis, como capins e plantas rasteiras. As plantas roçadas também servem de adubo para o solo, pela sua decomposição. Todo o conhecimento construído e aprendido em anos de contato com a terra é colocado em prática desde a derrubada da floresta até o plantio das espécies selecionadas, demonstrando a reprodução sociocultural na atividade agrícola.

Os agricultores do Zé Açu, realizam sua plantação em área de terra firme, fazendo em média três capinas por colheita. A primeira, no ano subsequente ao da plantação, somente ainda para retirada dos capins e arbustos baixos; no ano seguinte se torna essencial a segunda capina, agora uma preparação do roçado para a colheita, e a terceira e última, feita pelos agricultores do Zé Açu, é aquela que serve de delimitação para o início da colheita.

Na primeira capina eles analisam o desenvolvimento das plantas que nasceram, o espaçamento entre as espécies plantadas, quais as espécies que morreram e as que se desenvolveram.

A colheita é realizada pelos agricultores muitas vezes em forma de puxirum, que é a forma de ajuda mútua entre os agricultores da comunidade. São pessoas de famílias distintas ou da mesma família que se ajudam por meio da troca de força no trabalho, utilizado frequentemente na plantação e colheita nos roçados.

O mesmo é marcado antecipadamente para ajudar ao vizinho em seu roçado e assim cada agricultor tem que pagar aquela diária quando for a vez do vizinho, ou seja, o trabalho se torna uma reserva de várias forças entre os próprios agricultores. O puxirum é a prática rápida concentrar mão de obra dentro de uma capoeira existente por levar muitas pessoas a trabalhar na roçagem do local.

O puxirum assume o momento de socialização de várias experiências no trabalho, pois cada membro relata algo diferente para manusear e instrumentalizar os roçados, ou seja, também se torna um momento de reafirmação dos conhecimentos tradicionais e que vão ser reproduzidos pelas famílias de agricultores. Nesse contexto, o puxirum é uma troca de

sentimentos e valores acerca da agricultura em todos seus estágios. É o momento para o planejamento em conjunto das plantações futuras, levantamento das falhas na roçagem, a identificação das espécies plantadas em locais que o solo não era propício ao desenvolvimento dessas plantas, entre outros.

Os agricultores também ensinam como respeitar o ambiente nos conhecimentos tradicionais. Cada agricultor sabe que a queimada interfere no ecossistema deles, com o calor, erosões constantes, falta da ventilação natural que vem das árvores. No entanto, nessa relação dos agricultores com o meio ambiente, eles deixam as capoeiras locais para reposição da vegetação. Essa prática de rotação de culturas é denominada de pousio, que é deixar a terra descansar para que a mesma possa recuperar sua produtividade

Os agricultores mantêm sua unidade de produção sempre organizada com a dimensão do local, sendo mostrado no mapa cognitivo (Figura 01) elaborado com base no depoimento dos agricultores e visita à roça.



Figura 01. Mapa cognitivo de uma roça de mandioca. Fonte: Elaborado por Vandrey Farias, 2014

Como relatam os agricultores, são práticas de plantar no mesmo roçado duas vezes, devido ao solo ter nutrientes suficientes para uma nova produção agrícola. Essa organização é possível pelo espaçamento entre as

manivas plantadas, viabilizando a diversificação no plantio

No território estudado, encontramos aqueles agricultores que só plantam a mandioca e macaxeira para a sua venda in natura, ou seja, eles não produzem a farinha ou os subprodutos da mandioca, como os vários tipos de beijus e o tucupi. Eles vendem a sua produção de mandioca em sacas, para os comunitários vizinhos que possuem local e instrumentos necessários para a fabricação da farinha, as “casas de farinha”. Esses agricultores também vendem para atravessadores que vêm da cidade e que depois revendem para os produtores de farinha de outras comunidades rurais.

Uma saca de farinha pode ser vendida por até R\$ 200,00² nas feiras da cidade de Parintins, enquanto os agricultores que praticam a venda da mandioca ou macaxeira in natura podem ganhar no máximo R\$ 50,00 por saca, tendo assim seus lucros significativamente reduzidos.

Nos últimos anos em nossa região ocorreu a queda na produção de farinha de mandioca, ocasionada principalmente por grandes cheias do rio, e considerando este um produto de alto consumo pelos amazonenses, tanto na cidade quanto no interior, ocasionou o aumento significativo no preço nas cidades. Os produtores se organizaram para não faltar a matéria-prima para os compradores; dessa forma, os agricultores planejam vários roçados no ano da seguinte forma: quando a colheita está sendo feita na roça A, o roçado B está no processo de amadurecimento dos seis meses previstos para colheita após o plantio.

Quando ocorre a falta da matéria-prima da outra roça, os agricultores retiram do “roçado verde” chamado por eles, a complementação da produção para venda, ou seja, uma produção no ano que era de 400 sacas passa ser de 200 somente, devido as espécies não estarem no tempo de serem colhidas, causando diminuição na produtividade da roça. A colheita tem organização única dos agricultores ao mesmo tempo em que estão colhendo no roçado feito no ano anterior, e assim começa o planejamento da nova área que servirá de roçado no ano seguinte. Tudo é organizado levando em consideração as épocas de derrubada, roçagem, queima e plantio.

2. Valor correspondente ao ano de 2013, ano em que foi realizada esta coleta de dados.

N	Espécies Utilizadas	Área Plantada (Quadras/Hectares)	Plantio (Mês/época)	Unidade	Preço unitário (R\$)	Quantidade Vendida por Safra/Mês/semana
01	Mandioca (<i>Manihot esculenta Crantz</i>)	02 Quadras	Outubro	Sacos 50 kg	R\$ 30,00	40 sacas(mês)
02	Mandioca (<i>Manihot esculenta Crantz</i>)	02 Quadras	Outubro	Sacos 50 kg	R\$ 35,00	20 a 30 sacas (safra)
	Banana (<i>Musa sp.</i>)	01 Hectare	Dezembro	Caixas	R\$ 5,00	50 caixas (semana)
03	Mandioca (<i>Manihot esculenta Crantz</i>)	02 Quadras	Agosto/Out.	Sacos 50 kg	R\$ 30,00	30 sacos (safra)
04	Mandioca (<i>Manihot esculenta Crantz</i>)	01 a 05 Hectare	Dez./Jan.	Sacos 50 kg	R\$ 30,00	20 sacos(safra)
	Banana (<i>Musa sp.</i>)	04 Hectare	Dez./Jan.	Cachos	R\$ 7,00	50 cachos (semana)
	Macaxeira(<i>Manihot esculenta Crantz</i>)	1/2 Hectare	Dez./Jan.	Sacos 50 kg	R\$ 50,00	20 sacos(safra)
05	Mandioca(<i>Manihot esculenta Crantz</i>)	01 Hectare	Janeiro	Sacos 50 kg	R\$ 35,00	10 sacos(safra)
	Macaxeira(<i>Manihot esculenta Crantz</i>)	1/2 Hectare	Janeiro	Sacos 50 kg	R\$ 50,00	10 sacos(safra)
	Banana (<i>Musa sp.</i>)	02 Hectares	Dezembro	Cachos	R\$ 3,00 a 5,00	50 cachos(semmana)
	Cará (<i>Dioscorea sp.</i>)	01 Hectare	Dezembro	Sacos 50 kg	R\$ 50,00	03 sacos (safra)
	Abacaxi (<i>Ananas comosus (L.) Merr.</i>)	1/2 Hectare	Dezembro	Unidade	R\$ 1,00	07 sacos (semana)
	Pupunha (<i>Bactris gasipaes Kunth</i>)	1/2 Hectare	Dezembro	Cachos	R\$ 3,00 a 5,00	30 a 40 cachos (semana)

Quadro 1- A produção agrícola dos entrevistados. Fonte: Trabalho de Campo 2013.

Com base no Quadro 01, podemos observar que os produtos da atividade agrícola são pontuais como a mandioca e macaxeira (*Manihot esculenta Crantz*), eles plantam também a banana, pupunha, cará.

A mão de obra utilizada pelos agricultores no trabalho diário no roçado é, na maioria das vezes, familiar, desde o derrubar até o plantio, devido ao fato de muitos não terem recursos financeiros para contratar mão de obra assalariada.

A ajuda mútua no plantio é de 80%, que ainda fazem o trabalho coletivamente entre os comunitários, convidando seus vizinhos mais próximos para o puxirum. Vários são os fatores que contribuem para a permanência dessa forma de trabalho coletivo no campo. Muitos agricultores afirmam que foi a forma como foram “criados”, principalmente os mais antigos, demonstrando aí um forte fator cultural, embora também aleguem razões

econômicas de não terem condições para pagar diárias a trabalhadores.

Na comunidade de Bom Socorro, nota-se uma parceria entre os agricultores com comerciantes locais, pois, na comunidade, alguns donos de pequenos comércios também têm roçados, sendo que os mesmos possuem recursos para o pagamento de diárias de trabalhadores, desde a derrubada e plantio dos roçados até a colheita. Não recorrendo, então, à mão de obra familiar ou ao puxirum, como os demais agricultores.

A forma de escoamento dos produtos ocorre por estrada e pelo rio. Em relação à estrada, os agricultores têm seus terrenos localizados na colônia, o chamado “centro”, onde fica sua roça, e eles precisam trazer esses produtos até o porto da comunidade para depois levá-los até a cidade de barco. Mas o rio também serve como via de locomoção para os produtos agrícolas, conduzidos por meio de barcos, canoas e rabetas³.

O transporte pela estrada é feito de forma diversificada, seja por meio de carroças puxadas por força animal, triciclos, carretas motorizadas e caminhão. Nesse sentido os membros da família se tornam de essencial importância para o escoamento da produção, pois assumem a responsabilidade de conduzir os produtos nos referidos meios de transporte. Os agricultores de Bom Socorro, muitas vezes, não têm o transporte próprio da família, necessitando alugar meios de transporte ou pagar diárias para seus vizinhos ou condutores de cargas que moram na comunidade. Mas essa forma desigual de escoamento faz com que eles tenham seus lucros reduzidos, ficando em franca desvantagem em relação aos demais produtores, devido ter que custear todas as despesas desde a saída do produto da unidade de produção que fica na estrada, até a chegada ao porto, por via fluvial, da sede municipal para a comercialização com os consumidores finais.

Em muitas ocasiões, os atravessadores se locomovem até as comunidades para comprar os produtos agrícolas, porém, sabe-se que o preço pago nas comunidades é bem inferior em relação ao preço vendido na sede do município de Parintins. A comercialização dos produtos advindos da agricultura é feita, principalmente, com a cidade e o restante comercializado na própria comunidade. Os comerciantes das comunidades ajudam comprando também a produção dos agricultores para revender em seus comércios,

3. Pequena embarcação motorizada, feita de madeira.

principalmente a farinha de mandioca, banana e carvão vegetal.

Percebemos na comunidade de Bom Socorro uma venda significativa dos produtos oriundos da agricultura no próprio local. O que comprova que, pelo menos nessa comunidade, os moradores estão deixando de plantar ou estão plantando pouco, recorrendo assim aos agricultores que ainda mantêm suas roças e plantações regulares. É um dado preocupante, visto que a comunidade está aumentando em número de habitantes, e caso a agricultura não seja incentivada, poderá ocorrer e falta de produtos para abastecer o consumo local, ocasionando assim vários transtornos, desde a alta no preço praticado pelos comércios até a substituição parcial ou total de produtos alimentícios regionais por industrializados. Além disso, causa ainda a perda de hábitos alimentares tradicionais, gerando insegurança alimentar.

Fraxe (2000)⁴ expõe a problemática da falta de políticas agrícolas voltadas para o incentivo da produção familiar, e notamos em Zé Açú a presença desses agentes de comercialização chamados “atravessadores” que, pela falta desse apoio aos agricultores, se beneficiam comprando os produtos agrícolas com preços reduzidos na comunidade e também no porto da sede municipal em Parintins, para revender com preços mais elevados nos mercados e feiras. O transporte por barcos de linhas ou recreios, como são chamados esses tipos de transporte, auxiliam os agricultores, e os dias de escoamento da produção na semana têm seu calendário específico, segundo os agricultores entrevistados. Na quarta-feira é o dia que a banana é escoada para a comercialização na cidade de Parintins e na sexta-feira o produto escoado é a farinha de mandioca também para ser comercializado na sede municipal.

Podemos constatar a dificuldade que os produtores rurais enfrentam, para vender diretamente seus produtos aos consumidores finais da cidade. Além de não terem apoio dos setores públicos (Estado e município) na logística de transporte, eles têm gastos para permanecer por mais tempo na cidade. Ocorrendo principalmente com aqueles agricultores que não têm casa de parentes ou amigos para se hospedarem durante o período de venda, obrigando-os muitas vezes a venderem seus produtos por preços muito abaixo do esperado, para que possam, assim, retornar à comunidade o mais rápido possível.

4. Para mais informações consulta o livro *Homens Anfíbios*, de Therezinha Fraxe, na qual a autora faz uma análise sobre a atuação dos agentes de comercialização nas áreas rurais.

O território da pesca no Zé Açu

O complexo sistema hidrológico da bacia amazônica, uma das maiores do mundo, com seus rios, lagos e igarapés, possibilita o desenvolvimento de grande número de espécies de peixes e outros animais aquáticos, que foram, e ainda são, a principal fonte proteica das populações rurais e urbanas da região.

A ligação do ribeirão com a pesca vem de muito tempo. Este o herdeiro das práticas dos primeiros habitantes do continente, os ameríndios, que sempre fizeram da pesca uma das suas principais práticas de subsistência em conjunto com demais atividades como a agricultura e extrativismo (PEREIRA, SOUSA, RAMOS, 2011).

Aspecto importante desta atividade é que, para os povos indígenas, a pesca tinha valor de uso, e não de troca, ou seja, eles utilizavam o pescado como elemento indispensável para alimentação, que associavam com outros tipos de alimentos oriundos da extração vegetal e agricultura. Nos dias atuais, ainda temos em grande parte da região amazônica essa relação da pesca como valor de uso. Porém, nas últimas décadas a pesca tem mudado significativamente na região, deixando de ser utilizada exclusivamente como valor de uso, passando a possuir valor de troca.

A atividade da pesca realizada no Zé Açu é realizada no lago do mesmo nome. É um dos momentos em que os moradores socializam seus conhecimentos, onde eles ensinam seus filhos à arte da pescaria. A Figura 03 representam o mapa cognitivo, elaborado em campo com a ajuda de um pescador do Zé Açu, acompanhamos o mesmo e ele foi indicando os locais em que realiza suas pescarias diariamente. Nesse desenho foram identificadas as principais “cabeceiras”⁵ do lago do Zé Açu.

5. Área onde existem os “olhos d’água” (nascentes) que dão origem a um curso fluvial; é o oposto de foz (GUERRA, GUERRA, 2011, p. 97).



Figura 02. Mapa cognitivo do local onde ribeirinhos pescam no lago.

Fonte: Trabalho de campo 2014

Essa atividade relaciona a vida diária e social das famílias e nessa relação cada movimento praticado pelos pescadores tem um significado. No acordar cedo para ir ao lago os pescadores reproduzem sua cultura, ao afiarem o anzol antes da pescaria os mesmos têm seus apetrechos renovados para mais um dia de trabalho, e ao consertarem as malhadeiras e tarrafas, principalmente aos sábados, têm a expectativa de fisgar um peixe grande no lago que vai alimentar sua família. Ao bater na canoa espanta o pescado para longe, no casco a faca de bordo não deve faltar, e observando o movimento das águas eles têm a percepção de cardumes grandes se aproximando. Essas atitudes dos pescadores do Zé Açú são particulares de seu cotidiano nas atividades da pesca.

O lago para os pescadores familiares é o local de captura do alimento da semana, no entanto, se a pesca for boa, tem a possibilidade de vender o excedente, como nas palavras de Castro:

Em alguns casos, a pesca é estritamente de subsistência, sendo

realizada para o consumo local e distribuição do excedente para familiares vizinhos. No entanto, o pescado excedente é geralmente comercializado sempre que possível. Além disso, uma mesma família pode variar entre a pesca comercial e de subsistência ao longo do ano ou entre anos distintos (CASTRO, 2006, p. 176).

Essa prática da pesca é realizada constantemente pelos pescadores nas épocas específicas do ano, pois na vazante os pescadores se organizam em família ou grupos de amigos para ir ao lago ou ao rio efetuarem a pescaria, sendo estimada uma grande quantidade de peixes e diversificação das espécies. Nessa época, alguns pescadores da comunidade vendem o excedente para seus vizinhos ou atravessadores. A prioridade é abastecer primeiramente a família para a semana, e depois, se ainda sobrar peixes no depósito, realizam a venda do excedente.

Muitos dos apetrechos dos pescadores do Zé Açú são feitos por eles mesmos, usando conhecimentos tradicionais para a fabricação desse material. Temos a tarrafa, que é tecida pelo pescador na comunidade, e a malhadeira, que geralmente é comprada na cidade de Parintins. Seus pais ensinaram o processo todo da pesca, desde fazer os apetrechos, até como as percepções das mudanças no lago como o som da água com o movimento dos cardumes, poderiam indicar o local certo para a captura dos peixes. Os apetrechos são construídos usando seus conhecimentos na fabricação das tarrafas, redes, caniços, arpão, etc.

Notamos que desde criança os ribeirinhos vão adquirindo a habilidade de construir seus equipamentos de pesca e de consertá-los também, quando for necessário. Observamos que essa arte se entrelaça com a vida e o lazer dessas crianças, não tendo esse caráter de trabalho, apesar de sê-lo. Essas atividades fazem parte de seu mundo, um mundo em que consertar uma canoa torna-se uma brincadeira e, ao mesmo tempo, atividade necessária para deixá-la apta para pescar novamente. Observamos na imagem abaixo o universo de lazer e trabalho das crianças ribeirinhas, enquanto uns consertam as canoas, outras brincam nas proximidades do lago.

Em geral, a pesca no lago é efetuada na maioria das vezes (80%) somente pelos membros da família, tendo como principal objetivo o consumo familiar por não terem muita perspectiva de venda do pescado, pois o lago não

oferece grande quantidade de peixes para a venda do excedente. O restante (20%) da pescaria é realizada em grupo de vizinhos próximos e amigos, os quais montam estratégias de pescar uma quantidade suficiente para a venda; neste aspecto há também a socialização dos conhecimentos sobre a pesca entre os moradores.

No entanto, cada dia que passa a pesca vem ocorrendo apenas para a subsistência familiar dos comunitários, mas permanece como atividade importante na manutenção da cultura, como relatou o senhor L.L.S., 46 anos.

Antigamente era uma enorme quantidade de peixes no lago, né, saímos e rapidamente era pescado para o consumo e venda, mas com o tempo a pesca predatória foi acabando essa quantidade de peixes em nosso lago. Ainda temos uma relação com o nosso lago, né, é porque foi nossos pais e tios que olhando eles fazerem seus materiais de pesca, né, aprendemos junto com eles. É no fazer e no praticar, todos os dias faço mesmo que eles faziam a muitos e muitos anos atrás, e lá me sinto bem devido o lago me dizer um pouco de minha história nesse conhecimento que levo. É por isso que defendemos o lago, porque ele é nosso, me criei e vivi aqui, então é nosso esse local. Mas agora as atividades se complementam, por que planto roça e pesco, tiro das duas atividades né uma renda, mas pesco para a sobrevivência de minha família. (Pesquisa de campo, 2013).

O pescado nos dias atuais está difícil, como relata o pescador acima, as espécies antes eram abundantes no lago, os pescadores saíam para o local de pesca com a família ou em grupo, e pescavam uma quantidade suficiente para o consumo da família, e o que sobrava era vendido. Mas nos dias atuais essa abundância de peixes, não se encontra mais no Zé Açú, como confirmado pelos depoimentos dos pescadores.

A família é base, e os filhos reproduzem esses conhecimentos, aprendem desde cedo a arte da pescaria e depois quando o pai não pode ir pescar no lago por motivos de doenças ou outras atividades relacionadas à agricultura, os filhos mais velhos desenvolvem a atividade, assumindo a responsabilidade de orientar seus irmãos para ir em busca da alimentação. Meninos na faixa de 08 a 10 anos colocam malhadeira no lago do Zé Açú e se nota a destreza com que manuseiam a rede de pesca, a posição correta de sentar na canoa e manter o equilíbrio para que ela não vire com o peso, entre

outras habilidades.

Os tipos de embarcações mais utilizadas são a canoa e o rabeta por não ser um local com muita ventania. Evidenciamos que muitos pescadores não têm condições de ter uma embarcação maior para essa atividade. Eles procuram extrair da natureza a matéria-prima da floresta, as árvores que servem para a fabricação de cascos e canoas pequenas para seu manuseio diário na atividade, 80% dos pescadores utilizam a canoa e rabeta para desenvolver a atividade pesqueira na comunidade, e 20% o casco de estimação, muitos são feitos pelos próprios pescadores do Zé Açú.

A utilização de geladeiras e freezers foi citada pelos pescadores familiares da comunidade, sendo o tipo de conservação principal. Como relata J.H.S.M., 47 anos.

Para mim a pesca serve como subsistência da família principalmente nossa comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, que vem se modificando ao longo desses anos, e nós pescadores fazemos para o consumo próprio de meus filhos e esposa, aqui não encontramos pescadores de venda grande de peixes, mas é quando sobra e o vizinho pede ou fala em comprar, aí vendemos um pouco, mas é muito difícil por que muitos trabalham no roçado com a produção de farinha, eu pesco e sou associado a colônia Z-17 de Parintins e minha esposa também. O tipo de embarcação é a canoa mesmo e casco pra pescar nos igapós, onde encontramos espécies de grandes porte, é o tambaqui e etc., antes nós salgamos, hoje tudo é gelado na geladeira ou frizeres, deixando sem gosto quando passa muito tempo congelado, e também temos a comercialização do pescado vindo de fora na comunidade, vemos isso no tempo do jaraqui, que embarcações vem vender aqui no porto da comunidade (Pesquisa de campo, 2013).

Ressaltando a entrevista do morador da comunidade de Bom Socorro do Zé Açú, a pesca tem sua época das espécies de grande porte no lago, os pescadores conhecem esse momento de subida e descida das águas. Identificamos também na comunidade pelas observações, confirmadas pela fala do pescador, que na comunidade de Bom Socorro, a maior entre as comunidades do Zé Açú, existe a comercialização de peixes por pescadores de outras localidades e atravessadores, tendo como a espécie mais vendida no

porto da comunidade, o jaraqui.

Essa comercialização do pescado no porto da comunidade é estimulada pela falta do mesmo, pois os pescadores familiares somente têm na reserva o pescado para o consumo familiar, e uma vez que o número de famílias vem aumentando e levando em consideração que nem todas as famílias praticam mais a pesca para a subsistência, ocorre a falta deste alimento na mesa dos ribeirinhos.

Os pescadores da comunidade mencionam também, dentre os fatores de diminuição da prática da pesca comercial, o tempo que demora em pescar uma quantidade necessária para a comercialização do excedente, pois a quantidade que eles conseguem pescar em pouco tempo somente abastece a família, pois os mesmos precisam desenvolver outras atividades ao longo da semana. No Quadro 2 podemos observar as principais espécies de peixes e apetrechos utilizados pelos pescadores do lago do Zé Açú.

Pescadores entrevistados	Espécie	Local Pesca		Tipo de Embarcação	Apetrecho	Armazenamento		
		Seca	Cheia			Saiga	Gelo	Freezer
1	Tambaqui (<i>Colossoma macropomum</i>)	lago	lago	rabeta	malhadeira			X
	Branquinha (<i>Potamorhina spp</i>)	lago	lago	rabeta	malhadeira			X
	Tucunaré (<i>Cichla monoculus</i>)	lago	lago	rabeta	malhadeira			X
2	Mapará (<i>Hypophthalmus edentatus</i>)	lago	lago	Canoa e rabeta	variados		X	X
	Tucunaré (<i>Cichla monoculus</i>)	lago	lago	Canoa e rabeta	variados		X	X
	Branquinha (<i>Potamorhina spp</i>)	lago	lago	Canoa e rabeta	variados		X	X
3	Mapará (<i>Hypophthalmus edentatus</i>)	lago	lago	rabeta	malhadeira			X
	Tucunaré (<i>Cichla monoculus</i>)	lago	lago	rabeta	malhadeira			X
	Aracu (<i>Shizodon fasciatus</i>)	lago	lago	rabeta	malhadeira			X
	Acará-açu (<i>Astronotus ocellatus</i>)	lago	lago	rabeta	malhadeira			X

1. Locais de Pesca

2. Apetrechos Utilizados

1-Lago do Zé Açú	1-Malhadeira	4-Tarrafa
2-Cabeceiras	2-Caniço	5-Zagaia
3-Igapós	3-Arpão	6-Linha de mão

Quadro 2- Elementos da pesca no Zé Açú. Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Conclusão

O conhecimento socialmente construído e aprendido com as gerações passadas é fundamental para o planejamento e desenvolvimento do

trabalho para obtenção da renda familiar em áreas rurais.

Os pescadores e agricultores elaboram seu calendário de trabalho nas suas atividades, levando em consideração a composição familiar. Eles mesmos determinam a hora de saída para a unidade produtiva e chegada ao final da tarde.

A área pesquisada apresenta uma economia voltada basicamente no desenvolvimento da atividade agrícola, onde a maioria da produção é vendida para a sede do município em Parintins; nas unidades de produção a força é familiar para todo o processo diário da agricultura e pesca.

Em relação à pesca, apresenta-se principalmente para autoconsumo da família devido à dificuldade na captura de grandes quantidades necessária para o comércio na cidade, ocasionada, principalmente, pela escassez do peixe no lago.

Dentre os fatores que causaram a escassez do pescado estão as alterações na paisagem natural devido ao desflorestamento para a plantação de pastos, que acaba causando a erosão nas margens do lago, implicando em alterações físico-químicas da água e também essa remoção da vegetação ciliar, que serve de alimento para certas espécies de peixes, acaba refletindo diretamente na reprodução dos mesmos, assim como até o aumento populacional da localidade, visto que os próprios moradores falam que antes existia fartura tanto em peixes como outros animais como os quelônios; pássaros e outras animais para a caça, e agora com uma população de mais de mil habitantes isso já não existe mais.

Com o aumento populacional e as alterações no ecossistema local, os recursos disponíveis tanto para alimentação como para a obtenção da renda por meio da venda do excedente correspondente à pesca e à agricultura não são mais fartos como outrora.

Alguns moradores apenas praticam a pesca para complementar sua alimentação, pois em muitos casos os moradores preferem comprar outros tipos de alimento como frango congelado, carne, conservas e enlatados. Isso indica que, principalmente na comunidade de Bom Socorro, vem ocorrendo uma mudança nos hábitos alimentares, ora antes baseada principalmente no peixe e na carne de animais de criação (galinhas, patos e porcos) como também na carne de caça (capivaras, tatus, aves silvestres), agora está sendo introduzido de maneira intensa os produtos industrializados oriundos da cidade.

Neste trabalho nos concentramos na pesca e agricultura, destacando sempre a relação dessas atividades como mantenedoras da cultura e identidade ribeirinha no território do Zé Açú. Destacamos a importância dessas atividades para manter e reforçar a identidade cultural e suas relações com o território e as territorialidades.

Referências

CASTRO, Fábio de. Economia familiar cabocla na várzea do médio-baixo Amazonas. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

CASTRO et al. A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, Teresinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos. Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus : Reggo Edições, 2011.

CLAVAL, Paul. A geografia Cultural. 3 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Territorialização camponesa na várzea da Amazônia. 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana- Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 3º ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

FRAXE, Teresinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos. Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, ethos e identidade. Manaus: Reggo Edições, 2011.

FRAXE, Therezinha & WITKOSKI, Antônio Carlos. A noção de habitus em O desencantamento do mundo. Rev. Somanlu, Manaus, ano 7, n.1, jan./jun. 2007.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006

NASCIMENTO NODA, Sandra do; NODA, Hiroshi; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi. Agricultura familiar na várzea amazônica: espaço de conservação da diversidade cultural e ambiental. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHERER, Elenise (orgs.). Amazônia: Políticas públicas e diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

NODA, Sandra do Nascimento (Organizadora). Agricultura Familiar na Amazônia das

águas. Manaus: EDUA,2007.

PEREIRA, S. Henrique; SOUZA, Davyd Spencer Ribeiro; RAMOS, Marcia Melo. A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, Teresinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos. Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus : Reggo Edições, 2011.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Edua, 2007.

O ambiente fluvial das microbacias hidrográficas do PA Vila Amazônia, Parintins-Amazonas-Brasil

JESUÉTE BRANDÃO PACHÊCO

Profa. Dra. do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas (Ufam)

CARLOS HIROO SAITO

Professor Titular do Departamento de Ecologia e do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. É docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (UnB)

Introdução

No enfoque sobre os ambientes naturais e as respectivas interferências das ações humanas, deve-se partir do princípio de que cada lugar é materializado pelo emoldurado da paisagem, onde estão espacializados o meio ambiente abiótico e o biótico. Estes formam um conjunto de elementos integrados responsáveis pelo movimento de cada paisagem em um dado espaço e uma temporalidade, quer pela construção de identidades individuais e coletivas, quer pelas formas de relações com e nesses ambientes.

Nesse contexto, os autores Farina (1997), Forman e Godron (1986), Naveh e Lieberman (1994), Zonneveld (1990), Saraiva (1999) e outros discutem a respeito da dinâmica da natureza como ponto forte de uma determinada paisagem, tendo em vista o seu funcionamento e a interação entre os aspectos físicos permanentes e os sociais. A paisagem nessas abordagens é mais do que simplesmente a constituição de elementos distintos (físicos, biológicos, químicos e antrópicos), pois denota o resultado de uma combinação, onde as interrelações e as interdependências são mútuas. Isto ocorre porque esses elementos, (re)agindo entre si e com os outros de forma dialética, tornam cada paisagem um conjunto único, indissociável e em constante evolução da natureza diversa (natural, social, econômico, político,

cósmico etc.).

Sendo dessa forma, quando se faz estudo de uma paisagem deve-se levar em conta a compreensão dos seus aspectos fisiográficos (solo, sistema hídrico, fatores climáticos, vegetação, relevo etc.), assim como estruturas e/ou elementos artificiais elaborados a partir das ocupações diversas de caráter pontual, linear ou superficial, pois estes são importantes aos diversos planejamentos que envolvam os sistemas naturais (LAUS, 1996).

Se torna significante entender a importância do equilíbrio de sistemas naturais e há estudos que tratam sobre o resultado da eficiência na qualidade ambiental. Pippi et al. (2008), por exemplo, avaliam os corpos d'água, a flora, a fauna como patrimônios naturais e paisagístico. A defesa realizada está no cumprimento de funções importantes de cada ambiente físico quando equilibrado. Se assim, ao mesmo tempo em que firmam a identidade de uma paisagem pelo processo de compreensão das situações biofísicas de uma região, dão o conforto psicológico e fisiológico às pessoas.

Tomando por base esses autores e, considerando a realização de novos estudos seja científico ou para qualquer outro planejamento no contexto das paisagens, deve-se levar em conta tanto os elementos naturais que as constituem, assim como, aqueles impactados pela ação antrópica a partir da respectiva composição, evolução, estrutura e funcionamento, pois, estes são condicionantes socioculturais, funcionais e estéticos de um lugar.

Nesse sentido, verifica-se no Brasil o grande desafio ao equilíbrio dos sistemas naturais, entre eles os hídricos. A exemplo do que ocorre na Amazônia, muitos rios estão em riscos de poluição e escassez de água potável. Com a premissa, o retrato de dois sistemas hídricos (Mbh Zé Açú e Tracajá) teve por objetivo demonstrar a composição fisiográfica como parte importante para outras pesquisas, avaliações e planejamentos.

Área de estudo

As microbacias hidrográficas (Mbh) de estudo estão na região de leste/sudeste do Amazonas, na divisa com o Estado do Pará com os seguintes delimites:

a) A Mbh Zé Açú (Fig. 01) também é denominada de Lago do Zé Açú pelo RADAM BRASIL/Folha SA.21-Z-A-IV/MI – 524, Parintins (1981)

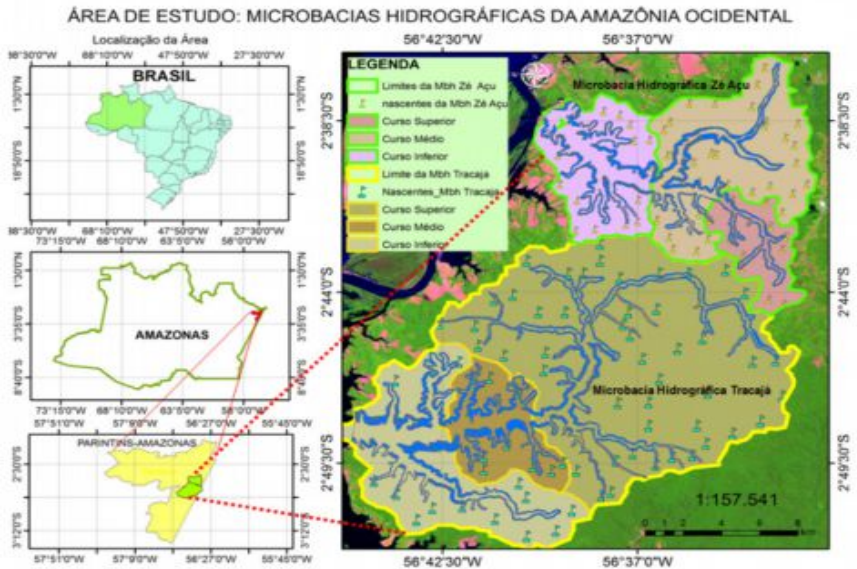
e localmente esse sistema hídrico possui área de 126,923 km², entrecortando as terras do Projeto de Assentamento Vila Amazônia nos sentidos norte (56033'13,231"W – 2036'22,984"S), nordeste (56032'3,993"W – 2038'54,774"S), noroeste (56038'5,299"W – 2037'35,35"S) e sudoeste-sul-sudeste (56038'46,944"W – 2042'24,45"S), onde faz limite com a microbacia hidrográfica Tracajá;

b) A Mbh Tracajá (Fig. 01) é o maior sistema hídrico dessa área, cuja rede de drenagem ocupa 283,204 km². Parte da rede hidrográfica é modelada na faixa justafluvial direita do rio Mamuru (de jusante a montante), limitando-se de leste-oeste até o sul do PA Vila Amazônia entre as coordenadas geográficas a montante (56032'28,177"W – 2045'53,721"S) e a jusante (56045'37,587"W – 2048'29,573"S).

Essas Mbh modelam o território do Projeto de Assentamento Vila Amazônia de noroeste-norte – com a microbacia Zé Açú: nordeste – nascente da calha principal e terras do estado do Pará; sudeste-sul – limite areais da rede hidrográfica do rio Mamuru e terras do Pará; sudoeste – a calha principal deságua 4.251km, antes da foz do rio Mamuru.

O mencionado assentamento (Projeto de Assentamento Vila Amazônia) foi criado em 26 de outubro de 1988, por meio da Portaria MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário/Governo Federal N.º1404/1988, na modalidade Projeto de Assentamento (PA), para assentar em específico os agricultores familiares tradicionais. Limita-se geograficamente da seguinte maneira: Norte-nordeste – Porto e Núcleo urbano da Vila Amazônia; estrada de Vila Amazônia; comunidade do Açá; e estrada do Quebra; Oeste – o paraná do Ramos banha a foz da Mbh Zé Açú; Leste-noroeste – configura-se a rede hidrográfica do Zé Açú de montante a jusante, cuja desembocadura principal se dirige ao paraná do Ramos; Leste-oeste – limite entre as duas microbacias hidrográficas (Zé Açú e Tracajá), assim como, o Lago do Zé Mirim (Fig. 01).

Figura 01 – Ambientes Fluviais: Microbacia hidrográficas Zé Açu e Tracajá



Verifica-se dessa forma que as Mbh desta abordagem localizam-se nas terras entre os limites da Amazônia Ocidental e da Amazônia Oriental (Fig. 01). Por Amazônia Ocidental, entende-se limites políticos estabelecidos nos seguintes instrumentos legais: Decreto-Lei, Lei Complementar e Dispositivo Transitório (Carta Magna) em vigor:

Decreto-Lei Nº 356 DE 15/08/1968: Art. 1º § 1 - A Amazônia Ocidental é constituída pela área abrangida pelos Estados do Amazonas e Acre e os territórios federais do Rondônia e Roraima, consoante o estabelecido no § 4 do artigo 1º do Decreto-lei nº 291, de 28.02.1967. Os Estados que compõe a Amazônia Oriental: Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981 – cria o Estado de Rondônia. Constituição Federal De 05/10/1988 (Disposições Transitórias): Art. 13 É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita

neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989. Art. 14 Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

Materiais e Métodos

A pesquisa foi realizada com atividades em gabinete e campo (*field true*) para a coleta dos dados:

a) demarcação de pontos com o sistema de posicionamento global (Global Positioning System/GPS) nas áreas fisiográficas de cada microbacia hidrográfica (Zé Açu e Tracajá) para os posto fluviométricos: i) de limites dos postos fluviométricos, no final de cada curso fluvial (inferior, médio e superior), onde foram efetuadas medidas voltadas a geomorfologia fluvial; ii) identificação de tributários com impactos erosivos e assoreamentos no leito; iii) altimetria do gradiente topográfico das referidas microbacias.

b) Delimitação do perfil longitudinal das referidas microbacias - elaborada com dados da carta topográfica do Ministério do Exército (Diretoria de Engenharia e Comunicações), em escala de 1:50.000. Na medida do comprimento do canal foi utilizada a ferramenta régua, do ArcGis. Esses dados foram conduzidos ao Excel para a obtenção do perfil (Figs. 05 e 06).

c) Geoprocessamento com a validação de campo (Xavier, 1992, 1993) – o Sistema de Informação Geográfica (SIG) paramentado por 04 (quatro) imagens de satélites LANDSAT TM5 da órbita/ponto 228/068, imagens SRTM (*Shuttle Radar Topographic Mission*) disponibilizada no sítio da USGS (*United States Geological Survey*) para identificação das nascentes e delimitação das áreas hidrográficas.

Resultados e Discussão

Paisagem das microbacias hidrográficas e a função dos ecossistemas de várzea e de terra firme

No espaço geográfico da Amazônia Ocidental é comum a identificação de ocupações nas faixas marginais dos ambientes fluviais. Uma das comprovações está em registros de viajantes europeus do século XVII (como Francisco Ribeiro Sampaio; estudos do século XX, entre os quais os de

Porro [1991], Ana Rossevelt [1991] e Betty Meggers [1976]), que mostram os maiores índices de povoamento nas faixas justafluviais dos rios de ecossistema de várzea em detrimento aos de ecossistema de terra firme. Para esses autores, mais Pacheco e Brandão (1995, 1996) e Pachêco et al. (2012), a edificação de morada nas áreas de várzeas/planícies de inundação decorre da fertilidade renovada nos terrenos aluviais pelas cheias fluviais, contribuidora na oferta produtiva dos cultivos de ciclo curto; do farto acesso à alimentação, principalmente o pescado; e pela facilidade de acesso e comunicação realizada via tributários da rede hídrica do rio Amazonas. A terra firme, além das situações da maioria das cidades amazônicas com modos de vida urbanos, de forma geral tem o papel de servir de abrigo aos moradores das várzeas quando as cheias sazonais cobrem parte ou todas as terras. Todavia, é uma morada temporária, pois na medida em que os rios começam a baixar as cotas d'água de seus leitos, tudo que fora conduzido da várzea (mudas de plantas, animais, utensílios domésticos e do trabalho produtivo, pequenas embarcações etc.), é transportado de volta.

As redes hídricas modeladoras desses ambientes são na maioria as menores unidade da rede hidrográfica, denominadas de microbacias hidrográficas. O acesso na várzea sempre é menos complexo do que a permanência da ocupação da terra nos interflúvios dos ambientes fluviais de terra firme, já que depende em grande parte da função que é dada pelas comunidades amazônicas. Por exemplo, no PA Vila Amazônia se verifica que, mesmo possuindo, nas proximidades de cidades amazônicas, um ecossistema rico pela presença da água dos rios e lagos e extensa vegetação, os solos não oferecem grande fertilidade para extensos cultivos, a piscosidade é baixa e o acesso na época de vazante fluvial/seca fica difícil. Se por um lado o ecossistema da várzea provoca desconforto pelas mudanças naturais temporárias/sazonais, por outro traz benefícios superiores aos encontrados nos ecossistemas de terra firme (PACHÊCO et al., 2011).

Partindo dessa concepção sobre esses ecossistemas da Amazônia, os dados desta abordagem advêm da fisiografia processada nas duas maiores microbacias hidrográficas, Mbh Tracajá e Mbh Zé Açú, que modelam o Projeto de Assentamento Vila Amazônia, com todos os elementos ímpares sobre e com estruturas semelhantes como segue:

1) No Contexto Geológico e Geomorfológico

Os ambientes fluviais (Mbh Zé Açú e Mbh Tracajá) estão estruturados na bacia sedimentar do Amazonas, na Formação Alter do Chão, nos Baixos Platôs da Amazônia Centro-Oriental (MAIA e MARMOS, 2010), em ecossistema de terra firme (SIOLI, 1984, 1985; SHUBART, 1983; JUNK, 1983; SOARES, 1991; PACHECO, 2013). Sobre a Formação Alter do Chão e a relação com os ambientes fluviais, Tricart (1977) escreve que esta oferece pouca resistência às incisões ocasionadas pelos cursos fluviais, por ter em sua constituição muita areia argilosa e limosa. Em algumas partes, verifica-se a consolidação de folhelhos de arenito ferruginoso com camadas lenticulares de seixo silicosos.

2) Quanto à Classificação das Águas das Mbh Zé Açú e Tracajá

De acordo com morfologia e morfogênese de rios amazônicos de terra firme, caracterizam-se como de águas claras-transparentes, cor verde oliva, originadas pelo substrato que compõe a paisagem florística e edáfica (Fig. 02).

Figura 02– Classificação das águas: Águas Claras/Transparentes - cor verde oliva



Fonte: Trabalho de Campo na Mbh Zé Açú e Tracajá. Org. PACHECO, J. B. (agosto/2011)

Essa tipologia é atribuída ao trabalho fluvial que realiza e os elementos que compõem junto com a morfogênese do sistema hídrico. Sioli (1985) e Soares (1991) classificam os ambientes fluviais da seguinte maneira: no ecossistema de várzea os rios são de águas brancas (cor amarela ou turva),

porque modelam seus cursos nas planícies de inundação pela intensa atividade de sua tríade (deposição, erosão e transporte); no ecossistema de terra firme – há rios de águas transparentes/claras, principalmente quando de origem do Brasil Central (cor verde-oliva nas partes mais profundas, e verde esmeralda nos trechos mais rasos), cobertos por floresta ombrófila como os formadores das Mbh Zé Açú e Mbh Tracajá. Todavia, há os rios de água preta (cor marrom-café, infusão de chá), que são de relevo bem planos e/ou peniplanície muito antiga, como os rios da sub-bacia rio Negro, com a nascente principal nos maciços guianenses (SIOLI, 1985).

3) Topografia, Solo e Vegetação

A fisionomia de contrastes e complexidades entre o relevo, as vegetações distintas e os dois tipos de solos (Latossolo Amarelo Distrófico e Espodosolo) formam a paisagem dos ambientes fluviais de estudo. Uma das paisagens está representada na Figura 03, onde o latossolo amarelo distrófico faz parte dessa integração. Esse tipo de solo recobre a área de platô nas faixas justafluviais direita, em altitude média de 40 metros, na Mbh Zé Açú e 60 metros na Mbh Tracajá.

Figura 03 –Conjunto paisagístico das áreas de terras firmes das Mbh Zé Açú e Mbh Tracajá

CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM: SOLO, VEGETAÇÃO, RELEVO	MBH TRACAJÁ	MBH ZÉ AÇU
Latossolo Amarelo Distrófico Típico (LAA1); textura média + Areias Quartzosas Distrófica, ambos A proeminente e moderado, sob Floresta Ombrófila; relevo ondulado e suave ondulado	X	X
Latossolo Amarelo Distrófico Típico (LAA3), concrecionário, A moderado, textura argilosa e muito argilosa, sob Floresta Ombrófila Aberta; relevo plano e suave ondulado	X	X
Latossolo Amarelo Distrófico Típico (LAA4), concrecionário, A moderado, textura média, sob Floresta Ombrófila Aberta; relevo plano e suave ondulado	X	-
Latossolo Amarelo Distrófico Típico (LAA5), A moderado e proeminente, textura muito argilosa, relevo plano, sob floresta ombrófila densa.	X	X

Fonte: PRA/MDA-IN CRA/2005-2007, org. PACHÊCO, J. B./2012

A cobertura vegetal acompanha seus integrantes estando disposta em uma hierarquia natural de acordo com a topografia do terreno: no platô de terra firme o topo plano; nas áreas mais altas das faixas justafluviais

direita/marginais, a vegetação é de grande porte (30 a 40 metros), cujas dominantes são palmeiras regionalmente conhecida como tucumanzeiro (*Astrocaryum aculeatum*); nas encostas, a mata ciliar e a presença de árvores de médio porte (12 metros a 2 metros) com raízes com aspectos de cípios que protegem os leitos fluviais; na base das encostas estão os baixios dentro do leito menor – é a área constituída pelo ambiente da Mata de Igapó – vegetação própria de área inundada que avança das bordas até o centro do leito cerca de 2 a 5 metros.

O espodossolo é um solo dominante na faixa justafluvial esquerda dos dois ambientes fluviais (Mbh Zé e Mbh Tracajá). A principal característica é a textura arenosa desde a superfície até o topo do horizonte B espódico, que ocorre entre 50 e 120 cm de profundidade (TEIXEIRA et al., 2010). Nessa área, a topografia é plana e chega em média a 28 metros de altitude no Zé Açú e 32 metros de altitude na Mbh Tracajá.

A composição do sistema natural está distribuída nas áreas denominadas de caatingas amazônicas (campinas alta e baixa e/ou paleoplayas), com topo de interflúvios tabulares, cujo aspecto paisagístico possui semelhança à região da sub-bacia do rio Negro (Amazonas-Brasil). Constitui-se de Formação Arbórea Aberta. As maiores unidades tem as variações entre 6 e 7 metros, em específico a espécie mirizeiro (*Bumélia Nigra*).

A paisagem segue com pequenas árvores esparsas (altura variando de 2 a \pm 5 metros), retorcidas e esgalhadas, dispersas sobre um tapete contínuo de gramíneas, intercaladas de plantas arbustivas baixas e outras lenhosas rasteiras (Fig. 04). Para Tricart (1977), os campos, por serem constituídos de um grande pacote arenoso, não permitem com facilidade a vegetação florestal penetrar com o seu enraizamento totalmente no solo, por isso se dá o aspecto atrofiado e contorcido.

Figura 04 – Cobertura vegetal nos Espodosolos na faixa justafluvial esquerda



Fonte: Trabalho de Campo na Mbh Zé Açú e Tracajá. Org. PACHECO, J. B. (agosto/2011)

4) Aspectos Sazonais

As áreas que abrangem as duas microbacias têm a influência regional própria da Amazônia, cujas características marcantes estão distribuídas em dois períodos sazonais/anuais que marcam o regime fluvial: 1) período cheia fluvial/chuvas frequentes, no início de novembro ou dezembro à junho; 2) período de vazante fluvial/estiagem das chuvas, que vai de julho (mês de 2010 e 2011 sem registros de cheias e vazantes) a novembro.

5) Caracterização Hidromorfodinâmica dos Ambientes Fluviais

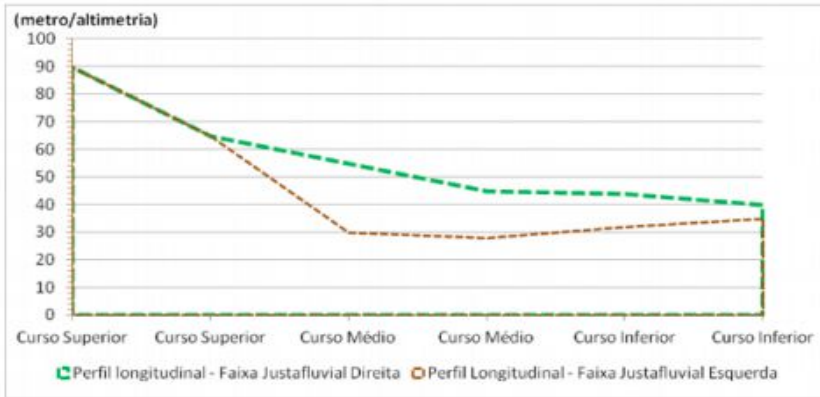
As áreas de superfície dos referidos ambientes fluviais são constituídas de seções fluviais e/ou cursos fluviais com diferenças entre si em grandeza e em outros aspectos. São elas: Perfil longitudinal, Perfil Transversal, Nascentes, Velocidade Média e Área de drenagem.

a) Perfil Longitudinal – é a relação entre a altimetria e o comprimento, ou seja, da nascente principal até a foz de um canal fluvial. A partir deste, para estudos técnicos e científicos, é importante definir seções fluviais e/ou cursos fluviais (Figs. 05 e 06).

Na Mbh Zé Açú (Fig. 05), o canal de escoamento perfaz a extensão de 19,512km lineares, sendo de sudeste (montante) - 56033'15,368"W - 2044'44,21"S a oeste (jusante) - 56039'40,336"W - 2038'12,679"S). A altimetria difere nas duas faixas justafluviais: a) na direita, em média 90 metros no extremo alto curso; a média no curso fluvial médio é de 55 metros; na foz,

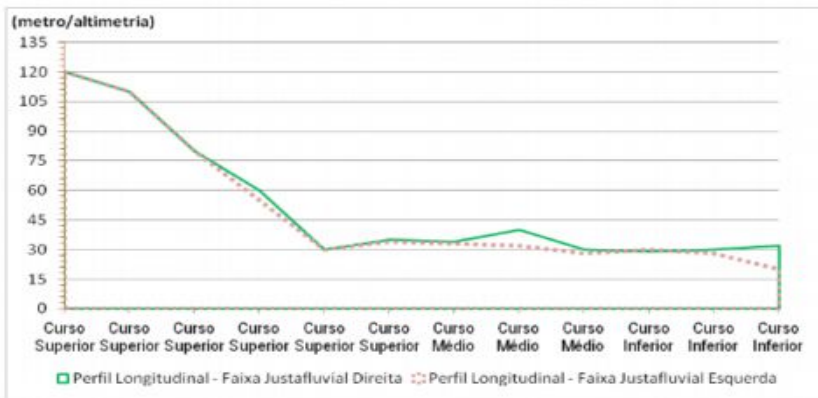
a média de 40 metros; b) na esquerda, área da nascente principal, tem a média de 90 metros; no médio curso fluvial, 28 metros; e na foz 35 metros.

Figura 05 – Perfil Longitudinal da Mbh Zé Açú e o limite das seções fluviais



Na Mbh Tracajá (Fig. 06), o canal fluvial principal possui 38,049km de extensão, medido da principal nascente (560 33'15,275"W e 20 47'33,009"S) até à foz (560 45'35,057"W e 2048'33,486"S).

Figura 06 – Perfil Longitudinal Mbh Tracajá e o limite das seções fluviais



b) O perfil transversal nas duas microbacias hidrográficas é registrado no final de cada curso fluvial/seção fluvial, cuja área (km²) consta na Tabela 01.

Tabela 01 – Aspectos das seções dos ambientes fluviais (km²) do PA Vila Amazônia

	Mbh Tracajá - 283,204 km²			Mbh Zé Açú - 126,923 km²		
Cursos Fluviais	Superior	Médio	Inferior	Superior	Médio	Inferior
Área (km²)	182,989	32,678	67,537	21,199	64,597	41,12

Fonte: Field True. 2010/2011. Tese de Doutorado de PACHECO, J. B. (2013)

Os cursos fluviais das microbacias hidrográficas (Tabela 01) foram definidos considerando a média geométrica da largura do canal (seção transversal), profundidade (verticais) e velocidade de fluxo, tomando por base os estudos de Leopold et al. (1995), Christofolletti (1980) e Suguio e Bigarella (1990), considerando: o curso superior – seção que inclui os altos cursos e a nascente principal, parte do rio com maior inclinação, cujo vale é mais estreito e a velocidade de fluxo é maior; o curso médio – é a parte do rio onde o terreno suaviza a inclinação, as águas perdem força, a profundidade é maior e o perfil transversal se alarga o dobro do que o curso superior; o curso inferior – é a seção que inclui as zonas mais próximas da desembocadura, cuja inclinação do terreno torna-se quase nula.

Nessas seções fluviais, de uma faixa justa fluvial (direita) à outra (esquerda), no ponto de leito maior, há as seguintes medidas: a) Mbh Zé Açú, no curso superior varia de 50 a 300 metros; no curso médio, de 450 a 850 metros; no curso inferior, a média é de 900 metros; na área da foz, possui de 850 a 1.020 metros, com bifurcações de canais aluviais em média de 100 metros; b) Mbh Tracajá, no curso superior entre 165 a 400 metros; curso médio, de 400 metros a 1.234 metros; curso inferior, de 1.043 metros a 1.234 metros; foz, de 1.020 metros a 2.272 metros.

No que tange à foz/desembocadura na Mbh Zé Açú, o tipo é em estuário por conta de um cinturão deposicional que dificulta o escoamento livre no período de vazante fluvial. Na Mbh Tracajá, a foz tem a forma em delta, portanto, livre de sedimentação direta.

c) Quanto às nascentes das microbacias hidrográficas, as imagens de SRTM (*Shuttle Radar Topography Mission*) permitiram mapear o seguinte: Mbh Tracajá com 179 nascentes; e Mbh Zé Açú com 57 nascentes.

d) Quanto à velocidade média dos sistemas hídricos na Tabela 02 estão as medidas.

Tabela 02 – Velocidade média do rio(m/s) dos ambientes fluviais do PA Vila Amazônia:

	Velocidade Média (m/s) - Mbh Tracajá			Velocidade Média (m/s) - Mbh Zé Açú		
Período Sazonal	Curso Superior	Curso Médio	Curso Inferior	Curso Superior	Curso Médio	Curso Inferior
Cheia Fluvial	0,073	0,055	0,050	0,074	0,054	0,036
Vazante Fluvial	0,080	0,058	0,046	0,129	0,070	0,034

Fonte: Registros das campanhas fluvio-hidrométricas (A_ para a vazante fluvial): Ago – dez/2010
-PACHECO, J. B.

e) Aspectos morfoгенéticos e os morfológicos-morfométricos dos canais fluviais

Quanto à morfogênese, categorizando a linha de escoamento da rede de drenagem, guiada pelos respectivos canais principais, juntamente com os de seus tributários, conforme a classificação morfoгенética de William Morris Davis (CHRISTOFOLETTI, 1980; SUGUIO e BIGARELLA, 1990), nas duas microbacias hidrográficas são do tipo obsequente, pelo fato de seus fluxos de correntes ocorrerem em sentido contrário à inclinação original do rio consequente (rio Amazonas/Solimões). Por essa condição, as Mbh necessitam do paraná do Ramos para conduzir sua descarga sólida e líquida para o curso inferior deste grande rio. Essa característica de padronagem se desenvolve sobre rochas de resistência uniforme, dando a fisionomia (posição e altitude da estrutura geológica) dos tributários da Mbh Tracajá e da Mbh Zé Açú com características de rios subsequentes, obsequentes e ressequentes, em relação ao rio consequente.

Os aspectos morfológicos da Mbh Zé Açú e da sub-bacia do rio Andirá, cuja Mbh Tracajá faz parte, permitem inferir em ambas a característica de ria fluvial interior amazônica. Para Sioli (1985) e Ruellan (1945), as rias fluviais são originárias das oscilações glacioeustática do continente no quaternário, definidas por terem seus vales encaixados e em trechos muito

dilatados na desembocadura, formando um lago e abrindo nesta direção como um delta.

Quanto à morfometria dos canais de escoamento, de acordo com aspectos da base teórica de Suguio e Bigarella (1990) e Christofoletti (1980), o escoamento dos sistemas fluviais que desaguam internamente é classificado como endorreico. Neste sentido, as duas microbacias hidrográficas têm este mesmo processo dinâmico de fluxo: i) a Mbh Zé Açú deságua no paraná do Ramos, e este é quem se comunica com o rio principal; e ii) a Mbh Tracajá tem a sua descarga líquida e sólida para o curso inferior da sub-bacia do rio Andirá, de onde é conduzida para o referido paraná e este transporta até o rio principal (rio Amazonas/Solimões), condutor até o oceano Atlântico.

Quanto à morfometria da redes hidrográficas, geometricamente as redes hidrográficas assumem o padrão retangular-dendrítico, em que parte de seus afluentes formam ângulos de 90 graus, como desenham os altos cursos da Mbh Tracajá e o curso médio da Mbh Zé Açú, o igarapé-açu. Esse padrão morfométrico constitui uma anomalia que frequentemente atribui-se aos fenômenos tectônicos (SUGUIO e BIGARELLA, 1990).

Em relação à configuração da paisagem fisiográfica e ambiental das redes hidrográficas do PA Vila Amazônia, a análise se deu com base em pressupostos teóricos da escola de Jean Tricart na década de 1980, que trata a Geografia Física das Paisagens, definida por Karl Troll na década de 1930. Essa concepção abarca a condição de disciplina que analisa funcionalmente a paisagem, ou seja, além do estudo das propriedades dos geossistemas no estado natural também são consideradas interações e elos de interrelação com sistemas sociais e culturais. Isto em uma dimensão socioecológica, pela articulação entre a paisagem natural e a paisagem cultural. A premissa cabe na análise por se tratar da linha de pensamento que defende as unidades da cultura e da natureza, a exemplo dos sistemas ambientais, os quais diferem em cada lugar. Na Amazônia, não é diferente, como exprimiu o grande limnologista Sioli (2006):

Estive na floresta amazônica, em diversas partes [...] e assim aprendi, a cada dia, que a Amazônia não é uma paisagem só, mas é um conjunto de muitas paisagens que formam a bacia do rio Amazonas e também formam um conjunto de

ecossistemas, um grande ecossistema com diversas faces (p. 289).

Considera-se como positivo o exposto por Sioli e a defesa de Rodriguez e Silva (2002) quando escrevem que a visão de paisagem corrobora com a ideia a qual uma unidade do meio natural é também um sistema que faz a interação com os sistemas sociais, e estes por sua vez ao meio ambiente global (conjunto de sistemas ambientais).

Partindo do exposto, nas bases literárias que fundamentam os dados das microbacias hidrográficas Zé Açú e Tracajá, a análise não perde de vista a interrelação entre a sociedade e o seu entorno físico. Desta maneira, na distribuição do uso e ocupação da terra verificou-se a sobreposição das propriedades em Áreas de Preservação Permanente das faixas justa fluviais e das nascentes, nos interflúvios de fácil e os sem fácil acesso de fluvialidade, como demonstra a Tabela 03.

Tabela 03 – Uso e ocupação da terra nas Microbacias hidrográficas Zé Açú e Tracajá

USO E OCUPAÇÃO DA TERRA	Área dos Cursos Fluviais e os percentuais de Uso e Ocupação							
	Microbacia hidrográfica Tracajá 283,204 (km ²)				Microbacia hidrográfica Zé Açú 126,923 (km ²)			
	Curso Superior (%)	Curso Médio (%)	Curso Inferior (%)	Total (%)	Curso Superior (%)	Curso Médio (%)	Curso Inferior (%)	Total (%)
Agricultura Familiar	25,5	18,0	27,0	24,9	48,9	24,5	25,2	28,8
Capoeira Campo	0,2	3,0	3,8	1,4	0,8	4,2	15,6	7,3
Floresta Nativa	65,8	30,0	45,5	56,9	37,9	41,5	3,9	28,7
Pastagem	6,6	31,0	7,7	9,7	10,6	25,7	35,4	26,4
Hidrografia	1,9	18,0	16,0	7,1	1,8	4,1	19,9	8,8

Fonte: Mapeamento org. por PACHECO, J. B., 2012 – Tese de Doutorado (2013).

Partindo da análise exposta, cada ambiente fluvial é uma unidade geomorfológica, onde são modelados os processos naturais nas suas múltiplas escalas espaciais e temporais. Paralelo a este contexto, esses sistemas também são locais das conseqüentes incertezas e heterogeneidades, devido aos impactos antrópicos frequentes, na maioria das vezes provocados pelo uso e ocupação da terra de forma inadequada. Sendo assim, cabe a proposição de

Bertrand (1968 e 2004) quando enfatiza que na análise da paisagem não se deve perder de vista a relação indissociável dos seus componentes. Em outras palavras, em qualquer estudo o enfoque não se prende apenas nos elementos naturais, pois a melhor compreensão da paisagem ocorrerá quando estes forem integrados com todas as implicações da ação humana.

Considerações finais

Estudos são realizados na Amazônia no sentido de gerar informações consistentes a respeito de parâmetros da fisiografia e/ou hidromorfodinâmico (aspectos físicos, perfil longitudinal, perfil transversal, padronagens de canal de escoamento e de rede de drenagem, regime fluvial etc.), que estão relacionados com uso e ocupação da terra nas menores unidades hídricas, no caso, das menores unidades, as microbacias hidrográficas. Ressalte-se esta região como o locus da maior e mais complexa rede de drenagem do planeta, cujos ecossistemas de terra firme e várzea estão na intrínseca dependência, incluindo o modo de vida de seus habitantes. Este fator é merecedor dos olhares da política pública a fim de elencar ações que deem conta do planejamento e gestão dos sistemas hídricos, os quais, na maioria, ainda não foram estudados e já se encontram fragilizados ambientalmente.

No desafio de contribuir com caminhos para ações voltadas ao manejo de ambientes fluviais é que se realizou este estudo em microespaço, porém de relevância para entender quais os elementos gerais que regulam microbacias hidrográficas modeladoras de ecossistemas de terra firme, localizados nos limites entre a Amazônia Ocidental e a Oriental. Os dados abordados têm como finalidade evidenciar a fisiografia e a hidromorfodinâmica como fatores importantes ao planejamento e à gestão da qualidade ambiental, partindo da premissa de que indicam como reajustar o uso e a ocupação da terra no perímetro desses sistemas hídricos, sem causar intensos impactos ambientais. Por outro lado, as informações servirão de subsídio para pesquisas em outros sistemas hídricos, principalmente na rede hidrográfica do rio Amazonas/Solimões.

Referências

BERTRAND, G. (2004). Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. [Tradução: Olga Cruz]. R. RA'E GA/ EUFPR, Curitiba;n. 8, p. 141-152.

BERTRAND, G. (1968). Paysage et géographie physique globale: esquisse méthodologique. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, Toulouse, v. 39, n. 3, p. 249-272.

CHISTOFOLETTI, A. (1980). Geomorfologia. São Paulo: Edgard Blucher, 2.ed. In: Cap. 4, p. 102-125.

FARINA, A.(1997). Principles and methods in landscape ecology. Chapman and Hall. Londres (UK): Chapman & Hall.

FORMAN, R.;GODRON, M. (1986). Landscape Ecology. John Wiley & Sons, New York, USA.

JUNK, W.J.(1983). As águas da região Amazônica. In: SALATI, E. (coord.). Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense/Brasília: CNPq, p. 45-100.

LAUS Neto, J. A. (1996). A fisiografia como ferramenta para o planejamento do uso da terra em microbacias hidrográficas – I. *Agropecuária Catarinense*, v.9, n.4, dez.

MAIA, M. A. M.; MARMOS, J. L. (org.). Geodiversidade do estado do Amazonas. Manaus : CPRM, 2010.

MEGGERS, B. (1976). Amazônia: a ilusão de um paraíso. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2007). PRA - Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento Vila Amazônia. Manaus/Brasília(DF): MDA/ INCRA/COOTEMPA - Parintins (AM).

NAVEH, Z.; LIEBERMAN, A.S.(1984). Landscape Ecology – Theory and Application. Springer-Verlag, New York, USA.

PACHECO, J. B. (2013). Uso e ocupação da terra e a sustentabilidade ambiental da dinâmica fluvial das microbacias hidrográficas Zé Açú e Tracajá na Amazônia Ocidental.Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília (DF).

PACHECO, J. B.; BRANDÃO, J. C. M.; CARVALHO, J. A. L. de (2012). Geomorfologia Fluvial do rio Solimões/Amazonas: Estratégias do povo varzeano do sudoeste do Careiro da Várzea. *Revista Geonorte*, Edição Especial, v.2, n.4, DEGEO/UFAM, Manaus (AM), p.542 – 554.

PACHECO, J. B.; BRANDÃO, J. C. M.; BRANDÃO, C. A. P.; VIEIRA, J. A.(2011).

Água Azul e Água Verde e a ocupação da terras em áreas protegidas de sistemas hídricos. Revista Geográfica de América Central. II Semestre, Costa Rica/San Jose, p. 1-12.

_____; _____. OLIVEIRA, J. A. (1996). Uma cidade nas várzeas da Amazônia. In: Anais. 10º Congresso Nacional dos Geógrafos, AGB, Universidade Federal de Pernambuco, jul, p. 12-24.

_____; _____. (1995). “Terras Caídas” e consequências sociais: Curari - AM. In: Anais. IV JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO ESTADO DO AMAZONAS. FUA, Manaus (AM), set. p. 16-56.

PIPPI, L. G. A.; LIMBERGER, L. R. L.; LAZAROTTO, G. (2008). Recursos para representação e análise da paisagem. Paisagem Ambiente: ensaios. n. 25, São Paulo, p. 105 - 126 .

PORRO, A. (1991). História indígena do Alto e Médio Amazonas (Séculos XVI a XVIII). In: _____. O Povo das Águas. Rio de Janeiro: Vozes.

ROOSEVELT, A. C. (1991). Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: NEVES, W. (Org.). Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia. Belém: MPEG/CNPq. p. 103-142.

RUELLAN, F.(1945). As rias Amazônicas. Conferencia. Semana de Estudos Geográficos, Sorocaba(SP). [mimeo].

SARAIVA, Ma da G. A. N. (1999). O rio como paisagem: Gestão de corredores fluviais no quadro de ordenamento do território. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

SHUBART, H. O. R. (1983). Ecologia e utilização das florestas. In: SALATI, Eneas (coord.). Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense/ Brasília: CNPq, p. 45-100.

SIOLI, H. (2006). Memorial: 50 anos de pesquisas em limnologia na Amazônia. ACTA AMAZ. v. 36, n.3, Manaus (AM).

SIOLI, H. (1985). Amazônia - Fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Vozes.

SIOLI, H. (1984). O Amazonas e seus principais afluentes: tipos de rios, hidrografia e morfologia dos cursos dos rios. In: The Amazon - Limnology and landscape ecology of a nightly tropical river and its basin. Editado pelo Autor. [Traduzido por ALR].

SOARES, L. de C. (1991). Hidrografia. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO

DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Diretoria de Geociências. Região Norte. v. 3. Rio de Janeiro: IBGE. p.73-121.

SUGUIO, K.; BIGARELLA, A. (1990). Ambiente Fluvial. 2. ed. Florianópolis: UFSC.

TRICART, J. (1977). Tipos de planícies aluviais da Amazônia brasileira. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. 39(2), abr./jun.p.3-40

TRICART, J. (1965). Principes et méthodes de la géomorphologie. Paris: Masson et Cie. Ed.

XAVIER da Silva, J. (1992). Geoprocessamento e Análise Ambiental. Revista Brasileira de Geografia. 54(3), p.47-61

XAVIER da Silva, J.; CARVALHO-Filho, L. M. (1993). Sistemas de Informação Geográfica: uma proposta metodológica. In: Anais. IV CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA SOBRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA. 7 a 9 de jul, São Paulo. p. 609-628.

ZONNEVELD, I.S. (1990). Scope and concepts of Landscape Ecology as an emerging science. In: FORMAN, F and ZONNEVELD, I.S. [editors]. Changing Landscape: An Ecological Perspective. New York: Spinger-Verlag. p.3-20.

Repensando a geografia da fome na Amazônia

ALEM SILVIA MARINHO DOS SANTOS

Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Professora de Geografia e Meio Ambiente na Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

OTHON HENRY LEONARDOS

Doutor em geologia pela University of Manchester. Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB)

ELLEN F. WOORTMANN

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora associada da UnB e pesquisadora da University Of Oslo

Introdução

No decorrer do desenvolvimento deste trabalho, mais especificamente quando se faziam leituras sobre a Amazônia, percebeu-se que, de certo modo, estava se tratando de um assunto que não aparecia, principalmente nos livros dedicados a compreender a alimentação na região. Deparou-se com a caracterização de uma Amazônia de alimentação parca e pobre que estava muito distante das experiências e histórias colhidas entre as populações amazônicas do município de Parintins.

Fome, insaciedade e deficiência nutritiva contínuas, farinha como escassez, falta de alimentos protetores (carne, ovos, leite, manteiga, frutas), incipiente produção, pobreza, ou seja, ideias frutos de uma visão da Amazônia concebida como ambiente inóspito à presença de pessoas: barreira ao desenvolvimento. Contradição com uma visão de que a floresta é o lugar da imaginação, ambiente mágico; de seus lagos sai a cobra grande que atravessa suas matas, deixando o rastro de destruição; do curupira que faz os caçadores se perderem no mato; da mãe-da-mata que protege os seus filhos. O rio como dádiva da vida, de onde vem o sustento, da pesca diária, onde moram animais e gentes encantadas.

Essas histórias marcam muitas experiências vivenciadas nesse grande

espaço geográfico. Onde havia peixe em abundância, caça de escolha, frutos em variedade, produção de farinha e outros derivados da mandioca, verduras e variedades de cultivos em quantidade para serem usados, vendidos e trocados nas redes de reciprocidade. Histórias que o mundo moderno não valorizou em suas obras, deixando uma lacuna nos livros e teorias, que poucos autores abordam. No caso da alimentação, raras referências encontrou-se sobre essa abundância. Outras histórias que ainda faltam e precisam ser contadas. Com o propósito de evidenciar esta e outras realidades, é que se contrapõem às memórias amazônicas do município de Parintins com a obra *Geografia da Fome* de Josué de Castro (2008).

Na referida obra, a Amazônia aparece como lugar de fome, decorrente de um ambiente mesolítico hostil ao homem e suas realizações. Ao analisar somente o capítulo dedicado à região Amazônica, não se pretende afirmar que este errou ao enxergar a fome, mas que lhe faltou retratar o outro lado da história, uma outra geografia (território), completamente diferentes do que percebeu e descreveu. Na década de 1940, quando Josué de Castro realizou sua pesquisa sobre a fome no Brasil e classificou a região Amazônica como “área de fome”, com certeza não verificou comunidades amazônicas, sobretudo de várzea, para tecer suas ideias. Afirma-se aqui a fartura e não a fome como o que mais caracteriza esses lugares. Se cálculos nutricionais de Castro tivessem sido realizados em comunidades tradicionais, sobretudo de Parintins, que têm simbiose com o meio ambiente, provavelmente os ganhos nutricionais descritos seriam bem maiores que os encontrados.

A metodologia esta apoiada em depoimentos coletados em Parintins, por meio da técnica de história oral. Dados de 412 questionários aplicados aleatoriamente na zona urbana e rural foram tratados no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e ajudaram na compreensão do fenômeno. Convivemos e colhemos depoimentos em sete comunidades de várzea e terra firme. Particularmente, a comunidade São Sebastião do Boto, com coordenadas 02°32'24”S e 56°54'51”W foi a mais visitada pela proximidade com a zona urbana.

A área de estudo é o município de Parintins, que apresenta um ecossistema de várzea (48%), terra-firme (17%) e rios, além de lagos, igarapés e paranás (35%). Possui área territorial de 5.952 quilômetros quadrados (IDAM, 2009; IBGE, 2010). A várzea tem enchente anual acompanhando o regime do

leito do rio Amazonas, que comanda a vida na região (TOCANTINS, 2000; STERNBERG, 1998). Os ribeirinhos vivem em palafitas fixas na várzea e podem ou não ter migração circular durante a cheia (ELOY, 2009). Há grupos que permanecem na várzea, nas grandes cheias, ajustando a altura dos cômodos; enquanto outros migram para a casa de parentes em terra firme.

A população rural amazônica parintinense, ao contrário do que relatórios da FAO (2006) apresentam, não é miserável. Não fazem parte daquele grupo de pessoas do campo pobres e subnutridas em relação à população urbana, instaladas em regiões desfavoráveis e em situação difícil. Não aquelas que vivem do contato e do respeito com seu meio ambiente. Elas veem sua vida não pela ótica do mercado, mas pela experiência de uma cultura ancestral integrada com a mãe-terra e a mãe-água. Aliás, a água e o alimento das águas são elementos que caracterizam o bioma amazônico. O homem caboclo, ribeirinho e anfíbio (FRAXE, 2000) passa por uma metamorfose ambiental em relação ao regime do rio. Metade do ano está sobre as águas ou em 'terra molhada'. Acompanhando a dança das águas, sua alimentação também sofre variações acentuadas, condicionada aos humores da natureza (SANTOS e LEONARDOS, 2011).

Não se pretende defender o retorno da humanidade à naturalização, mas demonstrar que enquanto esta mesma humanidade se mantiver em contato com seu lugar saberá manejar e direcionar seu desenvolvimento, assim com maior chance de resultado positivo.

Amazônia: lugar de fome?

Na época de Josué de Castro, década de 1940, a fome era temática proibida. A obra *Geografia da Fome* é até hoje marco e referência para entendimento de outra forma de se compreender o fenômeno. Para o referido autor, a fome não estava ligada a tempos de guerras, catástrofes ou epidemias. Era algo que acontecia diariamente, mesmo com alimento na mesa, mas que não era suficiente para as necessidades do organismo. Ele constatou que se podia aos poucos morrer de fome, pois as calorias ingeridas diariamente não eram suficientes para manter o organismo, resultando no quadro de subnutrição e até desnutrição.

Assim, ao contrário, observou a temática da fome não com o olhar da visão predominante, que a explicava como consequência a ordem natural,

como à seca no Nordeste, por exemplo. Apresentou o fenômeno como problema socioeconômico e político. Denunciou que não pode haver desenvolvimento onde existe fome. Ao apresentar uma abordagem do tema da fome de maneira inovadora, apresenta ao público a “fome parcial”. Esta “fome oculta ou parcial que pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias” (CASTRO, 2008, p. 18).

Concebe a Amazônia como ‘Área de Fome’ assim como o nordeste açucareiro e o sertão nordestino. Divide o Brasil em cinco grandes áreas e caracteriza a alimentação básica em cada uma (quadro 1):

Quadro 1: Dieta alimentar das regiões do Brasil, década de 1940.

ÁREAS	ALIMENTOS
Amazônica	farinha de mandioca, feijão, peixe, rapadura
Nordeste Açucareiro	farinha de mandioca, feijão, aipim, charque
Sertão Nordestino	milho, feijão, carne, rapadura
Centro-Oeste	milho, feijão, carne, toucinho
Extremo Sul	carne, pão, arroz e batata

Fonte: CASTRO, 2008. Organizado pelos autores, 2012.

Josué de Castro, ao analisar o aspecto nutricional, vê outra realidade. Não enxerga a abundância demonstrada, neste trabalho, a partir da memória. Caracteriza a farinha de mandioca e o peixe, além da rapadura e do feijão, como alimentos básicos da alimentação regional. Não mostra a diversidade de frutas, proteínas animais, produção familiar de alimentos. Assim, revela e alerta para a precariedade alimentar da maioria da população do Vale Amazônico.

A análise biológica e química da dieta amazônica revela um regime alimentar com inúmeras deficiências nutritivas. Tem-se logo a impressão da impropriedade na extrema pobreza, ou mesmo ausência de alguns alimentos protetores, da carne, do leite, do queijo, da manteiga, dos ovos e das frutas. Tem-se outra imagem da insuficiência na sua exiguidade quantitativa. É uma alimentação parca, escassa, de uma sobriedade

impressionante (CASTRO, 2008, p. 52).

É importante salientar que a aferição nutricional de Castro para a Amazônia baseou-se em pessoas da zona urbana de Belém. “Em cálculos que realizamos há alguns anos sobre o regime das classes pobres da cidade de Belém, encontramos um total energético oscilando entre 1800 e 2000 calorias” (CASTRO, 2008:54). A região Amazônica teria assim uma população de apetite embotado, em estado de anorexia crônica, consequência natural da carência proteica de vitaminas (A, B1 e B2), de cloreto de sódio, de cálcio (sem raquitismo), de ácido nicotínico e ferro. Esta anorexia também é referida na obra de Lima (1975) como habitual.

Castro demonstrou a relação do alimento com a região, caracterizando-a com um tipo unitário de alimento básico composto da farinha de mandioca. Isso era resultado da falta de técnicas de cultivo e domínio do ambiente liderado pelas forças da natureza. A população da região viveria numa economia destrutiva, baseada na coleta de produtos nativos, da caça e da pesca, da colheita de sementes silvestres, de frutos, de raízes e de cascas de árvores, do látex, dos óleos e das resinas vegetais. Chama atenção a forma a partir da qual Castro observou a relação da natureza com o homem regional, de maneira destrutiva, quando demonstramos ser ao contrário: a relação é de equilíbrio ecológico.

Destaca a farinha (mandioca) na alimentação regional e enumera os vários pratos preparados como: farofas, mingaus, beijus e bebidas fermentadas. Entretanto, não percebe sua verdadeira importância para a cultura alimentar Amazônica. Chama a atenção para o chibé, “um mingau característico adoçado com rapadura e que constitui o alimento predominante do trabalhador numa extensa área da região”. Demonstrou que a farinha pode ser alimento de adultos e crianças, como também o único disponível durante dias seguidos – como destacou para o Baixo Amazonas, região do Lago do Andirá/AM. Faz-se uma ressalva aqui, pois para essa afirmação Castro se respaldou no estudo de outro autor (LIMA, 1975), não constatando in loco essa realidade. Na verdade, o referido autor respalda sua análise em uma profícua leitura em autores amazônicos que compreendem a região com demasiado pessimismo.

Associa a farinha, sobretudo o chibé, à escassez alimentar. Mas verifica que geralmente não é consumida de maneira pura, pois se faz

acompanhada de alimentos da agricultura regional, produtos silvestres, sementes, da fauna aquática e terrestre. Quanto às faunas aquáticas e terrestres, percebe a última como escassa, limitada e que pouco contribuiria para a dieta constituída por farinha de mandioca, um pouco de feijão e arroz produzidos ou importados de outras regiões do país; e também por peixes, crustáceos, carne e ovos de tartaruga e tracajá, além de algum jabuti morto por ocasião das queimadas.

A castanha (*Bertholletia excelsa*) somente fazia parte da dieta por ocasião da colheita na qual o homem se embrenhava na floresta durante meses, e onde tudo lhe faltava. Destacou o valor proteico, porém afirmou que seu alto teor de gordura (68% e 17% de proteína) a tornava indigesta para o clima equatorial e, por isso, exportada para regiões mais frias. Ao contrário do que Castro afirmou sobre a castanha, ressalta-se que o consumo alimentar desse fruto vai além do período de coleta, pois pode ser armazenada por longos períodos e faz parte constante da dieta alimentar, utilizada em diversos pratos, sobretudo em mingaus. O referido autor aponta ainda, no preparo dos alimentos, a importância dos molhos feitos com sucos de ervas locais e pimentas, das quais as populações fazem largo consumo. Não faz especificação de quais molhos ou pimentas são utilizados. Destaca o consumo de verduras e legumes verdes como muito baixos, dificultado pelo complicado cultivo da horta, muito acima da técnica agrícola local e, por isso, a importação de seus produtos se dava bem acima dos recursos, tanto econômicos como técnicos, de transporte da região.

Em relação às frutas, demonstra o consumo regular da banana e do açaí. Faz crítica dizendo que a riqueza frutífera da floresta equatorial é mais lenda do que realidade. Afirmou que o excesso de água dificulta a concentração do suco das frutas e seu amadurecimento, sendo por isso as frutas locais raras e pouco saborosas. Argumentou que a falta de luz solar na espessura da floresta torna também o teor vitamínico dessas frutas muito baixo que o de outras regiões. Exceção fez a açaí e buriti, ricos em vitamina A. Por conseguinte, a análise de Castro para a Amazônia, em síntese, embasou-se em autores regionais que tinham visão etnocêntrica da realidade. Além disso, as medições calóricas aconteceram entre a população urbana de Belém, bem distante das comunidades rurais. Não devemos esquecer que o Brasil, na época, era essencialmente rural.

O que Castro não viu na alimentação amazônica

O pescado constitui-se como o alimento mais importante na Amazônia e essa realidade não difere em Parintins. A zona rural consome mais pescado que a urbana, mas em geral o alto consumo no Estado faz do Amazonas¹ o maior consumidor de pescado de água doce do Brasil. Aliás, na região amazônica “o consumo de pescado é o mais elevado do mundo e chega a 60 kg por pessoa/ano” (DIEGUES, 2006, p. 9). Quantidade e variedade se fazem refletir e são destaque na culinária regional. O peixe assado de brasa, por exemplo, é um prato tradicional e pode ser apresentado somente com sal por cima do peixe, como também com recheios e temperos costurados na barriga ou enrolados na folha de bananeira. O peixe, dependendo do seu tamanho, pode ser assado com escamas ou retirada a escama e ticado (vários cortes na pele para diminuir o tamanho das espinhas).

O peixe assado é uma prática de vários povos no mundo, desde a Mesopotâmia. Na Bíblia, há diversos relatos sobre a alimentação à base de peixe assado. Entretanto, foi classificado como primitivo e pobre por estudiosos da região (CASTRO, 2008; BATISTA, 2000; BITTENCOURT, 1924, LIMA, 1975). O moquéu ou moqueado, também de tradição indígena, é outra maneira de preparo dos alimentos. “É assado no jirau, armação de varas a determinada altura e distância do lume que tosta pelo calor e não pelo contato. A carne moqueada conserva-se por várias semanas, mas precisa ser reaquecida antes de servir-se” (CASCUDO, 2004, p. 32). Porquanto, a variedade de pescados e pratos reflete fartura de alimentos para a região. Podemos constatar isso no relato abaixo:

Eu era mesmo bem nutrida quando era criança e depois que fiquei moça também. Fiquei moça já com 15 anos [referindo-se a primeira menstruação]. Eu era forte, tinha muita fartura de alimentos lá no terreno do meu pai. Agora é que já estou enfraquecendo... Acho que dever ser a idade e essas comidas da cidade que não são tão saudáveis quanto aquelas que a gente cultivava (I.B.B., 72 anos, moradora de várzea e terra-firme. Pesquisa de Campo, 2012).

1. Este consumo passou de 45,896 kg/per capita/ano e baixou pela metade, sendo de 26,641 kg/per capita/ano (IBGE/POF, 2002 e 2008) por diversos fatores estudados e apresentados na tese de Santos (2012).

Uma realidade bem diferente da observada por Castro. É curioso esse relato porque o narrado se refere à época da infância da entrevistada, justamente na década de 1940, período da divulgação dos dados de Josué de Castro. Outra coisa que chama atenção, na obra, é a observação que se faz sobre a falta dos alimentos protetores (leite, carne, manteiga, ovos e frutas). Então, retomam-se os relatos da pesquisa de campo e se demonstra que, ao contrário da realidade constatada pelo autor, os alimentos protetores faziam, sim, parte da realidade alimentar amazônica local. Inicia-se pelos ovos, que Castro destacou como escassos na alimentação. Falta, sim, o ovo de galinha de granja, como até hoje esse alimento é pouco produzido na região, mas existiam outras possibilidades para o consumo. Os ovos eram consumidos tanto de tartaruga quanto de tracajá. E ainda se tinham os ovos de jacaré. Destaca-se também o consumo de ovos de pássaros, que eram dos mais diversos tipos e tamanhos, coletados na áreas de várzea. Existiam também aqueles advindos da criação de patos e galinhas.

Quando era menino eu ia com meu pai ou meu avô pescar na região do Macuricanã [área várzea de muitos lagos]. Sempre nos intervalos da pesca eu ficava colhendo ovos de pássaro nas margens dos lagos. Tinha muitos pássaros de todos os tipos. Eu pegava ovos grandes e pequenos. Tinha ovo azul de cores diferentes. Tinha ovos de garça, marreca, gaivota. Outros ovos eram de tracajá, tartaruga e camaleão. Eram muito saborosos. (N.B.S., 62 anos, morador de várzea e terra-firme. Pesquisa de Campo, 2012).

Em relação à falta de proteína da carne (gado), as lembranças dos moradores apontam para outros consumos. As carnes eram inúmeras, tanto as de peixe como as de caça. Ainda existia a fatura da carne das tartarugas. Outra carne saborosa era a do peixe-boi (mamífero de vida aquática). Variados pratos eram preparados com essa carne e ainda se utilizava sua banha para a produção do óleo. O leite de gado não era tão frequente, mas era consumido, sobretudo por aquelas famílias que tinham gado (geralmente descendentes de nordestinos). Para as famílias que não possuíam gado havia a possibilidade da troca ou compra de conhecidos, ou nas vilas e cidade. Mas o leite de maior consumo, conforme os relatos e as lembranças da primeira autora deste artigo, não era o de gado e sim o leite vegetal. O leite vegetal provindo da castanha do

Brasil (*Bertbolletia excelsa*) e o leite do amapá (*Brosimum parinarioides Ducke*) ou da sorva (*Coumo utilis Muelleram*) eram e ainda são utilizados na alimentação diária, sobretudo de crianças. Eram alternativas ao leite de gado, raro há 40 anos.

A sorva era plantada. Também dá leite como o amapá. Sangra a madeira para tirar. Antes não tinha leite de gado, nem industrial [muito difícil]. As crianças tomavam esse leite. Não fervia. Não precisa. Depois misturavam com açúcar e farinha de tapioca. O açúcar era comprado porque as crianças não se acostumavam com o mel da cana (J.S.R, 79 anos, morador da terra-firme. Pesquisa de Campo, 2011).

O leite da castanha não é tomado puro, mas misturado no preparo de mingaus. Já o leite de amapá e de sorva eram utilizados puros mesmos, como se fossem leite de gado. É perceptível a natureza alimentando desde pequenos seus filhos, pois doava o leite e mais tarde a proteína animal. Atualmente, o leite vegetal é preterido pelo leite de gado, sobretudo em pó, industrializado. Mesmo assim recente pesquisa (YUYAMA, 2007) aponta para sua pouca utilização (leite de gado) na dieta das famílias, apresentando grave insegurança alimentar no Estado do Amazonas. Porém, a mesma pesquisa revela que é no interior onde os ribeirinhos sobrevivem com maior dignidade, devido ao acesso a alimentos diretos do plantio, ou seja, da natureza. Neste ponto, as memórias da primeira autora, nascida na zona rural, mas criada na cidade de Manaus, lembra que sua mãe, quase todas as tardes, preparava mingau de banana ou arroz com leite de castanha. O sabor era agradável e apresentava a vantagem de não custar caro porque sempre havia parentes ou conhecidos que traziam do interior ou arredores da cidade. Era comum o leiteiro passar duas ou três vezes na semana oferecendo leite fresco de gado.

Quanto à manteiga, os entrevistados lembraram que seu consumo era a partir da compra. Isso valia tanto para os que tinham ou não gado. Para os comunitários que possuíam cabeças de boi comprava-se manteiga quando não era produzida na propriedade. Entre os que não possuíam gado, existia a possibilidade das trocas – a mais comum forma de adquirir o alimento que não se produzia na unidade familiar. Um escambo amazônico de produtos regionais entre parentes, amigos e vizinhos. Mas se registra que a manteiga também era feita de tartaruga, uma item de exportação, como expõe a obra de

Souza (1873), a qual afirma que no século XIX, juntamente com os couros do veado, boi, estopa, guaraná, óleos de copaíba, piaçaba e salsa, constituía-se gênero de grande exportação na região de Parintins. Em relação às frutas, é certo o consumo constante entre os entrevistados na medida em que existiam tanto as plantadas em sítios ou pomares como aquelas coletadas na natureza. Entre as primeiras citadas e reconhecidas entre autores amazônicos, estão açai (*Euterpe oleracea*) e buriti (*Mauritia flexuosa*).

Retornando às memórias da primeira autora do trabalho, ela lembra que o consumo de frutas era comum. No quintal de sua casa existia um grande pomar, sobressaindo-se mamão (*Carica papaya* L), banana (*Musa paradisiaca* L), açai (*Euterpe oleracea*), caju (*Anacardium occidentale*), ingá (*Inga marginata*), manga (*Mangifera indica*), jambo (*Syzygium jambos*), côco (*Cocos nucifera* L), pitanga (*Eugenia uniflora* L), carambola (*Averrhoa carambola*), acerola (*Malpighia emarginata*), goiaba (*Psidium guajava* L), limão (*Citrus aurantifolia*), graviola (*Annona muricata* L), laranja (*Citrus sinensis*) e pitomba. Todas disponíveis para alimentação doméstica. Não havia abacateiro (*Persea americana*) porque a árvore morreu antes de dar fruto. Porém, familiares, na época do fruto, enviavam sacolas grandes para casa. Além disso, toda vez que se ia à casa de algum parente, era comum voltar com frutos regionais como: buriti (*Mauritia flexuosa*), castanha (*Bertholletia excelsa*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e pupunha (*Bactris gasipaes*). Essa experiência foi vivenciada na zona urbana de Manaus. Então, percebeu-se que a realidade deveria ser mais constante em áreas rurais de Parintins, confirmando lembranças de fartura para moradores parintinenses. Por conseguinte, observações de Lima (1939) estariam fora do contexto da realidade encontrada em Parintins, ou, este lugar específico se constituiria em uma dessas zonas raras, limitadas e excepcionais, citando palavras do autor:

O homem do interior amazônico não tem o hábito de plantar uma árvore: arma seu desconfortável tupiri e apresenta-se, aguerrido, para assaltar os paus de leite (seringueiras): provido do rifle, do querosene, da farinha, do sal para algumas caça e de conservas para alimentação. Da verdura, do legume fresco, do leite, da manteiga, da fruta não se apercebe. Ali falta o pequeno pomar, que deveria dar sombra, alegria e perfume ao lar. No Baixo Amazonas, também não se percebe a preocupação de cultivar frutos e legumes. O homem amazônico não tem esse hábito, salvo em zonas raras, limitadas

e excepcionais (LIMA, 1939 apud CASTRO, 2008, p. 74).

Naturalmente, não se pretende afirma que Castro e outros autores não viram esse quadro de fome ou fome parcial. Existe a pobreza na região, legado de anos de economia extrativa, depredadora, mas a fome como calamidade nas zonas rurais investigadas não existiu. As histórias e relatos dos moradores rurais de Parintins não sustentam essa realidade. Na verdade, partindo-se do que se encontrou em campo, a fome parcial é exceção. Isto não quer dizer que não existiu. Quando acontecia era por fatores ambientais, como grandes secas ou cheias. Um exemplo, foi a seca de 1963, pois um entrevistado se reportou dizendo que passou necessidades devido a perda de quase toda a produção. Ou numa grande cheia que devastava a produção de várzea, como as recentes que são notadas em diversas regiões amazônicas. Na normalidade todos foram unânimes em afirmar a abundância de alimentos.

O chibé de farinha: alimento protetor

O consumo de farinha de mandioca é cultural. Muitas vezes, seu consumo se confunde com escassez. A referência de Castro sobre dias se alimentando apenas de mingau de farinha, o conhecido chibé, não parece de todo precisa. De origem indígena, o chibé foi apropriado pela cultura portuguesa (branca) e, depois, mestiça (cabocla-ribeirinha). Assim se reporta pe. João Daniel ainda no século XVIII.

Por sobremesa, como também quando se acham com calor, ou vão de viagem, usam do seu tiquara, que é água em que molham uma pouca farinha, que juntamente os sustenta e refresca; e à sua imitação a usam também os brancos, e se lhe misturam uns pós de açúcar é mais doce (JOÃO DANIEL, 2004a, p. 277).

A presença da farinha é constante na fartura e na escassez. Não raro, substitui o concentrado de arroz e banana em mingaus nas merendas da tarde. Entretanto, na cidade vive-se na dependência muito mais da renda do que da produção. Assim, quando o recurso é curto tendia-se a recorrer à farinha d'água, fosse pelo preço acessível ou pelas remessas de parentes que viviam no interior. Com a farinha de mandioca também se tinha o costume de fazer

bolinhos tal qual se faz atualmente com o trigo. Era prática comum tanto na escassez ou na fartura. Mas, a alimentação a base de chibé de farinha não era exclusiva. Em muitos relatos encontrados em Parintins, percebeu-se o hábito alimentar. É comum associar a farinha à carne seca ou até ao enlatado (conserva), juntamente com alimentos da natureza e da própria produção. É um hábito da cultura alimentar cabocla-ribeirinha. Come-se farinha com melancia, com vinhos de frutas, com o acaí e o buriti, entre outras possibilidades. No século XVIII, João Daniel (2004a) já demonstrava essa cultura ‘tapuia’ (cabocla) na forma de comer a farinha.

O modo de levar à boca, ou é com os três dedos mínimos como os tapuias e gente ordinária, ou é com colheres; e andam tão destros os americanos em um e outro modo, que têm por descortesia o tocar na boca, ou seja com colher, como os brancos, ou com os dedos, como os mais: pelo que, de certa distância atiram com ela na boca com tal destreza, que não só não erram a boca, mas nem ainda lhes cai um grão. É nisto que se conhecem os novatos europeus, os quais primeiros que se costumem, já metem a colher na boca, já lhes cai a metade, e já toda com perigo de paragem patente de novatos, por não saber meter a sua colherada; sendo que estes lhe dão no principio pouco gasto, porque estranham sempre a diversidade do pão (JOÃO DANIEL, 2004a, p. 417).

A alimentação busca aspectos simbólicos que revestem a comida, bem como o modo de preparar e comer os alimentos nas sociedades humanas (BOURDIEUR, 2005). O modo do caboclo comer a farinha é característico da alimentação amazônica e parintinense, em particular. Em época de privação, a farinha passa a ter um consumo mais intenso, embora não exclusivo. Nenhum entrevistado relatou escassez a ponto do mingau de farinha ser substituído de uma refeição. Entretanto, este quadro fora encontrado ou confundido como fome por Josué de Castro. “O chibé, preparado com farinha de mandioca e, às vezes, adoçado com rapadura, constitui-se como alimento predominante de uma extensa área amazônica” (CASTRO, 2008, p. 44).

A cultura da mandioca é tão importante na Amazônia em geral e naturalmente de igual modo na cidade de Parintins, no Baixo Amazonas. É o produto mais vendido na feira do produtor. A farinha e seus derivados tem alta procura (Figura 01).



Figura 01: Demonstrativo da venda de farinha e outros derivados da mandioca.

Fonte: SEMPA, 2009.

Períodos de privações, com perda da produção ou necessidade de jornadas longas e distantes para caçar ou pescar, existiam, entretanto não eram manifestos de maneira ininterrupta. Portanto, o registro para apenas o mingau de farinha como alimentação é parcialmente aplicável aos casos. Em Parintins, no período investigado, não se encontrou a escassez relatada por Castro.

A tradição alimentar e o esquecimento

Lembrando sua experiência como filho de serigueiro, amazônico, o entrevistado relatou que em sua infância era comum a presença da conserva enlatada, constituída de “farinha de mandioca e um pouco de feijão e arroz produzidos ou importados de outras regiões do país, peixes, crustáceos, carne [seca ou conserva] e ovos de tartaruga e tracajá, além de algum jabuti morto por ocasião das queimadas” (CASTRO, 2008, p. 50). Porém, apesar de terem roçado, o pai dele ficava muitos dias fora de casa, dedicado-se à extração da borracha. Isso dificultava uma produção maior de alimentos, já que seus irmãos ainda eram muito pequenos. Ainda assim tinham, além do roçado, sítio (pomar), horta e plantas medicinais. No sítio, as frutas mais comuns eram: azeitona (*Olea europaea*), goiaba, caju, bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.), açai, cubiu (*Solanum sessiliflorum*), graviola, ingá, taperebá (*Spondias mombin* L.), ananás (*Ananas comosus* L.), manga, banana, mamão, tangerina (*Citrus reticulata* Blanco), lima (*Citrus Limetta*), genipapo (*Genipa americana* L.), bacuri (*Platonia insignis*

Mart), abiu (*Lucuma caimito*), uxi (*Endopleura uchi*) e jaca (*Artocarpus heterophyllus*).

A conserva ou a carne seca apareciam na alimentação em períodos de se fazer o roçado, quando ficavam sem tempo disponível para a pesca e caça. A proteína animal era basicamente de carne seca ou conserva, acompanhada de farinha. A carne seca era produzida pela família e estocada para este período de trabalho no roçado (maio/julho). Conserva e arroz eram comprados direto de regatões, comerciantes dos rios. A possibilidade de uma autonomia alimentar aconteceu porque o seringal era de propriedade da família. Entretanto, a realidade era outra quando o seringueiro e sua família arrendavam uma colocação (lugar de extração da borracha). Nesta, os produtos eram oriundos do barracão do seringalista que depois cobrava um preço alto pelos alimentos. As famílias não tinham tempo para a produção, pois ganhavam pela produção da borracha e, geralmente, envolvia toda a família.

Era o sistema econômico vigente na época e, ainda hoje, praticado em algumas partes da região amazônica – o aviamento. Nesse sistema de economia gomífera, o endividamento do seringueiro e da família era parte essencial para a manutenção dos lucros do patrão/seringalista. Este ganhava com a venda da borracha, dos alimentos e produtos do seu barracão, obrigando seus trabalhadores a permanecerem no seringal num ciclo de endividamento. Assim mantinham-se cativos, pois precisavam repor ferramentas de trabalho e alimentar as famílias. A sobrecarga de trabalho não deixava tempo para cultivo, caça ou pesca, ou seja, para se buscar alimentos saudáveis. Além disso, a pouca habilidade em lidar com cultivos novos, ou seja, vinculando-se a uma transição alimentar constante para essa região em formação, desde a chegada dos primeiros portugueses, pode ser também uma das explicações para um retrato de fome parcial encontrado por Castro. Nesse sentido, cultivos e técnicas agrícolas tornavam-se parte do aprendizado cotidiano das populações tradicionais. Os nordestinos, agricultores e criadores de gado, trouxeram técnicas e estes aprendiam com o nativo a pescar, caçar e coletar.

Esse quadro social alimentar não é suspeitado pela literatura referida. Os problemas da alimentação regional aparecem muito mais, a nosso ver, por meio de uma visão pessimista, creditando-se ao cultivo da mandioca e à ‘preguiça’ do caboclo a responsabilidade pela pobreza alimentar. Josué de Castro, entretanto, enfatizou esse quadro como resultado da escolha da política

econômica brasileira, priorizando a exportação do aço em detrimento a políticas públicas voltadas para a produção de alimentos. A floresta era o grande empecilho ao desenvolvimento regional, respaldando depois as teorias desenvolvimentistas regionais das décadas seguintes.

A alimentação tradicional ainda resguarda hoje uma questão de gênero – notou-se no estudo. São as mulheres as efetivas guardiãs das receitas e do preparo dos alimentos. Registra-se que alguns receituários memoriais já se encontram em fase de extinção, ou porque poucos sabem como fazer ou pela não catalogação; ou ainda porque não se pratica mais esse hábito alimentar, sobretudo entre os novos. Um exemplo é o tarubá e o caxiri, bebidas fermentadas com alimentos nativos, as quais estão narradas aqui por um morador da terra-firme que aprendeu algumas receitas com a mãe, já falecida.

Pega a mandioca, raspa para tirar a casca, depois seva [tritura], espreme no tipiti, penera e faz o beiju da massa. Corta o beiju em quatro partes, coloca no panelo. O pó que sobra no forno junta com o pano e coloca na cuia. Afoga o beiju com um pouco de água. Depois tira o beiju e fica com a água. Tira a folha da parreira (curumim). É um arbusto que dá folha fina e frutiva. Torra a folha e depois tritura e mistura com aquele pó que sobrou da feitura dos beijus. Faz um jirau (cama) e forra com folha grande de banana, depois uma camada de folha de parreira (sem triturar). Põe uma camada de beiju molhado e espalha o pó da parreira e do beiju (misturados) e salpica água aparada do molho do beiju. Depois de cada camada de beiju espalha esse pó e a água até o final do processo. Depois coloca a folha da bananeira e da parreira e uns paus para prensar. Deixar passar sete dias. Depois tira as folhas, banana e parreira. Faz um feixe da folha da parreira para o próximo tarubá. O beiju formou uma massa mole que dissolve na água [pote] facilmente. Cõa na peneira e está pronto para tomar. Serve gelado ou natural. Mas se quiser que vire uma espécie de cerveja, espera 24 horas depois de coado, fica fermentado e deixa a gente porre mesmo, igual cachaça. (N.B.S, 62 anos, morador de várzea e terra-firme. Pesquisa de Campo, 2012).

Outra bebida bastante conhecida, cuja receita também enfrenta o processo de esquecimento por parte dos moradores mais jovens, é o caxiri. A seguir é descrita a receita:

O caxiri é feito com a mandioca. Você descasca a mandioca,

seva, depois espreme no tipiti, penera pra fazer o beiju da massa. Quando tá pronto você corta o beiju e coloca dentro da panela de barro com água. Amassa o beiju na água até virar um caldo grosso. Rala meia batata-doce preta ou roxa e mistura com o beiju amassado. Deixa na panela com um pano coberto por dois dias (24 horas). Depois cõa e pode colocar um pouco de água para destemperar. Dá uma bebida fina. Depois de passar 24 horas de coado, fermenta e vira uma cachaça (R.F.C., 84 anos, moradora de terra-firme. Pesquisa de Campo, 2012).

Atualmente, a transição alimentar na Amazônia representa a substituição dessa alimentação tradicional, rica em fibras e nutrientes, por um consumo maior de gorduras, principalmente de origem animal, açúcares e alimentos refinados presentes nos alimentos industrializados (ADAMS, 2002; ALENCAR et al., 2007, 2008; CABALLERO, 2005; NARDOTO et al., 2011).

Transição alimentar na floresta

É característica da transição alimentar no Amazonas o aumento do consumo de arroz em detrimento ao consumo de farinha, queda que acompanha a redução do consumo de pescado. Dados da pesquisa POF do IBGE (2002 e 2008) para o Estado apontam a alta saltando de 15,903 para 19,432 kg/pessoa/ano, enquanto que a farinha de mandioca caiu de 43,354 para 26,641 kg/pessoa/ano.

Porém, nas comunidades de várzea observadas, em todas as refeições estavam presentes a farinha e o peixe. “É provável que o peixe e a mandioca, principalmente na forma de farinha, ainda ocupam o papel central na mesa da várzea enquanto arroz, milho e trigo são fontes calóricas secundárias” (ADAMS, MURRIETA, SANCHES, 2005, p. 14).

A ajuda governamental por meio do bolsa família, maior benefício encontrado nos resultados dos questionários aplicados, ocasiona também dependência da alimentação por meio da renda em menor rigor a antigos hábitos de produção, trocas e comercialização do excedente.

É melhor depender da natureza (extrativismo e produção) ou do mercado? Esse resultado pode ser expresso estatisticamente quando se demonstra que 31% dos domicílios urbanos e 35,4% dos rurais gastam mais de 60% de seus rendimentos com compra de alimentos, conforme tabela 1, abaixo.

Tabela 1: Percentual da renda familiar gasto com compra de alimento.

Gastos	Urbano (%)	Rural (%)
Até 30%	18,5	15,4
31 a 40%	21,4	21,5
41 a 50%	29,2	27,7
> 60%	31,0	35,4

Fonte: Resultado dos questionários, 2012.

Nesse sentido, quando se deixa de produzir, o mínimo que seja, como o cheiro-verde num canteiro, tudo passa a depender da renda. Assim, o homem amazônico parintinense passa a se subordinar muito mais ao mercado que a natureza, diminuindo o consumo de alimentos tradicionais em detrimento de uma alimentação menos saudável.

A dependência do rio pela população ribeirinha da Amazônia se expressa, sobretudo, na retirada de proteína animal: o pescado. Destaca-se aqui o papel central da farinha de mandioca – o “pão dos trópicos” – e o pescado. Essa alimentação embora fornecendo parte significativa das calorias e proteínas necessárias à uma dieta alimentar sadia, situava-se, segundo Castro, abaixo do mínimo exigido, oscilando entre 1800 e 2000 calorias.

Na área de várzea estudada, no período da cheia, observou-se um consumo alto de pescado. Mesmo na cheia, o alimento existia em abundância presente à mesa na forma de assado, frito ou cozido. Ressalta-se que era acompanhado de feijão, arroz e farinha. Os temperos eram do próprio canteiro suspenso que produzia pimenta de cheiro, cebolinha, coentro, tomate e pimentão.

O morador da várzea explicou que a quantidade não diminui, mas sim os tipos de espécies consumidas, mais comuns ao período das cheias dos rios. Essa realidade observada vai de encontro ao que Castro denominava “escassez de pescado”. “Essas populações apenas dispõem da carne do peixe, e isto mesmo de maneira irregular e em quantidade irregular” (2008, p. 56).

Observou-se entre moradores da várzea, nos sete dias de refeições durante a semana, uma regularidade no consumo de pescado. No dia em que não apareceu, foi motivado por escolha e não por escassez. A moradora,

talvez, por nós estarmos na sua casa, ofereceu em uma refeição o frango assado. Além da repetição diária, o pescado é também servido ao jantar, mas em quantidade menor.

A preferência pelo peixe é constante, mesmo entre os mais novos, embora os mais velhos afirmem que os mais jovens preferiam outra opção quando há alternativas disponíveis na mesa.

Diz um ribeirinho: “Nós comemos o peixe todo dia, mesmo quando tem outra comida. Na hora da janta tem peixe de novo e se faz a refeição tudo de novo, não se repete a sobra do almoço (J.S.T., 74 anos, morador de várzea. Pesquisa de campo, 2012).

Provavelmente, o consumo *per capita* de pescado considerando apenas a área de várzea seja bem maior do que apontados em outras pesquisas. Dados retirados dos questionários (quadro 2) nos mostram números no consumo semanal por domicílio nas zonas rural e urbana.

Quadro 2: Consumo semanal de pescado por domicílio e total rural e urbano

Consumo domiciliar semanal e total (kg)	Rural (3.832 domicílios)	Urbano (8.736 domicílios)
	15.6	8.9
Pescado	59.779	77.750

Fonte: Resultados dos questionários, 2012.

Considerando a média de moradores por domicílio na zona rural em 8,3 e na zona urbana em 8 pessoas temos um total de consumo *per capita* de 1,8 e 1,1 kg/semanal, ou de 86,4 e 52,8 kg/pessoa/ano, respectivamente. Quantidade maior na zona rural e menor na zona urbana do que o apontado por Diegues (ID., op. cit.), de 60 kg/pessoa/ano, referido acima, e bem maior para ambas as zonas do que o apontado pela pesquisa POF/IBGE (2002 e 2008).

Apesar do consumo *per capita* ser maior na zona rural, o consumo total maior de pescado é na zona urbana, com 77.750 kg/semanal/domicílio. Porém, perde para os consumos de carne vermelha e frango congelado, conforme quadro 3:

Quadro 3: Consumo semanal de carne bovina e frango congelado por domicílio/semanal

Consumo Domiciliar Semanal	Domicílios			
	Rural - 3.832		Urbano - 8.736	
Carne	44.451	11.6	110.076	12.6
Frango	40.236	10.5	103.084	11.8

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Observa-se, então, que o consumo *per capita* de carne bovina (1,4 e 1,5 kg) mais o frango congelado (1,2 e 1,4 kg) já assumem juntos um papel importante na quantidade consumida nos domicílios das zonas rural e urbana durante a semana.

Com dados coletados na Secretaria de Produção Municipal (Sempa) e no porto da cidade, Santos et al. (2013) calcularam um consumo de carne vermelha *per capita* anual na zona urbana de 19,3 quilos, um valor maior que na cidade de Londrina, por exemplo.

O consumo de carne bovina na zona urbana de Parintins foi calculado por um indicador de sustentabilidade conhecido como pegada ecológica e chegou-se ao resultado de 11.741 *Global Hectare Area* (GHA), que significa a área em hectares globais necessários a absorção deste consumo pela natureza.

O alto o consumo captado nos questionários afirma os resultados do consumo de pescado menor que os outros consumos de proteína animal. Ou seja, na zona urbana a cultura alimentar do pescado está cedendo lugar a outros consumos.

Isso pode ser explicado, em grande parte, pela renda baixa da população que não tem como pagar por um pescado cada vez mais caro. O homem anfíbio, em ambiente urbano, tem a renda como principal acesso aos alimentos.

Tabela 2: Preço (R\$) dos alimentos, em Parintins, praticados em 25/05/2012

Tipos de pescado	Preço/kg	Outros alimentos	Preço/kg
Jaraqui (<i>Semaprochilodus Insignis</i>)	R\$ 4/5,00	Frango congelado	R\$ 3,30
Pacu (<i>Mylossoma spp, Mileus spp</i>)	R\$ 5,00	Carne com osso	R\$ 6/7,00
Tambaqui (> 5kg) (<i>Colossoma macropomum</i>)	R\$ 14,00	Calabresa	R\$ 7,90
Sardinha (<i>Triportheus spp</i>)	R\$ 5/6,00	Salsicha	R\$ 4,30
Acari-bodó (<i>Liposarcus pardalis</i>)	R\$ 2,50	Ovo (unidade)	R\$ 0,30
Curimatã (<i>Prochilodus nigricans</i>)	R\$ 5/6,00	Sardinha em lata (unidade)	R\$ 1,90

Fonte: Feira Zezito Assayag e supermercados da cidade de Parintins

Neste sentido, a cultura alimentar do alto consumo de pescado que não foi captado por Castro em sua ‘Geografia da Fome’, atualmente, vale para a zona rural e não mais na zona urbana. Por isso, a escolha de produtos menos frescos e mais industrializados estão expressos na tabela 2.

Amazônia das contradições

Os autores clássicos que estudaram a alimentação amazônica retrataram-na bem diversa da realidade encontrada pela autora nos relatos das memórias dos moradores de Parintins.

O consumo da farinha de mandioca e seus derivados (molhos, bebidas, etc) é identitário da cultura alimentar amazônica. Em Parintins, este alimento é acompanhado pela proteína do peixe. Entretanto, a realidade vem se modificando. Tomar um tarubá gelado não significa mais, para a nova geração, algo identitário, concordante aos seus novos desejos alimentares. Muitas vezes, consideram coisa atrasada, de gente antiga. O costume mais “moderno” é tomar refrigerante.

Os mais velhos não conseguem mais transmitir a cultura num mundo em que a televisão e o acesso à internet são mais atraentes que sentar na varanda da casa e ouvir histórias. As memórias das pessoas idosas encontram assento na constituição do lugar, da comunidade, da cidade, presentes nos afetos, de maneira mais entranhada do que se pode imaginar. É a utilização do território pelo povo (SANTOS, 1978). “A sociedade industrial é maléfica à velhice, pois nela todo o sentimento de continuidade é destruído, o pai sabe que o filho não continuará sua obra e que o neto nem mesmo dela terá notícia (BOSI, 1994, p. 25)”.

Dessa maneira estudos mais aprofundados tornam-se importantes para dar conta dessas relações, sobretudo na zona rural. O que mudou? Quais forças impulsionam as novas relações? É necessário prestar atenção nessas novas relações para se compreender como uma escolha (alimentar) pode ser uma decisão pelo esquecimento. O fenômeno da globalização se intensificou a partir da década de 1960 e significou um maior fluxo de mercadorias e uma maior inserção de territórios em redes, tendendo para aquilo que Haesbaert (2005) denominou de multiterritorialização.

O grande fluxo de mercadorias e a homogeneização de políticas econômicas globais empobrecem populações rurais, as quais ficam dependentes de rendas proporcionadas por políticas governamentais. Perdem cada vez mais a autonomia para a produção de alimentos e se fragilizam em face ao avanço da degradação ambiental por meio da intensificação da caça, da pesca e da retirada de madeira. A perda do equilíbrio com o meio resulta em insegurança alimentar. O acesso à alimentação condiciona-se, em maior proporção, às regras de mercado. Um exemplo: se a produção de arroz no Brasil render mais nos mercados de outros países ocorrerá à exportação dessa mercadoria, desabastecendo e encarecendo o preço no mercado interno. Isso dificulta o acesso pela população de menor poder aquisitivo. Entretanto, se houver um equilíbrio dessas populações rurais com seu meio ambiente, seu território, no que tange ao seu acesso seguro e constante de alimentos nativos e condições de produção e venda de produtos, sem a concorrência desigual com outros produtos da agricultura mecanizada, haverá segurança alimentar.

Nesse sentido, políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para Parintins devem garantir não apenas o acesso à renda, mas sobretudo a meios de produção (não apenas terra, mas ferramentas,

máquinas etc.) e ao meio natural equilibrado. Esse meio natural que Castro apresentou como empecilho para uma boa alimentação é parte substancial para a segurança alimentar do território. *Geografia da Fome* constituiu-se, até os dias atuais, numa obra clássica, de grande destaque nos meios acadêmico e político, com alcance internacional, o que proporcionou ao seu autor, médico, escritor, geógrafo e professor, atuar como embaixador na FAO/ONU. Soares (2003) demonstra que Castro era atuante, corajoso e cumpriu com magnitude seu papel, consciente acerca do trabalho legado ao Brasil.

Por ser obra de vulto e constituir-se como referência para a comparação de dados colhidos no campo, procurou-se esclarecer melhor os resultados, posto que é um livro extenso, que abarca todo o território nacional, e envolve-se com a convergência de saberes diversos (biológicos, antropológicos, econômicos, políticos e sociológicos), os quais extrapolam a análise voltada a alimentação. O entendimento de alguns equívocos cometidos pelo autor em relação à alimentação regional não pressupõe erro de análise da realidade observada. Na verdade, Castro viu uma fome e ela realmente existiu e existe na Amazônia, mas aponta-se aqui para uma fome que acomete populações em desequilíbrio com seu meio, aquelas de maior dependência do mercado. Se essas populações são maioria, como Castro constatou na proposta de “área de fome”, ou se são apenas minoria, caberá a demais estudos apontarem. No trabalho, em particular, sublinham-se visões contraditórias sobre uma Amazônia de fome e outra de fartura.

O autor publicou na década de 1940 e apresentou uma tese difícil de ser analisada e superada. Seus resultados para uma Amazônia de fome são ambíguos ante memórias e histórias contadas por velhos não apenas de Parintins, mas do Baixo Amazonas. As histórias e experiências demonstram que não existiu uma fome grave, mas, doutra forma, houve fartura em nível mediano. Existem memórias além das apresentadas na obra do autor, a sugerirem que a alimentação amazônica é de abundância. Na área de estudo, entre os moradores das comunidades entrevistadas, a escassez não existiu. Aliás, a literatura regional, em grande parte, desenha quadros apocalípticos, desoladores para os problemas amazônicos e a alimentação não constitui exceção. No fim das contas, parece que a Amazônia não foi e não é habitada por milhões de pessoas, por milhares de anos, e que nunca houve mudanças

sociais na região, sendo o cenário atual de desastre e de destruição irremediáveis (DRUMMOND, 2000).

Pintaram um quadro de natureza rica, mas inóspita, abrigo de um povo pobre. Na verdade, a alimentação amazônica é bastante rica, seja por suas espécies animais aquáticas e terrestres, ou seja pela diversidade de frutos cultivados ou nativos. Atualmente, a realidade de fartura existe, todavia para aqueles que conseguem manter-se em equilíbrio com o ambiente, mantendo a alimentação tradicional e ecológica. O feijão, o arroz e a farinha eram produzidos. A proteína animal caçada ou pescada. Os frutos, apesar da sazonalidade, eram diversos, colaborando para um abastecimento o ano inteiro. O café e a cana-de-açúcar faziam parte da unidade familiar, além de diversas plantas utilizadas para chás. Esses e outros exemplos corroboram para uma autossuficiência da unidade familiar amazônica na várzea e na terra-firme parintinenses.

Por conseguinte, as histórias ouvidas reportam-nos a uma fartura de alimentos, ou seja, a uma segurança alimentar que não foi captada na obra de Castro. Os alimentos aqui denominados de tradicionais constituíam-se a base da segurança alimentar dessas famílias. Pouco se comprava nos mercados da cidade. Pouco se gerava resíduos (lixo!).

Conclusão

A autossuficiência alimentar em certa medida foi captada de modo enviesado nos estudos de Castro; ou porque não deu atenção a lugares onde aconteciam, e por isso, os ignorou; ou por serem tais lugares ilhas de fartura em meio a escassez observada; ou ainda porque deu-se demasiado crédito a autores regionais da época, que retratavam a floresta como empecilho ao desenvolvimento e o caboclo como homem rústico, preguiçoso e, por isso, subnutrido.

Com o passar do tempo, a autossuficiência diminuiu e se passou a depender mais de renda. A renda tornou-se, aos poucos, fonte de acesso a alimentos. Os alimentos tradicionais deixam de ser a base para a segurança alimentar de famílias e o quadro torna-se mais difícil quando se percebe que a renda da maioria dos moradores, tanto urbanos quanto rurais, em sua maioria é baixa, com ganhos de até dois salários mínimos, dificultando a aquisição de alimentos de qualidade. Com isso, aumenta o consumo de frango, salsichas,

enlatados. Estes mais baratos que o consumo de peixes tradicionais, como tambaqui (*Colossoma macropomum*) e tucunaré (*Cichla spp*).

As tradições alimentares estão em processo de reconformação, mas tornam-se elementos importantes para se compreender a comida como ecológica e não apenas tradicional. Por exemplo, bebidas derivadas da mandioca têm potencial enorme para fazerem parte da atração turística do município. Qual turista não gostaria de experimentar uma bebida como o tarubá (cerveja de mandioca)? Além disso, comercializar iguarias culinárias da produção familiar parintinense e amazônica possibilitaria renda (pluriatividade) e valorização de conhecimentos. Porém, no festival folclórico da cidade, no qual acontece a disputa dos bumbás garantido e caprichoso, continua-se a servir cervejas e bebidas de outros lugares.

A obra de Castro continua atual, pois a fome parcial continua acometendo povos amazônicos. Se em maior ou menor número do que antes não se sabe com precisão. Mas acomete sobretudo famílias com dependência em grau maior da renda e do mercado da oferta e procura.

Referências

ADAMS, C. Estratégias adaptativas de duas populações caboclas (Pará) aos ecossistemas de várzea estuarina e estacional: uma análise comparativa. Tese. (Instituto de Biociências/Dep. Ecologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. 373f.

ADAMS, C.; MURRIETA, R.; SANCHES, R. Agricultura e alimentação em populações ribeirinhas das várzeas do Amazonas: novas perspectivas. Revista Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 8, n.1, 2005. 1-22p. Disponível em: <<www.periodicocapes.gov.br>> Acesso em 20/10/2010.

ALENCAR, F., YUYAMA, K.; VAREJÃO, M.; MARINHO, H. Determinantes e conseqüências da insegurança alimentar no Amazonas: a influência dos ecossistemas. Revista Acta Amazônica, Manaus, v. 37, n.3, 2007. 413-418p.

ALENCAR, F.; YUYAMA, K.; RODRIGUES, E.; ESTEVES, A.; MENDONÇA, M.; SILVA, W. Magnitude da desnutrição infantil no Estado do Amazonas-Brasil. Revista Acta Amazônica, v. 38, n. 4, 2008. 701-706p.

BATISTA, D. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. 2. ed. Manaus: Valer/Edua/Inpa, 2007. 408p. ISBN 85-86512-70-2.

- BITTENCOURT, A. Memória do município de Parintins: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e matéria. Manaus: Palami Royal, 1924. 206p.
- BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. 560 p.
- BOSI, E. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484p.
- CABALLERO, B. Subnutrição e obesidade. In: PACHECO, M.L.; RODRIGUES, M. (Org.). Cadernos de Estudos, Desenvolvimento Social em Debate, n. 2, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2005. 10-13p.
- CASCUDO, L. C. História da alimentação no Brasil. 3 ed. São Paulo: Global, 2004. 954p.
- CASTRO, J. Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. .318p.
- DIEGUES, A. C. Aspectos sócio-culturais e políticos da água. Brasília: MMA/NUPAUB/USP, 2006. Disponível em: <www.mma.gov.br> acesso em 20 de outubro de 2011.
- DRUMMOND, J. A. Recursos naturais, meio ambiente e desenvolvimento na Amazônia brasileira: um debate multidimensional. História, ciências, saúde, v. 6 (suplemento), 2000. p.1135-1169. [Ensaio bibliográfico].
- DRUMMOND, J. A. Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade econômica. Ambiente & Sociedade, Ano V, Nº 10, 2002. p.1-24.
- ELOY, L. Diversidade alimentar e urbanização: o papel das migrações circulares indígenas no Noroeste Amazônico. Revista Anthropology of food [Online], S6 | December 2009, Online since 20 December 2009. Disponível em: <<http://aof.revues.org/6444>> Acesso em 20/06/2012.
- FAO, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo. Roma, Itália, FAO, 2006.
- FRANCISCO SOUZA, Cgo. Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas. Belém(PA): Tip. do Futuro, 1873. 328p.
- FRAXE, T. Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000. 192p.

HAESBAERT, R. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. In: Anais da oficina sobre a política nacional de ordenamento territorial realizada em Brasília em novembro de 2003. Brasília: Ministério da Integração, 2005. p. 15-29.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo Demográfico 2010: primeiros resultados. Disponível em: <<www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20/05/2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa POF (2002-2008). Disponível em: <<www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20/05/2012.

IDAM, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas. Plano Operativo Anual: Unidade local. Parintins: IDAM, 2009.

IDAM, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e florestal sustentável do Amazonas. A produção de várzea no município de Parintins. Parintins: IDAM, 2012. [Entrevista concedida em 24/05/2012].

JOÃO DANIEL, Pe. Tesouro descoberto do máximo rio Amazonas (1722-1776). Rio de Janeiro: Contraponto, 2004a. 600p. v.1. ISBN 85-85910-54-2.

JOÃO DANIEL, Pe. Tesouro descoberto do máximo rio Amazonas (1722-1776). Rio de Janeiro: Contraponto, 2004b. 640p. v.2. ISBN 85-85910-54-2.

LIMA, J. F. A. Amazônia: a terra e o homem com uma introdução a antropogeografia. São Paulo: Editora Nacional, 1975. 151p.

SANTOS, A.; LEONARDOS, O. Acompanhando a dança das águas no Baixo Amazonas: Percepções dos ribeirinhos sobre segurança alimentar face às mudanças climáticas. In: Caderno de Resumos do XIV Encontro da Rede luso Brasileira de Estudos Ambientais. Recife: CNPq/UnB/PRODEMA/CAPES, 2011. 96p.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.p.236.

SOARES, J. A. Josué de Castro, o Brasil e o mundo. In: ANDRADE et al. Josué de Castro e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p.7-10.

SEMPA, Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento. Levantamento da cadeia de produção de juta e malva. Parintins: SEMPA, 2009. [Relatório]

SANTOS, A.; LEONARDOS, O. Acompanhando a dança das águas no Baixo Amazonas: Percepções dos ribeirinhos sobre segurança alimentar face às mudanças climáticas. In Caderno de Resumos do XIV Encontro da Rede luso Brasileira de Estudos Ambientais. Recife: CNPq/UnB/PRODEMA/CAPES, 2011. 96p.

NARDOTO, G.; MURRIETA, R.; PRATES, R.; ADAMS, C.; GARAVELLO, M.; SCHOR, T.; MORAES, A.; RINALDI, F.; GRANGNANI, J.; MOURA, E.; Duarte-Neto, P.J.; Martinelli, L.A. Frozen chicken for wild fish: Nutritional in the Brazilian Amazon Region determined by carbon and nitrogen stable isotope ratios in fingernails. *American Journal of Human Biology*, v.23, 2011. 642-650p.

SANTOS, A. S. M.; LEONARDOS, O. H.; MOTA, J. A. Alimentação Urbana e a Pegada Ecológica do Consumo de Carne Bovina na Cidade de Parintins. *Acta Geográfica, Boa Vista* v.7, n 14 jan./abr. de 2013. 45-53p.

STERNBERG, H. O. A água e o homem na várzea do Careiro. 2ª ed. Belém: Emilio Goeldi, 1998. 248p.

TOCANTINS, L. O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia. 9ª ed. Manaus: Editora valer/Edições Governo do Estado, 2000.

Agradecimentos

Este trabalho é resultado de tese de doutorado e os autores agradecem ao apoio financeiro da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e a cordialidade dos homens-anfíbios amazônicos.



EDUCAÇÃO INDÍGENA & TERRITORIALIDADES ESPIRITUAIS

Desafios concernentes a territorialidades míticas ameríndias e educação indígena se apresentam enquanto problemáticas de debate no capítulo, apresentadas a partir de pesquisas que apostaram na projeção de resultados relacionados à interculturalidade amazônica. Os estudos buscaram descrever povos étnicos em conflito com realidades urbanas, brancas, de viés ocidental, em uma das coisas que o ocidente tem de mais controverso, seu sistema comercial de mercado.

Pelas explanações apresentadas, nota-se que esse sistema se revela implicado em territorialidades nativas da região, ora concebidas enquanto míticas porque se situam no âmbito da ancestralidade e também possuem lastro de memória afetiva, ora ponderada enquanto intencionalidade fundamental e de alta importância para marcações de identidade.

Todavia, em meio à realidade ambígua da atualidade, os resultados indicam que estão sendo percebidos traços com efeitos opostos à trajetória histórica de formação da população da Amazônia no presente. Uma percepção preocupante dada a conjuntura de degradação socioambiental.

Os textos que seguem se debruçam sobre essas perspectivas e procuram sublinhar dinâmicas concernentes a tais conjunturas. São relatos organizados com intenção de ajudar na elucidação da seguinte pergunta: como descrever contextualizações que interconectem territorialidades e simbolismos? Eis a questão.

A língua Sateré-Mawé em contexto urbano

HELLEN CRISTINA PICANÇO SIMAS

Profa. Dra. do Curso de Comunicação Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (Icesz/Ufam). Líder do Núcleo de Estudos de Linguagens da Amazônia (Nel-Amazônia/CNPq)

TAYANA FERNANDES

Graduanda em Comunicação Social pela Ufam. Membro do Núcleo de Estudos de Linguagens da Amazônia (Nel-Amazônia/CNPq). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam)

ADRIELLY PEREIRA

Graduanda em Comunicação Social pela Ufam

Introdução

O trabalho apresenta resultados do levantamento sociolinguístico sobre a língua Sateré-Mawé falada por índios urbanos do município de Parintins e faz uma discussão sobre política linguística para as línguas indígenas faladas por índios residentes em urbes. Os dados são de pesquisa de campo junto à Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), Casa do Índio (Casai) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como dados levantados por meio de questionários aplicados a indígenas residentes em Parintins (sendo 29 participantes de idade entre 10 e 20 anos e 29 participantes entre 20 e 40 anos). A escolha pelo grupo indígena se deu pelo fato de haver grande número de Sateré-Mawé vivendo na área urbana de Parintins. Segundo a Funai local, são aproximadamente 519 indígenas.

Dados da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) do Estado (extinta em 2015) apontam que “o Amazonas têm 29 línguas faladas por populações indígenas e pouquíssimos trabalhos destinados a documentar e manter essa importante diversidade cultural” (PEDROSO, 2013, p. 01). Assim, o presente projeto partiu da seguinte problemática: qual a

situação sociolinguística da língua Sateré-Mawé falada no contexto urbano de Parintins?, uma vez que há silêncio a respeito da questão e poucos são os estudos existentes sobre a real utilização de línguas indígenas em aldeias do Brasil e menos ainda se conhece sobre línguas faladas por índios que vivem em centros urbanos.

Em Parintins, município a 369 km da capital Manaus, Amazonas, até o presente momento somente o estudo de Pery Teixeira (2005) fez um diagnóstico da língua Sateré-Mawé. Em sua pesquisa, observou tanto o uso da língua indígena em aldeias quanto em urbes. Observa-se que são poucos os estudos que propõem discussões em torno de políticas linguísticas para atender à população indígena residente em urbes. De acordo com Aryon (2004, p. 32), “na Amazônia são faladas cerca de 250 línguas indígenas, sendo que 150 em território brasileiro”. No entanto, há um enfraquecimento dessas línguas. Dezenas já foram extintas, como é o caso da língua Poruborá (RR), pertencente ao tronco Tupi. Outras como o Maku (RR), uma língua isolada, a língua Xipaia (PA) e a língua Xetá (PR), pertencentes ao tronco Tupi, encontram-se em eminência de morte por possuírem apenas um falante. As causas do desaparecimento de uma língua são variadas: repressão ao uso, morte dos falantes e deslocamento linguístico, permitindo à língua portuguesa ocupar o espaço antes ocupado pela língua indígena.

O desaparecimento de uma língua é fácil de acontecer, segundo RCNEI (1998, p. 118):

A perda de uma língua indígena se dá tão rapidamente que seus falantes quase nunca percebem o que está acontecendo. É bastante comum que num espaço de apenas três gerações uma comunidade, antes monolíngue em língua indígena, se torne bilíngue (português/língua indígena) e depois volte a ser monolíngue novamente: só que desta vez, monolíngue em língua portuguesa.

Somado a isso, a falta de perspectivas e a carência por projetos voltados à conservação e valorização das línguas dentro do âmbito social étnico dos próprios indígenas contribuem para o desaparecimento. A falta de política de manutenção da vitalidade de línguas indígenas acaba provocando a triste perspectiva de que, em menos de 50 anos, falantes bilíngues em língua indígena e em língua portuguesa deixarão de falar a sua língua nativa e se

tornarão monolíngues em língua portuguesa, bem como as novas gerações de indígenas apenas falarão a língua portuguesa.

A busca por melhores condições de vida, por uma educação mais avançada em relação ao grau de escolaridade, por tratamento de saúde, trabalho, além de outros fatores, motivam indígenas à migração para centros urbanos próximos às suas comunidades de origem. Atualmente, segundo dados da Funai local, 519 Sateré-Mawé residem em Parintins. Pelo menos 100 desses indígenas residem fixamente na casa de trânsito da cidade, situada na rua Silva Campos, Centro.

Os Sateré-Mawé residentes na área urbana de Parintins habitavam originariamente a Terra Indígena Andirá-Marau, na região do médio rio Amazonas, mais precisamente entre os Estados de Amazonas e Pará. O território tem 788.528 ha e perímetro de 477,7 km. Eles ocupam ainda uma pequena área dentro da Terra Indígena Koatá-Laranjal, dividindo-a com os Munduruku, no Pará. Localizam-se precisamente entre os rios Tapajós e Madeira, estreitados ao norte pelas ilhas Tupinambaranas (no rio Amazonas) e ao sul pelas cabeceiras do rio Tapajós, como já citado.

Devido à ineficiência de projetos econômico-sociais que auxiliem a sobrevivência financeira de indígenas no contexto urbano, os Sateré-Mawé desenvolvem mecanismos e formas diferenciadas para se manterem financeiramente na cidade: comercializam, por exemplo, artesanato na própria casa de trânsito indígena; e os indígenas que moram em bairros periféricos da cidade, sobrevivem geralmente do trabalho informal. Poucos são os que já conseguiram se estabilizar financeiramente.

No Amazonas, existem demarcações de terras indígenas (TIs) pelos municípios de Barreirinha (143.044 ha), Maués (148.622 ha), Parintins (30.994 ha), e, no Estado do Pará, nos municípios de Itaituba (350.615 ha) e Aveiro (115.253 ha).

O primeiro registro histórico do contato desse povo com os “brancos” está datada de 1669, com a fundação de missão jesuíta na ilha Tupinambarana, atual Parintins. Devido às guerras com os Munduruku e Parintintim e ao contato com os portugueses, os Sateré Mawé perderam grande parte de seu território original (TEIXEIRA, 2005, p. 21).

Somente em 06/08/1986, após oito anos de lutas e morte de parte da população indígena, foi homologado e demarcado o território Sateré-Mawé. Porém, houve migração de parte da população indígena para várias áreas fora de seu território, sendo os principais motivos i) missões de catequização impostas por jesuítas, ii) conflitos enfrentados ao lado dos Munduruku e dos Mura pela defesa do território, iii) além das buscas incessantes dos colonizadores de terras por drogas do sertão, exploração da borracha e epidemias trazidas por não indígenas. Devido às epidemias, lutas e perseguições, enormes áreas da Amazônia foram devastadas, o que provocou o deslocamento de nativos de territórios ancestrais (TEIXEIRA, 2005). Posteriormente, em 1835, lutando ao lado dos Munduruku e dos Mura, como também de outros indígenas do rio Negro, os Sateré-Mawé aderiram ao movimento cabano, até que em 1839 o conflito foi debelado.

Das inúmeras riquezas culturais que os Sateré-Mawé possuem, as que se destacam são o Porantim, objeto sagrado em formato de remo, talhado em madeira escura e com incisões brancas; o ritual da tucandeira, em que o índio Sateré-Mawé passa da adolescência para a fase adulta em um teste de força e resistência. Ele coloca as mãos em luvas de cipó com formigas tucandeiras, sendo ferrado por elas até 15 minutos, ao som de cantos e danças conduzidos pelo pajé (mestre da cerimônia e curandeiro da aldeia). O guaraná é outra riqueza desse povo, o qual é também conhecido como “Povo do Guaraná”. Cada aldeia Sateré-Mawé possui um líder, chamado de Tuxaua ou *Tu’as* (em língua Sateré-Mawé). Este carrega consigo a responsabilidade de representar seu povo quando chamado a discutir, por exemplo, questões políticas e sociais de cada comunidade. De acordo com o site Mundurukânia (2014, p. 18),

atualmente, o engajamento dos Sateré-Mawé na política partidária chama atenção na região do Baixo Amazonas. A organização do povo Sateré para conseguir ter representantes da etnia em cargos públicos obteve êxito nos últimos anos. Na cidade de Barreirinha, por exemplo, além de conseguirem comumente ter representantes na Câmara Municipal, um membro da etnia, Messias Batista, se elegeu por duas vezes prefeito da cidade com apoio dos eleitores Sateré-Mawé.

O povo Sateré Mawé, portanto, apesar das inúmeras dificuldades, batalhas e exclusões sociais, luta diariamente para ter direitos constitucionais

aplicados de maneira digna, apesar da falta de políticas públicas que o ampare não somente no âmbito rural ou comunitário, mas também nas áreas urbanas.

Fundamentação teórica

A Linguística é a ciência que investiga fenômenos relacionados às línguas e que busca determinar princípios e características que regulam as estruturas das línguas (SILVA, 2005). Possui várias linhas de pesquisas, dentre as quais a Sociolinguística, teoria utilizada neste estudo. Ela tem por finalidade estudar a língua em sua relação com a sociedade, pois esta a modifica partir da cultural de grupos sociais que a compõem.

Alguns conceitos se fazem importante para discutirmos o levantamento sociolinguístico realizado, tais como falante nativo, primeira língua (L1) e segunda língua (L2). Falante nativo é um indivíduo que aprendeu uma língua desde criança e a tem como língua materna ou primeira língua (L1). Primeira língua é toda língua que se aprende na fase de infância e segunda língua (L2) é toda língua aprendida depois dessa fase.

A base teórica também é formada por trabalhos de Raynice Geraldine da Silva (*Esboço Sociolinguístico Sateré-Mawé*) e Pery Teixeira (*Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena*), que pesquisaram a realidade e a língua do povo Sateré-Mawé, os quais passamos a discutir.

Esboço Sociolinguístico Sateré-Mawé, de Raynice Geraldine Silva

O artigo de Silva é um apanhado de informações sociolinguísticas da língua Sateré-Mawé, com base nos ameríndios do rio Andirá. A autora apresenta diferentes línguas que influenciaram a formação da língua Sateré-Mawé, como o Nheengatu. Ela aponta que

[...] as influências do Nheengatu podem ser facilmente observadas no léxico Mawé. Basicamente são de dois tipos. A primeira corresponde a palavras que foram incorporadas ao léxico sem nenhuma alteração. E a segunda, de palavras que foram adaptadas ao sistema da língua Mawé. O primeiro tipo de incorporação ocorre em maior número e, pelo que pude observar em trabalho de campo, o falante não identifica o empréstimo. Dentre as palavras, temos apukuita ‘remo’, kuia ‘cuia’, jakare ‘jacaré’, kumana ‘feijão’, purure ‘enxada’. O segundo tipo é reduzido e geralmente apresenta alterações

fonológicas (SILVA, 2007, p. 76).

Para a autora, a influência da escolaridade entre os indígenas é fator importante, que colabora para o aumento de influências linguísticas que afetam a língua Sateré-Mawé. O diagnóstico com os professores mostra que a maioria entende e fala Sateré-Mawé. Somente 5,88% marcaram que não falam o idioma, outros ainda disseram entender um pouco da língua indígena. Quanto a ler e escrever, 26,47% dentre os trinta e quatro professores declararam saber ler pouco em Sateré-Mawé e outros ainda disseram que têm pouco domínio da escrita, somente um professor disse não saber escrever na língua (SILVA, 2007).

Os dados (SILVA, 2007, p. 78) demonstram que “homens adultos e jovens são, em sua maioria, bilíngues em Mawé e Português, já as mulheres podem apresentar um grau de bilinguismo variado, as mais jovens sendo mais bilíngues que as mulheres mais velhas”. A autora ainda aponta que o uso tanto da língua Sateré-Mawé quanto do Português se dá no contexto social em que o indígena bilíngue se encontra. Percebeu-se que, mesmo estando fora de sua comunidade indígena, a língua Sateré-Mawé consegue manter sua alteridade.

Em relação às atitudes linguísticas, é preciso considerar fatos socioculturais e políticos nas escolhas feitas pela sociedade indígena frente à sociedade branca. Assim, a atitude está diretamente relacionada às escolhas linguísticas que os falantes fazem das línguas que utilizam em situações de contato (SILVA, 2007). A entrada da língua portuguesa, no contexto diário dos indígenas, tem sido por necessidade e não escolha ou troca.

A autoria também trata da educação escolar indígena que, segundo ela, é diferenciada. Alguns projetos têm sido criados e postos em prática, como o Projeto Pirayawara, executado pela Gerência de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas (GEEI/AM), que tem por finalidade

Assegurar as condições de acesso e de permanência na escola à população escolarizável para o ensino fundamental nas terras indígenas, garantindo uma educação diferenciada, específica, intercultural, bilíngue, comunitária e de qualidade que respeite os anseios do povo (SILVA, 2007, p. 89).

Outro projeto ou obra criada para manter a língua Sateré-Mawé

preservada é a criação de exemplares em que constem informações da estrutura linguística e relatem características e espécies nativas, tendo os nomes em Sateré-Mawé.

Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena, de Pery Teixeira

Na obra *Sateré-Mawé, retrato de um povo indígena*, Pery Teixeira busca demonstrar, por meio de pesquisa de levantamento, história, costumes, locais e regiões onde residem, além da cultura e da luta por melhorias educacionais e sociais do povo Sateré-Mawé. Pery relata que os primeiros contatos com o não indígena se deu em meados de 1669, por jesuítas, salientando que, a partir do século XVII, o território dos Sateré-Mawé foi se reduzindo paulatinamente devido a epidemias, guerras e conflitos. Muitos indígenas se espalharam para diferentes regiões tentando fugir das mazelas vivenciadas após o contato com o branco.

Mesmo no cenário adverso enfrentado pelos Sateré-Mawé, é possível hoje considerar elevado o número de indígenas declarados e residentes em diferentes localidades de suas comunidades e aldeias. Para que Teixeira chegasse a um número de residentes no país, foram elaboradas estratégias de coleta de dados e aplicação de questionários, com ajuda de professores em suas comunidades e levantamento em cidades via mapeamento domiciliar dos indígenas. Uma das principais características do levantamento, assim como da afirmação do caráter participativo do Diagnóstico Sociodemográfico, constituiu-se na socialização da busca de soluções para problemas enfrentados em campo – inevitáveis, dado o caráter experimental do diagnóstico (TEIXEIRA, 2005).

Um dos pontos destacados por Pery Teixeira são as migrações dos Sateré-Mawé para diferentes localidades em busca de melhores condições de vida, onde ressalta que

Em relação à população total pesquisada, verifica-se que 56,5% se constitui de migrantes, ou seja, pessoas que saíram de seus locais de nascimento e fixaram residência em outras localidades, sejam estas nas áreas urbanas vizinhas à área indígena, sejam em outras comunidades da própria área indígena. Esta é uma propensão a migrar bastante elevada e, em comparação com a migração de populações não-indígenas,

assemelha-se à verificada no Estado de Rondônia durante a segunda metade do século passado, período em que ocorreu a maior entrada de migrantes na Região Norte. Nos anos setenta, cerca de 57% da população daquele Estado era composta de migrantes provenientes, principalmente, dos Estados do Centro-Oeste, Sul e do Sudeste do Brasil (TEIXEIRA, 2005, p. 50).

A tendência, segundo o autor, é de aumento desses números, uma vez que é constante o fluxo de migração Sateré-Mawé e visto que é falho o acesso à saúde e educação de qualidade.

Também é digna de nota a baixa referência aos atendimentos por terapeutas tradicionais, lembrados por apenas 3,7% dos entrevistados. Cabe indagar aqui se os Sateré-Mawé estão abandonando seus sistemas tradicionais de cura ou se não os referiram na entrevista por considerarem que o termo “serviço de saúde” utilizado no inquérito se refere preferencialmente aos circuitos terapêuticos de base biomédica e não às estratégias tradicionais de cura e cuidados. O atendimento de crianças confirma a tendência de apontar o agente indígena de saúde como a principal fonte de assistência à saúde, seguido pelo auxiliar de enfermagem. É digna de nota a baixa referência ao atendimento de enfermeiro (0,6%) e médico (1,6%) nesse grupo etário, uma vez que esses profissionais são preferencialmente demandados no cuidado à saúde infantil (TEIXEIRA, 2005, p. 64).

Entende-se também nesse contexto que há desconsideração com a realidade sociolinguística dos Sateré-Mawé. A língua (ou as línguas) utilizada assume papel central no processo de aprendizagem e construção da identidade étnica. O estudo verificou, nesse sentido, serem a língua Sateré-Mawé e a língua portuguesa não somente os principais, mas os únicos veículos linguísticos utilizados pela população Sateré-Mawé (TEIXEIRA, 2005).

Língua Sateré-Mawé em contexto urbano

O perfil dos 29 indígenas entrevistados, na faixa etária entre 20 a 40 anos, foi o seguinte: todos nasceram em terra indígena, 25 possuem filhos, 17 entrevistados são casados ou estão em união estável, sendo que o(a) companheiro(a) de 12 entrevistados são indígenas e 5 entrevistados vivem

maritalmente com não indígenas.

Usos e atitudes linguísticas dos indígenas Sateré-Mawé entrevistados em relação à sua língua indígena de domínio

100% falam e compreendem a língua Sateré-Mawé;

62% sentem-se a vontade para falar a língua Sateré-Mawé na aldeia,;

24% sentem-se a vontade para falar a língua Sateré-Mawé em casa;

10% sentem-se a vontade para falar a língua Sateré-Mawé na casa e na aldeia;

4% sentem-se a vontade para falar a língua Sateré-Mawé na casa, na aldeia e na rua;

100% dos entrevistados sentem-se discriminados ao falar a língua Sateré-Mawé.

Os dados mostram a vitalidade da língua Sateré-Mawé em contexto urbano, apesar de seus falantes sentirem-se discriminados. Percebe-se que lutam para preservar sua língua nativa, apesar de obrigados a falar com mais frequência a língua portuguesa para a sobrevivência social dentro do contexto urbano que escolheram para residir. A minoria, 4%, se sente a vontade para falar a língua na rua. Diante disso, depreende-se que o preconceito contra indígenas e sua língua é presente na sociedade de Parintins, podendo ser considerado mais um fator inibidor do uso da língua indígena pelos seus falantes. Segundo o RCNEI (1998, p. 117),

[...] uma das maneiras utilizadas por falantes de línguas dominantes para manter o seu poder linguístico é demonstrar desprezo pelas línguas minoritárias: é referir-se a elas como “gírias”, “dialetos”, “línguas pobres” ou “línguas imperfeitas”. Isso faz com que os falantes indígenas passem a se envergonhar de suas línguas, passem a ter atitudes negativas em relação a elas, terminando por abandoná-las.

Os Sateré-Mawé deixam de falar sua língua quando estão em locais públicos em função de atitudes negativas de algumas pessoas. O contexto de uso é principalmente a aldeia e a casa. Assim, a língua portuguesa termina se sobrepondo à indígena. Diante do exposto, fica claro que, apesar de as leis brasileiras lhes garantirem o direito de uso da língua nativa, a sociedade

majoritária continua a desconsiderar as línguas nativas para a constituição cultural do país e para a manutenção da alteridade indígena.

Processo de letramento

Dos 29 indígenas entrevistados:

89,65% foram alfabetizados em língua Sateré-Mawé;

10,35% foram alfabetizados em língua portuguesa;

82,75% concluíram o Ensino Médio na cidade;

17,24% concluíram o Ensino Médio na aldeia;

86,2% afirmaram que não existe material didático na língua Sateré-Mawé;

13,8% afirmaram que existe material didático na língua Sateré-Mawé;

69% afirmaram que não existe gramática/dicionário na língua Sateré-Mawé;

31% afirmaram existir gramática/dicionário na língua Sateré-Mawé.

Os dados apontam que escolas Sateré-Mawé localizadas na TI Andirá-Marau seguem orientações para que a alfabetização aconteça primeiramente em L1, uma vez que

[...] do ponto de vista da linguística aplicada, alfabetizar na língua materna pode ser muito importante para completar o desenvolvimento da competência da criança na sua própria língua e isso, em lugar de ser problema ou de trazer dificuldades para o aprendizado de outras línguas (como alguns pensam), na verdade é muito útil para o desenvolvimento futuro da criança em outra língua (D'ANGELIS, 200, p. 3).

Vale ressaltar que o ensino não é realizado com a ajuda de livros didáticos escritos em língua indígena, como aponta a coleta: 86,2% afirmaram que não existe material didático na língua Sateré-Mawé. Geralmente, as escolas indígenas oferecem ensino até ao 9º Ano, por isso muitos indígenas migram para centros urbanos quando têm o desejo de cursar o Ensino Médio.

Ressalta-se que o ensino na cidade não é realizado em escolas interculturais e bilíngues, mas em escolas regulares da rede pública municipal e/ou estadual – situação que faz o indígena não ter ensino via língua Sateré-Mawé, que, no caso deles, configura-se como L1. Logo, não terão como

desenvolver habilidades de leitura e escrita em língua indígena, além de a compreensão de conteúdos escolares se tornar complexa, uma vez que os indígenas têm proficiência baixa em língua portuguesa.

Usos e atitudes linguísticas do(a) companheiro(a), pais e filhos

Dados dos(as) companheiros(as) das 17 pessoas entrevistadas que eram casadas ou tinham união estável:

71% dos casais se comunicam em Sateré-Mawé;

70% dos(as) companheiros(as) dos entrevistados falam língua Sateré-Mawé;

35% dos(as) companheiros(as) dos entrevistados não escrevem em língua Sateré-Mawé;

29% dos casais se comunicam somente em língua portuguesa.

Dados dos filhos dos 25 entrevistados que são pais

60% dos filhos dos entrevistados falam língua Sateré-Mawé;

36% dos filhos dos entrevistados falam, escrevem e entendem língua Sateré-Mawé;

4% dos filhos dos entrevistados não falam língua Sateré-Mawé.

A língua de comunicação em casa

44% dos filhos se comunicam em Sateré-Mawé;

20% dos filhos se comunicam em língua portuguesa;

36% dos filhos se comunicam nas duas línguas.

A língua de comunicação fora de casa

20% dos filhos se comunicam em Sateré-Mawé;

48% dos filhos se comunicam em língua portuguesa;

32% dos filhos se comunicam nas duas línguas.

Expectativa de futuro da língua Sateré-Mawé:

96% dos filhos demonstram interesse em continuar falando Sateré-Mawé;

4% não demonstram interesse em continuar falando Sateré-Mawé.

Os dados mostram o uso da língua indígena em sua modalidade oral, em contexto urbano, especificamente na casa dos indígenas entrevistados: 71% dos casais se comunicam em Sateré-Mawé. Isso contribui para que os filhos desses casais aprendam a língua nativa: 60% dos filhos dos entrevistados falam língua Sateré-Mawé, o que aponta para a sobrevivência dessa língua por mais uma geração pelo menos. O ensino da língua indígena para os filhos, mesmo estando fora da aldeia, revela que há resistência ao abandono do uso da L1.

A geração de crianças passa a ter percentual expressivo de bilíngues: 36% dos filhos se comunicam nas duas línguas em casa. A tendência com o passar dos anos é que a classe de bilíngues aumente, pois a influência da língua portuguesa é enorme na cidade. Principalmente porque a língua de instrução e objeto de estudo na escola frequentada é a língua portuguesa. Logo, é natural que gradativamente crianças aprendam cada vez mais a língua majoritária.

Apesar de 96% dos filhos demonstrarem interesse em continuar falando Sateré-Mawé, notou-se que as dificuldades linguísticas são muitas: escolas da cidade não são bilíngues; há preconceito linguístico com o uso da língua indígena; gêneros orais e escritos que circulam na cidade são em língua portuguesa e não há políticas linguísticas voltadas à preservação da língua indígena em contexto urbano. Pode-se apontar, portanto, que apesar do interesse da maioria em continuar falando a língua indígena, a falta de apoio para a preservação tende a fazer com que paulatinamente a geração bilíngue em língua portuguesa e em língua Sateré-Mawé possa se tornar monolíngue em língua portuguesa na fase adulta, ou então o percentual de bilíngues na fase adulta diminua consideravelmente, uma vez que uma língua para sobreviver necessita de contextos de usos.

Caso medidas não sejam tomadas para se reverter o processo de supressão da língua Sateré-Mawé, possivelmente a próxima geração de crianças indígenas nascidas em Parintins será monolíngue em língua portuguesa, dada a tendência de diminuição de falantes da língua Sateré-Mawé em contexto urbano: 100% dos entrevistados falam a língua Sateré-Mawé, mas somente 60% dos filhos dos entrevistados falam Sateré-Mawé e 20% dos filhos dos entrevistados se comunicam somente em língua portuguesa.

Dados sobre os pais dos 29 entrevistados:

100% dos pais falam língua Sateré-Mawé;

89% dos pais não escrevem em língua Sateré-Mawé.

Dados sobre as mães dos 29 entrevistados:

100% das mães falam língua Sateré-Mawé;

89% das mães não escrevem língua Sateré-Mawé.

A língua Sateré-Mawé mantém-se viva na geração mais velha, sendo notória a divergência entre conhecimento oral e escrito sobre a modalidade da língua, ou seja, essa geração praticamente não teve acesso à escola para aprender a modalidade escrita da língua.

Faz pouco mais de vinte anos que o processo de alfabetização por meio da língua indígena passou a ocorrer de forma sistemática e por meio das escolas indígenas. Por isso, 89% das mães e pais das pessoas entrevistadas, que formam a geração de idosos, não sabem escrever em língua Sateré-Mawé. A geração mais nova é quem desenvolve a habilidade de escrita, isso quando está nas aldeias, frequentando as escolas indígenas. Crianças Sateré-Mawé residentes em cidades somente desenvolvem a habilidade de escrita em língua portuguesa.

A seguir são expostos dados coletados juntos a jovens Sateré-Mawé como forma de corroborar com informações até o momento apresentadas e evidenciar a situação sociolinguística da língua Sateré-Mawé em contexto urbano do município de Parintins.

Usos e atitudes linguísticas dos indígenas na faixa etária de 10 a 20 anos

Os 29 entrevistados responderam ser a língua Sateré-Mawé sua primeira língua (L1) e sua proficiência nela. Considerando as categorias falar, compreender, escrever e ler, obtivemos os seguintes resultados:

100% falam bem sua língua Sateré-Mawé;

62% entendem bem sua língua Sateré-Mawé;

96,5% têm interesse em continuar falando sua língua Sateré-Mawé;

5% não têm interesse em continuar falando sua língua Sateré-Mawé;

100% afirmam que o indígena que fala sua língua é discriminado.

Percebem-se proficiências distintas de domínio da fala e compreensão

da língua Sateré-Mawé: 100% falam bem a língua indígena e 62% compreendem bem a língua indígena. Uma hipótese que explica essa diferença é a questão dos jovens da cidade não serem expostos a contextos variados de uso da língua indígena para ampliarem seu vocabulário e conhecimento sobre pragmáticas de uso da língua. Quando em diálogo com pessoas mais proficientes na língua Sateré-Mawé, sentem dificuldade para compreender a língua nativa, uma vez que seu repertório linguístico é limitado à comunicação com os pais. Os idosos também são detentores de variedades linguísticas fonético-semânticas distintas da geração de adulto atual, pois a cada geração a língua muda e renova-se, seja em vocabulário seja em aparecimento ou desaparecimento de variante, construindo novos dialetos.

Os resultados apontados pelos entrevistados na faixa etária de 20 a 40 anos são reafirmados no grupo: há interesse em continuarem falando Sateré-Mawé e sentem-se discriminados por falarem a língua indígena. O que mais uma vez indica resistência às pressões sociais para falarem somente a língua portuguesa e falta de política linguística para línguas indígenas em contexto urbano.

Habilidades linguísticas dos pais dos entrevistados

Pai

100% dos pais falam língua Sateré-Mawé;

55% dos pais escrevem em língua Sateré-Mawé.

Mãe

100% das mães falam língua Sateré-Mawé;

41% das mães escrevem em língua Sateré-Mawé.

Locais de uso da língua indígena na cidade

Em família

72,5% utilizam a língua Sateré-Mawé;

27,5% utilizam as duas línguas (portuguesa e Sateré-Mawé);

0% utiliza a língua portuguesa.

Em casa

34,4% utilizam a língua Sateré-Mawé;

65,6% utilizam as duas línguas (portuguesa e Sateré-Mawé);

0% utiliza a língua portuguesa.

Fora de casa

96,5% utilizam língua portuguesa;

3,5% utilizam as duas línguas (portuguesa e Sateré-Mawé);

0% utiliza somente língua Sateré-Mawé.

Nos espaços públicos (igrejas, praça, comércio, locais de trabalho etc.)

86% utilizam língua portuguesa;

14% utilizam as duas línguas (portuguesa e Sateré-Mawé).

0% utiliza somente língua Sateré-Mawé.

Na escola

89,6% utilizam a língua portuguesa;

3,4% utilizam a língua Sateré-Mawé;

7% utilizam as duas línguas (portuguesa e Sateré-Mawé).

Os dados apontam mais uma vez que o contexto de uso da língua indígena é em casa e entre familiares e que o contexto de uso de língua portuguesa é a escola e os demais locais, sem ser a residência do jovem Sateré-Mawé. Observa-se que o contexto linguístico da maioria dos jovens em suas casas é bilíngue, pois 65,6% utilizam as duas línguas (portuguesa e Sateré-Mawé) para se comunicarem. Situação que aponta para uma mudança linguística, uma vez que a vitalidade de uma língua é observada a partir dos usos dos mais jovens. Isto é, os indígenas chegam monolíngues em Sateré-Mawé na cidade, depois tornam-se bilíngues.

Seus filhos tornam-se bilíngues desde a infância. A geração futura, diante disso, pode continuar bilíngue ou se tornar monolíngue em língua portuguesa. Dependerá da escolha feita pelos falantes de Sateré-Mawé, futuros adultos daqui a alguns anos. Caso decidam não ensinar a língua indígena aos filhos, motivados pelo contexto de uso exclusivo da língua portuguesa e pela falta de política linguística que lhes garanta apoio para uso e ensino da língua materna em contexto urbano, a próxima geração de índios urbanos será monolíngue em língua portuguesa.

Processo de letramento dos índios urbanos de Parintins

Sobre a escola na cidade

100% afirmam não existir material didático em Sateré-Mawé na escola onde estudam;

100% afirmam não existir disciplinas ministradas em língua Sateré-Mawé na escola onde estudam;

27,5% disseram haver outros alunos indígenas em sua sala de aula;

72,4% disseram não haver outros alunos indígenas em sua sala de aula.

Como havíamos informado, as escolas da cidade não possuem disciplina e nem material didático em língua Sateré-Mawé, apesar de haver um público de crianças indígenas falantes dessa língua.

Política linguística em contexto urbano

Utilizando como exemplo os Sateré-Mawé residentes em Parintins, observamos a partir de visitas à Secretaria de Educação do Município (Semed) e Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (Seduc), que não há na área urbana municipal escolas indígenas. Apenas escolas de educação regular estão localizadas. Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA), instituições superiores sediadas em Parintins, apenas ofereceram uma vez, cada uma delas, cursos voltados para a formação de professores indígenas, ou seja, formaram apenas uma turma de professores em cada instituição. A Ufam, em 2015, iniciou nova turma de Licenciatura Indígena junto aos Sateré-Mawé. A Seduc, hoje, igualmente tenta formar professores indígenas via projeto Pirayawara¹.

Retomando o resultado da pesquisa de Teixeira (2005), somente metade dos indígenas Sateré-Mawé residentes na cidade fala, sabe ler e escrever sua língua. Ou seja, ao chegarem à cidade ficam sem ter acesso ao ensino-aprendizagem da língua indígena na escola. Com isso, notam-se implicações linguísticas geradas pelo descaso com a educação intercultural e bilingue. O enfraquecimento do uso da língua devido à redução dos contextos de uso

1. O funcionamento do programa é o seguinte: a Seduc envia professores para darem aulas de forma modular em aldeias indígenas, onde há turmas do curso criadas, mas essa formação ainda é de Ensino Fundamental e Médio.

concorre para o enfraquecimento de conhecimentos nativos. Outra implicação é a pressuposição de extinção da língua nativa em centros urbanos no decurso de três gerações. Tem-se uma geração monolíngue em língua Sateré-Mawé; depois, devido ao contato intenso com a língua portuguesa (índios urbanos, por exemplo), o indígena pode se tornar bilíngue (português e Sateré-Mawé); então, se ele decidir ensinar somente a língua portuguesa ao seu filho, faz a geração seguinte se tornar monolíngue em português.

Conclusão

Fica evidente a necessidade de políticas relacionadas à preservação de línguas indígenas em contexto urbano. Para que isso ocorra, é preciso a implementação de escolas e disciplinas que atendam à necessidade de povos étnicos residentes na urbe. Em Parintins, nenhuma escola se insere na resolução da problemática, apesar de ser um município que agrega indígenas de várias etnias, entre elas a Sateré-Mawé. E esse número tende a aumentar cada vez mais, devido a fortes processos migratórios ocorridos nos últimos anos. Não há dados oficiais sobre o número de indígenas que migram para o município, mas é notório o crescimento dessa população em área urbana.

É preciso que haja mudanças no sistema educacional exclusivamente monolíngue das cidades, em que há número expresso de indígenas falantes de suas línguas nativas, para que daqui a alguns anos essas línguas indígenas não sejam extintas, como já aconteceu com milhares. Esse futuro infelizmente é apontado nos dados coletados. Os indígenas mais novos falam bem o Sateré-Mawé, mas a maioria não compreende a língua e não a escreve, porque o contexto urbano lhes impõe falar essencialmente a língua portuguesa.

As políticas vigentes que atualmente os amparam não são suficientes para a sobrevivência dentro do perímetro urbano. Essa falta de incentivo e apoio que os faça ter condições de moradias dignas nas urbes deixa-os em condições marginalizadas. A sociedade urbana os trata como pessoas às margens de direitos, mostrando o quanto é difícil um indígena sobreviver em uma cidade sem apoio e sem políticas públicas que os amparem. Diante disso, entende-se que ser índio no Brasil, na maioria das vezes, significa ficar sem acesso à saúde, educação e saneamento básico.

Ser índio no Brasil implica, segunda visão unilateral da sociedade brasileira, viver isolado em aldeamentos, porque se vier a morar na cidade não

é mais índio. Significa ter que andar por florestas com arco e flechas nas mãos, sobreviver de caça, pesca e coleta de frutos. Ou seja, significa não se resignificar, não resignificar a cultura e viver para sempre “congelado” no tempo e no espaço, como se o contato não forçasse renovações e reconformações linguísticas e culturais para os povos.

Ser índio é viver constantemente em confronto e conflito para manter a alteridade; é ser submetido ao ensino escolar da cidade, que aparentemente é melhor para a formação e aquisição de conhecimentos da sociedade envolvente, mas que se mostra negativo quando se considera a perda linguística e cultural que promove; ser índio é estar desamparado quando em contexto urbano, é ter que se misturar à multidão, num processo de homogeneização. Frente a essas questões, são necessárias atitudes eficientes concernentes a políticas linguísticas para línguas indígenas. Há a necessidade de escolas indígenas nas cidades para o atendimento, por exemplo, da demanda advinda dos 519 Sateré-Mawé residentes em Parintins. É preciso promover diálogos e exigir mudanças em políticas governamentais para esses grupos minoritários.

Caso a discussão colabore para que mais reflexões a esse respeito aconteçam, nosso trabalho terá alcançado seu objetivo: colocar em foco a problemática da falta da educação escolar diferenciada em urbes para atender a índios urbanos que falam línguas nativas e anseiam pela manutenção e sobrevivência delas.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6021: informação e documentação: publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BARROSO, Milena, SILVA, Maria de Lourdes. Das margens da Floresta Amazônica à margem da sociedade: o caso dos Sateré-Mawé residentes em Parintins/AM, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/534>>. Acesso em: 20/05/2014, 18:50:30.

D'ANGELIS, Wilmar. Alfabetizando em comunidade indígena, 2000.

LUCY, Seki. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. 2000.

MEC. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

PEDROSO, Cleidimar. Ciência em pauta. 2013. Disponível em www.cienciaempauta.am.gov.br/2013/06/linguas-indigenas-estao-desaparecendo-alerta-pesquisadora/. Acesso em 13/07/2015 às 19h30;

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. (Laboratório de Línguas Indígenas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília) Publicado em Simões, M. do S., org.. Sob o signo do Xingu. Belém 2004: IFNOPAP/UFPB.

SILVA, Raynice Geraldine Pereira da. Esboço sociolinguístico Sateré-Mawé. 2007.

TEIXEIRA, Pery. Sateré-Mawé: Retrato de um povo indígena. Diagnóstico sócio participativo. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2005.

Os parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa: o deslocamento existente entre a teoria e a prática

HERCILAINÉ VIRGÍNIA OLIVEIRA ALVES

Possui especialização em Linguística pela Ufam e Língua Portuguesa pela Faculdade Tâhirih. É graduada em Letras pela Ufam

VALTEIR MARTINS

Doutor em Linguística pela Vrije Universiteit Amsterdam (2007), com pós-doc na mesma instituição. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Introdução

Diante de um cenário marcado pela competição e pela excelência, em que o progresso científico e o avanço tecnológico definem exigências, o papel da escola como formadora de cidadãos amplia-se – e aí inclui-se a escola parintinense –, surgindo a necessidade de revisão dos currículos escolares a fim de acompanharem revoluções que se operam na sociedade como um todo. Por isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram idealizados e tornaram-se realidade, pretendendo, acima de tudo, transformações significativas no sistema educacional brasileiro.

O ensino de Língua Portuguesa, a partir dos PCNs, objetiva, principalmente, fazer com que o aluno consiga opinar, defender seu ponto de vista, aprendendo a respeitar opiniões diferentes; ganhando dessa forma domínio da linguagem em qualquer ocasião. Dentre as teorias contemporâneas que respaldam os PCNs, estão a Linguística Textual, a Pragmática, a Análise do Discurso e a concepção de Ausubel sobre Aprendizagem Significativa. São propostas fundamentadas em recentes avanços nas teorias linguísticas e pedagógicas.

Na tentativa de reproduzir essas propostas em sala de aula, o educador desloca o sentido das conceituações, criando uma síntese condizente

com a sua realidade. Pode-se vincular a essa questão a teoria da Análise do Discurso, pois discute aspectos como: deslocamento de sentido; formação discursiva; efeitos de sentidos, dentre outros. Desta forma, o presente artigo, preocupado também com questões educacionais, visa abordar o deslocamento de sentido no discurso de professores de Língua Portuguesa de escolas públicas manauaras a respeito da implantação dos PCNs, terceiro e quarto ciclos, dessa disciplina.

O desconhecimento desses parâmetros, dentre outras questões, justifica o estudo, não só porque há entraves no que se refere ao entendimento do indicativo, mas também porque a escola pública é vista como desprovida de benefícios científicos, tecnológicos e metodológicos, o que impede, às vezes, a realização do trabalho pedagógico de cada educador – seja ele parintinense ou não.

Salienta-se, ainda, que este artigo é resultado de um projeto de iniciação científica, cujos participantes foram envolvidos a partir de processos de ensino-aprendizagem. Foram eles os educadores de Língua Portuguesa, terceiro e quarto ciclos, do Ensino Fundamental. O que compôs o corpus de estudo foram 12 entrevistas, as quais se realizaram no próprio ambiente de trabalho dos(as) entrevistados(as). Deste modo, optou-se por um recorte que enfatizou, tão somente, a visão dos(as) educadores(as) sobre os PCNs na disciplina referida, sendo portanto escolhidas apenas cinco entrevistas, as quais poderão contribuir para se ponderar sobre a problemática em Parintins.

Sendo assim, explica-se o porquê do embasamento teórico referente à Análise do Discurso, bem como a tessitura de algumas considerações sobre a aprendizagem significativa. E logo em seguida passou-se à exposição dos dados coletados.

Concepções sobre Análise do Discurso

A via da teoria do discurso foi eleita como embasamento teórico porque sua concepção situa-se envolvendo a história e o sujeito, nos estudos do sentido. Ela traz noções indispensáveis, tais como: linguagem, deslocamento de sentido, processos discursivos, dentre outros. Sendo, por isso, o meio norteador para se alcançar os objetivos pretendidos. Destaca-se, então, para melhor esclarecimento, seu percurso histórico.

Referem-se à Análise do Discurso duas perspectivas que se opõem

em alguns pontos. A primeira é a anglo-americana, sendo seus principais autores Austin, Grice e Labov. Para esta corrente, o sujeito é capaz de controlar os elementos da comunicação. A segunda é a francesa, que tem como principais representantes: Michel Pêcheux e Michel Foucault. Esta última considera que o discurso não está sob o domínio do enunciador.

Escolheu-se a perspectiva pecheutiana, pois ela lança um novo olhar para a questão do sujeito e da linguagem, uma vez que reconhece que o enunciador não tem domínio sobre a linguagem, proporcionando uma relação menos ingênua com o discurso. De acordo com essa teoria, o sujeito não é a fonte de seu dizer; ele é atravessado por outras vozes que significam no seu discurso. A partir dessa concepção, o sujeito é visto como polifônico, constituído por vozes que influenciam e estão presentes em seu enunciado.

No que diz respeito à linguagem, ela é vista como fundante do sujeito e da realidade. Ao mesmo tempo, sofre as influências do meio. “O analista do discurso relaciona a linguagem a sua exterioridade” (ORLANDI, 2005, p. 16). Orlandi, em sua obra *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos* (2005) trata, dentre outros aspectos, da formação discursiva e do deslocamento de sentido. Para a autora, alguns elementos influenciam o discurso no momento da interlocução, ou seja, as condições de produção, como memória, elementos extralinguísticos de cada enunciado, que determinam o sentido.

A memória discursiva é definida como o ato de o sujeito retomar em seu discurso algo que foi dito anteriormente, em outro lugar sem que este tenha conhecimento. Ela “retoma sob a forma de pré-construído o já dito que está na base do dizível” (ORLANDI, 2005, p. 31). Os elementos extralinguísticos englobam o contexto imediato, que é a situação explícita em que ocorre o discurso, e o contexto amplo, que são todos os fatores que influenciaram ou influenciam o discurso, tais como, cultura, história e política. Essas condições determinam as formações discursivas (FD), regiões do dizer que constituem o sujeito.

Elas são ideologias oriundas do meio social, histórico e econômico. Com isso, têm-se os efeitos de sentido, pois cada indivíduo, inconscientemente ou conscientemente, interpreta um discurso de acordo com a formação discursiva que possui. “O(s) sentido(s) de um texto está(ão) determinado(s) pela posição que ocupam aqueles que os produzem, os que emitem e os que o leem” (ORLANDI, 1996, p. 12).

No que se refere ao deslocamento de sentido, se tecem as seguintes considerações: a Análise de Discurso trabalha com a incompletude: “[...] nem sentidos, nem sujeitos estão completos” (ORLANDI, 2005, p. 52). Pois cada ser interpreta de acordo com sua bagagem sociocultural, surgindo uma nova concepção em relação à existente, a partir disso é que os sentidos escorregam para outros.

Isso se dá porque a língua abre espaço para interpretação e estabelece uma relação com a história para significar. Surgem, desta forma, processos de produção de sentido que sempre estão sujeitos a deslizos e tendem a serem constituídos por outros. “Dizemos as mesmas palavras, mas elas podem significar diferente” (ORLANDI, 2005, p. 80).

Depois desse primeiro olhar sobre o que é a teoria discursiva, acredita-se que é necessário recorrer ao modelo proposto por David Ausubel, sobre aprendizagem significativa. Visto que essa concepção está inserida nas diretrizes nacionais, além de contribuir para o ensino da Língua Portuguesa.

Aprendizagem significativa no ensino de Língua Portuguesa

O educador mata a potencialidade do aluno ao utilizar métodos que visam a memorização. Essa postura recai no tão criticado tradicionalismo, em que o ensino de Língua Portuguesa refere-se, somente, a conhecer regras e decorá-las. Esse pensamento é criticado com veemência pelos Parâmetros Curriculares, pois mostra um “ensino descontextualizado [...] associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos linguísticos em frases soltas” (BRASIL, 1998, p. 18).

O que esse documento prioriza são métodos que estimulam o ato de pensar e fazem com que o aluno expresse seu pensamento acerca de diversas questões. Valorizando, desta forma, os conhecimentos anteriores adquiridos em contato com o mundo e juntamente com o educador trabalhando para reelaborar um novo conceito sobre o que se pretende conhecer. Assim, o processo resulta no que David Ausubel chama de ancoragem, ou seja, ocorreu aprendizagem significativa, uma vez que há intersecção entre aquilo que ele já conhece e o que ele necessita apreender.

Para que ocorra a aprendizagem significativa é necessário que haja um relacionamento entre o conteúdo a ser apreendido e

aquilo que o aluno já sabe [...] a principal função do organizador é de estabelecer uma ponte entre o que o aluno já sabe e aquilo que ele precisa saber, para que possa aprender com sucesso a nova tarefa (RONCA, s/d, pp. 61-70).

A teoria da aprendizagem de Ausubel propõe que os conhecimentos prévios dos alunos sejam valorizados, para que possam construir estruturas mentais utilizando, como meio, mapas conceituais que permitem descobrir e redescobrir outros conhecimentos, caracterizando, assim, uma aprendizagem prazerosa e eficaz. Assim, a aprendizagem é muito mais significativa à medida que o novo conteúdo é incorporado às estruturas de conhecimento de um aluno e adquire significado para ele a partir da relação com seu conhecimento prévio. Ao contrário, ela se torna mecânica ou repetitiva, uma vez que se produziu menos essa incorporação e atribuição de significado, e o novo conteúdo passa a ser armazenado isoladamente ou por meio de associações arbitrárias na estrutura cognitiva.

“Nessa perspectiva, pode-se dizer que a boa situação de aprendizagem é aquela que apresenta conteúdos novos ou possibilidades de aprofundamento de conteúdos já tematizados, estando ancoradas em conteúdos já constituídos” (BRASIL, 1998, p. 48). Nesse processo, a nova informação interage em comum à estrutura de conhecimento específico, que Ausubel chama de conceito “subsunçor”, que engloba as experiências consolidadas durante a vida do educando. Entretanto, quando o conteúdo escolar a ser aprendido não consegue ligar-se a algo já conhecido, ocorre o que Ausubel chama de aprendizagem mecânica, ou seja, quando as novas informações são aprendidas sem interagir com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva.

O discente decora fórmulas, mas esquece após a avaliação. “Na aprendizagem mecânica, o conteúdo é relacionado com a estrutura cognitiva de uma forma arbitrária, isto é, casual e ao pé da letra, o que não traz consigo a aquisição de nenhum significado” (RONCA, s/d, p. 65). Ressalta-se que independe da atuação do educador, a aula só se torna significativa quando os dois elementos da educação (professor e aluno) têm o mesmo ideal, a aprendizagem. O educador porque estimula os educandos a buscar, a conhecer, instiga a curiosidade do educando. Este precisa, sobretudo, “manifestar uma predisposição positiva em relação à aprendizagem

significativa” (ID., op. cit., p. 62).

Então, pode-se dizer que para haver aprendizagem significativa são necessárias duas condições. Em primeiro lugar, o aluno precisa ter uma disposição para aprender: se o indivíduo quiser memorizar o conteúdo. Em segundo, o conteúdo escolar tem que ser potencialmente significativo, ou seja, ele tem que ser condizente com a realidade na qual o educando está inserido, visto que o leva a uma identificação com o assunto e assim ele pode expressar opiniões, uma vez que ele vivencia o que está sendo abordado.

As questões aqui abordadas, como processos discursivos, deslocamento de sentido, aprendizagem significativa, contribuem para o esclarecimento sobre a temática apresentada e se fazem presentes no conteúdo dos PCNs. Nesse sentido, é interessante saber o que realmente propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Os PCNs do Ensino Fundamental de Língua Portuguesa, terceiro e quarto ciclos

O ensino de Língua Portuguesa, segundo os PCNs, objetiva desenvolver a competência discursiva do aluno. O educando será instigado pelo professor a desenvolver a capacidade de arguição, respeitar opiniões diferentes, interpretar textos e produzi-los em diversas situações. Essas habilidades serão relevantes, pois proporcionarão ao discente assumir-se como usuário competente da linguagem no exercício da cidadania.

Outro aspecto sobre os PCNs é que, ao serem apenas diretrizes, necessitam de adaptações às realidades sociais, culturais etc. Na introdução, se ressalta que os PCNs “[...] foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais e políticas” (BRASIL, 1998, p. 05). Desta forma, o próprio documento afirma que não é uma imposição. É um suporte para aprimorar as aulas, a fim de propiciar ao educador técnicas que instiguem a reflexão sobre o uso da linguagem.

Cabe, então, ao docente, adaptar e criar uma síntese condizente para sua realidade. Logo, “nenhum dos documentos oficiais colocados como referências curriculares pode ser transposto diretamente para a sala de aula [...] feriria os princípios da prática pedagógica [...] à pluralidade de realidades culturais” (ROJO, 2000, p. 150). Desta maneira, é possível dizer que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa são estruturados a

partir de duas divisórias: características da área e orientações didáticas.

A primeira faz várias reflexões sobre a finalidade e os conteúdos de língua materna, bem como mostra as críticas mais frequentes sobre o ensino, e com isso justifica a necessidade de se construir referências para o processo educativo. Além disso, propõe teoricamente como se aprende e se ensina Língua Portuguesa. A segunda diz respeito à mediação do professor quanto ao tratamento dos conteúdos. Nesse sentido ele “cumpre o papel fundamental de organizar ações que possibilitem aos alunos o contato crítico e reflexivo com o diferente e o desvelamento dos implícitos das práticas de linguagem” (BRASIL, 1998, p. 48).

O docente instigará a capacidade intelectual do educando, através de atividades que agucem o ato de pensar. Vale ressaltar que o professor necessita assumir o papel de mediador durante esse processo porque cabe a ele apresentar a situação de uso da língua em diferentes maneiras. Portanto, a relação entre o que ensinar e como ensinar será pautado em eixos de: uso – reflexão – uso. Esses três pontos são índices de tratamento com a linguagem, pois a partir do momento em que o discente reconhece e utiliza isso, ele estabelece uma relação menos ingênua com a língua, propiciando, assim, refletir sobre uso que fará dela em diversos âmbitos sociais.

Orienta, também, sobre o tratamento dos seguintes conteúdos: textos orais e escritos (produção, escuta e leitura), variação linguística, léxico, ortografia e tecnologias de informação. Para exemplificar, apoia-se na visão do documento sobre produção textual. Mas para isso é preciso compreender que o texto é “sempre produzido a partir de determinado lugar, marcado por suas condições de produções. Não há como separar o sujeito, a história e o mundo das práticas de linguagem” (BRASIL, 1998, p. 40). Toda a produção textual traz marcas de personalidade, pois a maneira de escrever denuncia o estilo desse autor. Ora o aluno tende a expor o seu dia a dia, suas ideias, seus anseios e não cabe ao professor utilizar uma forma, expondo regras, limitando a capacidade do discente.

Produzir texto não é construir um emaranhado de palavras e frases aleatórias. É algo singular. Necessita de um olhar atento para o trabalho do aluno, pois este expõe sua forma de pensar e de ver o mundo que o cerca. Para isso, recorrer aos gêneros é de grande valor.

Os gêneros existem em números quase ilimitado, variando em função da época, das culturas, das finalidades sociais (entretar, informar) [...] É preciso priorizar os gêneros que merecem uma abordagem mais aprofundada [...] no ensino da Língua Portuguesa e priorizar os textos que caracterizam os usos públicos da linguagem (BRASIL, 1998, p. 24).

Há uma vasta quantidade deles inseridos na sociedade, que contribuem para uma efetiva participação social, tais como: gêneros literários (conto, novela, poema), de imprensa (notícia, jornal, entrevista) e de divulgação científica (relato de experiência, resumo), entre outros. Eles são usados para atrair e familiarizar o aluno no ato da produção; faz parte da vida do educando. Assim, ele consegue escrever a partir do que já conhece, do que já vivenciou. Entretanto, “confunde-se a capacidade de interpretar e produzir com a capacidade de ler e escrever sozinho” (BRASIL, 1998, p. 25). Alguns educadores simplificam e fragmentam os textos a fim de mostrar como se deve escrever através de moldes já prontos e desconexos da realidade vigente.

A produção de texto deve ser um momento importante e prazeroso para a sala. É neste momento que o professor analisará como o aluno escreve. Nesse momento o discente deixa de ser um simples leitor para atuar, também como autor, como produtor de um texto. No entanto, para que esse momento seja significativo e proveitoso é preciso que o professor realize um trabalho contextualizado, não desperdice essa rica tarefa, nem tão pouco a veja como assunto para ser cumprido devido ao conteúdo programático. Tal compreensão, se alcançada, pode subsidiar o educando a produzir significativamente bons textos. Esse é apenas um recorte sobre os PCNs, os quais são dotados de informações que orientam o educador na sua prática pedagógica e influenciam a qualidade de ensino. Desta forma, o aluno deixaria de ser reproduzidor de saberes e assumiria posições intelectuais, uma vez que rearticulária o conhecimento e modificaria o próprio ato de pensar.

Portanto, cabe a cada professor tornar-se ajudante nesse cenário, chamado educação. Porém, para isso acontecer, é preciso que os docentes compreendam as propostas das diretrizes nacionais. Somente assim será válido o conteúdo expresso nelas. Desta forma, lancemos nossos olhares para o pensamento dos educadores sobre essa temática.

O deslocamento existente entre a prática e a teoria

Para mostrar o deslocamento de sentido existente entre o dizer do professor e o discurso dos parâmetros, optou-se por utilizar um quadro comparativo. Acredita-se que ele proporciona melhor esclarecimento sobre o objetivo pretendido. É necessário esclarecer que foi feito recorte das 12 entrevistas e selecionou-se apenas cinco, uma vez que elas se relacionam com a temática exposta. Por conseguinte, passa-se à explanação do quadro.

Quadro 1: O confronto de sentidos

O QUE PENSAM OS PROFESSORES A RESPEITO DOS PCNS	O QUE SE OBSERVA DESCRITO NOS PCNS
Entrevistado n° 02: “Como você sabe os PCNs são propostas para melhorar o ensino da Língua Portuguesa como as demais disciplinas e estas propostas só vão fazer sentido se o professor se adequar pra realidade daquela sala de aula” (Entrevista n° 02).	“Os PCNs nascem da necessidade de se construir referências que possam ser traduzidas em propostas regionais” (BRASIL, 1998, p. 09).
Entrevistado n° 04: “Os Parâmetros Curriculares [...] são frágeis porque eles não abrangem a realidade do todo. Eles são feitos muitas vezes fora de realidade[...] é algo assim exatamente imposto, somente imposto.[...] é conversa muitas vezes pra boi dormir, é muita teoria e pouca prática” (Entrevista n° 04).	“Os PCNs foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais e políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras” (BRASIL, 1998, p. 05).
Entrevistado n° 06: “Bom, são Parâmetros que eles desenvolveram para que <u>houvessem</u> o melhor ensino da Língua Portuguesa. Até onde eu sei, é basicamente isso” (Entrevista n° 06).	“A finalidade dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa é constituir-se como referência para as discussões curriculares da área” (BRASIL, 1998, p. 13).
Entrevistado n°07: “Olha, são tantas coisas que estão escritas lá. É difícil você pegar uma parte pra poder falar. Eu acredito assim que tudo que serve de conhecimento, aumenta nossa gama. Agora, é claro que a Língua Portuguesa não é uma língua morta, ela é uma língua dinâmica. Então, eu acredito que assim como ela é uma língua dinâmica que muda. Eu acredito também que os PCNs deveriam ser revistos” (Entrevista n° 07).	“A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. [...] Assim, quando se fala em ‘Língua Portuguesa’ está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades” (BRASIL, 1998, p. 20).

<p>Entrevistado n° 08: Na verdade, os PCNs são um engodo. Se você pegar a realidade dos alunos de 8ª série, é uma realidade de 3ª série. Alguns não sabem nem ler. E como é que você vai pegar um... mas é bonito. Deve-se ressaltar que os PCNs, eles são muito bonitos, é a questão da cidadania, né? A questão da própria comunicação, na nossa área” (sic) (Entrevista n° 08).</p>	<p>Os Parâmetros foram elaborados para que “[...] sirvam de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo de sua escola, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento de suas aulas [...]” (BRASIL, 1998, p. 05).</p>
<p>Entrevistado n° 10: Com certeza, a partir do momento em que você põe uma metodologia em sala de aula, você já tá buscando alguma coisa dos PCNs. Embora, às vezes não muito organizada como pede lá, mas com certeza você já tá [...] Pra que os PCNs funcionem da melhor forma possível deve ter uma reestruturação dentro das escolas” (Entrevista n° 10).</p>	<p>“A escola deverá organizar um conjunto de atividades que possibilitem ao aluno desenvolver o domínio da expressão oral e escrita em situações de uso público da linguagem” (BRASIL, 1998, p. 49).</p>

Fonte: ALVES, Herculaine Oliveira. Projeto de Iniciação Científica: “PCNs: Os processos discursivos nas escolas públicas manauaras”. Manaus: s.ed., 2006. Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Projeto de Iniciação Científica.

Os entrevistados n° 02 e n° 06 assumem o discurso dos Parâmetros no que se refere a adaptar os conteúdos à realidade do educando, bem como reproduzem a ideia dos PCNs: melhorar o ensino de Língua Portuguesa através de propostas didáticas que instiguem a capacidade reflexiva do aluno. Porém, o entrevistado n° 06 interpreta, conforme o nível de conhecimento adquirido, isto fica claro no seguinte recorte: “Até onde eu sei, é basicamente isso”. Diante desse discurso, não é possível solicitar compreensão do documento, pois o sujeito assumiu a postura de simples conhecedor das diretrizes. Faz questão de marcar “basicamente” o que sabe sobre os PCNs. Essa leitura só se torna possível porque a língua abrange espaço para diversas opiniões. Conforme a teoria da Análise do Discurso, os sentidos não estão cristalizados, não nascem de uma forma, pronta e acabada, pois cada indivíduo apresenta opiniões diferentes ao ler o texto.

No início da entrevista, os participantes n° 04 e n° 08 tecem algumas considerações no que diz respeito à imagem que possuem dos PCNs. Percebe-se que o confronto se instala no discurso, pois para o entrevistado os parâmetros não conseguem englobar as diversas realidades presentes em sala de aula. Salienta-se que os Parâmetros foram elaborados para que “[...] sirvam de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo de sua

escola, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento de suas aulas [...]” (BRASIL, 1998, p. 05). O que implica dizer que cabe à escola, ao educador, adequar a realidade da sua sala de aula, desenvolvendo atividades condizentes e que respeite o nível de desenvolvimento cognitivo de cada aluno.

No trecho selecionado, o entrevistado n° 07 ao ser indagado sobre os PCNs de Língua Portuguesa afirma que os parâmetros não passam de propostas ultrapassadas, já que necessitam ser revisados. O educador associa os PCNs a uma língua morta, que necessita acompanhar as transformações existentes na língua. É possível, então, observar no dizer da entrevistada que há um deslocamento de sentido, entre ser um documento de vanguarda no ensino da língua e ser um documento conservador, que concebe a língua como morta. Contrapondo o discurso da professora, os parâmetros defendem a ideia da dinamicidade da língua. “A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis [...] Assim, quando se fala em ‘Língua Portuguesa’ está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades” (BRASIL, 1998, p. 20). Então, no discurso do educador, ocorre um deslizamento de sentido, já que ela atribui um sentido contrário à proposta dos parâmetros. Nesse trecho, percebeu-se que, segundo o entrevistado, é necessário haver reformulação na proposta, pois tudo que envolve a língua é dinâmico e necessita estar se renovando – o que se confronta com as ideias que respaldam os PCNs.

Observam-se, agora, os diferentes modos pelos quais o entrevistado n° 10 se inscreve no texto. Primeiramente, afirma que qualquer método empregado em sala de aula expressa a ideia dos parâmetros. Entende-se, por isso, que a metodologia tradicionalista vincula-se com as ideias dos PCNs, pois ao utilizar “qualquer” não se faz distinção entre as visões das diretrizes e as das outras propostas. Portanto, desloca-se o sentido atribuído às metodologias inseridas em sala de aula, pois nem tudo que tem método contribui qualitativamente para transformar. Ora, o ensino tradicional tem procedimentos, mas este não condiz com a efetivação do ensino, já que aprender não se torna significativo. Desta maneira, percebe-se um deslizamento de sentido da palavra “metodologia”. O entrevistado significou de maneira adversa da proposta dos parâmetros, uma vez que propõe novas abordagens para estimular e garantir a participação efetiva do aluno no que diz respeito ao domínio da linguagem e para isso é preciso usar métodos que

agucem a capacidade crítica e reflexiva do educando. Em outro momento, insere-se no discurso dos parâmetros, pois mostra que a escola também é responsável pelo amadurecimento intelectual do aluno e não pode direcionar esse papel, somente, para o professor. Assim, é possível perceber a reprodução de sentido ao assumir esse posicionamento, uma vez que a atribuição de responsabilidade não é intrínseca ao educador, cabe também ao ambiente escolar oferecer recursos para que a aprendizagem se concretize de forma adequada. Por isso, compreender os parâmetros se faz necessário. Ele indica o caminho possível para construir uma aprendizagem significativa que possibilite não só refletir sobre a prática pedagógica, mas também contribuir para a atualização profissional.

Considerações finais

Nota-se que os educadores por não conhecerem de fato os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa (terceiro e quarto ciclos) constroem uma imagem dos PCNs que se distancia da real proposta. Pensam que cabe aos parâmetros englobar a realidade escolar. O próprio documento ressalta que “foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais e políticas” (BRASIL, 1998, p. 05) e por serem apenas diretrizes, necessitam de adaptações às necessidades regionais. Outros ainda revelam que as diretrizes sugeridas não condizem e nem englobam a realidade de cada escola, de cada aluno. Isso contradiz a proposta – o que justificaria o ensino gramatical, visto que é o mais exigido pela sociedade. Entretanto, há docente que conhece os parâmetros e proporciona um ensino contextualizado aos seus educandos. Isso mostra que a proposta dos PCNs está sendo implementada e norteia, de certa forma, a prática pedagógica e influencia a aprendizagem.

Porém, a lacuna existente entre teoria e prática é grande. É preciso que o educador, não só compreenda o discurso dos parâmetros, mas também se perceba multiplicador dessa nova abordagem educativa. Para efetivar a ação, é necessário mente aberta, empenho e compromisso. Esses pilares impulsionam o ato de rever, pensar e ressignificar o conhecimento porque propicia a reflexão da prática e para a prática. Além disso, uma das possibilidades para diminuir essa discrepância seria o investimento, por parte dos governos municipal, estadual e federal, em cursos de atualização. Desta

forma, o professor, que, às vezes, sequer conhece os PCNs, teria a oportunidade de refletir sobre suas aulas, distanciando-se das regras descontextualizadas e construindo uma nova visão do que é educar. Ele resignificaria a prática apoiado na teoria. Assim, o deslocamento existente deixaria de ser um entrave e passaria a ser uma nova forma de modificar o que foi apreendido, pois o professor, de forma consciente, adaptaria o embasamento teórico à realidade escolar. É certo que há inúmeros entraves que geram percalços entre a aprendizagem real e a aprendizagem ideal, no entanto o embate apresentado é um recorte que suscita discussões.

Não se pretendeu fazer análise exaustiva do discurso de professores das escolas públicas, até porque, segundo Orlandi (2005, pp. 10-11), “[...] todo discurso fica incompleto, sem início absoluto, nem ponto final definitivo”, não se pode qualificá-lo como definitivo, pois sempre tende a ser outro. “Um mesmo tema, ao ser colocado em evidência, é objeto de conflitos, de tensão, face às diferentes posições ocupadas por sujeitos diferentes que se opõem e se contestam” (FERNANDES, 2005, p. 51).

Referências

ALVES, Hercilaine Oliveira. Projeto de Iniciação Científica: PCNs – Os processos discursivos nas escolas públicas manauaras. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Orientador Prof. Msc. Luis Carlos Martins de Souza, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. v. 2. (5°. a 8°. séries)

CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2004.

Escola, Nova. PCN: o que são e para que serve?. São Paulo, s.d. Edição Especial.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Análise do discurso: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

ORLANDI, Eni. Análise de discurso – princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

RONCA, Antônio Carlos Caruso. O modelo de ensino de David Ausubel. IN. PENTEADO, Wilma Mila Alves (org). Psicologia e Ensino. São Paulo: Editora SD

ROJO, Roxana (org.). As práticas de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs. Campinas: Mercado das Letras, 2000.

“Onde as pedras falam e os animais são gente”: marcas de territorialidades míticas Sateré-Mawé/AM

RENAN ALBUQUERQUE

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/Ufam). Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam/CNPq). Coordena o Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (Leda/Ufam)

GERSON ANDRÉ ALBUQUERQUE FERREIRA

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/Ufam). É professor da Universidade Federal do Amazonas – Campus Parintins

Introdução

Estudos de viés filosófico sobre domínios territoriais étnicos amazônicos podem ser efetivos pressupondo-se também abordagens etnográficas, realizadas sistematicamente a partir de trabalhos de campo aprofundados. A realização de estudos com esse tipo de abordagem, a partir de um claro posicionamento interdisciplinar, sugere diálogos entre a interpretação filosófica e a leitura descritiva da etnologia americanista. Partindo-se dessa afirmativa, a meta foi explorar e descrever a relação particular que um povo indígena – no enfoque, os Sateré-Mawé do Estado do Amazonas – mantém ante a respectiva terra de domínio atualmente, a TI Andirá-Marau, objetivando sob perspectiva a mítica nativa da etnia. Foram utilizados conceitos afeitos à cosmografia do povo (LITTLE, 2002, 2006), tendo em vista ensaiar ponderações sobre saberes coletivamente consolidados e historicamente situados. Propôs-se enfatizar marcações espirituais e corporais estabelecidas no sentido de estipular intenções de povos pré-colombianos em relação ao vivido no território.

Para os Sateré-Mawé, compreende-se que “o território grupal está ligado a uma história cultural”, na qual “cada sítio está historicamente

vinculado a seus habitantes, de modo que o passar do tempo não apaga conhecimentos sobre os movimentos do grupo” (RAMOS, 1986, p. 19-20). Porquanto, foi tomada em conta a maneira específica como a etnia tem mantido na atualidade a memória coletiva, referindo-se a lugares sagrados primitivos de ocupação como espaços dominiais cujas representações sobre eles se modificam segundo ações humanas para atender circunstâncias dadas. Significa dizer que frente a pressões contemporâneas, o povo Sateré-Mawé/AM tem se obrigado a elaborar estratégias para defender territórios e manter suas terras afetivas míticas.

Isso, por sua vez, tem gerado ambiguidades relacionadas a marcações míticas desse povo e assim o objetivo dos Sateré-Mawé/AM tem se voltado também a forçar com que o Estado brasileiro admita, de fato, a existência de distintas formas de expressão territorial – incluindo regimes de propriedade coletiva e subjetiva – dentro de marcos legais e únicos. Trata-se de uma conduta, por parte dos ameríndios, que concorre para se dinamizar o fortalecimento de pelo menos um espaço político específico, a cosmopolítica territorial. Contrária à proposta, está a atividade de consolidação de categorias fundiárias não nativas por parte do Estado, que busca implementar concepções normativas às realidades sociohistóricas dos Sateré-Mawé (LITTLE, 2011).

Com isso, a historicidade imemorial dos territórios míticos da etnia vem sendo enquadrada principalmente por contingência legalista. Só que o processo de criação de conceitos territoriais nativos é, por um lado, centrada na presunção de territorialidades espirituais e, por outro, oriunda de ancestralidades que abrangem consanguinidades, parentelas e compadrios socioculturais. Daí que esse cenário leva a crer a existência de divergências entre criações sociais, imaginações cosmológicas e normas jurídicas. E ainda, nessa conjuntura há risco de se fundir o lado conceitual histórico com o lado pragmático contemporâneo, permitindo que categorias jurídicas substituam categorias datadas de um passado remoto (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998a, 1998b).

O objetivo do estudo foi que a ideia de territorialidade e mítica em discussão pode ser considerada como movimento por meio do qual comunidades indígenas tendem a se transformar em coletividade organizada, refundando identidades próprias, instituindo mecanismos de tomada de decisão e representação e reestruturando formas socioculturais, inclusive as

que se relacionam com meio ambiente e universo religioso. A hipótese foi posicionada porque afinidades socioculturais e linguísticas, bem como vínculos afetivos e históricos existentes entre membros da unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial) dos Sateré-Mawé, vem sendo retrabalhadas pelos próprios índios da TI Andirá-Marau em um contexto histórico determinado – embora haja contrastes que estão deflagrando processos de reorganização sociocultural em amplas proporções.

É possível afirmar que o processo de formação territorial dos Sateré-Mawé/AM, tal como de demais grupos indígenas do Baixo Amazonas/AM, Hixkaryana e Mura, está implicado por movimentos migratórios e tem obedecido a padrões históricos de exclusão com financiamento de grupos públicos ou privados. Essa é uma questão de ordem fundamental, instituída a partir de contrastes entre historicidades ancestrais e instâncias reguladoras oficiais contemporâneas, por meio de correlações que produzem alteração nos modos de vida Sateré-Mawé/AM, gerando sobremaneira diluições em unidades clânicas. Essas alterações modificam referenciais sobre clãs e por conseguinte sobre territorialidades, desfiliando psicofisicamente a etnia. São desfiliações de ordem econômica e política, que tornam ambíguas relações estabelecidas por coletividades ante territórios e simbolismos.

Passado e presente das territorialidades Sateré-Mawé

Informações sobre os Sateré-Mawé encontram-se reunidas em fontes e registros históricos deixados por cronistas, viajantes, missionários e naturalistas desde o século XVI. Não sistematizadas em contextos específicos, extrapolam dimensões temporais para sustentar contrapontos estruturalmente combinados em complexidades míticas e simbólicas (LORENZ, 1992). São dados que permitem reconhecer preliminarmente diferentes interferências produzidas sobre arranjos nativos desse povo indígena no Baixo Amazonas/AM, seja em relação ao poder oficial do Estado imperial do passado ou da empresa capitalista do presente e o processo de expansão de ambiguidades na atualidade.

Algumas das inferências têm raízes distantes. Estão localizadas em tempo mítico que escapa à memória recente dos ameríndios do Baixo Amazonas, mas podem ser recombinadas em diversas narrativas contempladas nas práticas do grupo. São falas que remontam a estados mentais que outrora

operaram sobre comportamentos e atitudes tomadas em razão de contingências. É como se houvesse uma fratura, um rompimento inequívoco que foi determinado estrutural e simbolicamente em função de adaptações forçadas a exigências externas de ordem secular, mas que se fazem sentir na contemporaneidade (FISCHER, 2007).

Relatos de velhos Sateré-Mawé, ancestrais do vasto território que se estende do norte das Ilhas Tupinambaranas, no rio Amazonas, até o sul das cabeceiras do Tapajós/PA, indicam seu território dominial de origem sob denominação de *noçoquém* (grafia de Nunes Pereira), um lugar da morada de heróis localizado à margem esquerda das cabeceiras, no Pará, em região de floresta densa, quente e úmida, com primitividades extremamente manifestas, “onde as pedras falam e os animais são gente” (PEREIRA, 1942, p. 116).

Nesse território mítico estava tudo o que eles precisavam para viver. Todas as espécies de animais e vegetais, configurando-se assim um reservatório de grande monta biótica estabelecida em tempo histórico próprio de figuras ancestrais e imemorialidades. Narrativas sobre o *nusoken* (grafia mais usual atualmente) descrevem-no tal qual paraíso constituído como espaço rochoso e aquático, representado por uma casa de pedra onde efigies totêmicas e protótipos de animais de caça eram mantidos pela mãe animal (MANO, 1996). Dentro desse arranjo mitológico, a territorialidade dos Sateré-Mawé estava estabelecida por orientação de estados de guerra ou paz e comungava de experiências por mediação a partir de estruturas cosmológicas.

Porém, a partir de alterações implicadas pela Coroa Portuguesa, que manipulou por armas a inserção, na narrativa original, de invenções de subserviência relacionadas ao rei de Portugal contra os índios, foi forçada a criação da figura de um chefe imediato. O registro histórico modificado, que impactou etnias contactadas mediante a invasão colonizadora que partiu da costa brasileira até a Amazônia profunda, foi incrustada ao mito original e passou a se relacionar ao período em que o primeiro imperador da empresa colonizadora, Dom Pedro II, iniciou empreitada de espoliações na Amazônia. O mito, assim, foi reconformado e a etnia foi forçada a seguir ensinamentos referentes a noções brancas de mundo.

A reconformação se deu a partir da seguinte história. Conta-se que os Sateré-Mawé, pela nova reestruturação do mito, passaram a ser impelidos a ir até margens de rios da região do Baixo Amazonas e depois contemplar

possíveis locais de onde eles partiriam a Portugal como lânguidos e respeitosos súditos do rei colonizador em navios ancorados em portos improvisados. Era o ensaio de um sonho de futuro, por vezes repetido nesse novo mito para gerar aspecto de narrativa original, não modificada, a qual trata ainda de pôr em relevo que, no meio do caminho até os portos, ao longo de trilhas pedregosas percorridas pelos indígenas antes de embarcarem nos navios atracados, os índios acabavam se distraíndo com a coleta de frutos e esquecendo do tempo. Um esquecimento cuja consequência foi a perda da embarcação que os levaria à liberdade, física e moral, identificada a partir da moradia almejada pelos bons portugueses: a terra sem males europeia (TEIXEIRA, 2005).

O mito, notadamente orientado para a criação de culpabilidades entre os Sateré-Mawé, pode ser interpretado partindo-se também do princípio de que, no passado, se o imperador decidiu fazer-se de guia para os índios para fora do ambiente original deles, o Baixo Amazonas, em busca de reterritorializações abrandadoras da vida, o fez não apenas para tolher complexidades nativas. O que se deu na viagem, após deixá-los – mesmo prometendo aos Sateré-Mawé que se lembraria deles e sempre que possível os mandaria bens materiais –, foi ainda uma severa imposição física dos europeus sobre as vontades dos ameríndios, porque o imperador impeliu castigos aos Sateré-Mawé por terem perdido a condução por causa de suas irresponsabilidades inatas.

Interpretando a narrativa, é possível supor que o rei português, ao pedir aos índios que esperassem na beira de rios para o embarque, sabia que eles atravessariam lugares onde havia palmeiras cheias de frutos, o que naturalmente aguçaria a fome. Ao se demorarem ali para tirar proveito da fartura, o mito reforça que os Sateré-Mawé ficaram confusos e não mais encontram o caminho indicado pelo imperador até o embarque, por meio do qual seriam levados rumo à libertação da alma aprisionada. Todavia, o viés lógico de compreensão do fragmento sugere a imputação de uma incapacidade ameríndia ao cumprimento de tarefas por agendamento temporal, de cunho europeu. Um agendamento, em si mesmo, distante da realidade tradicional amazônica. Além disso, ao explicitar que sapos que acompanhavam os índios na empreitada conseguiram seguir e entrar na embarcação, destaca-se que um deles tornou-se o branco, futuro dono de todas as máquinas, fábricas e

ferramentas, e o outro tornou-se o ancestral dos negros, empregado como cozinheiro e serviçal no barco da realeza. Ou seja, ocorre clara dualidade entre o negro servil e a raça superior branca.

Além disso, se na narrativa consta que o imperador deixa os índios, levando consigo apenas sapos que se tornam ancestrais de negros e brancos, exclui-se obviamente a própria pessoa do índio na formação humana do Novo Mundo. Ao povo Sateré-Mawé, portanto, após a perda da viagem, restava apenas a promessa por parte de Dom Pedro II de seu retorno a Amazônia um dia qualquer no futuro, e com ele muitas mercadorias do velho continente seriam trazidas aos nativos. Essa referência abriga profundo preconceito na concepção dos colonizadores referentes: i) à territorialidade do nusoken Sateré-Mawé, de característica ligada a cosmologias e ii) à simbologia nativa ameríndia, a qual foi reordenada por aparelhamento violento e plano civilizatório higienista (LEACOCK, 1964).

Atualmente, contextualizando a proposta de recomposição do mito do nusoken a partir da figura do imperador europeu e interpretando essa figura enquanto não apenas um ente, cabe posicionar que o reinado português do passado conforma-se enquanto mestre de todas as *commodities* agroindustriais do presente; como ordenador de desmatamentos e invasões a terras; como espoliador de culturas e línguas; como detrator do universo sociobiodiverso amazônico. Os Sateré-Mawé de hoje são interpelados pela promessa degradante dessa coroa pós-moderna, traduzida no mercado e na extrema economia da competitividade, que expropria naturalidades e ambientes em troca de produtos *in natura* que possam ser negociadas para suprir desejos de grupos supranacionais.

Esse ponto de vista é, naturalmente, uma reelaboração da violenta experiência colonizadora a partir do extrativismo potencialmente agressivo e do assistencialismo regional fragilizador. São essas duas experiências que se tornaram cargas negativas traduzidas por postura passiva – embora não incondicionalmente passiva dos nativos – em função da invasão às territorialidades míticas da etnia. Uma invasão concernente a dinâmicas da mitopraxis (KAPFHAMMER, 2004). A mitopraxis é o conjunto de complexidades criadas a partir de metáforas históricas embasadoras de histórias tradicionais míticas, as quais se emolduram em função de sistemas organizadores do presente nos termos de algum passado, embora esse passado

já esteja organizado pelo presente (ID., op. cit.). Nesse sentido, mitos são compreendidos como gêneros que lidam com distribuições desiguais de bens socioculturais entre índios e brancos e por isso são controversos. A narrativa mítica do nusoken, pelo suposto, apresenta processos iniciais de formação do povo Sateré-Mawé, os quais foram seguidos de migrações em decorrência de uma praga de insetos nesse lugar espiritual, tendo de ser auxiliados por governos nacionais. Kapfhammer (2004, 2012) considera que esse mito elabora a experiência histórica do regime tutelar, mas, sobretudo, da instalação contextual e profunda de um hábito de assistencialismo.

Na atualidade, o grupo Sateré-Mawé do Baixo Amazonas reterritorializou-se após conflitos, guerras, polêmicas e contradições. Tudo por conta da luta pela manutenção de costumes míticos, os quais assumiram não somente importância intrínseca, mas valores mágicos, de direcionamento e escolha moral, para o bem e o mal dos nativos. Em relação a essa escolha, atualmente lideranças políticas do Baixo Amazonas, ao pleitearem direitos de exploração de recursos naturais, assemelham-se a agentes jurídicos do imperador português, que doaram territorialidades. E para o Estado brasileiro, com práticas assistencialistas que atualmente tomam contingentes étnicos como coletivos numéricos capazes de decidir eleições sobretudo em esferas municipais, o povo Sateré-Mawé do Baixo Amazonas tende a tornar-se povo prestidigitado, alvo de negociações em função de dimensões ideológicas arbitrárias e não ameríndias.

O Estado, como entidade invisível mas observável, dada a territorialidade das ações interpostas, inclui votos étnicos, por exemplo, como possibilidade pragmática para o avanço em esferas governamentais. Recursos assistencialistas, partindo de tal conjuntura, não são criados com essa função, todavia funcionam como combustível para a engrenagem. São aposentadorias compulsórias, formidáveis ajudas de custo, salários-extras, pensões vitalícias, empréstimos pessoais, entre demais. Em determinado período, auxílios estatais podem representar até 80% da receita anual familiar indígena, com média de flutuação em territórios Sateré-Mawé de 15% para menos ou mais, competindo de modo ambíguo com rendimentos de projetos envolvendo extração de guaraná, os quais geram até 20% da renda familiar.

A presumível situação de dependência é muito relativa e pode até concorrer para alterar fazeres Sateré-Mawé até o ponto onde a dinâmica da

produção familiar é modificada em diversas escalas, mas são impactos esperados em razão do contexto mutável que a contemporaneidade oferece às perspectivas cosmológicas da etnia – dentro do âmbito de interpretações específicas do mito do passado, e mais ainda, daquilo que hoje seria uma espécie de “avô imperador” do rei português.

Guaraná como definidor de territorialidades

Com o enredo histórico de suporte, contextualize-se uma específica situação presente, a da empresa indígena dos Sateré-Mawé do Baixo Amazonas. Fundada na década passada com intuito de vender pó de guaraná e guaraná em bastão, serviu de base para se criar, em 2009, o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM). A instituição comercial objetivou a recuperação de espaços perdidos pelos velhos entre os tuxauas em função de conflitos políticos com líderes carismáticos da nova geração. O CPSM alinhou-se à ética do comércio justo global, integrando cosmovisões em razão de simbologias anímicas protagonizadas a partir da mítica do nusoken, o lugar onde as pedras falam e os animais são gente (FIGUEROA, 1998, 2000). Depreende-se, desse arranjo social, que a relação com o novo imperador é ambivalente e antigos territórios que marcavam locais cerimoniais e de sacrifício agora são espaços de trabalho em linha produtiva e de negociações financeiras.

Por interpretação desse cenário, infere-se que afinidades indígenas na Amazônia tem sido caracterizadas por instabilidades intensificadas em contextos de autonomia política diante da exigência de territorialidades políticas globais. O guaraná ainda funciona, no presente, como elemento catalizador de territórios míticos de antepassados, mas essa noção tem sido fragmentada no cenário de hoje. E aquilo que já foi símbolo capaz de agregar e conferir unidade via consumo ritualizado e invocação de *sehay wakuat*, “boas palavras”, hoje é composto por efeitos opostos a tradicionalismos. Rituais, por exemplo, que envolvem tónus complexos como linhas diretivas para ações políticas, já não conseguem dar conta de supostas unidades étnicas. Esses cerimoniais tornaram-se um tanto frágeis na medida em que tem envolvido relações ampliadas e diferentes orientações ideológicas.

O guaraná, nos anos 2000, pode ser viabilizado tanto como pressuposto estrutural quanto desafio histórico, tendo-se em vista reconhecer

instabilidades internas em decorrência de divisões clânicas, como afirma Obadias Garcia, índio Sateré-Mawé (ENTREVISTA DE CAMPO, 2015). Ele atesta a existência de políticas não inseridas na lei do *wará* – inscrita do *puratig*, instrumento totêmico da etnia – enquanto movimento que se pode denominar de reterritorialização política do mito. Diz ainda que muito embora a planta do guaraná funcione como símbolo de identificação dos Sateré, é necessário considerar que “o território de um grupo social determinado, incluindo condutas territoriais que o sustentam, pode mudar dependendo das forças históricas” (LITTLE, 2002, p. 55).

São relações envoltas em noções dominiais da terra para os indígenas do Baixo Amazonas, que não se confundem com marcações de originalidade, isto é, com o fato de os Sateré-Mawé terem sido um dos primeiros grupos étnicos a reivindicarem a ocupação geográfica e cultural do Baixo Amazonas. Na contemporaneidade, sendo polêmica a demarcação de terras indígenas na Amazônia, tem se tornado inviável a homologação de TIs sem a existência de povos capazes de compor um aldeamento étnico com vínculos físicos e psicológicos (PACHECO DE OLIVEIRA, 1983, 1999). Outrossim, em relação ao grupo estudado, no século XVII se mencionava o guaraná como elemento constante em práticas identificadoras, mesmo o uso da planta não se restringindo a consumo-ritual e consumo-alimentar. São informações constantes desde a colonização portuguesa no ocidente amazônico (BETTENDORFF, 1910).

O padre jesuíta João Daniel (1976), em passagem na Amazônia de 1741 a 1757, aponta dados nessa direção, para a compreensão de aspectos contextuais ou característicos de povos da Amazônia colonial, em especial de conhecimentos envolventes de recursos naturais e da produção de fontes econômicas por parte dos povos locais desde o século XVIII.

Um dos gêneros mais singulares daquelas terras é a fruta guaraná por ser muito medicinal, e o mais refinado veneno de flatos, dores, e cólicas procedidas de mimio calor. Doce, ótimo para lhe beber a saúde; e remédio muito eficaz para as desenterias, e cursos, ou seja, soltos, ou de sangue precedidos de calor. Nos calores é optima limonada; nas febres cordeal refrigerante; e enfim é um compendio de remédios; e por isso digna a sua planta de ser cultivada nos pomares, hortos, e jardins, como fazem os índios, que sendo tão descariosos no

cultivo das plantas, esta, contudo tem neles tal estimação, que muitos a cultivam nas suas roças. Nas suas descrições já dissemos qual seja o seu fruto mui semelhantes a cerejas no tamanho, cor e feitio, e como se beneficiam em massa dura como pedra, e se usa ou mastigado, ou relado em água. E por isso aqui baste esta lembrança para ser contado entre os mais especiaes haveres daqueles rios posto que ainda pouco avultado por não serem ainda bem conhecidos os seus préstimos. Para mastigar não há bétele, que lhe chegue, e anão há doce, sobre que melhor [leva] um copo de agua, do que sobre o guaraná mastigado, ainda que seja só na pequena quantidade do tamanho de uma amêndua ou avelã. Também supre a falta de sono; e muitos o tomam para não dormir etc., etc. (JOÃO DANIEL, 1976, p. 406).

Informações exemplificadas na fonte (c.f. JOÃO DANIEL, 2004) sugerem a conformação territorial atual desse povo mais numeroso do Baixo Amazonas como resultado de complexas etapas de dispersão por guerras, catástrofes naturais, circunstâncias espirituais e relacionadas a atitudes coletivas. São fatos que produziram variações nas denominações do povo Sateré-Mawé. Porquanto, é suscitando essa suposição que o guaraná aparece como elemento definidor, capaz de conferir unidade simbólica e territorial aos ameríndios dessa porção geográfica do bioma.

Nunes Pereira, em *Ensaio etnológico*, igualmente sublinha a riqueza de arquivos das bibliotecas dos Estados de Amazonas e Pará. Ele ressalta que nelas existem documentos preciosos do ponto de vista histórico, político e etnológico, como também em obras antigas de autores como Castenau, Coudreau e Bats (PEREIRA, 1942). Há também dados constantes de relatórios presidenciais das províncias de Grão-Pará e Amazonas (ID., op. cit.). Também em Nunes Pereira (1980) é observado que há confusões recorrentes sobre a etnia em relação à caracterização identitária e territorial, sendo ocasionada pela variedade de denominações atribuídas, agravadas por dados ambíguos de cronistas, expedicionários, desbravadores de sertões, missionários e naturalistas.

Dessa confusão resultou uma variedade de nomes: Maooz, Mabué, Manguê, Jaquezes, Maguases, Mahués, Magues, Mauris, Mawes, Maragua, Mahue, Magueses. Posteriormente Métreaux e depois Von Martius tentam unificar terminologias, atribuindo o sinônimo *Arapium*, em seguida contestado

no segundo volume de *História da Companhia de Jesus no Brasil* (LEITE, 1939). No período visitado por Curt Nimuendaju, os Sateré-Mawé já rareavam em regiões do Mamuru/AM e Mariacua/AM, porque estavam densamente amestiçados no Marau/AM e ao longo do Maué-Açu/AM. Já não existiam no Arariá/AM e no Apoquitaua/AM. Embora ainda conservassem traços ou aspectos curiosos, eram de 2 a 3 mil indivíduos no Andirá/AM-PA, situados sobretudo nas cabeceiras, onde Nimuendaju esteve em 1939.

Diversos fatores – guerras, moléstias, prolongadas estiagens ou calamitosas inundações – tenderam a concorrer para o deslocamento dos índios da remota área descrita para a área atual, onde continua sua organização social e econômica graças à utilidade do principal produto de lavoura, o guaraná. Referências de fontes históricas compartilham a tese de sua herança Tupi, reconhecida por Métreaux em *Migrations historiques des Tupi-Guarani*, como etnia inquieta que já nos tempos pré-colombianos era numerosa e sua migração vinha sendo provocada por conquistadores europeus (apud GAGLIARD, 1989).

Em suma, o guaraná, como o descrito pretendeu expor, é fruto de consumo que remete a fatos relevantes dos Sateré-Mawé em conflito a demais etnias. A lembrança indica situações em que grupos étnicos foram forçados a deixar terras ocupadas e migrarem em dispersão para sobreviver, transformando a vida em uma série esquizoide de aspectos caóticos. São grupos étnicos que jamais conseguiram se reunir novamente e foram assimilados à sociedade branca envolvente, passando a ocupar dentro dela funções subalternas. A perda territorial, portanto, implicou na fragmentação de identidades e míticas. Ao serem desconectados em relação a ambiente e simbologias, repositionaram projeções culturais de identidade. Nessa situação, dimensões psicofísicas da vida podem se desarticular, desfiliar, enfraquecendo a unidade consanguínea e tornando desequilibradas relações que coletividades estabelecem ante seus territórios (ALBERT, 1995).

Circunstâncias políticas, a bem dos casos, obrigam povos saídos compulsoriamente de territórios originais a confrontar-se com complexos processos de reorganização social, que João Pacheco de Oliveira (1983) define como readaptações de ordem sociocultural. No específico notado no Baixo Amazonas, tratou-se propriamente de movimento por meio do qual comunidades indígenas chegam a se transformar em sociedades organizadas

em razão de mitologias com definições via identidades espirituais. Instituem-se, assim, mecanismos de tomada de decisão mediante lógicas cósmicas de relacionamento com o mundo.

São essas afinidades, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre membros da unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), que foram retrabalhadas pelas próprias pessoas indígenas em contextos não-determinados, em contraste com processos de reorganização de amplas proporções. Com efeito, tais contrastes foram intensificados quando investidores matogrossenses passaram a adquirir parte do estoque de guaraná dos Sateré-Mawé, em uma clara ação comercializante com cunho competidor, embora o cultivo e uso da planta também fosse comum a vizinhos Mundurucu, Apiacá, Mura e Cauaiua-Parintintim, o que apontava ser direcionada a atitude comercialista dos matogrossenses.

Ocorria que tais etnias vizinhas eram inimigas dos Sateré-Mawé e talvez os compradores soubessem de parte do contexto dessas complexidades interétnicas. Era algo que chegava a ser beligerante e marcado por traços formativos e simbólicos, além de impulsionado por territorialidades de cunho espiritual e referentes à ideia de criação do mundo por entidades demiúrgicas. O guaraná, portanto, como elemento identificador e auferidor de unidade ou marca capaz de diferenciar o povo Sateré-Mawé ante as etnias Mundurucu, Apiacá, Mura e Cauaiua-Parintintim, era foco da disputa, mas não a encerrava. O tempo mítico, com referência a horizontes tradicionais, expressava-se em multivocalidades e de igual maneira as narrativas envolviam atos simbólicos referentes a enfrentamentos entre clãs por meio de uma mitopoética da guerra.

Sobre míticas e disputas territoriais

É possível dizer que na estrutura mítica dos Sateré-Mawé, e aí insere-se o guaraná, está inscrita uma mitopoética tendo por conta relatos e recitações que fazem parte de rituais indígenas, sobretudo rituais animados pela memória guerreira da etnia, os quais se mostram em vários aspectos da cultura material e imaterial. À guerra é feita referência seguindo-se o tempo do cosmos como horizonte tradicional Tupi. Sobre o tema, em Alvarez (2004) e Wolfgang (2004) é possível encontrar vigorosa interpretação fundamentada pelo tempo prolongado de vivência entre os Sateré-Mawé, embora os autores apresentem objetivos e marcos teóricos diferenciados. A riqueza interpretativa se dá

porque optam pela compreensão das interferências ou alterações do universo mítico da comunidade tribal potencializadas pela ação de religiosidades de matriz ameríndia.

A mitopoética da guerra dos Sateré-Mawé, por outros vieses de observação, ressalta lugares estratégicos para o enfrentamento a *ywanias* (clãs). Por essa determinação, a religiosidade se dilui um tanto ante imposições de combate. É um conjunto de narrativas que descreve, em tom de cânticos rimados, construções relacionadas a rivalidades e parcerias da etnia em função da terra e das simbologias disputadas. Além de versarem sobre clãs inimigos, dentre os quais os Meiru, antropófagos que bebiam o sangue de vítimas, os cânticos poéticos narram estratégias empregadas contra rivais identificados por Figueroa (1998) a partir de marcas ou heranças Tupi propiciadas por migrações. As heranças são: i) distribuição tripartite ou vertical do cosmos com o humano ocupando posição central, ii) humanidade como critério de intermediação de ações de separação do bem e do mal e iii) passagem do modelo cosmocêntrico para o terreno.

Sobre os traços de belicosidade e da memória guerreira do grupo do Baixo Amazonas são destacadas sugestões interpretativas em Figueroa (1998, 2000), Kapfhamer (2004) e Alvarez (2004). Os suportes se relacionam a movimentos migratórios paralelos à estrutura simbólica Tupi. São fluxos de gente estratificados, os quais se recombina frente a alterações nas intenções dos povos em sair do lugar de origem por força de eventos de ordem natural ou com referência a intencionalidades particulares. No citado, por exemplo, encontram-se interpretações fundamentadas pelo tempo de vivência dos Sateré-Mawé conforme ações tomadas em fluxos migratórios. São sugeridas inferências sobre universos míticos potencializados em função da migração correlacionada a ação de igrejas neopentecostais. As sinalizações estão mediadas por processos de inversão ou reposicionamento de traços de passados beligerantes, segundo memórias inscritas em um dos lados da clave cerimonial do *puratig*.

Na memória relativa à territorialidade espiritual da etnia, presume-se ocultamento de referências importantes acerca de estruturas de poder simbólico, as quais foram deslocadas para planos de inferioridade. Especificamente lideranças mágico-religiosas de pajés estão inseridas nessa realidade apartadora. E hoje desinteresses entre novas gerações quanto à

discrição assumida por agentes da pajelança são manifestas, apesar do xamanismo continuar a ser incluído com incisivas aversões no contexto urbano de transformações socioculturais. A análise que Kapfhamer (IB., op. cit.) faz das transformações em processo entre os Sateré-Mawé da área indígena Andirá-Marau/AM aponta para movimentos de reforma protestante enquanto ações de incentivo a mudanças socioculturais que impactam primordialmente o xamanismo e as territorialidades míticas ancestrais.

As mudanças resultam de críticas que índios praticantes do segmento religioso neopentecostal fazem ao fato de pajés identificarem doenças como resultados de ações mediúnicas e, ao fazerem diagnoses, apontam coisas ou pessoas como causas do mal. São atribuições que tendem a gerar desejos de vingança e violência entre parentes. O descrito é singularizado em extenso texto de Kapfhamer (2012), no qual o tuxaua Sewu Mikilis, de Vila Nova, Alto Rio Andirá, um promotor da fé cristã ocidental entre os Sateré, relata história recente da etnia partindo de reestruturação mitológica concernente à sequência de eventos formadores dos parentescos. Mikilis descreve que primordialmente houve uma época de selvageria e matança, provocada pelo surgimento mítico das ordens clânicas dos índios do Baixo Amazonas. Depois, seguiu-se fase amansadora, de incorporação da mercadoria dos brancos à vida social da etnia, juntamente com a chegada de missionários cristãos protestantes, o que gerou crises estruturais de saberes por conta de modificações no mito fundador dos Sateré-Mawé. A fase amansadora é retratada como época na qual terminologias mercantis e fazeres relacionados a finanças de brancos e ideologias de poder capitalista passaram a integrar realidades étnicas e compor intencionalidades.

Não significa dizer que a introdução do comércio do guaraná fez declinar tradições indígenas em uma associação direta e não dinâmica. É preferível pensar que ocorreram reposicionamentos de atitudes coletivas em face a realidades contemporâneas de aspectos diversos. Nessa etapa, foram postas em evidência diferenciações entre cenários polêmicos de integração territorial e cosmologias operantes. Foi notória, portanto, a passagem da sociedade Sateré-Mawé do cru para o cozido (LÉVI-STRAUSS, 1973), em evidente construção constituída em função de embates entre passado e presente da etnia. A situação, em contextos históricos de abrangência para ideias referentes a territorialidades míticas, originou-se de questões que abrangem não apenas parentesco e estruturas clânicas, mas também

xamanismo e ancestralidade. No entanto, atualmente, interferências relacionadas a externalidades brancas, higienistas – incluídas como modernidades alternativas (GAONKAR, 2001 – estão a instituir junto a nativos o que se pode denominar de lógica periférica da sociedade ocidental, em que valorações hierarquias posicionais concorrem fortemente com tradicionalismos (WHITTEN, 2008).

Essa concorrência, em si mesma, crê-se, não tenderia a representar problema salvo profundidades étnicas se mantivessem posicionadas condizentes a imaginários ancestrais intrínsecos e não passassem a ser reconformadas segundo vieses comerciais, ancorados em competição por status e dinheiro, em si mesma uma competição dualista, que engendra incentivos a práticas de intolerância e negação do outro. Só que é impossível pleitear essa possibilidade, posta a irreabilidade e inviabilidade dela. Existem plenas verdades interessadas de índios e de brancos que concorrem no diálogo dos saberes interétnicos. E quais são as “verdades” corretas? Ora, trata-se de diálogo estéril, caso se decida partir para essa linha de investigação. Parece ser mais consciente admitir que são referências de uma multiplicidade de orientações polêmicas e com resultados, não raro, inversos, os quais impactam territorialidades e forçam escolhas entre dualidades positivas e negativas, concretizadas em figuras do bem e do mal.

O que é bom ou ruim, vinculado ao bem ou ao mal, não está descrito em função de pretensão poder de mercado de brancos sobre índios. O que ocorrem são consequências referentes à consideração da natureza enquanto mercadoria e à promoção de sistemas de exploração em áreas amazônicas e sobre pessoas da Amazônia. Essas consequências fazem da realidade meio instrumental para fins desenvolvimentistas e são ações propagandeadas desde épocas da colonização e ainda mais no presente, pelo regime militar e por agentes de grandes projetos de investimento (GPIs), que modificam territórios e saberes étnicos. Atualmente, são argumentos orientados para a viabilização de rodovias, termelétricas, hidrelétricas, pastagens, agroproduções, grilagens e retirada de madeira, entre outras atividades, desde sempre se embasando na urgência para a integração e a urbanização de ambientes amazônicos caracterizados erroneamente como laboratório experimental multi-teste, celeiro produtivo, éden atrasado e figurativo, de baixíssima demografia, pronto a ser explorado – como ocorre em casos de terras indígenas amazônicas.

São experiências de intolerância, violação de direitos coletivos e reterritorialização compulsiva de povos étnicos após a saída de suas terras imemoriais, mediante dinâmicas contingenciais e desumanizadas, as quais estão potencializando conflitos já postos historicamente, há décadas, referentes a interesses de sociedades urbanas propulsoras de insalubridades, galgados em planos políticos e intenções de megaempresas em contraposição a povos tradicionais do bioma. Essa afirmação presumida acerca de recentes marcas reorientadas de territorialidades míticas dos Sateré-Mawé do Baixo Amazonas aponta para afrontas à complexidade histórica e formativa desse povo.

Assim, se “a ideia de equidade não se refere à valorização monetária ou à equivalência das necessidades, mas se coloca em pauta o reconhecimento de significados culturais distintos atribuídos ao território” (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007, p. 132), então importa destacar que o domínio sobre a terra não é fenômeno incidental, mas concreto e operante em função de natividades herdadas. Desta feita, é necessário questionar em que medida pode haver a reconstrução de pessoas étnicas em suas instâncias individuais e coletivas dado que tem havido despedaçamento da vida e de processos de reconhecimento de território e territorialidades a partir de mitos de origem da etnia? Com sugerida evidência, respostas que contenham elementos definidores e sustentem o encerramento da problemática não são cogitadas em respeito à própria dinâmica da Amazônia indígena. O mais tangível é observar contrastes operantes dentro de moldeamentos da territorialidade mítica dos Sateré-Mawé e inferir conjunturas propondo diálogos e refinando polêmicas. Além disso, releituras sobre ações do Estado tenderão a ser sempre bem-vindas, na medida em que fomentem reflexões sobre dialogismos de povos amazônicos.

Das pedras que falam e dos animais que são gente

O mito do imperador, apesar de obviamente não ter sido construído em razão da fundação cosmológica dos Sateré-Mawé, aponta para uma busca incessante ao objeto perdido dessa etnia ameríndia, uma busca pelo gozo outrora castrado dos índios com a colonização e pela colonização. Nessa trajetória de busca, existe uma dialética, ou seja, uma ação que se repete e opera em ciclos. Assim, estar à procura do objeto perdido, o gozo, faz todo o sentido no âmbito do próprio mito do imperador. Mesmo sendo uma busca dialética que resulta sempre em fracasso, no sentido de perda repetitiva,

almejar o objeto perdido é um ato instintivo, inato (DAMATTA, 1992; VORCARO, 2003).

O instinto, aos Sateré-Mawé, como é apontado no mito do imperador, é característica equivalente não só a humanos. Gentes, bichos, plantas e pedras se inserem nessa construção. Retomando o relato do mito, sublinha-se que quando índios perdem o navio rumo à Europa porque caminhavam devagar sobre terrenos pedregosos e colhiam frutos maduros, são sapos que entram na embarcação e dão origem a divisões raciais e étnicas por diferença unicamente cromática, da cor da pele. Portanto, gentes, bichos, plantas e pedras são relatados como componentes de um conjunto de correspondências humanas definido pela fala, por sensorialidades e pela busca comum ao objeto perdido, a busca pelo gozo, em uma repetição que funda a primeira identificação com essa tensão relacionada à vida, a tensão primordial dos Sateré-Mawé.

Para a etnia, o paraíso mítico do nusoken é o território de gozo por definição. É lá que o objeto perdido está encerrado e pode ser localizado sem equívoco por gentes, bichos, plantas e pedras. No nusoken todos podem encontrar aquilo que se caracteriza e os caracteriza por pura fruição, justamente o elo com o mundo, o objeto perdido, finalizando com sucesso o ciclo dialético de busca. A expressão “onde as pedras falam e os animais são gente” marca a territorialidade correlacionada ao mito do imperador, o que engendra a territorialidade mítica dos Sateré-Mawé; e marca ainda um tanto de corporeidade e psiquê por causa das características de gente atribuídas a bichos, plantas e pedras.

Não é toda a territorialidade mítica dos Sateré-Mawé que está contida no mito do imperador. Seria irresponsabilidade se supor isso dada a complexidade das construções narrativas ameríndias. O que se pode projetar é que o mito do imperador, ao integrar amplos conjuntos de pressupostos ancestrais que consolidam oralidades formadoras da marcação da territorialidade da etnia, possui certo destaque nessa composição. Os fatores que concorrem para explicar a relevância do mito são: i) popularidade e facilidade de compreensão alcançadas junto a brancos; ii) coocorrência em narrativas tanto de velhos quanto de jovens índios; e iii) fácil estruturação lógica de integração do mito à realidade atual.

Daí que considerar o nusoken enquanto paraíso originário da

cosmologia, onde estão abrigadas pedras que falam e animais que são gente é assumir que esquemas interpretativos cristalizados na vida intelectual dos Sateré-Mawé atendem às necessidades deles de explicação de mundo – o que é uma verdade. É considerar também que o nusoken é a resposta da etnia a uma forma de transmissão de conhecimento legítima, a nativa, que busca relacionar argumentos e formulações em situações de polêmica e conflitos concernentes ao coletivo ameríndio. Manter a perspectiva interpretativa associada à ideia do paraíso nusoken é deixar de reproduzir explicações utilizadas de modo repetitivo e criticar o modelo racional que historicamente foi escrito por naturalistas-viajantes às realidades amazônicas.

A crítica ao modelo racional considera o fato de haver razoável aceitação por parte dos povos locais do bioma para descrições dos Sateré-Mawé sobre sociedade, ambiente, pessoa e mundo, apesar desses conceitos ameríndios naturalmente não perpassarem pelo crivo de aceitação da ciência acadêmica. É uma situação em que o esquema interpretativo ocidental firmou-se como senso comum erudito, obstruindo a constelação de determinantes teóricos e significância sociotécnica indígena Sateré-Mawé, em particular, e indígena de forma geral.

Se os Sateré-Mawé acreditam na existência de entidades supremas com características antropomórficas, estas, por consequência, encontram-se habitando o nusoken e se caracterizam como fontes inteligentes que agregam representações sagradas aos mais diversos fenômenos. Na ordem cosmológica, porém, os índios se relacionam com os espíritos intermediários entre os seres supremos e as gentes, bichos, plantas e pedras, os quais podem ser bons ou maus. Os bons espíritos, tais como os que pertencem às águas e às florestas rasas, incluem-se como heróis culturais. São eles *baté* e *néghi*, que se criaram e fortaleceram a partir de coisas boas e geraram igualmente coisas boas, como mandioca, fogo e guaraná, além de ensinarem ofícios úteis, como construir, caçar e pescar. Os maus legaram astúcia, enganação e desorientação espacial, como o Curupira da floresta densa, que manipula e parece ser “igual ao vento: se escuta o andar dele, se vê os rastros, mas ninguém fala com ele ou o enxerga” (UGGÉ, 1991, p. 27).

Cada bicho, gente, planta ou pedra contida na natureza e inserida na estrutura sociocultural da etnia funciona como marca de identificação mítica, particularizada no território dominial e balizada por entrecruzamentos e

enfrentamentos regulados por tradição. Uma tradição articulada e legislada pelo clã Lagarta de Fogo (Sateré) que subliminarmente agrupa e se constitui em todos os demais clãs a partir de prescrições mitológicas de um ascendente comum e matricial. Essa territorialidade mítica está repleta de disputas, sangrentas ou não, e constitui-se por marcas de força e poder, consolidadas pelos membros do Lagarta de Fogo como parte de uma natureza anímica que engloba as pessoas e as realidades contextuais.

O fato mítico, por assim entender, que origina a afirmativa de que pedras falam e animais são gente, segundo o clã Lagarta de Fogo, está encerrado no embate entre seres da natureza e encantamentos divinos. Se pedras, bichos e plantas viram gentes e inversamente gentes tornam-se pedras, bichos e plantas, pode-se depreender que as inscrições clânicas dos membros do Lagarta de Fogo vinculam-se à origem e memória anímica do próprio grupo. Assim, embora as representações mineral, animal e vegetal não sejam estreitamente religiosas, elas assumem função emblemática de identificação, pertencimento, interdição e amalgama que sustenta elos de solidariedade coletiva e afinidades para a etnia como um todo.

Sobre o clã Lagarta de Fogo, a relação de afinidade deles é tratada transversalmente (CARNEIRO DA CUNHA, 1986; VIVEIROS DE CASTRO, 2002), quando se atualiza a base teórica lévi-straussiana (LÉVI-STRAUSS, 1975) para se pensar a relação gente-bicho-natureza e se reconhece no mito de fundação do clã Gavião Real a luta destes contra os parentes que são do clã político, exatamente o Lagarta de Fogo. Como em outros povos amazônicos, a relação de afinidade entre clãs, e no caso entre o clã Lagarta de Fogo e o clã Gavião Real, projetada sob o plano da cosmologia, apresenta todos esses parentes por afinidade como inimigos paralelos. Isso porque a narrativa do mito do Gavião Real representa a ordem de estruturas sociais de antepassados, em contraposição ao clã Lagarta de Fogo, formado a partir da ideia de liderança política Sateré-Mawé.

O Gavião Real é uma ave ligeira e forte, de porte avantajado, é o bicho ancestral da flecha, artefato cultural indispensável, seja para as disputas simbólicas grupais, para os jogos, para a caça ou a guerra; o Lagarta de Fogo possui ancestralidade ligada ao sumo da Terra, que forja venenos e remédios para gerar força de persuasão e oferta castigos corporais e redirecionamentos de caminhos. Ambas as denominações são classificadas pelos índios Sateré-

Mawé porque prescrevem territorialidades míticas dentro do contexto do nusoken. Trata-se de disputa de clãs ordenada por referenciais físicos e espirituais.

Nesse paraíso prometido, sendo território onde a lógica da vida ocidental colapsa, não é possível conceber entendimentos do real a partir de dualidades condizentes a irracionalismos ou racionalismos, tal e qual se propaga em boa medida na sociedade amazônica não-indígena. Primeiro porque o real também é aquilo que não se vê; e segundo porque, na terra nusoken, prevalecem complementaridades psicofísicas ante o empírico. Vivem no território criaturas (gentes, bichos, plantas) animadas em razão do ambiente (pedras), dentro de uma relação intermodal e não verticalizada. Relação esta que se cristaliza em si mesma por causa da “qualidade perspectiva” (ÁRHEM, 1993) que funda o paraíso Sateré-Mawé, segundo a qual pontos de vista distintos englobam distintas definições do outro. Todas, porém, consideram esse outro enquanto habitante diferenciado copartícipe do nusoken, onde a clássica divisão binária entre Natureza e Cultura não pode ser utilizada para descrever a cosmologia operante.

Conclusão

Munduruku, Parintintin, Mura, Maraguá e Sateré-Mawé foram etnias dominiais do paraíso nusoken. O poder de mando e desmando delas variou conforme nível de ocupação espacial e volume de afetividades atribuídas a bichos, plantas e pedras do lugar. São povos ameríndios que estiveram e ainda estão dispersos no território, constituindo amplo conjunto de simbolismos inseridos na área, também denominada de Mundurukânia, a qual se estendia no passado do rio Tapajós, extremo oeste do Pará, até o rio Madeira, mesorregião do Médio Madeira do Amazonas, abrangendo o que hoje são os limites dos municípios de Nova Olinda do Norte e Borba, a sul de Manaus.

As marcas das territorialidades míticas – além de estarem afeitas a angulações simbólicas e ambientações representativas – situam-se no nusoken interpostas a lugares de marcação cósmica para as etnias. São esses lugares: a maloca dos espíritos, a toca das formigas tucandeira, a casa das onças, o ninho das serpentes, a cachoeira dos demônios, a maldita árvore do mapinguari e a praia do jacaré-açu. Cada um deles representa região limítrofe, uma subterritorialidade, que em determinados contextos pode ter significados que

parecem estranhos tanto à natureza quanto à cultura, englobando o dado e o construído, o objetivo e o subjetivo, o fato e o fenômeno. Mas pensar de maneira tão simétrica a natureza e a cultura é, em razoável medida na terra mítica, a desconsideração de elementos complexos que a vida dos nativos da América do Sul possuem.

O nusoken, portanto, é um território onde o transe intermundos se parece algo pleno e eficiente na medida em que se pode conceber a plenitude do real e da espiritualidade segundo o modal ameríndio; é a casa de Tupana (criador de *a'at*, o sol) e Yurupari (criador de *waty*, a lua), dois espíritos construtores do cosmos, que ao menos segundo a origem de mundo dos Sateré-Mawé e Maraguá viviam no infinito e regulavam sonhos. Nusoken, ao significar a união entre a terra e os espíritos Sateré-Mawé, que em verdade foram o povo mais populoso e dominador (no sentido da conquista) da Mundurukânia, é um território mítico por excelência porque nele não se separa humanidade de animalidade/vegetalidade/mineralidade. O privilégio de, enquanto ente, estar contido somente em uma ou outra categoria inexistente no plano do nusoken simplesmente porque não se fundamenta. Todos são seres e compõem o lugar igualmente.

Gentes, bichos, plantas e pedras convivem não em perfeita harmonia no nusoken, pois isso seria improvável dadas contingências cotidianas, mas dentro de um sistema interconectado, fluido e sem a dualidade maniqueísta de parâmetros binários como certo e errado, acima e abaixo, bom e ruim. A vida nesse paraíso se dá em meio a polêmicas, conflitos, dissabores, afetividades, bondades, amores e felicidades. Não é a terra prometida do imperador; tampouco é o ades pantanoso que a cristandade ocidental propõe. O paraíso é a localidade Sateré-Mawé sem Um Deus, mas com Vários Deus habitantes em todos os lugares, contidos em “esquematismos cósmicos” (TAUSSIG, 1987, pp. 462-463), que se comunicam e sentem vontades e necessidades que formam seus hábitos, costumes, funções e normas.

O referencial comum ao nusoken é a humanidade enquanto condição igualitária a todos os seres ali contidos (DESCOLA, 1986). Por essa proposta Sateré-Mawé de paraíso, que culmina na consolidação de um território mítico, a natividade ameríndia não entende o outro, o diferente, como menos humano ou inumano tanto porque a distinção natureza e cultura não se opera formalmente, de modo que a oposição gente versus bicho-planta-pedra é sem

efeito. Essa divisão cartesiana, que tem guiado a humanidade ocidental urbana há tempos, é desfeita e reduzida a nada, em um contexto de sociocosmologia partilhada.

Referências

ALVAREZ, Gabriel. Política Sateré-Mawé: do movimento social à política local. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1, n.2, p. 9-44, dez. 2004

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: Uma crítica xamânica da economia política da natureza. Série Antropologia No. 174. Brasília: Departamento de Antropologia, UnB, 1995.

ÁRHEM, Kaj. Ecosofía Makuna. In: F. Correa (org.), La Selva Humanizada: Ecología Alternativa en el Trópico Húmedo Colombiano. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología/Fondo FEN Colombia/Fondo Editorial CEREC. pp. 109-126, 1993.

BETTENDORFF, João Felipe. Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão. Rev. do IHG, Rio de Janeiro: IHG, n. 1, 1910.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Lógica do mito e da ação. O movimento messiânico canela de 1963. In Antropologia do Brasil. Mito, História, Etnicidade, São Paulo, Brasiliense, 1986.

DAMATTA, Roberto. Relativizando o Interpretativismo. In Corrêa, Mariza & Laraia, Roque (orgs.), Roberto Cardoso de Oliveira: homenagem, Campinas, UNICAMP, 1992.

DESCOLA, Philippe. La Nature Domestique: Symbolisme et Praxis dans l'Écologie des Achuar. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1986.

FIGUEROA, Alba Lucy Giraldo. Guerriers de l'écriture et commerçants du monde enchanté : histoire, identité et traitement du mal chez les Sateré-Mawé (Amazonie Centrale, Brésil). Paris: EHESS, 1998. 585 p. (Tese de Doutorado)

FIGUEROA, Alba Lucy Giraldo. O Imperador dos Sateré-Mawé. In RICARDO, Carlos Alberto (org.). Povos indígenas no Brasil 1996-2000, São Paulo, Instituto Socioambiental (ISA), 2000.

FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. Os recortes na terra dos “filhos do Guaraná” implicações jurídicas das sobreposições de unidades de conservação na terra indígena Andirá-Marau. Seminário formação jurídica e povos indígenas: Desafios para uma educação superior. Belém-Pará, LACED, 2007.

GAGLIARD, José. O Indígena e a República. São Paulo: Hucitec/Editora da

Usp/Secretaria de estado de Cultura, 1989.

GAONKAR, Dilip. *Alternative Modernities*. Duke Univ. Press Durham, 2001.

HAESBAERT, Rogério. *Região, diversidade territorial e globalização*. Niterói: DEGEO/UFF, 1999.

HAESBAERT, *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUF, 1997.

JOÃO DANIEL, Padre. *Tesouro descoberto no rio Amazonas*, 2 volumes: Editora: Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1976.

JOÃO DANIEL, Padre. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

KAPFHAMMER, Wolfgang. *Tending the Emperor’s Garden: Modes of Human-Nature Relations in the Cosmology of the Sateré-Mawé Indians of the Lower Amazon*, 2012.

KAPFHAMMER, Wolfgang. *Do Sateré puro (sateré sese) ao novo Sateré (sateré pakup): Mitopraxis no movimento evangélico entre os Sateré-Mawé*, in: Wright, Robin M. (org): *Transformando os Deuses vol.II, Igrejas Evangélicas, Pentecostais e Neopentecostais entre os Povos Indígenas no Brasil*, Campinas, Editora UNICAMP, 2004, 134-193.

LEACOCK, Seth. *Economic life of the Mawe indians*. Boletim do MPEG: Série Antropologia, Belém: MPEG, n. 19, 1964.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 volumes. Capítulo 2. Fundação da Linguística Nacional, 1939. http://biblio.etnolinguistica.org/leite_1939_historia. Acessos em 10 de junho de 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Tradução Beatriz Perrone-Moises, ed. Cosac Naify. Ed. Brasil, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LITTLE, Paul. *Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun, 2006.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UnB, 2002. Série Antropologia n° 322. 32p.

LORENZ, Sônia da Silva. *Sateré Mawe: filhos do guaraná*. São Paulo, Centro de trabalho indigenista, 1992.

- MANO, Marcel. Etno-história e adaptação Mawe: uma contribuição para a etnografia Tupi da Área Madeira-Tapajós. São Paulo: USP, 1996. (Dissertação de Mestrado)
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Ensaio em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Indigenismo e Territorialização. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria Ltda., 1998a.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, vol.4, no.1, p.47-77, Abr. 1998b.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Terras indígenas no Brasil: Uma tentativa de abordagem sociológica. *Boletim do Museu Nacional* n. 44, p. 1-28. Rio de Janeiro, 1983.
- PEREIRA, Nunes. Ensaio de etnologia Amazônia. Manaus/Am. Imprensa Publica, 1942.
- PEREIRA, Nunes. Moronguêta: um Decameron indígena. 2 v. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980, 840 p. (Retratos do Brasil)
- PEREIRA, Levi. Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica. Dourados: Editora da UFGD, 2009.
- RAMOS, Alcida. Sociedades indígenas. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- TAUSSIG, Michael. Shamanism, Colonialism, and the Wild Man: A Study in Terror and Healing. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- TEIXEIRA, Pery. Os Sateré-Mawé: Retrato de um povo. Manaus AM: UFAM/UNICEF, 2005.
- UGGÉ, Henrique. As bonitas histórias Sateré-Maué. S.1, p/d., 1a ed. 190 p. mimeo. Edições do governo do Estado do Amazonas, 1991.
- VORCARO, Angela Maria Resende. Os dragões do tempo imemorial: a repetição como primeira identificação. In LEITE, Nina Virgínia de Araújo (Org.). *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas, Mercado das Letras, 2003.
- WHITTEN, Norman. Interculturality and the indigenization of modernity: a view from Amazonian Ecuador, *Tipití* 6(1), 2008, 3-36.
- ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade*. Campinas v. X, n. 2, p. 119-135, jul.-dez. 2007.

Sobre os(as) autores(as)

Adrielly Pereira

Graduanda do curso de Comunicação Social/Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ/Ufam).

Alem Silvia Marinho dos Santos

Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (2000), mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2003) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB-2012). É professora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) desde 2009. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em geografia socioambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: território, segurança alimentar, ecologia, mudanças climáticas e sustentabilidade.

Carlos Hiroo Saito

Professor Titular com dupla lotação no Departamento de Ecologia e no Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Orienta no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Formado em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985) e Análise de Sistemas pela PUC/RJ (1990), tem mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1990) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2. Parecerista das revistas Human Ecology, International Journal of Science Education, Ecological Informatics, Journal of Engineering and Computer Innovations, entre demais.

Charlene Muniz

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Amazonas (2004), especialização em Gestão de Políticas Ambientais e Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (2005), mestrado em Geografia pela Ufam (2009) e doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Ufam (2015). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em epistemologia da geografia e geografia agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: evolução do pensamento geográfico, teoria e métodos da geografia, territórios rurais, comunidades, modos de vida ribeirinho, agricultura, vilas, gestão ambiental e educação ambiental.

Ellen Woortmann

Possui Graduação em História pela Unisinos (1975), mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1981 e 1988). Foi chefe de Depto. de Antropologia, coordenadora do PPGAS e diretora do Instituto de Ciências Sociais da UnB. Atualmente, é Pesquisadora Associada da UnB e Pesquisadora da University Of Oslo. Ministra cursos e pesquisa no Brasil e exterior nos temas: campesinato, parentesco, imigração, memória e patrimônio, saberes tradicionais e gênero. Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA – 2013/2014).

Estevan Bartoli

Professor da Universidade do Estado do Amazonas - campus de Parintins. Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (2001), especialização em Sociologia (FESP-SP), mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2009) e é doutorando em Geografia pela Unesp de Presidente Prudente, com estágio sanduíche na Universidade Ca'Foscari de Veneza/Itália. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

Hellen Cristina Picanço Simas

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (2006), mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (2009 e 2013). É Professora Adjunta do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas. Lidera o Núcleo de Estudos de Linguagens da Amazônia (Nel-Amazônia/CNPq) e é membro da Câmara de Assessoramento Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). Atualmente desenvolve estudos relacionados ao levantamento sociolinguístico dos índios urbanos da etnia Sateré-Mawé, do Baixo Amazonas/AM.

Hercilaine Virgínia O. Alves

Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa. Pós-graduação em Linguística pela Universidade Federal do Amazonas. Pós-graduada em Língua Portuguesa. É professora da rede Municipal de Ensino desde 2005 (Semed) e é professora da rede particular na capital amazonense (2012).

Gerson André Albuquerque Ferreira

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (1996) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2005). Atualmente, é

Professor Assistente da Universidade Federal do Amazonas, vice-líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (Ufam). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana e temas relacionados a conflitos identitários.

Jesuete Brandão Pachêco

Bacharel e Licenciada em Geografia (Ufam), com mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pelo Centro de Ciências do Ambiente (CCA/Ufam) e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). É professora do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras, bem como do Programa de Pós-Graduação em Geografia, ambos da Ufam. Atua na área da geografia física em articulação à geografia e ensino, geografia, ambiente e educação ambiental, geografia e extensão universitária, recursos energéticos, fitogeografia, geomorfologia fluvial, agroturismo e etnicidades (áfrica, indígena, agricultores familiares de assentamentos).

João D'Anuzio Menezes de Azevedo Filho

Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (1992), bacharel em Geografia pela Ufam (1996), mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pelo Centro de Ciências do Ambiente da Ufam (2004) e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). É professor adjunto do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas (CESP/UEA) e tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em geografia do meio ambiente, geografia do turismo e atua também em geografia física, ministrando disciplinas como geomorfologia, geografia física da Amazônia, hidrografia da Amazônia e cartografia temática. Tem desenvolvido pesquisas na área de turismo e sustentabilidade, além de sociedade e espaço na Amazônia.

José Aldemir de Oliveira

Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994). É professor titular da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Geografia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: amazônia, cidade de manaus, cidades amazônicas, cidade e sustentabilidade. A partir de 2003 passou a atuar na gestão de C&T, como Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (2003-

2005); Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas (2007 a 2009); Reitor da Universidade do Estado do Amazonas (julho de 2010 a março de 2013). Lidera o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (Nepecab) e é professor do PPG-Sociedade e Cultura na Amazônia e do PPG-Geografia (Ufam).

Othon Henry Leonardos

Geólogo pela UFRJ, M.A. pela Univ. da Califórnia (1966) e Ph.D pela Univ. de Manchester (1972) na área de geologia. É membro titular da Academia Brasileira de Ciências (Ciências da Terra) e professor titular aposentado da UnB. É professor emérito da UnB, atuando no Centro de Desenvolvimento Sustentável, onde exerce a função de coordenador do mestrado profissional em desenvolvimento sustentável junto a povos e terras indígenas. Leciona indigenismo e sustentabilidade e promove seminários sobre metodologias de pesquisa interdisciplinar, dialogando Ciências Humanas e Ciências da Terra. É autor de duas centenas de publicações, com trabalhos fundamentais em geoquímica, metamorfismo, gênese de depósitos minerais, kimberlitos e rochagem para uma agricultura sustentável, havendo orientado dezenas de teses, dissertações e monografias. Suas novas linhas de pesquisa são políticas públicas, cultura e sociedade e território, meio ambiente e sociedade.

Renan Albuquerque

É Professor Adjunto II do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Possui graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário Nilton Lins (2001), especializações em Psicopedagogia pela Universidade Cândido Mendes/RJ (2002), Comunicação Empresarial e Psicologia Social pelo Centro Universitário Nilton Lins (2004 e 2005, respectivamente), mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (2008) e doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2013). É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA). Lidera o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam/Icsez/Ufam) e o Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (Leda/Icsez/Ufam). Tem experiência em pesquisas sobre conflitos e impactos socioambientais. É autor de *Sofrimento Mental de Indígenas na Amazônia* (2014).

Sandra Helena da Silva

Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998), mestrado em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo (2005) e doutorado em Ciências do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na

Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente, é professora adjunta na Universidade Federal do Amazonas - Campus Parintins e coordenadora da Incubadora Amazonas Indígena Criativa. Desenvolve projetos de pesquisa em extensão nas áreas de sustentabilidade, gênero, trabalho, agricultura familiar e serviço social.

Sandra Noda

Possui graduação em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Católica de Santos (1974), mestrado em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (1985) e doutorado em Ecologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2000). Atualmente, é professora Associada Nível 3 Classe D, em regime de Dedicção Exclusiva, da Ufam. É pesquisadora colaboradora (mediante convênio) do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos da Amazônia (Nerua) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa); professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) da Ufam; coordenadora do Núcleo de Etnoecologia na Amazônia brasileira (Netno) da Faculdade de Ciências Agrárias da Ufam; coordenadora da Rede Interinstitucional de Estudos dos Agroecossistemas Amazônicos (REAA) em convênio com Ufam/UFRR/UEER/UFTO/Ifam-Tabatinga/Capes Pro-Amazônia.

Tayana Fernandes

Graduanda do curso de Comunicação Social/Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ/Ufam). Membro do Núcleo de Estudos de Linguagens da Amazônia (Nel-Amazônia/CNPq).

Tatiana Schor

Graduada em Economia, mestrado em Geografia (Geografia Humana) em 1999 e doutorado em Ciência Ambiental (2005) todos pela Universidade de São Paulo (2005), com pós-doutorado no Center for Place, Culture and Politics, Graduate Center (Cuny/USA). É professora no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Coordena o Programa de Estudo e Pesquisa da Rede Urbana da Calha Solimões-Amazonas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (Nepecab). É pesquisadora dos programas de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia, e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, do Centro de Ciências do Ambiente, ambos da Ufam. Coordenou o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Amazonas em 2012. Foi secretária-adjunta de Planejamento da

Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas (Sepror, em 2013 e 2014).

Therezinha de Jesus P. Fraxe

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Amazonas (1987), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1997) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2002). Atualmente, é Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas, coordenadora do Núcleo de Socioeconomia (Nusec/FCA/UFAM) e diretora do Centro de Ciências do Ambiente. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Sociologia e Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, sustentabilidade, campesinato, sistemas agroflorestais e várzea amazônica.

Valteir Martins

É mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994), doutor em Linguística pela Vrije Universiteit Amsterdam (2007), com pós-doutorado realizado na mesma instituição. É professor da Universidade do Estado do Amazonas, atuando no Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da instituição. Sua experiência profissional se concentra nas áreas de línguas indígenas, linguística histórica, linguística aplicada ao ensino da língua portuguesa e neurolinguística. Na linguística teórica tem atuado especialmente nos campos da fonética, fonologia e morfologia. Desde 2008, lidera o Núcleo de Estudos de Pesquisas Aplicadas ao Ensino (Neplae), grupo certificado pelo CNPq, da UEA, e é coordenador institucional do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência.

Planejado graficamente com fontes Broadway, Century Gothic,
Elephant, Leclawadee, Linux Biolinum G, Vani, Garamond e Utsaah.
Editoração em Dezembro de 2015 e Janeiro de 2016 por Nepam/LEDA.
ISBN por EDUA. Catalogação por Biblioteca do ICSEZ/Ufam.
Impresso por Gráfica João XXIII.